



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

ZAMANA BRISA SOUZA LIMA

**MUSEU DO ALTO SERTÃO DA BAHIA:
DIÁLOGOS ENTRE MUSEU DE TERRITÓRIO E CULTURAS
DIGITAIS**

Salvador
2016

ZAMANA BRISA SOUZA LIMA

**MUSEU DO ALTO SERTÃO DA BAHIA:
DIÁLOGOS ENTRE MUSEU DE TERRITÓRIO E CULTURAS
DIGITAIS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Museologia no Programa de Pós-graduação em Museologia do Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Dra. Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa.

Salvador
2016

L732 Lima, Zamana Brisa Souza
Museu do Alto Sertão da Bahia: diálogos entre museu de território e culturas digitais / Zamana Brisa Souza Lima. – Salvador, 2016.
213 f. ; il.

e Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia
Ciências Humanas. Salvador, 2016.

1. Museu. 2. Museologia. 3. Comunicação virtual. 4. Internet. I. Costa, Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 069

ZAMANA BRISA SOUZA LIMA

**MUSEU DO ALTO SERTÃO DA BAHIA:
DIÁLOGOS ENTRE MUSEU DE TERRITÓRIO E CULTURAS
DIGITAIS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de mestre em Museologia no Programa de Pós-graduação em Museologia do Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 06 de maio de 2016.

Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa – Orientadora _____
Doutora em sociologia pela Universidade do Quebec de Montreal, França.
Universidade Federal da Bahia

Suely Moraes Ceravolo _____
Pós-doutora em Museologia/História dos Museus no Brasil, USP, São Paulo.
Universidade Federal da Bahia

Nivaldo Osvaldo Dutra _____
Doutor em História pela PUC, São Paulo.
Universidade do Estado da Bahia

A minha mãe, Leny, meu exemplo de coragem,
e ao meu pai, Jorge, doce lembrança em meu coração.
Laninha, inocência que me faz sorrir.
A vocês todos o meu amor por tudo o que tenho e sou.

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão particular em minha vida a palavra de lei é gratidão. Gratidão ao bom Deus e ao Universo pelo dom da vida que alcançou os meus pais, aos quais fora confiado o meu nascimento e criação. Por isso mesmo, sinto gratidão e profundo amor por minha mãe por tudo o que ela fez e faz por mim e, para além da vida terrena, tenho a certeza de que essa etapa vencida seria motivo de orgulho para o meu pai, que viu “nascer” estes meus primeiros passos na academia, mas não está fisicamente no momento final deste ciclo. Ainda assim, sinto que a presença do “meu pai” é viva e latente em meu coração. Tininha, outra referência materna em meu coração; minha vozinha Fôfa e meu vô Cori: eles também fazem parte desta minha alegria.

Tenho imensa gratidão ao sopro divino que me fez crescer num ambiente simples, cheio de amor e honestidade e poder ter tido, desde cedo, a condição de estudar. Hoje sou grata por esta oportunidade ímpar de concluir esta etapa, tendo a dádiva de estudar e pesquisar, tendo sido bolsista junto à FAPESB.

Sou grata também aos muitos amigos que torceram para que todas as coisas corressem bem e oraram para que as dificuldades jamais parecessem maiores que a fé em Deus. Incluo aqui as minhas famílias materna e paterna, além dos amigos da UNEB (*Campus VI*), dentre os quais não posso deixar de citar: os professores Nivaldo Dutra, Zélia Malheiro, Zezito Rodrigues, Lúcia Porto e Eliana Carvalho.

Sinto-me muito feliz por ter tido o apoio de todos da Associação de Amigos do Museu do Alto Sertão da Bahia (AMASB), dentre os quais destaco a presidente, Rosa Lia Gondim e a vice-presidente, Patrícia Fernandes.

Agradeço também aos colaboradores e à coordenadora do APMC, Rosália Junqueira, pelo profissionalismo, entusiasmo e cordialidade com que me recebia no prédio do Arquivo Público, local onde tive acesso a um riquíssimo material de grande valia para esta pesquisa.

Do mesmo modo, agradeço a Dona Heloísa Gama e a sua filha, Ana Cristina, pela gentileza de ter permitido que eu pudesse ter acesso a fatos, fotos e causos valiosos para esta dissertação.

Não posso deixar de citar os colegas do Programa de Pós-graduação em Museologia (PPGMuseu-UFBA), dentre os quais destaco, de forma especial, o Clóvis Brito (pelos excelentes conselhos e proveitosas e divertidas conversas), a Val Cândido (pela acolhida e habitual presteza), Joana Flores (pela alegria contagiante), a Talita Veiga (pela objetividade ímpar), a Anna Paula Silva (pelas longas conversas sobre a academia), a Estela Lage (pela alegria e gentileza) e a Renilda do Vale (pela solicitude em sempre servir).

Sinto imensa gratidão pelo convívio e aprendizado junto aos amigos e colegas do Grupo de Estudo em Museologia, Museus e Monumentos; Grupo de Estudos sobre Cibermuseus; e do Núcleo de Pesquisas dos Ex-votos. Aos bolsistas do Núcleo de Pesquisas dos Ex-votos (Ariadny, João, Marise, Madana e Marcele): obrigada pela leveza e alegria com que preencheram as minhas manhãs de estudos na FFCH.

Não há como não agradecer à professora Lielva Aguiar, minha colega de outras datas, vizinha e amiga, pelo encorajamento. Levo em meu coração as suas habituais palavras: “Vai dar tudo certo, Zá”. Não existem palavras suficientes para expressar a minha gratidão por poder sempre contar com essa pessoa linda e quão valioso é ter a sua amizade.

Gratidão aos colaboradores do PPGMuseum da UFBA, dentre os quais destaco o Patrick Nascimento, principalmente quando eu não estava em Salvador e, mesmo ao telefone ou por *email*, pude sempre contar com a sua solicitude e educação para resolver pendências.

Aos mestres do PPGMuseum: muito obrigada pelo ensinamento, pela troca, pela experiência, pelo convívio, pelas conversas, por tudo enfim. Destaco aqui a professora Graça Teixeira e a professora Rita Maia, pela alegria de viver e de lecionar e pela sinceridade que me foi fundamental num período decisivo desta pesquisa. Agradeço também aos professores Joseânia Miranda, Marcelo Cunha e Luiz Freire, cujas aulas e franqueza me fizeram perceber algumas fragilidades na pesquisa e me impulsionaram para significativas e proveitosas mudanças. Sou grata também pelo aprendizado recebido na disciplina de Pesquisa Museológica, ministrada pelo professor José Cláudio, a quem também agradeço com muito carinho e respeito.

Gratidão para com a professora Heloísa Helena, minha orientadora, em relação à qual palavras me faltam para agradecer e sobra o sentimento de afeto, admiração, respeito e consideração por tamanho acolhimento e profissionalismo a mim dedicado nas disciplinas ministradas, no acompanhamento do tirocínio docente, no compromisso ético com que

conduziu a minha orientação, e pelo ser humano lindo que é e muito me inspira. Pró “Helô”: a senhora mora em meu coração!

Agradeço muito aos alunos do tirocínio docente, pelos momentos de aprendizado ímpar. Todas as aulas e consequentes questionamentos, discussões e debates foram muito importantes para mim e influenciaram positivamente em alguns aspectos desta pesquisa. Obrigada pela troca de experiências! Jamais vou me esquecer de que, no primeiro dia de aula da turma no curso, “a Museologia mais parecia Deus e iria resolver todos os problemas do mundo” (risos).

Sou grata também ao meu querido irmão de coração, Davi, cujas palavras e conselhos foram fundamentais para a minha tomada de decisões, assim como sou grata ao Orlando e a Dona Carmem, exemplos de sabedoria, gentileza, simplicidade e amor que transcendem a qualquer entendimento ou palavra com que eu possa aqui tentar descrever.

Gratidão também aos alunos e a todos os colaboradores do Grupo Escolar Monsenhor Bastos. A acolhida de todos foi fundamental para o sucesso das atividades propostas num momento precioso da pesquisa. Sou gratíssima também à Museóloga Hilda Bárbara, que, muito gentil, aceitou colaborar tão intimamente com as ações do projeto executado no referido grupo escolar, que acabou por se configurar como uma atividade de educação patrimonial do MASB.

Bia Roriz, Adaílton Silva, Paty Trindade, João Hênio, Bea Dourado, Vanécia Gadelha: minha sincera e profunda gratidão por tudo o que fizeram por mim. Sem a amizade, presteza, carona, conselhos, risadas, hospedagem, favores e tantas outras coisas que compartilhamos, é pouco provável que eu me sentisse tão acolhida e amparada rumo ao caminho que hoje é, para mim, motivo de gratidão e imensa alegria.

Lorrana Brisa, minha irmã linda: você é luz em minha vida, sol em minha casa, amor divino e puro em meu coração. Sou grata ao Universo por você existir!

A Deus, ao Universo e a todos vocês, gratidão!

Adupé!

RESUMO

LIMA, Zamana Brisa Souza. MUSEU DO ALTO SERTÃO DA BAHIA: diálogos entre museu de território e culturas digitais. 213 f. 2016. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. 2016.

Esta dissertação se associa à iniciativa de criação do Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB), no território que dá nome a essa instituição, com sede em Caetité - Bahia - Brasil, e analisa as relações entre museus, Museologia e a cultura digital. Nesse sentido, expõe reflexões sobre a importância de aproximar o MASB, como projeto pioneiro voltado para um território específico, das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), principalmente em relação à Internet. Dessa forma, fundamenta-se em estudos que facilitem a compreensão do espaço em que essa instituição está inserida, o Alto Sertão, e mais especificamente a cidade de Caetité, que é o recorte espacial geográfico desta pesquisa. Além disso, a pesquisa aborda a ideia de virtual, traçando conexões com a Museologia, e dialoga com a Internet como meio que qualifica ou legitima os chamados "museus virtuais". Assim, ancorada no vocabulário filosófico, a pesquisa defende que o virtual é um processo abrangente a todo e qualquer museu, independentemente de sua tipologia. Além disso, a dissertação aborda a questão da desterritorialização de um museu de território em processos de virtualização que, na verdade, independem da Internet, podendo esta, entretanto, ser um agente impulsionador de mudanças e potencializador de acesso. Acredita-se que os processos de virtualização possam fazer do MASB um museu virtual e que as TICs atuem como mediadores no processo de comunicar o patrimônio de maneira integrada e multidisciplinar, trazendo para essa instituição uma perspectiva de dinamização e expansão.

Palavras-chave: Museu. Museologia. Virtual. Internet. MASB.

ABSTRACT

LIMA, Zamana Brisa Souza. HIGH MUSEUM OF BAHIA SERTÃO: dialogues between museum of territory and digital cultures. 213 pp.2016. Master Dissertation - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. 2016.

This dissertation associates the initiative of creation of the Museum of the High Interior of Bahia (MASB), in the territory that gives name to that institution, with thirst in Caetité - Bahia - Brazil, and it analyzes the relationships among museums, Museology and the digital culture. Then, it exposes reflections on the importance of approaching MASB, while I project pioneer gone back to a specific territory, of the new technologies of the information and communication (TICs), mainly in relation to the Internet. This way, it is based in studies that facilitate the understanding of the space in that institution is inserted, the High Interior of Bahia, and more specifically the city of Caetité, the geographical space cutting of this research. This way, the research approaches the idea of virtual tracing connections with Museology and dialogues with the Internet while half that qualifies or it legitimates them called "virtual museums". Like this, anchored in the philosophical vocabulary, the research defends that the virtual is an including process to whole and any museum, independent of its typology. Besides, the dissertation approaches the subject of the deterritorialization of a territory museum in virtualization processes that, actually, independent of the Internet, being able to not this, however, to be an agents booster of changes and access potentiator. It is believed that the virtualization processes can do a virtual museum of MASB and that TICs acts as mediators in the process of communicating the patrimony in an integrated way and multidisciplinary, bringing for this institution a dynamics perspective and expansion.

Word-key: Museum. Museology. Virtual. Internet. MASB.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CAPÍTULO I

Figura 1: Mapa do Alto Sertão da Bahia	26
Figura 2: Cachoeira do Fraga, Rio de Contas – Bahia	32
Figura 3: Vista da Chapada Diamantina.	35
Figura 4: Mapa do Estado da Bahia	36
Figura 5: Igreja da Matriz de Caetité.	38
Figura 6: Igreja da Matriz após reformas	39
Figura 7: Praça do Pelourinho	45
Figura 8: Mapa do Estado da Bahia (1810-1840)	46
Figura 9: Mercado Público Municipal	49
Figura 10: Anísio Teixeira	60
Figura 11: Prédio da Estação Meteorológica de Caetité (s.d)	62
Figura 12: Prédio da Estação Meteorológica de Caetité (atualmente)	62
Figura 13: Pesquisadora analisando documentos.	66
Figura 14: Escola de Samba Unidos de Caetité.	69

CAPÍTULO II

Quadro 1: Da Museologia Tradicional à Nova Museologia	101
Figura 15: Arquivo Público Municipal de Caetité na 13ª Semana de Museus	107
Figura 16: Sobrado da Família Teixeira	108
Figura 17: Casa da Chácara	116
Figura 18: Festividades do 19º Abraço da Cidade de Guanambi	120
Figura 19: Palestras realizadas no II Ciclo de Debates do MASB.....	123
Figura 20: Exposição realizada no II Ciclo de Debates do MASB	124
Figura 21: Fachada da Casa da Chácara	128
Figura 22: Relação de museus em Caetité (2014).....	109
Figura 23: Relação de museus em Caetité (2015).....	129
Figura 24: Sítio arqueológico e núcleo Moita dos Porcos	127
Figura 25: Núcleo Museológico da Quilombola de Gurunga	131
Figura 26: Índios kiriris de Ibotirama	132

CAPÍTULO III

Figura 27: O senso comum e o virtual	169
Figura 28: O virtual nos museus	176
Gráfico 1: Sobre já ter ido a um museu	182
Gráfico 2: Sobre os meios para acessar objetos de museus	184
Figura 29: Pesquisa qualitativa (laboratório de informática).....	185
Gráfico 3: Sobre os melhores meios para acessar o MASB pela Internet	187
Figura 30: Pesquisa qualitativa (sala de aula)	189
Figura 31: Alguns resultados da atividade do dominó.	190

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Principais diferenças nas categorias de museus abarcadas pelas TICs.	159
TABELA 2: “Síntese conceitual de <i>websites</i> de museus”	165

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

AMASB	Associação dos Amigos do Museu do Alto Sertão da Bahia
APMC	Arquivo Público Municipal de Caetité
ARPANET	<i>Advanced Research Projects Agency</i>
ARPANET	<i>Advanced Research Projects Agency Network</i>
CAT	Casa Anísio Teixeira
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CNM	Cadastro Nacional de Museus
DISME	Distrito de Meteorologia
DIMUS	Diretoria de Museus
FESPI	Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna
GT	Grupo de Trabalho
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOFOM	Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus
ICOFOM LAM	Organização Regional do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) para a América Latina e o Caribe
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
IPHAN	Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional
MASB	Museu do Alto Sertão da Bahia
NEAS	Núcleo de Estudos do Alto Sertão
NEPAB	Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia
NUPE	Núcleo de Pesquisa e Extensão
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PC	<i>Personal Computer</i>
REMAAE	Rede de Museus e Acervos Arqueológicos
RP	Relações Públicas
SAB	Sociedade de Arqueologia Brasileira
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz

UFBA

Universidade Federal da Bahia

UNEB

Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	11
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1	
O ALTO SERTÃO DA BAHIA: AS ASSOCIAÇÕES IMAGÉTICAS E GEOGRÁFICAS DE UM VASTO TERRITÓRIO.....	22
1.1 APONTAMENTOS SOBRE OS LIMITES IMAGINÁRIOS E GEOGRÁFICOS DO ALTO SERTÃO DA BAHIA	23
1.2 A PORÇÃO QUE CABE A CAETITÉ: ZONA FISIAGRÁFICA DA SERRA GERAL	34
1.3 SOBRE AS PRIMEIRAS FORMAÇÕES DA SOCIEDADE CAETITEENSE.....	53
1.4 O DISCURSO DOS MEMORIALISTAS LOCAIS.....	70
CAPÍTULO 2	
O MUSEU DO ALTO SERTÃO DA BAHIA	78
2.1 MUSEU: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	79
2.2 DELINEAMENTOS PARA “MODELAR” A MUSEOLOGIA	91
2.2.1 Nova Museologia: do movimento formador a uma atual tendência contemporânea	97
2.3 “SER TÃO” MUSEU: O MASB – SURGIMENTO E CRIAÇÃO.....	104
2.4 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DO MASB.....	125
CAPÍTULO 3	
O MUSEU DO ALTO SERTÃO DA BAHIA E AS CULTURAS DIGITAIS	134
3.1 TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE: APONTAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE A “GRANDE REDE”	135
3.2 APROXIMAÇÕES ENTRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS MUSEUS.....	150
3.3 VIRTUAL OU NÃO: EIS A QUESTÃO! – CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA A (DES) CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU DITO “VIRTUAL”. 163	
3.4 ENQUETE: EXPECTATIVA (OU A FALTA DESTA) EM TORNO DE UM MUSEU EXPRESSO NA “GRANDE REDE”	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	192
REFERÊNCIAS	197
ANEXOS	200
APÊNDICES.....	213

INTRODUÇÃO

Muitas das mudanças pelas quais passou e passa a sociedade contemporânea influenciam os constantes processos de (re) organização social. Nesse cenário marcado por discursos plurais, a expansão do homem no mundo, por vezes, acaba por dar a impressão de que não há mais “mundo” a ser conquistado: o fluxo da informação fez cair os “limites” do homem consigo mesmo e com o seu meio ambiente – domínio da técnica e da natureza.

É necessário, assim, (re) pensar em ato os significados qualitativos das transformações através do olhar sobre a comunicação além-mídia, observando, assim, o potencial da comunicação como instrumento de repasse de fluxo de informações e, por que não?, para além do estatuto social. Pensar assim significa perceber que, quase sempre, parte-se de um princípio processual no qual “estar”, muitas vezes, é mais adequado do que “ser” – em processos constantes de mutação.

Sim! Vive-se num processo interminável de novidades: novas linguagens, novas formas de vida, novos valores. Até mesmo o tradicional acaba ganhando nova “roupagem” quando é qualificado como “ressignificado”. O frescor do novo e a conseqüente adaptação (muitas vezes imperativa) e transformação movimentam as bases sociais num “vai e vem” que mais parece ser inexorável, principalmente se as novas TICs, seus discursos e paradigmas forem considerados.

Não indiferentes a tais mudanças estão os museus e a Museologia: de um lado, a Museologia atravessada por conhecimentos técnicos, científicos e práticos, noutro movimento, está o homem, objeto de estudo dos museus, articulador, construtor e executor da técnica, da ciência e da prática. Tal pressuposto de dominação pode ser complementado com o fato de o homem ser reconhecido como criador e o consumidor de suas demandas, tecnologias e informações. Isso justifica, em certa medida, as mudanças pelas quais passou a Museologia e os museus até que se apresentassem tais e quais hoje se mostram: sempre em movimento.

Esta dissertação propõe reflexões sobre essas mudanças principalmente à luz do discurso das culturas digitais. Para tanto, apresenta-se o Museu do Alto Sertão da Bahia, objeto de estudo desta pesquisa, cuja origem remonta ao ano de 2011, atrelado a

licenciamentos ambientais necessários para a instalação de complexos eólicos no interior baiano, especificamente nos municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã.

Quanto à **estrutura da dissertação**, julgou-se como melhor percurso tratar do Alto Sertão da Bahia no Capítulo I. Nesse sentido, as pesquisas apontam um território que possui limites imaginários que separavam os atuais estados brasileiros da Bahia e Minas Gerais. E, se por um lado os limites imaginários não são tão convencionais como sugere um atlas, por outro expressam ricamente a carga histórica, cívica, política, econômica e cultural dos sertanejos que lhes conferiram esta nomenclatura, Alto Sertão. Em seguida, o capítulo delimita o recorte espacial geográfico desta pesquisa, a cidade de Caetité, cujo passado histórico se relaciona intimamente com a ocorrência de minerais e descobertos auríferos na região. Desse modo, o capítulo mostra a situação geográfica privilegiada daquela cidade que se consolidou como ponto de pouso e abastecimento, além de ser referência para exploradores que passavam pela região à procura de ouro e pedras preciosas no interior da Bahia.

O Capítulo I aborda também a maneira pela qual foram formadas as primeiras famílias locais, além de arranjos e manobras políticas, econômicas e culturais na concepção de historiadores e memorialistas locais. Além disso, o capítulo propõe reflexões sobre os locais que guardam evidências de um passado histórico, a Casa Anísio Teixeira (CAT) e o Museu de Cultura Popular e Arquivo Público de Caetité (APMC), ambos chancelados como museus pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Tratar dessas duas instituições culturais foi importante para delimitar e introduzir o segundo capítulo, que trata de museus e Museologia. Para tanto, foram traçadas reflexões que contextualizam o museu desde a sua origem, até a existência dos diversos tipos museológicos conhecidos na atualidade. Além disso, o capítulo debruça-se no museu, campo fundador da Museologia, destacando as principais transformações ocorridas e marcos históricos, dentre os quais uma tendência que ficou conhecida como “Nova Museologia”.

Esclarecidos os processos históricos e breve, porém necessária contextualização entre museus e Museologia, são apresentadas as ideias iniciais que visaram à criação, *a priori*, de um museu arqueológico na cidade de Caetité. Essa tipologia foi se transformando até que, mais tarde, esse museu, ainda uma “semente”, fosse percebido como um museu de território, o Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB).

Assim, o Capítulo 2 evidencia também a forma pela qual essa instituição surge, então, como o resultado da concepção original voltada para uma tipologia que dialoga com Arqueologia. Essa tipologia foi sendo modificada quando o projeto de criação do MASB

passou a abarcar, além da cidade de Caetité, as cidades baianas de Igaporã e Guanambi, todas envolvidas nas questões de licenciamentos ambientais por parte das empresas de energia eólica que se estabeleciam na região àquela ocasião. Em outro momento, a pesquisa narra o diagnóstico situacional do MASB, instituição que se projeta para alcançar, além das cidades citadas, outras cidades do território alto-sertanejo.

O fato de comportar uma abordagem multidisciplinar sobre a memória e o patrimônio faz da Museologia e dos museus grandes potências de transformação social. Assim, o museu, meio expresso de comunicação, é uma ferramenta ímpar que a sociedade pode ter a serviço do desenvolvimento social. Por isso mesmo, o museu mostra-se atento às demandas sociais, o que o coloca a par do discurso crescente e sem precedente das culturas digitais. Assim, unidas, essas duas potências de transformação social, o museu e as ferramentas advindas da cultura digital, podem provocar transformações em segmentos e grupos sociais. Desse modo, a pesquisa torna evidente que a cultura digital pode se configurar como um “lugar” ou mesmo um “não lugar¹” capaz de acolher e traduzir os fenômenos ditos “museais” na Internet.

Por isso, o Capítulo III expõe reflexões que tratam dos fenômenos: museu e comunicação; além de abordar o surgimento da Internet e suas consequências, dentre as quais destacam-se: a cultura digital e as novas formas de reorganização social, econômica, cultural e, até mesmo, comportamental. No que tange à Museologia, para a melhor compreensão dessas mudanças, foram analisados os museus que se expressam pela e na Internet, os museus classificados como: digitais, hipermuseus, cibermuseus, netmuseus, webmuseus, museus *on-line* e os ditos “museus virtuais”.

Esta última qualificação de museus, “os virtuais”, recebeu maior atenção nesta dissertação, pois fora constatado na pesquisa bibliográfica que o termo “virtual” existe como “potência” e guarda pouca semelhança com o senso comum que defasadamente associa o modo de fazer virtual a algo eminentemente vinculado à Internet ou à falta de materialidade. Desse modo, são evidenciadas algumas reflexões sobre o virtual e o digital. Por fim, o capítulo III traz uma enquete que teve a finalidade de verificar a expectativa (ou a falta desta) na concepção do MASB como um museu expresso na e pela Internet.

Esta dissertação tem como **objetivo geral** estudar as relações entre a Museologia, os museus e o discurso da cultura digital, tendo como objeto de estudo o MASB. Seus **objetivos específicos** são: abordar os possíveis diálogos articulados entre o museu e as TICs; pesquisar,

¹ Este termo/conceito é cuidadosamente tratado no Capítulo III desta pesquisa.

definir e comparar as diferenças conceituais utilizadas para a classificação de um museu como virtual, *on-line* e digital; estudar e refletir sobre o conceito de virtual e verificar as possibilidades e expectativas (ou falta destas) em torno do MASB como museu que possa se valer das TICs. Tem-se também como objetivo específico uma reflexão sobre a importância das novas tecnologias da informação e comunicação a serviço da difusão e acesso democratizado de instituições museológicas, especificamente do MASB.

Esta abordagem se **justifica**² numa perspectiva vinculada à constatação do conceito filosófico do significado de virtual como potência, semente, devir. Acredita-se que essa conceituação seja importante para a Museologia e somar-se-á aos poucos estudos realizados no Brasil sobre esta temática complexa. Nesse sentido, destacam-se autores como Loureiro (1998) (2003), Scheiner (2009), Magaldi (2010), Carvalho (2008) e Lima (2012) e Lima (2013).

Este estudo possui uma **revisão de literatura** especializada, na qual se realizou consulta a livros e periódicos presentes na Biblioteca da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e no acervo do Grupo de Estudos sobre Cibermuseus, além de artigos científicos selecionados através de busca no banco de dados do *Scielo*, *4Shared*, *Ebah.com* e *Google*. Leituras sobre o Alto Sertão e Caetité foram imprescindíveis, dentre as quais destacam-se os seguintes autores: Santos (1954 e 1997), Neves (1986), Gumes (1975), Mendes (2002 e 1996), Neves (2005), e Neves e Miguel (2007), Pires (2003) (2009), Nogueira (2010), Aguiar (2011) e Santos (2014).

Leituras sobre a origem das instituições museológicas baseadas em Suano (1986), Guarnieri (1989), Mairesse (2007), Marandino (2008), Scheiner (2009), Cândido (2013),

² Como profissional de Comunicação Social, habilitada em Relações Públicas, o interesse pelo GT de criação do MASB se deu, inicialmente, como forma de valorização de um projeto pioneiro e inovador que envolve o território que dá nome a essa instituição museal, o Alto Sertão da Bahia, região em que nasci e resido. O envolvimento com as discussões traçadas no âmbito do GT do MASB, a maneira com que esse museu foi construído de forma participativa por diferentes vozes que, com força incomum, quer preservar a memória e o patrimônio regional, os núcleos e a vocação territorial inata dessa instituição, constituíram o alicerce que consolidou, além do sentimento de pertencimento (posto o fato de eu ter nascido na cidade de Caetité - BA), uma enorme vontade de que aqueles saberes e fazeres pudessem ser, de algum modo, potencializados pelas novas TICs. Além do GT do MASB, fui convidada a participar, também, do processo de criação da Associação dos Amigos do Museu do Alto Sertão da Bahia (AMASB), compondo, desde então, o Conselho Administrativo e, dentre outras deliberações inerentes ao cargo, auxiliando na formulação do Estatuto e Regimento Interno dessa organização que pretende se consolidar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Só então, a partir de um contato mais próximo com esse processo de implantação do MASB, passei a visualizar possibilidades de agregar valor a esse processo a partir da minha área profissional, Comunicação Social. De que forma um comunicólogo (RP) poderia contribuir para a Museologia e, mais especificamente, com o MASB? Acredito que, para além da criação de plataformas virtuais, proposta inicial desta pesquisa, as reflexões propostas nesta dissertação já são um caminho para modestas contribuições que não podem ser resumidas nesta pesquisa por um único motivo: estudar, pesquisar, contribuir... tudo isso é virtual... mutável... não cessa... é um “devir”!

Desvallée e Mairesse (2013), Poulot (2013) e Chagas (2015), foram esclarecedoras para a compreensão dos museus como templos, instituições de pesquisas, locais inseridos nas universidades e o fenômeno museu ao serviço da sociedade hoje em dia.

Os estudos epistemológicos apontaram que, antes de ser considerada como uma ciência por alguns estudiosos, a Museologia fora avaliada de diversas maneiras: ora como disciplina, ora como disciplina científica, ora como disciplina sócio-científica. Nesse aspecto, citam-se, dentre outros autores: Mensch (1980), Schreiner (1980), Cerávolo (2004), Henández (2006), e Scheiner (2009).

Estudos importantes sobre o museu foram essenciais para traçar comparações e entender as mudanças ocorridas no papel social do museu, que evoluiu de modo a atender demandas sociais, fato que, *a priori*, e dentre outros, justifica a existência de diferentes tipos museológicos que surgiram na contemporaneidade – mais acessíveis e dinâmicos em suas propostas e funções sociais.

Os parâmetros e autores estudados para as reflexões sobre o digital, o virtual e as novas TICs revelaram que as mudanças pelas quais passou a sociedade foram muitas e significativas, assim como a nova ordem tecnológica ganhou proporções sem precedentes. As leituras norteadoras que favoreceram essa percepção foram baseadas em autores como Deleuze (1996), Pierre Lévy (1996, 1999 e 2001), Deleuze e Guattari (1997), Manuel Castells (2000), André Lemos (2006), dentre outros. Sobre as TICs e os museus destacam-se autores como Loureiro (2004), Scheiner (2004 e 2009), Carvalho (2008), Magaldi (2010), Lima (2012) e Lima (2013).

Não menos importantes, destacam-se **disciplinas centrais** (no âmbito da creditação): TEORIA MUSEOLÓGICA, disciplina lecionada pela professora Heloísa Helena Costa (cujas contribuições foram por demais preciosas e esclarecedoras); PATRIMÔNIO E PODER, disciplina conduzida pelos professores Joseânia Miranda e Marcelo Cunha; CIBERCULTURA, disciplina conduzida pelo professor André Lemos, e TEMAS EM CIBERCULTURA, conduzida pelos professores Graziela Natashon e José Carlos Ribeiro.

Quanto à **metodologia**, sendo a Museologia uma ciência que comporta uma abordagem multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar sobre a memória e o patrimônio, e, considerando o ciberespaço como ambiente que pode se configurar como um novo lugar (ou um não-lugar) para abrigar os fenômenos museais na Internet, esta pesquisa considerou suas interfaces com a História, a Geografia e Estudos Culturais, perpassando também por conceitos teóricos e práticos da Comunicação. Assim, o **método de abordagem** adotado para este

estudo foi o Método Indutivo, utilizado no sentido de priorizar a observação e reflexão sobre fenômenos culturais e sociais, cuja conclusão se inclina para atingir proporções maiores do que as premissas iniciais traçadas para a pesquisa.

Dessa forma, foram realizadas análises teóricas e sociais, e estudos que expuseram a gênese da instituição museu e os tipos de instituições contemporâneas, assim como os marcos salutares para a compreensão do advento e atual uso e disseminação da Internet e novas TICs, traçando relações entre tecnologias aplicadas à Museologia e aos museus. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos utilizados incluíram a pesquisa sistematizada em *sites*, além de pesquisas bibliográficas e documentais, estudos aprofundados em práticas museais, além de técnicas de pesquisas qualitativas e quantitativas.

Ressalte-se que, como meios **exploratórios** de pesquisa **qualitativa**, foram empreendidos estudos e pesquisas científicas no Grupo de Pesquisas sobre Cibermuseus, além de questionários e entrevistas em profundidade com professores e alunos do Grupo Escolar Monsenhor Bastos, escola pública municipal de Caetité (enquete), além de outros moradores da referida cidade.

Portanto, a presente pesquisa se encaminhou para a verificação dos possíveis (e não imperativamente necessários) diálogos entre o MASB e a cultura digital para além do Alto Sertão da Bahia. Nesse sentido, foi preciso “visitar” o conceito de virtual que qualifica essa instituição como potência que não necessariamente precisa de aportes digitais para ser um museu virtual.

Deseja-se que esta pesquisa seja de valia para pesquisadores e demais interessados na temática abordada - ainda tão pouco explorada e com potencial tão vasto no tocante à difusão dos museus.

CAPÍTULO 1

O ALTO SERTÃO DA BAHIA: AS ASSOCIAÇÕES IMAGÉTICAS E GEOGRÁFICAS DE UM VASTO TERRITÓRIO

*“[...] Já foi-se o tempo do fuzil papo amarelo pra se bater com poder lá do sertão,
mas Lampião disse que contra o flagelo tem que lutar com parabelo na mão.
[...] Falta o cristão aprender com São Francisco,
falta tratar o nordeste como o sul,
falta outra vez Lampião, Trovão, Corisco,
falta feijão ao invés de mandacaru.”*
Lenine

Pensar na cultura a partir de uma categoria de análise pode facultar ao pesquisador variadas formas de abordar um determinado objeto de pesquisa. Por isso, os conteúdos históricos e as relações sociais dos indivíduos de determinado local e época são, além de exercício de pesquisa, uma forma de entender, ao tempo em que se pode pretensiosamente problematizar valores e fatores que podem estar intimamente ligados às relações de poder, patrimônio, cultura e memória de determinado lugar.

Partindo desses pressupostos, este capítulo trata, no primeiro momento, da região do Alto Sertão da Bahia, cujo espaço geográfico dialoga diretamente com os limites imaginários que separavam os atuais estados brasileiros da Bahia e Minas Gerais. Nesse sentido, os limites imaginários podem não ser tão claros, mas expressam com maestria o significado histórico, cultural, político e econômico dos que nesse território viveram e contribuíram para essa nomenclatura.

A seguir, o capítulo discorre sobre o recorte espacial geográfico desta pesquisa: a cidade alto-sertaneja de Caetité, cujas terras pertenceram aos mandatários das Casas da Torre e da Ponte, situada, dentre outras localidades, bem próxima da cidade baiana de Rio de Contas, cujo contexto histórico pende para a ocorrência de minerais e descobertos auríferos. Nesse cenário, Caetité consolidou-se como referência no Alto Sertão e foi reconhecida por ser um pequenino núcleo povoado com uma situação geográfica privilegiada ao estar situada nas elevações da Serra Geral. Desse modo, Caetité foi um estratégico ponto de pouso e abastecimento para os exploradores que estavam à procura de ouro e pedras preciosas no interior da Bahia.

No terceiro momento, o capítulo aborda uma “suposta” maneira pela qual foram

formadas as primeiras famílias locais, assim como são evidenciados e analisados os arranjos culturais e econômicos baseados nas narrações dos discursos dos historiadores e memorialistas locais.

Por fim, o capítulo trata dos locais que guardam evidências de um passado histórico que, certamente, influenciam o atual contexto do Alto Sertão, e mais precisamente, a cidade de Caetité, principalmente com a criação e implantação do Museu do Alto Sertão da Bahia, objeto de estudo desta pesquisa.

1.1 Apontamentos sobre os limites imaginários e geográficos do Alto Sertão da Bahia

O termo Alto Sertão possui uma alusão voltada mais para uma região imaginária que se inclina para evidenciar a paisagem, o espaço geográfico, as ações humanas e os fatores físicos do que propriamente os limites e fronteiras geográficas determinados por órgãos federais ou estaduais.

Pelo seu vasto território, a base física do Alto Sertão pode ser referenciada de acordo com o curso do Rio São Francisco, e sua vegetação é o resultado da união entre a caatinga e o cerrado, onde podem ser vistos os extensos campos abertos e ínvios no alto da serra (os “gerais”), além dos planaltos de terra vermelha (os “gurungas”). Pela diversidade de seu território, o Alto Sertão pode também ser compreendido, em si mesmo, por “uma geografia esboçada pelos baixios e gerais, caatingas e cerrados, assim como pela diversidade de povoações, linguagens e manifestações culturais” (GUIMARÃES, 2012, p. 21).

O termo “sertão” designa não só “espaços de personalidades variáveis, sem uma única conotação ao longo do tempo”, como também é de se notar que “definir-se um determinado segmento do território como sertão não é suficiente para entendermos os processos que lá se desenrolam”. O sertão é, portanto, “movediço em vários sentidos” (IBGE, 2009, 101).

Já o termo “Alto Sertão” é uma expressão comumente utilizada por pesquisadores, memorialistas locais, cronistas regionais e habitantes do atual extremo Sudoeste da Bahia desde tempos remotos. De acordo com Guimarães (2012), tal expressão ganha o que o autor chama de “uma elasticidade histórica” que, de certo modo, contribui e “dá conta de expressar as dinâmicas socioculturais de uma porção do território baiano”. Essa expressão contribui para um entendimento mais prático, fácil e denso do que os enquadramentos propostos por órgãos dos governos estadual e federal. É possível, assim, concordar com o autor no sentido

de entender que as delimitações podem não ser tão claras, mas “a trama tornou-se fecunda por expressar a historicidade das representações, das condições de vida e da dimensão cultural de um **espaço distante dos grandes centros urbanos brasileiros** (grifo nosso)” (GUIMARÃES, 2012, p. 22 e 23).

Para muitos autores, essa porção territorial da Bahia parece ter incorporado o nome autodenominativo de Alto Sertão, muitas vezes usado na tentativa de situar essa região em relação ao litoral e Recôncavo Baiano. Nesse contexto, destaca-se PRADO JÚNIOR (1999), que, ao tratar dos Altos Sertões do Nordeste, imprimia ênfase no fato de essas serem terras mais afastadas da capital, arredadas do litoral, da costa e do Recôncavo. Para esse mesmo autor, o Alto Sertão era um refúgio para negros, índios e mestiços que fugiam do jugo da escravidão provindos do litoral e “escapos da justiça, que sobre eles pesava mais que sobre as outras categorias da população” (PRADO JÚNIOR, 1999, p.113).

Para outros autores, o Alto Sertão é tratado de maneira plural (sertões de cima) no intuito de tratar das distâncias e altitudes das terras existentes entre o Sul da Bahia e Norte de Minas Gerais. Outros ainda, de maneira estratégica e para facilitar a compreensão, usam o termo como um recurso para metaforizar o território, suas tramas político-sociais e culturais, além de seus símbolos e redes que, juntos, identificavam a porção territorial sertaneja que ficava no alto, na parte de cima da Bahia, tendo como referência principal o Rio São Francisco. Aqui, cabe citar Estrela (2003), que, sobre a noção de região imaginária, ressalta a necessidade de “historicizar” as regionalizações, o que, conseqüentemente, influencia e identifica não somente os fatores que particularizam a região imaginária– geográficos, culturais, históricos, etc. – “mas sobretudo as percepções e o imaginário dos homens que a habitam” (ESTRELA, 2003, p.37).

Saliente-se que o curso do Rio São Francisco se tornou, de maneira consensual entre os autores pesquisados, uma referência salutar para identificar os locais que já foram os currais da Bahia, assim como para situar as linhas imagéticas que determinam a região do Alto Sertão. Esse rio desempenhou papel fundamental na sobrevivência dos sertanejos, assim como desde muito cedo facilitou o transporte e o contrabando, exerceu influência direta no aparecimento de vilas e deu vida aos arraiais que serviam de portos e passagem entre as margens. O São Francisco foi responsável também por facilitar, possibilitar e alimentar trocas entre pontos distantes do território (IBGE, 2009, p.77).

Configura-se ainda como um rio que exerceu um importante referencial que facilitava as associações imagéticas desse território ao enquadrar-se nos altos sertões limítrofes da Bahia e

de Minas Gerais, onde incidia uma região algodoeira de certa importância. Trata-se, assim, de uma referência que abrange, no Sul da Bahia, a área que se estende a leste do rio São Francisco, compreendendo a serra de Monte Alto, Rio de Contas, Gavião e Conquista, cujo centro principal já foi a cidade de Caetité (PRADO JÚNIOR, 1999, p.151).

Era comum que, em meados do século XVII e no século XVIII, a parte do Norte de Minas Gerais fosse imageticamente considerada parte integrante do Alto Sertão da Bahia, permitindo que essa região fosse configurada “de tal modo gigantesca que chega a compreender vasta porção interiorana, desde praticamente todo o Nordeste até a inclusão de parte de Minas Gerais” (GUIMARÃES, 2012, p. 21). Outro fato que pode ter contribuído sobremaneira para que o Norte do estado de Minas Gerais estivesse incluso nessa associação é que, até meados do século XVII, grande parte do que hoje é delimitado como o Norte desse estado pertenceu à Capitania da Bahia.

Tendo o Rio São Francisco como referencial, de acordo com Neves (1998), o Alto Sertão é uma região “caracterizada pela morfologia da vegetação da Bahia” e “localiza-se entre a Serra Geral e a Chapada Diamantina”, de acordo com a “posição relativa ao curso do rio São Francisco, na Bahia” assim como quanto “ao relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes” (NEVES, 1998, p.22). Importa salientar que a margem direita do Rio São Francisco foi fundamental também no que tange a delimitar a região do Norte de Minas da porção do Sul da Bahia, pois, de certo modo, determinava os limites de uma área que ficou também conhecida como os Sertoins de Cima ou Sertoins de Sima³.

Estrela (2003, p. 39) identifica o Alto Sertão baiano como uma região formada “por toda a Serra Geral e franjas das microrregiões econômicas do Médio São Francisco, Chapada Diamantina, Sudoeste e Paraguaçu”. Para Neves (2005, p. 19), “embora haja quem estenda seus limites ao sul, por parte do atual Estado de Minas Gerais e, ao norte, para além da Chapada Diamantina”, esse território “abrange o território angulado pelos rios Verde Grande e São Francisco”, portanto **não possui contornos precisos**. Dessa maneira, pode-se afirmar

³ Nomenclatura amplamente usada por Pires (2009) no livro “Fios da Vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertoins de Sima - BA” para tratar de aspectos físicos, econômicos, e socioculturais da região do alto sertão no período de 1860 até 1920. O livro está dividido em quatro capítulos. O primeiro delimita imagética e geograficamente a região do alto sertão, trata do comércio de escravos nas cidades de Caetité e Rio de Contas ao passo que contextualiza a escravidão local com fatos históricos do Brasil. O segundo é voltado para os viajantes que, estando de passagem na região, narraram sobre as cidades supracitadas, assim como relata importantes dados sobre comércio, agricultura e outros aspectos socioeconômicos e culturais da região. O terceiro trata dos escravos, forros e libertos e as relações sociais, os costumes preservados e outras teias intersociais necessárias para a sobrevivência dos pobres livres e ex-escravos. O quarto e último capítulo trata do destino de um escravo condenado à sua própria sorte: livre pela lei, mas preso pela sociedade e suas convenções sertanejas pertinentes à época.

que o Alto Sertão não possui os enquadramentos geográficos feitos por órgãos governamentais. Assim, torna-se evidente que, no que se refere aos limites tratados por diversos autores como imaginários, difundidos e traçados imgeticamente pelos sertanejos, não são os mesmos de que dispõem os documentos geográficos oficiais, tais como o Atlas (Figura 1).

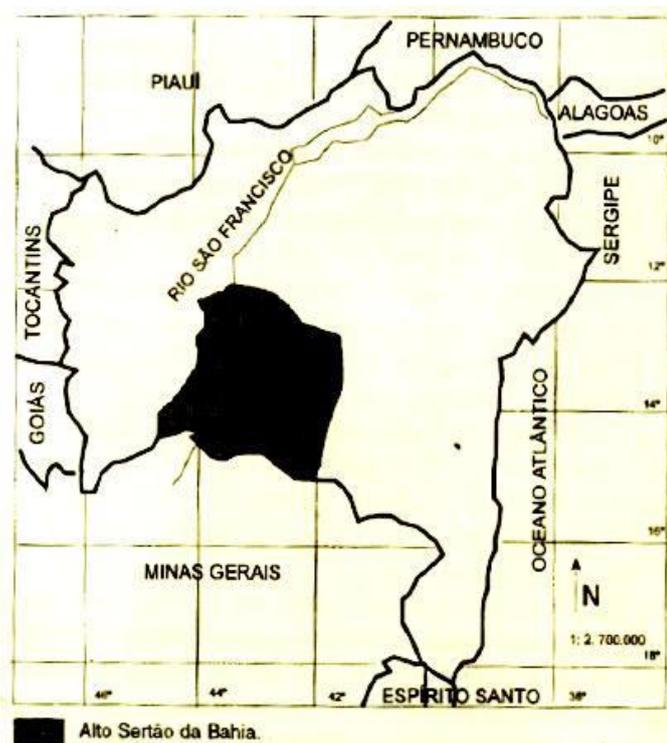


Figura 1: Mapa do Alto Sertão da Bahia. (ESTRELA, 2003, p.38)

É de suma relevância informar que os enquadramentos e limites imaginários da região entendida como Alto Sertão tendem a ganhar mais densidade na medida em que facilitam o entendimento do processo pelo qual passou essa porção baiana desde sua colonização (e outros aspectos culturais e sociais), até os enquadramentos microrregionais feitos por órgãos federais ou estaduais:

O alto sertão baiano, que não aparece entre os sertões do Atlas, mas referenciado pela Chapada e pelos currais da Bahia tem, todavia, um significado histórico e geográfico mais abrangente, porque consegue ultrapassar características, de certa forma, determinantes, tais como a econômica e a política. É, antes de tudo, uma referência de localização que foi ganhando força de região imaginária (GUIMARÃES, 2012, p. 31).

Dentre as características apontadas para o termo “Alto Sertão”, Neves (2005) alerta para o fato de ser uma região com origem na formação do território colonial. Trata-se, então, de um espaço:

constituído pela sua população, consciente da identidade socioambiental (grifo

nosso) desenvolvida com vínculos de parentesco e de vizinhança, práticas comuns de folguedo, religião, tradições, representações, políticas, atividades econômicas, enfim, usos e costumes, **na convicção de conterraneidade e no sentimento de integração naquele sertão** (grifo nosso). Todos esses sentimentos, sensações e afinidades, além de se desenvolverem num espaço geográfico específico, constituem vivências sociais, políticas, econômicas e culturais de uma comunidade, aglutinada num determinado contexto, a partir de certo tempo, a transição para o século XVIII, quando se iniciou a ocupação econômica regional, transmitidas por sucessivas gerações, como sua memória, de modo a forjar suas representações e preservar seu patrimônio histórico-cultural (NEVES, 2005, p.18).

Há fortes indícios que apontam para um primeiro vetor de povoamento e ocupação econômica baseado nas movimentações da pecuária pelos baixios (planícies arenosas) do Rio São Francisco. Esse processo de povoamento e ocupação econômica dessa região, de acordo com Neves (1999), se “iniciou com fazendas de gado de Antônio Guedes de Brito, **pecuária com trabalho escravo, contrariamente ao que informa a historiografia tradicional** (grifo nosso)” (NEVES, 1999, p. 119).

Sabe-se que a historiografia tradicional silenciou certos discursos, entretanto é de suma importância acentuar que o Alto Sertão baiano não foge ao regime escravista, fenômeno comum entre muitas outras regiões brasileiras. A colonização dessa região, assim como o fluxo migratório, outro fator determinante no processo de povoamento, fora motivada pelos arrendamentos e comercializações de terras dos mandatários da Casa da Torre⁴ e pelos sucessores da Casa da Ponte⁵.

Observando-se as ponderações de Josildeth Gomes (1952, p.222), citada por Pires (2009, p. 15), as Casas da Torre e da Ponte eram propriedades quase exclusivas dos D'Ávila e Guedes de Brito desde “toda a extensão desde Urubu (atual Paratinga) até abaixo do Salitre, passando pelas cabeceiras dos rios Real, Itapicurú e Inhambupe. Até 1663 estava apropriada toda a margem baiana do grande rio”. Quanto a isso, Santos (1997) informa que “as terras dessa região foram alcançadas pelo movimento colonizador baiano” e teve em “Antonio Guedes de Brito, fundador da Casa da Ponte, seu maior representante, rivalizando com a Casa da Torre” (SANTOS, 1997, p.17).

Diante das pesquisas realizadas, torna-se inquestionável a influência de Antônio Guedes

⁴ “A constituição dos domínios da Casa da Torre teve início quando Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil (1549-1553), encarregou Garcia d'Ávila da defesa da cidade de Salvador, instando-o a subjugar os índios que viviam no entorno e ao norte do sítio urbano e a construir uma torre ou um forte para a vigilância e proteção da cidade e da costa [...]. Garcia d'Ávila que, supõe-se, era filho de Tomé de Sousa, cumpriu a determinação e pode escolher a área que desejava receber como sesmaria” (IBGE, 2009, p.55).

⁵ “Outra extensa propriedade que se constituiu na Bahia, esta a partir do Século XVII, foi transformada em morgado: a Casa da Ponte. Sua formação iniciou-se com a doação de terras ao mestre de campo Antônio Guedes de Brito pelo vice-rei do Brasil, D. Vasco de Mascarenhas, Conde de Óbidos, em 1663”. Saliente-se que outras doações foram feitas ao morgado (IBGE, 2009, p.55).

de Brito e Francisco Dias D'Ávila no Alto Sertão da Bahia, sendo estes os senhores⁶ conhecidos por possuírem inúmeros currais de gado e atuarem como importantes fornecedores de animais a várias regiões sertanejas tomadas de povos indígenas.

Esses povos tradicionais foram expulsos de suas terras na mesma medida em que a Coroa Portuguesa se apossava das vastas extensões de terra e as incorporava aos seus domínios. Essa prática muito contribuiu para que os desbravadores adquirissem a doação dos terrenos incultos e/ou abandonados da capitania (sesmarias) como forma de recompensa. Foi desse modo que, ainda no século XVII, as famílias dos Garcia d'Ávila e os Guedes de Brito, anteriormente citados, tornaram-se proprietários de quase toda a extensão de terras da Bahia, além de terras em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Maranhão e Ceará. A dimensão dessas propriedades pode ser verificada na obra de Antonil (1997):

Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, **quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito** (grifo nosso). **Porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio de São Francisco** (grifo nosso), acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes de Brito possuem desde o morro dos Chapéus até a nascente do rio das Velhas, cento e sessenta léguas. E nestas terras, parte os donos delas têm currais próprios, e parte são dos que arrendaram sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil réis de foro (ANTONIL, 1997, p. 85).

Quando habitada por povos indígenas, as terras do Alto Sertão representavam perigo para os, então, “forasteiros” e era comum a ideia de sertão como sinônimo de medo e local onde habitavam bárbaros. Então, retomar a ideia de sertão como lugar que inspira medo é como afirmar a inexistência de lei, “como lugar de domínio da barbárie porque ainda não sentiu a presença de autoridades legais”. Outrossim, a região dos currais da Bahia foi percebida como sertão pelos habitantes “das Minas Gerais”, na mesma proporção em que essa

⁶ De acordo com as pesquisas empreendidas por Neves (2005), a região denominada “Alto Sertão da Bahia” fora resultado do que o autor chamou de “conquista de povos indígenas”. Tal território foi ocupado por Antônio Guedes de Brito, em meados da segunda metade do século XVII e manteve-se na mesma cadeia sucessória entre seus familiares sucessores. Assim, as posses foram transferidas para a sua filha, Isabel Maria Guedes de Brito, seguida de sua neta Joana, que, depois de enviuvar-se de João de Mascarenhas, contraiu novas núpcias com Manoel de Saldanha da Gama. “Dona Joana”, assim chamada por Neves (2005), não teve filho em nenhum dos enlaces e “legou tudo” para o senhor Manoel da Gama, seu segundo marido nomeado sucessor também no morgado. Após o falecimento de Joana, Saldanha da Gama contraiu novas núpcias em Portugal e tornou-se pai de João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito. A João, por sua vez, além das heranças paternas e maternas, coube-lhe, de um tio sem descendência, a titularidade de conde da Ponte. Coube-lhe também exercer função de administrador do Morgado Guedes de Brito, sendo o sexto administrador e também sexto titular da Casa da Ponte. Após a morte do sexto conde da Ponte, em 1809, quando governava a Bahia, a condessa enviuvada e seus filhos venderam todos os seus domínios imobiliários, inclusive as terras vinculadas ao Morgado Guedes de Brito e às capelas que a Casa da Ponte administrava, depois da extinção do vínculo (morgado e capela) no Brasil, em 1835, “sob influência das revoluções liberais ibéricas” (NEVES, 2005, p.116 e 117).

última região era percebida como sertão pelos habitantes das vilas do Rio de Janeiro e de São Paulo do Piratininga em meados finais do Século XVII (IBGE, 2009, p.57).

Assim, os índios, primeiros e legítimos moradores da região, eram, muitas vezes, tratados como rebeldes e selvagens desordeiros submetidos ao trabalho escravo de “desbravadores”. Tratados como “gentios bárbaros”, eles foram condenados ao “castigo”, à escravidão e ao extermínio. Quanto a esse fato, Souza (s/d, p.6) afirma que, desde meados de 1553, quando as expedições da Companhia de Jesus penetraram nos sertões, era comum que essa **região fosse reconhecida como sinônimo de perigo, terras de rebeldes sem lei**, por ser, então, uma terra desconhecida. Até meados do século XX, a ideia de sertão conotava áreas em que a ordem instituída era a dos coronéis.

Guimarães (2012) alerta para o fato de, desde a Carta de Pero Vaz de Caminha, o termo “sertões” ser utilizado para referir-se a terras distantes e, somente com o passar dos anos, adquiriu associações voltadas para a questão da ausência de lei e de ordem:

Ao longo do processo de ocupação foi adicionado o sentido de terra ignota, desconhecida e perigosa. Daí para designar a parte ainda não incorporada pelo colonizador nos primeiros séculos de colonização. No período setecentista, com a febre da mineração, a ideia de sertão esteve associada à ausência da lei e da ordem (GUIMARÃES, 2012, p.30).

Aos poucos e pelo modo como foram **exploradas, tomadas e colonizadas**, as terras do alto sertão deixaram de representar perigo, e, ao contrário, começaram a granjear sinônimo de oportunidade de negócios como, por exemplo, os currais de gado. Esses currais baianos localizavam-se nas bordas do São Francisco, do rio das Velhas, do rio das Rãs, do rio Verde, do rio Paramirim, do rio Jacuípe, do rio Itapicuru, do rio Vaza Barris, do rio de Sergipe e de outros rios.

Sobre os tais currais do período colonial da Bahia, Pires (2009, p.104) alerta que a área dos “sertoins de sima” “constituiu-se historicamente com a criação de gado vacum, os denominados currais da Bahia”, numa extensão delimitada pelo São Francisco até o Rio das Velhas “e, posteriormente, com a mineração, na Chapada Diamantina”. Foi desse modo que as fazendas de criar prosperaram e foram se expandindo pelo sertão desde o século XVII, e a exportação do gado da zona do São Francisco para a capital se fazia através do planalto baiano.

Ao contrário do que possa parecer, os currais da Bahia, também conhecidos como currais são-franciscanos, eram locais de transição, pois “foi o trânsito a principal marca da região, tanto pela comercialização de produtos como pelo deslocamento de animais” (IBGE, 2009, p.78). Entretanto, antes da comercialização de animais, “surgiram as fazendas de

criação no ano de 1697, onde eram mantidos os escravos que trabalhavam na lavoura e na formação dos primeiros currais” (Souza, s/d, p.6).

Dono de inúmeros currais baianos, Guedes de Brito era um continuador “da tradição portuguesa da guerra da conquista” no sentido de dar continuidade às guerras que eram movidas contra os povos tradicionais nativos, o que “resultou numa incomensurável guerra de extermínio”. Os conquistadores “moveram guerra contra os tapuias no sertão da Bahia”. Travava-se assim um combate desigual entre índios, os chamados “gentios bárbaros”, e os bandeirantes que se destacaram no Alto Sertão em meados do século XVII, a saber: Diogo de Oliveira Serpa (1651), Gaspar Rodrigues Adorno (1651-1654) e Tomé Dias Lasso (1656) (NEVES, 2005, p.124).

Foi na metade desse mesmo século que a guerra contra os tapuias, assim chamados por Neves (2005) para fazer referência aos índios alto-sertanejos nativos, foi declarada. Esforçados em não ceder à tomada de terras a que se propunham os expedicionários, os tapuias resistiram o quanto foi possível. Muitas das expedições contra os nativos da região foram estrategicamente reforçadas com índios guerreiros *paiaiás*, declarados inimigos dos tapuias. Todavia, os próprios *paiaiás* foram os responsáveis por boicotar uma das muitas tentativas de guerras movidas pelos bandeirantes expedicionários:

Massacrados em combates desiguais, os tapuias continuaram na ofensiva. [...] O governador Francisco Barreto de Menezes (1657-1663) recorreu ao capitão-mor de São Vicente e à câmara de São Paulo, para que contratassem sertanistas experientes a fim de combater o “gentio bárbaro” do sertão da Bahia. [...] uma tropa comandada pelo capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros, secundado pelo capitão Bernardo Santos Aguiar, chegou de São Paulo à Bahia e partiu em combate, depois de receber reforços. Dos *paiaiás* obtiveram guias que conspiraram e desviaram a expedição das aldeias tapuias. Depois de vagarem por muito tempo, até esgotarem os suprimentos e exaurir a tropa por fome e doenças, fugiram e organizaram um ataque ao que restava da expedição, na aldeia de Tapurice e na serra do Camisão. Em reação, o governador Francisco Barreto de Menezes declarou **todos os índios inimigos passíveis do mais cruel castigo e extermínio** e **ordenou Tomé Dias Lassa a queimar todas as aldeias, degolar homens e cativar mulheres e filhos** (grifo nosso) (NEVES, 2005, p.125).

Com base nessas informações, é possível afirmar que essa foi uma região que sofreu forte influência de bandeirantes que estavam à procura de riquezas e penetraram sertão adentro “na tentativa de **conquistar o índio e explorar minas** (grifo nosso)” (SOUZA, s/d, p.6). Aliás, a guerra aos índios desde o litoral até o mais recôndito sertão é fato consumado nas histórias das tomadas de terra e colonização da Bahia. Estimulados pela fama dos tesouros minerais, ou para forçar grupos indígenas ao trabalho escravo em fazendas, muitos expedicionários penetraram nas terras sertanejas, dando início ao período das bandeiras

baianas que precederam as paulistas nas descobertas dos sertões⁷.

De acordo com o IBGE (2009, p.58), as bandeiras paulistas “chegaram à barra do rio das Velhas ainda em busca tanto de ouro e esmeraldas, quanto de índios para o trabalho escravo”. Com explícitos combates e guerras movidas contra os índios, torna-se importante ressaltar que essa “conquista” não era necessariamente uma conquista, tão pouco era pacífica, conforme argumentações de Neves (2005):

Para melhor situar o universo do estudo no contexto do seu povoamento e exploração econômica, procurou-se conhecer o processo de conquista e ocupação do território, na segunda metade do século XVII, pelo mestre-de-campo Antonio Guedes de Brito. Este sertanista apropriou-se da margem direita do São Francisco, desde o centro-norte da Bahia ao centro-sul do atual território de Minas Gerais. Nesse processo, **moveu guerra contra as populações indígenas**, (grifo nosso) estabeleceu fazendas pecuaristas, ao longo do grande rio e seus afluentes e avançou ao leste, numa área superior ao território da maioria dos países da Europa ou da soma de alguns deles (NEVES, 2005, p.22).

Santos (1997), baseando-se em registros sobre Entradas e sertanistas, narra o importante período das bandeiras, sem, contudo, aprofundar-se sobre estudos de aldeias, seus habitantes e seus conflitos:

Também às Bandeiras Paulistas se deve a colonização da região, tendo elas chegado com a expedição de Matias Cardoso de Almeida, “Mestre de Campo e Tenente General” que, vindo por terra, em 1690, obteve para si e mais 18 companheiros, uma sesmaria de 80 léguas de terra nas cabeceiras do Rio das Rãs, “com obrigação de colonizá-la no prazo de cinco anos [...]. Destes companheiros, ficou conhecido na região o padre Antonio Filgueiras que se estabeleceu na bacia dos rios Carnaíba de Dentro e Carnaíba de Fora, afluentes do Rio das Rãs, “os currais de Filgueiras” como eram conhecidos nos Roteiros (SANTOS, 1997, p.17).

Não é de se pasmar que tenha havido a resistência por parte dos que foram tratados como “selvagens”. Nem é difícil perceber o quão devastador foi este processo expedicionário em prol da conquista de terras e das tentativas de explorar os nativos. Um fator que pode ter contribuído sobremaneira para tirar um pouco do foco esse processo devastador contra os índios foi a descoberta das minas de ouro. Souza (s/d,) informa que as bandeiras lideradas por Pedro Gomes, Rodrigues Adorno, Francisco D’Ávila e Francisco Brás “**combateram os selvagens e destruíram aldeias, levando a dar força ao movimento colonizador**” (grifo nosso) das regiões onde surgiram as minas auríferas. De acordo com o mesmo autor, esses bandeirantes foram os responsáveis pela economia e abertura de estradas que ligavam as minas de Jacobina aos centros mais populosos da região do São Francisco, onde eram transportados alimentos e gado (SOUZA, s/d, p. 6 e7).

⁷ As bandeiras comandadas por Antônio Guedes de Brito e Matias Cardoso de Almeida, no ano de 1697, tiveram domínio sobre os selvagens e combateram os rebeldes, assegurando a paz nas terras que faziam limites entre a Bahia e Minas Gerais, restituindo a ordem pública. Eles tiveram grande participação na colonização da região (SOUZA, s/d, p.7).

Quanto à economia, de cunho essencialmente agropastoril, as terras alto-sertanejas se destacavam pelo cultivo de roças de mantimentos próprios para a subsistência, tropeirismos e pequenas manufaturas de couro, além da utilização estratégica dos baixios, muito propícios à criação de gado. Merece destaque também a exportação de algodão justificada pelos fatos de alguns senhores mais abastados manterem articulações comerciais e financeiras com Salvador, Recôncavo e Minas Gerais (PIRES, 2009, p.83).

Tais considerações estão alinhadas às narrações de Prado Júnior (1999, p.151), que, sobre o Alto Sertão, alerta para o clima seco da região, característica climática esta muito propícia e que vem a calhar no tocante ao cultivo do algodão. Para Guimarães (2012, p.59), baseando-se em pesquisas realizadas por Pedro Celestino da Silva (1932), o algodão predominava e era “o principal e mais próspero gênero agrícola, embora não comparável com a produção áurea de fins da época colonial”.

Tal produção aurífera se deu com a descoberta de jazidas de minas que muito movimentou a economia da região. As minas de Jacobina, exploradas pelo sertanista Belchior Dias Moreira no início do século XVII e por Castelo Branco no final daquele século, foi apenas o prelúdio do ciclo que foi iniciado na Bahia. No alto sertão foram descobertas as jazidas de ouro nas minas de Rio de Contas, no leito do rio Brumado (Figura 2).

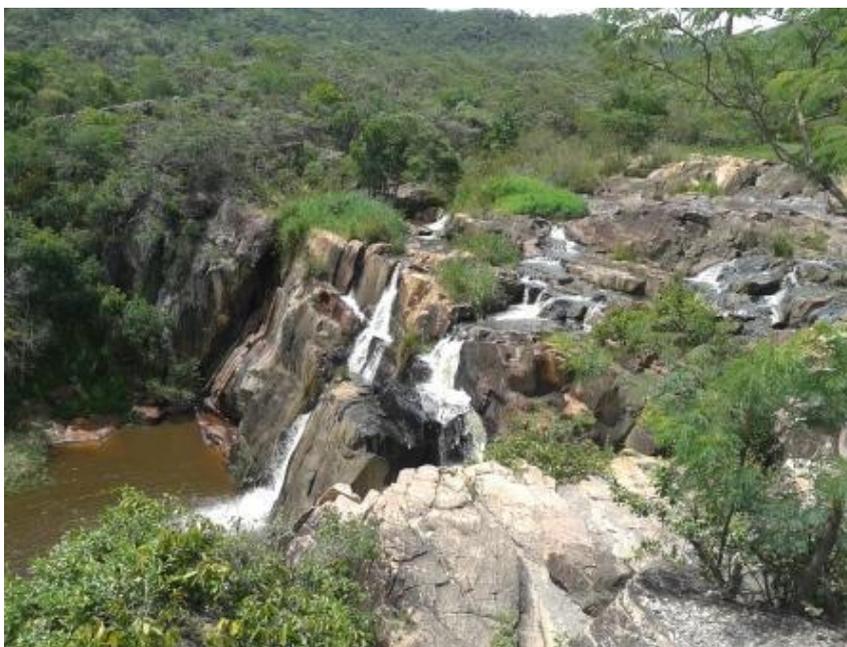


Figura 2: Cachoeira do Fraga: queda d'água do rio Brumado. Rio de Contas - Bahia.
Autor: Zamana Brisa. 2015.

De acordo com Neves e Miguel (2007), as minas do Rio de Contas foram descobertas

em meados de 1718 e 1719, na serra da Tromba, pelos bandeirantes paulistas Sebastião Pinheiro da Fonseca Raposo, seu filho, Antônio Raposo Tavares, seu irmão, Antônio Raposo Fonseca, e seu sobrinho Antônio Almeida Lara. Os mesmos autores alertam para o fato de que, dez anos mais tarde, em 1729, essas minas já congregavam cerca de 2.000 pessoas. Entre os rios Paramirim e de Contas, Antônio Carlos Pinto também efetuou descobrimentos de minérios nas primeiras décadas do século XVIII. As Minas Novas “foram descobertas em 1727 pelo Paulista Sebastião Leme do Prado na região do Rio das Velhas e do Serro Frio”. Já as minas nas nascentes do Rio Pardo “foram descobertas em 1698”. Neves e Miguel (2007) discorrem também sobre as jazidas de salitre, na serra dos Montes Altos, “descobertas em 1747 por Pedro Leolino Matriz, superintendente de Minas Novas em 1729” (NEVES e MIGUEL, 2007, p.202-203).

A partir dessas análises, é possível concordar com Pires (2003, p.37) neste ponto: que “o povoamento e desenvolvimento do sertão baiano esteve relacionado à mineração”, assim como à “longa tradição agropecuária, notadamente a parte adjacente ao rio São Francisco”. Por isso, em relação a Rio de Contas (região da Chapada Diamantina) e Caetité (região da Serra Geral), a mineração de ouro foi essencial para o desenvolvimento dessas e de outras regiões e localidades próximas. De outro modo, os criatórios de gado e o cultivo da lavoura de subsistência, para além de movimentarem a economia local, desenvolveram papel fundamental para o abastecimento dos centros mineiros, conforme ponderações de Pires:

A mineração de ouro na Chapada Diamantina serviu para desenvolver outras regiões limítrofes como o Vale do São Francisco e a Serra Geral que com os seus criatórios de gado e lavouras de subsistência abasteciam os centros mineiros. A Serra Geral já estava ocupada, desde os meados do século XVII, pelos currais do Antonio Guedes de Brito, fundador da Casa da Ponte (PIRES, 2003, p.38).

Neves (2005, p.52) afirma que, a partir do início do século XVIII, a economia foi articulada de acordo com os laços entre os “tropeiros locais” e os de outras regiões, sendo a produção agrícola destinada ao comércio local. Assim, na fase inicial do século XVIII, desenvolveu-se em unidades agrárias de diferentes dimensões. Essas dimensões são explicadas pelo fato de haver a “necessidade do autoabastecimento, imposta pelas distâncias de transporte”.

Não é difícil considerar que essas muitas dimensões locais favoreceram e impulsionaram os intercâmbios em circuitos e rotas interprovinciais. Destacam-se, assim, alguns produtos comercializados, tais como: o fumo, o algodão, a cachaça e o açúcar feitos da

cana-de-açúcar, o couro, que alcançaram mercados externos. Nesse sentido, a economia de base do alto sertão ganhou força e destaque por possuir caráter:

pecuarista e policultor (consórcios de algodão, milho e feijão, com pequenas monoculturas de cana, arroz, mandioca e destaque da cotonicultura), desde o início do povoamento, em princípios do século XVIII, quando se expandiram as fazendas de gado das margens do São Francisco para seus afluentes e tributários e se intensificou a partir da segunda década desse século, com a mineração aurífera na serra da Tromba (NEVES, 2005, p.29).

Com a descoberta das minas às margens do Rio das Contas e posterior criação da Vila de Nossa Senhora do Rio de Contas, muitas regiões próximas foram exploradas. É certo que a criação de gado movimentou o fluxo comercial e financeiro dessa região, entretanto a mineração propiciou o aparecimento de muitos aglomerados urbanos. Muitos desses núcleos rurais ganharam destaque por estarem situados à margem da mais importante estrada que ligava as regiões da Chapada Diamantina e as lavras de Minas Gerais, tornando-se ponto de parada para os viajantes e exploradores. Nesse contexto, e em decorrência do fluxo de garimpeiros é que nasceu o que, àquela época, era um pequeno sítio rural que delimita o recorte espacial geográfico desta pesquisa: antiga vila e atual cidade de Caetité.

1.2 A porção que cabe a Caetité: zona fisiográfica da Serra Geral

Foi num momento histórico em que “as minas gerais” estavam enfrentando os problemas surgidos pela sua forma de ocupação e exploração aurífera, que ocorreram os primeiros indícios de que uma porção da Chapada Diamantina possuía minérios com potencial de exploração. É indispensável enfatizar que a ocorrência do ouro nesse território não pode ser equiparada com a ocorrência de minerais e descobertos auríferos nas minas gerais.

Diferente do ciclo mineiro, o ciclo da Bahia não se afastou do “foco de disputas entre os dois grandes morgados que marcaram os primórdios da história baiana”, as já citadas Casa da Torre, dos Garcia d’Ávila, e a Casa da Ponte, dos Guedes de Brito. Desse modo, não havia, por parte da Coroa portuguesa, maiores conflitos ou interferências nessas disputas já que os maiores interesses estavam voltados para garantir o abastecimento de alimentos e gado bovino para as Minas (IBGE, 2009, p.102).

Pelo potencial aurífero que possuía, a localidade de Rio Contas, cidade-mãe dos minérios do Alto Sertão, adquiriu destaque nos relatos do engenheiro militar português Miguel Pereira da Costa. Segundo tais relatos, narrados por Neves e Miguel (2007, p.30), Rio

de Contas fora ocupada por possuir minas “seguras e inexpugnáveis por qualquer nação estrangeira”, além de possuir ouro em boa qualidade. Em 1732, Rio de Contas destacava-se também pelo vasto território de sua abrangência, que alcançava todo o vale de mesmo nome, até o litoral, assim como abrangia as regiões hoje conhecidas e denominadas de Chapada Diamantina (Figura 3), Serra Geral, Planalto da Conquista e o Norte de Minas – do rio Jequitinhonha ao São Francisco – e partes do vale do Paraguaçu e Jequiriçá (NEVES e MIGUEL, 2007, p. 60-61).



Figura 3: Vista da Chapada Diamantina (a partir de Rio de Contas – Bahia.)
Autor: Marco Antônio de Carvalho Oliveira, 2007. Fonte: IBGE,(2009, p.104).

Bem próximo da cidade-mãe dos minérios do Alto Sertão, como é conhecida a cidade baiana de Rio de Contas, um pequenino núcleo povoado ficou muito conhecido por possuir uma situação geográfica privilegiada ao estar situada nas elevações da Serra Geral. Trata-se da atual cidade de Caetité, situada a cerca de 114 quilômetros da atual cidade de Rio de Contas. Nogueira (2010) informa:

Caetité e todo o Alto Sertão da Bahia eram **rincões em que a vida transcorria assim... tranquilamente; o sertanejo aqui vivia as agruras de um clima semi-árido**, (grifo nosso) regulando seu dia a dia e seus projetos ao ritmo do tempo da natureza: **períodos prolongados de seca intercalados por curtos períodos de chuvas** (grifo nosso). A cidade, no entanto, desfrutava de situação geográfica privilegiada; encravada nas elevações da Serra Geral e possuindo os bons ares de um clima tropical favorecido pela altitude de 825 m, transformou-se **em ponto de apoio para os viajantes e tropeiros** que vinham da região do médio São Francisco na Bahia com destino a Feira de Santana ou, na direção oposta, ao Estado de Minas Gerais. **Chegar a Caetité significava a oportunidade de recarregar as energias** (grifo nosso) minadas pelos extenuantes dias de viagem sob o forte sol do semiárido nordestino, regada pela **excelente água potável encontrada naquele sítio** (grifo nosso) (NOGUEIRA, 2010, p.31).

“Nascida” de um núcleo rural, Caetité possui terrenos acidentados pela Chapada Diamantina, de sul para norte, que aí toma os nomes de Serra Geral, Ametistas, Jatobá,

Gurunga, Cubículo, Joazeiro e Mocambo (SANTOS, 1954, p. 10). Sua vasta extensão de terras já alcançou até o Norte de Minas Gerais, que, só considerando os limites da Serra Geral da Bahia, já possuiu abrangência de **“cerca de 22 mil quilômetros quadrados, algo próximo a 4% do território do Estado da Bahia”** (grifo nosso), diferente do que pode ser observado atualmente (NEVES, 2005, p.20) (Figura 4).

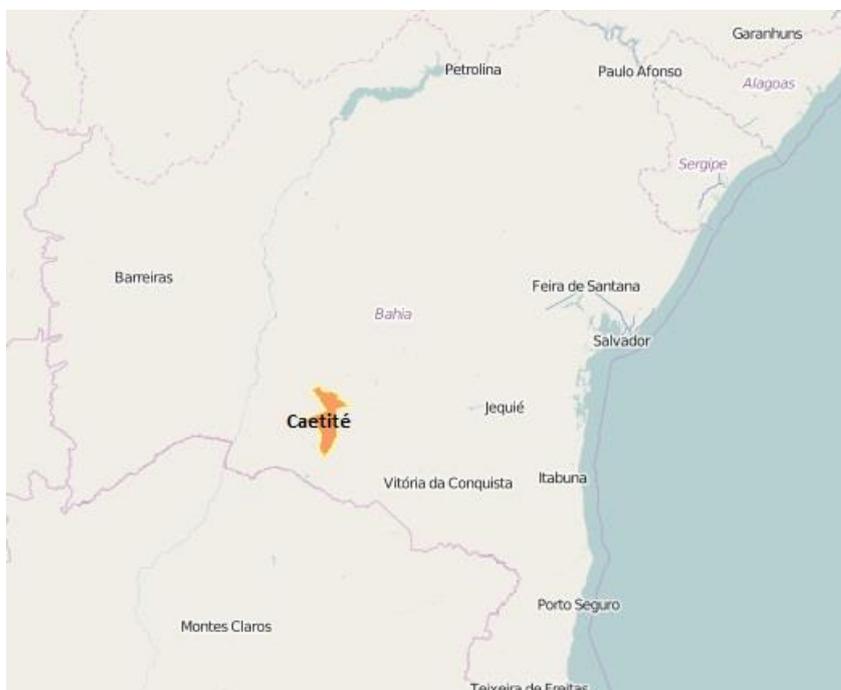


Figura 4: Mapa do Estado da Bahia⁸ (Adaptado). Fonte: IBGE, 2015.

Essa porção do sertão baiano a que se dedica este estudo situava-se, originalmente, próxima a uma enorme pedra conhecida como “Pedra Redonda”, em terras que pertenceram ao Capitão Estêvão Pinho. De acordo com a memorialista Santos (1997), havia agrupamentos indígenas na região. As terras da Pedra Redonda em língua *tupi* eram chamadas de CAA (mata) ITA (pedra) ETÉ (grande) ou “Mata da Pedra Grande”. Tempos depois, a região ficaria conhecida com o nome de Caitaté, como forma sincopada da palavra indígena de origem *tupi*.

A primeira denominação formal difundida foi o topônimo *Caitaté*, que, mais tarde, passou a se chamar *Caiteté*, cujo fundador, de acordo com a Enciclopédia dos Municípios, foi o “meste-de-campo Antonio Guedes de Brito” (FERREIRA, 1957, p.106). Nessa mesma fonte de pesquisa, a povoação de *Caitaté* ou *Caiteté* teria sido, originariamente, uma aldeia de índios caetés. Entretanto, essa ideia de que Caetité, denominação final e oficial resultante das formas sincopadas anteriormente citadas, teria sido fundada por índios caetés é refutada por pesquisadores e historiadores.

Mendes (1996, p.21) aufero o título de “antiga lenda” para a história da existência dos

⁸ Destaque para algumas cidades, inclusive Caetité, recorte espacial desta pesquisa.

índios caetés nessa região e assevera que a origem do nome da cidade é “motivo de opiniões diversas, gerando, desta maneira, sérias controvérsias”. Esse autor defende, portanto, que a origem da cidade de Caetité nada tem a ver com a ideia dos índios caetés descritos no Relatório de Inspeção, também conhecido como “Descrições Práticas da Província da Bahia”, elaborado pelo então Capitão de polícia da província da Bahia, o senhor Durval Vieira de Aguiar:

Em 1822, Durval Vieira de Aguiar recebeu o encargo de inspecionar os destacamentos situados no centro da província, com o objetivo de constatar problemas de indisciplinas. [...]. Nessas andanças pelo interior baiano, percorrendo cidades, vilas e povoados, nos legou através de seu relatório publicado em primeira edição pela tipografia do Diário da Bahia, em 1888, importantes informações sobre os municípios da Bahia naquela época (MENDES, 1996, p. 21).

Após análise em fontes documentais, Mendes (1996, p.22) afirma também que, na sua originalidade, seria correto considerar: “a palavra indígena era: *CAA-ITA-ETÊ*, conforme prova sua grafia primitiva até antes de Caetité receber foros de vila, em 1810, quando ainda se escrevia CAITATÊ”. Mas, para o autor, as variadas formas da grafia deixaram de ser usadas quando a agência do Banco do Brasil foi inaugurada no local e, de maneira errada, adotou a grafia “Caetité”, atual e oficial forma sincopada da palavra indígena, quando o correto deveria ser “Caiteté”.

Para Santos (1997, p.22), o núcleo primitivo, também chamado de “Caetité Velho – 12 quilômetros abaixo da cidade”, foi se expandindo na mesma medida em que era verificada a necessidade de buscar o “melhor espaço e aguadas” onde o vale se ampliava “regado pelos riachos Pedreiras, Jatobá e Alegre” e “se formaram várias chácaras ou pequenos sítios”. Santos (1997) adverte também para o fato de que “as muitas versões desta palavra são justificados pelas suas origens”, o que torna possível afirmar que, independentemente da grafia, todas elas estão relacionadas ao lajedo da Pedra Redonda ou “grande pedra do sítio do Caitaté Velho” (SANTOS, 1997, p. 31).

Ressalte-se que essa cidade, que possui o gentílico “caetiteense”, cujas terras pertenceram aos mandatários das Casas da Torre e da Ponte, tem porções de terras resultantes de vendas de imóveis e partilhas de inventários pós-morte que definiram o perfil da estrutura fundiária do Alto Sertão da Bahia, conforme afirmações de Neves (2005):

A Casa da Ponte vendeu, até liquidação final na década de 1830, todos os imóveis dos sertões da Bahia e Minas Gerais, e os transferiu aos arrendatários, para os quais parcelava pagamentos, ou a outros interessados. Desse modo, como já fazia desde final do século XVIII, definiu o perfil da estrutura fundiária do Alto Sertão da Bahia e suas vizinhanças no século XIX. Desde então, a propriedade fundiária fragmentou-se em sucessivas partilhas de inventários pós-morte, de tal modo, que a tendência contrária de concentração, através da compra não conseguiu reverter o processo de

minifundização (NEVES, 2005, p.181).

Sobre o início do pequeno núcleo, Mendes (1996, p.23) informa que sua origem está atrelada a uma das várias fazendas estabelecidas por invasores. O autor informa que foi no ano de 1740 que a família Carvalho, possuidora da primeira fazenda, edificou uma Capela para a santa católica Santa Ana, doando terras para a criação de uma freguesia, o que foi feito no ano de 1754. Foi assim que, sob um forte contexto catolicista à época e local, sob a invocação da santa católica Santa Ana, que a capela, após passar por melhorias e reformas necessárias, serviu de matriz.

O local onde fora edificada a capela corresponde, geograficamente, ao mesmo local onde está situada atualmente, na Praça da Matriz, a Igreja da Catedral de Senhora Santana (Figura 5).



Figura 5: Igreja da Matriz de Caetité, autor desconhecido, s/d..
Acervo do Arquivo Público Municipal de Caetité.

No local em que fora edificada a modesta capela, posteriormente foi edificada a igreja da Praça da Matriz com menção à mesma santa outrora venerada. Entretanto, é importante salientar que, numa das reformas ocorridas, a catedral teve as torres da direita e da esquerda retiradas. Nesse sentido, foi edificada uma torre central, a qual ainda hoje permanece (Figura 6).



Figura 6: Igreja da Matriz após reformas. s/d .
Autor desconhecido. Acervo Particular da família de Coriolano Araújo.

Em 1754, fora criada a então “Freguesia de Santa Ana do Caitaté”. Mesmo que a cidade de Caetité não tenha adotado o nome da santa católica Sant’Ana como outrora, o município é tratado em livros e pesquisas com fortes inclinações para um sólido contexto político catolicista nas obras dos memorialistas locais. Até hoje, a santa Santana é venerada como padroeira local pelos adeptos do catolicismo. No mês de julho, e logrando o título de sede paroquial da região, são realizados cultos e procissões em homenagem à santa católica.

A Freguesia de Santa Ana era um lugar de pouso e ponto de passagens para os tropeiros e exploradores que estavam à procura de ouro nas jazidas de Nossa Senhora do Rio das Contas, atual localidade de Rio de Contas. Fizeram parte dessa freguesia os arraiais e as capelas de Nossa Senhora do Rosário da Canabrava, Santo Antônio das Duas Barras, São Sebastião do Amparo de Umburanas, Nossa Senhora do Amparo das Almas, Nossa Senhora Mãe dos Homens de Monte Alto, Santo Antônio da Barra, São Sebastião do Cisco e Bom Jesus dos Meiras (SANTOS, 1954, p.7).

De acordo com pesquisas realizadas por Aguiar (2011, p.137), “esta cidade tornou-se sede de Diocese, desmembrando-se da Arquidiocese de Salvador, em 1913. A partir de então, Caetité tornava-se também o centro religioso regional”. Totalizam 35 os municípios que atualmente fazem parte da Diocese de Caetité, e, nesse sentido, “é possível estabelecer uma

noção da abrangência territorial⁹ que estava sob a tutela religiosa dos clérigos caetiteenses”.

Atendo-se novamente ao contexto econômico, de acordo com os relatos de Santos (1997, p.19), “naquele tempo” o que se procurava eram minas; e Caetité não possuía o tão desejado ouro, nem o importante e rentável salitre. Entretanto, a pecuária, a agricultura, o ouro e o salitre foram a régua e o compasso que impulsionaram a ocupação da região do Alto Sertão. E quando descobertos, o ouro e o salitre foram de suma importância para a ocupação das capitânicas de Porto Seguro, da Bahia e de Ilhéus. Foi assim que:

as jazidas auríferas do rio das Velhas, na última década do século XVII, as de Jacobina, do Rio de Contas, do Sincorá, de Araçuaí e do Serro Frio, no século XVIII, assim como as de salitre dos Montes Altos, tornaram-se polos de convergência para aventureiros e comerciantes que se expunham aos mais variados riscos em busca do enriquecimento rápido (NEVES e MIGUEL, 2007, p. 202).

Mesmo sem ouro ou salitre, Caetité consolidou-se como ponto de passagem, descanso e abastecimento de gêneros e como tal se firmou e se destacou economicamente na região do alto sertão baiano. Segundo o relato de Durval de Aguiar, em 1888, Caetité já “tinha cerca de mil casas com uma população avaliada em seis mil almas” – referindo-se às pessoas que já haviam recebido o sacramento do batismo católico. Por ser vizinha da freguesia de Monte Alto, onde se extraía o salitre, e de Rio de Contas com sua mineração aurífera, “desenvolveu-se em Caetité uma área comercial de grande significado para a região que, ajudado pelo excelente clima, provocou prosperidade da freguesia” (MENDES, 1996, p.23).

Nesse sentido, as tropas de mulas e jumentos eram indispensáveis ao comércio local e ao abastecimento do comércio regional, no qual muitos escravos sertanejos viveram de arrear tropas de bestas. Esses animais eram alimentados com rapadura e milho quebrado, nutrição que os fazia resistir às longas distâncias às quais eram submetidos¹⁰ (ANEXO A).

São três as principais e mais conhecidas rotas do comércio do sertão baiano: via rio

⁹ Algumas das considerações da mesma autora enfatizam que, “apesar de em 1913 a divisão municipal ter sido menor, o território composto por essa diocese era maior, tendo em vista que somente em 1967 uma área de 23.673km², composta por 20 municípios, foi desmembrada da Diocese caetiteense para formar a Diocese de Livramento de Nossa Senhora” (AGUIAR, 2011, p.137).

¹⁰ Após o ciclo do ouro, as rotas oficiais que serviram à fiscalização e transporte de minérios foram amplamente usadas para um importante circuito comercial das tropas e tropeiros. Algumas rotas, dentre as quais se destacam “Os caminhos do sertão”, foram fundamentais para o transporte de gêneros alimentícios que circulavam no interior baiano e regiões de Minas Gerais. Essas estradas marcam também o transporte de escravos conduzidos para territórios de Minas Gerais, vendidos por grandes fazendeiros baianos, o conhecido Tráfico Interprovincial de Escravos. Essas estradas e rotas serviram também para agricultores e pequenos lavradores transportarem gêneros alimentícios que abasteciam as feiras regionais e locais em vilas próximas, como é o caso da feira livre de Caetité. No caso da Bahia há um demarcador importante para que esses caminhos e estradas fossem inutilizados a partir da década de 40, como, por exemplo, a Rodovia Lapa-Itabuna, que, além de mudar a dinâmica comercial, torna os caminhos do sertão obsoletos. Outra rodovia que facilitou o esvaziamento dessas estradas e rotas sertanejas foi a Rio-Bahia, que proporciona uma ascensão à cidade de Vitória da Conquista, antiga Vila de Conquista, que noutros tempos já pertenceu ao território caetiteense.

São Francisco (caminho que tornava possível a chegada a Januária – MG); a São Francisco das Chagas (atual Barra) e a Carinhanha. A segunda via se fazia pelo rio Paraguaçu, ligando o circuito do Recôncavo Baiano (atuais Nazaré e Cachoeira) à Chapada (Vila do Rio de Contas - BA) e encaminhando-se rumo ao rio São Francisco. A terceira via se fazia pela estrada baiana de Juazeiro, localidade que tornava possível o acesso ao entroncamento com os estados de Piauí e Pernambuco.

A relevância de Caetité nessas rotas de comércio foi maior com o surgimento das vilas do sertão quando foram abertas novas estradas, assim como quando houve acentuada exploração de minérios na Chapada, fazendo com que não só Caetité, mas também Rio de Contas e Minas Novas¹¹ ficassem conhecidas como grandes centros distribuidores e polos ativos, através da pecuária, agricultura e criação de gado (PIRES, 2003, p.40).

Foi no ano de 1754 que a Freguesia de Santa Ana do Caiteté passou a ser assim reconhecida, para, posteriormente, em 1810, ser tomada como vila, a Vila Nova do Príncipe e Santa Ana do Caiteté:

A capela ficou filiada à matriz de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas até que, por Alvará Régio de 1754 e Provisão do 8º Arcebispo do Brasil, Dom José Botelho de Matos, foi o arraial erigido em freguesia com o nome de Santa Ana do Caiteté. Por Alvará Régio, de 5 de outubro de 1759, as terras incorporadas à Coroa e por Provisão do Conselho Ultramarino de 12 de julho de 1803 foi ordenada a criação da vila. A criação, porém, só se deu em 1810, por força do Decreto de 26 de fevereiro, tomando a vila o nome de vila Nova do Príncipe e Santa Ana do Caiteté, em honra ao príncipe regente D. João (FERREIRA, 1957, p.105 e 106).

Nesse momento histórico da Bahia, em que atividades comerciais estavam sobremaneira voltadas para a extração e lapidação do ouro, assim como para o transporte desse minério para os portos, a Coroa portuguesa usufruía dessas riquezas coloniais em larga escala. Por isso mesmo, estabeleceu-se rígida fiscalização nas minas na tentativa de evitar roubos ou contrabandos. De acordo com Neves e Miguel (2007), para evitar desvios, a Coroa portuguesa restringiu os caminhos e portos através dos quais “a produção do ouro poderia escoar para além-mar”. Eram permitidas as saídas a partir de Parati e Rio de Janeiro, ao sul, e Salvador, ao norte das regiões de Minas (NEVES e MIGUEL, 2007, p.205).

Como a prospecção de ouro no “Brasil Colonial” era intensa, e em função da necessidade de controle desse minério, foram então criadas rotas oficiais, que eram as estradas reais. Nessas rotas¹² era transportado tal minério desde a sua exploração até o seu escoamento

¹¹ Até 1763 Minas Novas pertencia à Bahia e destacou-se por ser grande produtor de algodão.

¹² No caso do território baiano, destaca-se a rota do Ouro da Boa Pinta, que ligava a Vila do Rio de Contas até a Vila da Cachoeira, via Chapada Diamantina, de onde o ouro era levado para Salvador e, posteriormente, para

nos principais portos exportadores de ouro no Brasil, a saber: Salvador e Rio de Janeiro. A fiscalização imposta pela Coroa portuguesa estava alicerçada, controlava o volume da exploração de ouro, mas, sobretudo, para obter a cobrança de impostos. Assim, “os representantes dos interesses da Coroa tentaram, inicialmente, minimizar as perdas através da instalação de postos de controle da circulação de mercadorias e arrecadação de impostos” (IBGE, 2009, p.56).

Justificam-se, então, as muitas estradas alternativas que foram fechadas em prol do controle exigido para o transporte e fiscalização do ouro que transitava apenas nas rotas oficiais. Não é de se pasmar que os caminhos não oficiais eram usados para o contrabando do ouro como forma de burlar¹³ o controle. Os caminhos oficiais e os não oficiais (**os chamados descaminhos**) eram alvo de preocupação para a Coroa portuguesa, que, muito rapidamente tentara, a qualquer custo, evitar o contrabando, ladrões e salteadores:

Esses processos revelam ainda a rapidez com que se estabeleceram essas rotas e, mais que as rotas, os mercados ligando as minas à Bahia e ao vasto território do vale do São Francisco. Já em 1706, uma carta do governador D. Rodrigo da Costa assinalava a necessidade de um registro no arraial do mestre de campo Matias Cardoso de Almeida (atual município de Matias Cardoso, no Norte de Minas) a fim de se evitarem os infinitos descaminhos que por aquela parte se fazem (CARRARA, 2007, p. 129).

Entretanto, a Coroa portuguesa não dispunha de condições que garantissem a exploração das riquezas em todo o território colonial. Tampouco havia condições adequadas para controlar a arrecadação dos impostos nas muitas vilas e freguesias onde havia produção e circulação de mercadorias. Por esse fato é que uma boa parte da porção da Bahia que abrange os antigos currais são-franciscanos fora, de certo modo, poupada da fiscalização dos representantes da Coroa.

O Alvará Régio pelo qual foi criado o arraial Santa Ana do Caiteté era, de modo geral, outro meio de fiscalização portuguesa, além de envolver uma estratégia nítida de arranjos de

Portugal. Por Rio de Contas também era feita outra conexão pela rota conhecida como “caminhos do sertão”, dentre cujos lugares por onde passava, destacava-se Caetité rumo a Minas Gerais. Desse modo, Caetité situava-se numa bifurcação nos antigos caminhos do sertão: um caminho possível era voltado para a direção de Monte Alto e Malhada; enquanto o outro percurso passava por Guirapá (antiga Umburanas) e Pindaí em direção ao Norte de Minas Gerais.

¹³ Algumas crônicas que não possuem registros oficiais, mas que são transmitidas de forma oral apontam um diálogo entre os caminhos não oficiais ou “descaminhos” e as estratégias utilizadas para roubar o ouro. Conta-se, por exemplo, sobretudo em algumas regiões de Minas Gerais, sobre pessoas que faziam novenas em procissões que levavam ouro dentro de imagens de santos católicos, cuja transmissão oral narra as histórias do “santo do pau oco”. Outra crônica que traduz uma forma de burlar a Coroa portuguesa narra sobre o ouro que era colocado no pelo dos animais, ouro que, ao serem lavados os animais, era recolhido; daí se deduz a expressão “lavar a égua”.

domínio e poder. Essa afirmação justifica-se porque todas as povoações e vilas só poderiam ser criadas mediante Cartas Régias ou Forais:

Além das minas e fazendas de gado, existiam inúmeras aglomerações humanas, basicamente de três tipos: povoações, vilas reais e cidades régias. As povoações, arraiais e povoados designavam aglomerações de um pequeno número de casas. As vilas reais eram fundadas em povoações, arraiais, povoados ou antigas aldeias indígenas que, por razões estratégicas de domínio do território, mereciam atenção do governo metropolitano. Só podiam ser fundadas mediante Cartas Régias e Forais (...) (NEVES e MIGUEL, 2007, p.205).

Caetité ficou subordinada à jurisdição de Jacobina até 1835, ano em que passou a pertencer a Rio de Contas. Foi nesse mesmo ano que Jacobina foi dividida em quatro Comarcas: Rio de Contas, Sento Sé, Jacobina e São Francisco. Somente em 1842 é que foi instituído e criado o Termo de Caetité, mediante o Decreto nº170 de 1842:

O termo de Caetité era composto por três freguesias: Santa Anna de Caetité, Nossa Senhora do Rosário do Gentio (atual Ceraíma, distrito de Guanambi) e Santíssimo Sacramento de Santo Antônio da Barra (Condeúba). Apesar de não ter localizado os números do Censo Demográfico de 1872 para Minas do Rio de Contas, é possível inferir – pela semelhança socioeconômica dessas localidades, naquele período – que a população escrava mantinha-se em níveis bastante próximos aos de Caetité” (PIRES, 2009, p.35).

O Termo de Caetité foi elevado à categoria de Comarca em 1855, “ficando constituído os Termos de Caetité e Vitória” - Vitória da Conquista Lei nº518 de 19/4/1855 (SANTOS, 1954, p.8). Antes, porém, nos idos de 1849, a Vila Nova do Príncipe e Santa Ana de Caetité emancipou a Imperial Vila da Vitória, atual município baiano de Vitória da Conquista, assim como os atuais municípios de Condeúba, Brumado, Jacaraci, Urandi (Umburanas), Guanambi (distrito de Ceraíma), Caculé, Igaporã, Tremedal, Cordeiros, Mortugaba, Presidente Jânio Quadros, Aracatu, Ibiassucê, Licínio de Almeida, Malhada de Pedras, Pindaí, Piripá, Rio do Antônio, Guajeru, Maetinga, Caraíbas, Lagoa Real, dentre outros (NEVES, 2005, p.20).

Sobre esse mesmo aspecto, em tempo, Pires (2009) ressalta que:

como era de se esperar, no curso do século XIX, as regulamentações do Império e, posteriormente, da República, alteraram as instâncias judiciárias no alto sertão e Chapada Diamantina, assim como em todo o território brasileiro. No século XIX, a antiga Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité abrangia administrativamente dez distritos: Caetité, Lagoa Real, São Sebastião do Caetité, Caculé, Rio do Antônio, Passagem de Areia, Canabrava, Bonito, Santa Luzia e Aroeiras (PIRES, 2009, p.107).

A freguesia ou arraial de Santa Anna do Caitaté recebeu foros de vila em 5 de abril de 1810. Para tanto, foi necessário que a freguesia fosse desmembrada¹⁴ da Comarca de Minas

¹⁴ Pires (2009) alerta para o fato de que “a freguesia de Caetité (criada em 1754) foi desmembrada da Comarca de Minas do Rio de Contas, tornando-se vila, através do decreto de 26 de fevereiro de 1810”. A mesma autora

do Rio de Contas. De acordo com Santos (1997), há indícios de que a Comarca de Rio de Contas reclamou contra o desmembramento e, provavelmente, dificultou tal processo ao causar lentidão na instalação da nova vila:

Em 1801, contando o arraial de Santana do Caitaté com mais de 100 casas de telha e cerca de 1.018 habitantes, dirigiram-se estes ao Vice-Rei Dom Fernando José de Portugal e Castro, Marquês de Aguiar, pedindo a elevação da freguesia à categoria de Vila, cujas despesas correriam por sua própria conta. Esta pretensão foi combatida pela vila e Minas do Rio de Contas sob alegação de quebra de integridade de seu território e diminuição de suas rendas e foi causa da demora de sua instalação. A Vila foi criada em 1803 com o nome de Vila Nova do Príncipe e Santana de Caitaté: sua instalação, porém, só se verificou no dia 5 de abril de 1810 (SANTOS, 1997, p.25).

Atentando-se para o Auto de Criação da Vila, ressaltam-se os relatos de Souza (s/d), que, sobre o documento oficial deste momento histórico, transcreve as palavras do escrivão no ato cerimonial:

[...] eu escrivão de seu cargo ao adiante nomeado, fui vindo e sendo ali mandou vir a presença o dito Ministro, e nela fez ajuntar por anteriores pregões dado em voz alta por todo o Arraial pelo porteiro Félix de Araújo da Costa a nobreza e mais povo, não somente do dito Arraial, como também de toda freguesia, e sendo presente lhe propôs que se achava autorizado em nome de Sua Alteza Real, pelos Governantes e Capitães Generosos da cidade da Bahia os ilustríssimos e Excelentíssimos D. Fernando José de Portugal, Conde de Aguiar e Francisco da Cunha Menezes para a criação da vila que se mandava estabelecer neste mencionado Arraial (SOUZA, s/d, p.16).

Segundo esse mesmo autor, assim como na obra de Santos (1997, p.27), depois de receber foros de vila, foram tomadas providências para que fossem demarcados os locais nos quais seriam construídas algumas casas, tendo o Pelourinho como referência, sendo este localizado geograficamente no centro da pequena povoação.

O Pelourinho foi levantado no mesmo dia em que Caetité recebeu foros de vila e constava de um pilar que sustentava o poste usado para enforcamento. Santos (1997, p.28) afirma que não há número exato para relatar quantas execuções foram realizadas no Pelourinho e, para ela, “segundo os mais antigos, não foram muitas”. Entretanto, esse fato não invalida os muitos processos criminais dessa região escravocrata dos sertões de cima que, numa época oitocentista, não fugiu à regra de usar mão de obra escrava nas roças e cidades sertanejas em acentuada postura de dominação senhorial (Figura 7).

afirma que, “de acordo com P. Celestino Silva (1932:107), apresentava, naquela época ‘[...]147 fogos e 1018 habitantes’” (PIRES, 2009, p. 107).



Figura 7: Praça do Pelourinho. s/d. Autor desconhecido.
Acervo Fotográfico do IBGE. Série: Acervo dos municípios brasileiros¹⁵.

Ressalte-se que o Pelourinho, símbolo da autoridade, das relações de poder e marco da fundação, fora erguido no mesmo ano da criação da vila, como padrão àquela época, no mesmo terreno em que, posteriormente, foi construído o prédio da Cadeia e Câmara:

Por ocasião da criação da vila, foi escolhido o local onde seriam edificadas a Cadeia e a Casa da Câmara, na praça, em um terreno que fica ao lado da Matriz do mesmo arraial pertencente a D. Lourença de Brito Gondim e os herdeiros do falecido Capitão Manoel Fialho de Carvalho. A Câmara funcionou provisoriamente, na igreja, até que construída a Cadeia, passou para as salas do sobrado (SANTOS, 1997, p.28 e 29).

Relatos de Souza (s/d, p.43) informam que foi no dia 09 de abril do ano de 1810 que aconteceu a cerimônia de instalação da Câmara. Nessa cerimônia, que obedecia a um procedimento padrão, foram empossadas as principais autoridades municipais pertinentes à época como, por exemplo, juízes ordinários, vereadores, procuradores e escrivão. As vereações inicialmente ocorriam nas casas dos juízes antes de acontecerem na Câmara, no sobrado que pertenceu à família do conde da Ponte. Tal sobrado foi um dos imóveis vendidos pelos descendentes do sexto conde após a morte, em 1809, conforme ponderações de Neves (2005):

Após a morte do sexto conde da Ponte, em 1809, quando governava a Bahia, a condessa e os filhos venderam todos os seus domínios imobiliários, inclusive as

¹⁵ Praça onde fora erguido o Pelourinho com destaque ao prédio onde funcionou a Casa de Cadeia e Câmara. s/d. Autor desconhecido. Acervo Fotográfico do IBGE. Série: Acervo dos municípios brasileiros.

terras vinculadas ao Morgado Guedes de Brito e às capelas que a Casa da Ponte administrava, depois da extinção do vínculo (morgado e capela) no Brasil, em 1835, sob influência das revoluções liberais ibéricas (NEVES, 2005, p.117).

Alguns viajantes percorram o Alto Sertão da Bahia, a exemplo do já citado Durval de Aguiar e de outros que, de modo similar, merecem destaque, a saber: Spix e Martius, que estiveram no Brasil entre os anos de 1817 e 1820. Em comum, esses viajantes narram fatos importantes sobre determinados períodos do comércio da Bahia, dos quais importa, para este estudo, especificamente, a cidade de Caetité. Ambos informam sobre a escravidão¹⁶ da “próspera freguesia”. Outro visitante que esteve no Alto Sertão baiano quando passou pelo Brasil, foi o Alcide D’Orbigny, que alcançou a região caetiteense quando esta cidade ainda era a Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité (Figura 8):



Figura 8: Mapa do Estado da Bahia (1810-1840)¹⁷.
Fonte: (NEVES, 2005, p.23)

De acordo com os relatos de Pires (2003, p.45), Alcide D’Orbigny assinala a

¹⁶ Spix e Martius, que estiveram no Brasil entre os anos de 1817 e 1820, e chegaram a encontrar na fazenda da Lagoa N. Sra. Da Ajuda, em Caetité, a grande população de mais de 160 escravos dos quais compraram milho cultivado em dias livres por estes cativos. Dado pouco frequente entre as estatísticas de plantéis do sertão e ainda aponta para uma realidade que particulariza o trabalho escravo nessa área” (PIRES, 2003, p.44).

¹⁷ Mapa do Estado da Bahia (adaptado) com destaque do município Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité (1810-1840) (NEVES, 2005, p.23).

importância da cultura do algodão naquela cidade e a maneira pela qual era estabelecido o transporte do produto até a cidade de Salvador, na época chamada de Bahia. Essa informação de D'Orbigny coincide com as narrativas de Spix e Martius e remontam a Caetité rica (para alguns) nos idos anos de 1818, imponente no cultivo do algodão e com *status* de um dos mais ricos empórios do Sertão baiano. Parece certo concluir que D'Orbigny atribui à então Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité um enriquecimento advindo da cultura do algodão, nas longas distâncias percorridas por mulas e cavalos no interior da Bahia:

O algodão é outro produto do interior que vai se trocar na Bahia por artigos manufaturados na Europa. Os algodões novos chegam no mês de fevereiro. [...] algodão de fora (da parte meridional da província de Pernambuco) vale sempre mais três ou quatro réis, por arroba, de que algodão do interior. A maior parte deste último vem de Vila Nova do Príncipe (e Santana de Caetité) em mulas e cavalos (D'ORBIGNY, 1976, p.106 apud PIRES, 2003, p.45).

Em relação à política, não se atendo ao complexo palco de disputas que mesclava o coronelismo às esferas do poder público, Santos (1954) identificou, para Caetité, as primeiras autoridades judiciárias, assim como data as nomeações e cargos nos quais exerceram mandato, a saber:

Em 28 de fevereiro de 1860, foi nomeado Juiz Municipal de Órfãos Dr. José Antônio Gomes Neto (Barão de Caetité) que assumiu o exercício a 9 de maio do mesmo ano. O primeiro promotor Público foi o Dr. Antônio Souza Lima, que foi nomeado em 23 de março e assumiu o exercício em 1º de outubro de 1861. Em 29 de agosto de 1860 foi nomeado seu primeiro Juiz de Direito, o Dr. Manoel Carrilho da Costa, que assumiu o exercício a 11 de janeiro de 1861 (SANTOS, 1954, p.9).

Não à toa, as manobras e arranjos políticos de Caetité podem ser percebidos numa atuação política para além do Alto Sertão:

Por ocasião da Aclamação de D. Pedro I em 15 de agosto de 1822, a Câmara de Vereadores esteve presente à cerimônia. Na oportunidade, foi representada pelo seu Presidente Jorge da Silveira Machado; Vereadores Ângelo Custodio Vilasboas, Ricardo Lourenço de Almeida e Theotônio Gomes de Azevedo; Procurador Domingos Constantino da Silva e o Escrivão Pedro da Silva Pimentel. Tendo todos assinado a ata das solenidades em nome da Câmara da Vila de Caetité na Bahia (SOUZA, s/d, p.59).

Depois das mudanças de categorias até que, finalmente, fosse elevada ao nível de cidade, e depois de assumir vários topônimos, Caetité recebeu foros de cidade, conforme documentos oficiais da Lei Provincial nº995:

[...] A vila recebeu foros de cidade pela Lei provincial número 995, de 12 de outubro de 1867, com o toponímico de Caetité. Inicialmente a sua constituição administrativa abrangia 10 distritos: Caetité, Lagoa Real, São Sebastião do Caetité, Caculé, Rio do Antônio, Passagem de Areia, Canabrava, Bonito, Santa Luzia e Aroeiras

(FERREIRA, 1957, p.107).

Com o declínio da produção aurífera ainda no século XVIII, muitos garimpeiros espalharam-se pelo sertão. A forte crise atingiu a cidade de Rio de Contas, enfraquecendo o seu comércio local e afetando diretamente a economia daquela cidade. Entretanto, mesmo em face da crise que abateu o comércio de Rio de Contas, Caetité, que não tinha na exploração do ouro a sua principal fonte de economia, voltou-se para a policultura e a pecuária, sustentáculos e fontes de renda naquele difícil período.

Esse fato pode, em parte, ser útil na compreensão do processo que indica Caetité com rendimento superior ao de Rio de Contas já no século XIX, conforme afirmações de Pires (2003):

A crise econômica de Rio de Contas, no final do século XIX, foi notória. Caetité apresentou um rendimento superior, fato inacreditável no século XVIII, quando a Villa de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas **ostentava um poder inigualável no sertão baiano e sua área abrangia, aproximadamente, 50% do território da Bahia** (grifo nosso) (PIRES, 2003, p.47).

É possível, então, considerar que os altos índices econômicos de Caetité só foram possíveis pelo fato de a mineração não ser sua atividade central e pela localização geográfica frente às rotas comerciais que aqueciam a região, haja vista que os produtos cultivados em Caetité eram voltados tanto para o comércio local, quanto para o regional e até mesmo comercializados com fins de exportação, conforme ponderações de Santos (2014):

Negócios que envolviam fartos produtos da pecuária e da lavoura e grandes somas em dinheiro tanto foram realizados entre vilas, termos e cidades do sertão, como estabeleceram volumoso comércio com o litoral portuário da Bahia e estados do Centro-Sul do país. Circunstâncias regionais, como as longas distâncias dos centros de exportação, o convívio constante com longas estiagens, o acesso limitado a terras férteis e mão de obra a baixo custo, medraram uma economia agropastoril e um comércio no alto sertão com acentuada concentração de renda. A economia da região desenvolveu-se com a circulação entre setores locais de exportação e de abastecimento de mercados para o consumo interno e setores da economia agroexportadora de Salvador, de estados do Centro-Sul e da indústria têxtil nacional e internacional (SANTOS, 2014, p.19).

Teodoro Sampaio, outro viajante que esteve nessa região, e mais precisamente na cidade de Caetité, descreveu a feira semanal que ocorria no mercado municipal que aquecia a região:

Visitando pela manhã o mercado municipal da cidade, que parecia uma feira bastante freqüentada, notei além dos requeijões, couros e outros produtos da indústria pecuária, abundância de legumes, batatas inglesas, batatas doces, inhames, hortaliças, abóboras, melões excelentes, grandes e boas melancias, mandobis, muito milho, arroz, feijão, rapadura, assucar, excelente farinha de mandioca que, segundo me informaram, é aqui a produção mais avultada principalmente na freguesia de Umburanas, nos distritos dos Furados e de Caculé, no rio do Antônio, exportando-se dela em tão larga escala para outros municípios que **com razão se considera**

Caetité o celeiro provido destes sertões (grifo nosso) (SAMPAIO apud PIRES, 2009, p.18).

Uma observação pertinente consiste no fato de que alguns agricultores vendiam parte de sua produção em feiras livres. Essas feiras, muito comuns no sertão, eram realizadas ao menos uma vez por semana, geralmente aos sábados, por moradores das roças e sitiantes lavradores. Quando o mercado municipal foi criado, em 1897, passou a ser local específico voltado para as feiras livres (Figura 9).



Figura 9: Mercado Público Municipal, criado em 1897, hoje extinto¹⁸.
Fonte: Fotus K, (s/d)

Talvez seja possível traçar ou equiparar o perfil desse lavrador de acordo com os estudos de Mattos (1998). Para essa historiadora, esses lavradores são entendidos como sujeitos que viviam “preferencialmente da exploração de lavouras próprias”, caracterizadas por serem “simples roças de subsistência”, em terras não próprias, chamadas pela autora de “terra alheia”, ou ainda, “exploradas com trabalho familiar escravo” em “importantes lavouras escravistas” (MATTOS, 1998, p.41).

Para esses lavradores, a feira livre não era somente um local de compra e venda, mas

¹⁸ Esse mercado municipal foi demolido na administração do prefeito José Neves Teixeira (1963 a 1966). Para a administração àquela época, derrubar o mercado seria uma forma de expandir a cidade, um plano para abrir novas ruas e avenidas. Hoje, o bairro em que fora edificado o antigo mercado municipal é conhecido como o Bairro da Feira Velha.

um importante momento de sociabilidade entre essa parcela da população. Presume-se que a produção não era exorbitante, era transportada em carros de boi ou em mulas carregadas com as famosas bruacas¹⁹. Quanto aos gêneros do roçado a serem vendidos e às relações sociais:

[eram expostos] o feijão, a farinha de mandioca, o milho, o café torrado, o arroz, a rapadura, verduras e frutas. Havia também raizeiros com plantas para benzedura e raízes para os mais variados acometimentos de saúde. Por entre negócios e conversas, intensificavam-se as redes de convívio e solidariedade, quando não, recrudesciam inimizades... ‘É nos dias de feira que os sertanejos fazem as maiores transações comerciais e tomam resoluções com que orientam sua vida sempre de grande simplicidade’ (PEREIRA, 1946, p.475 apud PIRES, 2009, p.98).

Imagina-se que, ali, naquele espaço, enquanto organizavam seus produtos, “proseavam” sobre as notícias da “Bahia”, traziam e levavam informações sobre seus sítios, chácaras, roças e cidades vizinhas. Aproveitavam também para a tomada de algumas decisões, para tratar da saúde, da aparência e outros arranjos sociais, físicos e econômicos que, não estando disponíveis nas roças, eram executados na cidade²⁰ e em dias de feira, como, aliás, atualmente é feito²¹.

Outro fato que preserva a cidade de Caetité na época da crise aurífera é que, exatamente pela economia essencialmente agropastoril à época, algum acúmulo financeiro pode ter sido preservado, não por parte dos lavradores, mas por muitos fazendeiros da região, principalmente no século XIX, quando essa cidade figurava como “celeiro do sertão”, abastecendo regiões em seu entorno, a exemplo da Chapada Diamantina, além dos negócios realizados em outras partes da província da Bahia, do Brasil e do exterior. “Essa riqueza, advinda de sua privilegiada situação, possibilitou-lhe uma precoce aparelhagem urbana: Correios (1832), Telégrafo (1896), Typographia (1897), Água Encanada (a partir de 1919), Luz Elétrica (1925) e Banco do Brasil (1943)” (PIRES, 2011. p.5).

Santos (1954) trata de algumas das informações supracitadas como sendo uma consequência do serviço público da cidade:

¹⁹ Pires (2009) informa que “bruacas” são também sinônimo de panacuns ou aiós, e essa variação depende de região para região. São artefatos artesanais de couro ou vegetal “que serviam aos sitiantes e roceiros para depósito de produtos da agricultura, transportados sobre animais (geralmente muare), a serem vendidos nas feiras das pequenas cidades”. (PIRES, 2009, p.98)

²⁰ Pereira (1946), citado por Pires (2009) discorre sobre a feira de Bom Jesus da Lapa, cidade vizinha a Caetité. Dentre os registros, escreveu que, por ocasião das feiras semanais tão comuns no sertão, são centralizadas as atenções gerais destas cidades.

²¹ Ocorre que os carros de boi agora são os automóveis. As prosas ocupam um tempo muito menor, mas ainda acontecem nas feiras. A escassez da água, antes abundante (exceto nas pontuais estiagens), encarece os produtos, entristece o sertanejo, enfraquece o comércio da feira livre, leva o comprador para os supermercados e desanima o produtor rural, muitas vezes forçado a não mais roçar a terra embaixo do sol quente, em péssimas condições de trabalho, sem água e sem perspectiva de lucros promissores.

Luz elétrica: instalada em 1922, com uma caldeira à lenha, funcionou até 1936, sendo restabelecida em 1949, com instalação de nova Usina, com 2 motores, à óleo cru (...) Água encanada: inaugurado em 1919 o serviço de canalização de água consta de um reservatório construído no riacho das Pedreiras, com capacidade de 600.000 litros e 2.700 metros de canos, 1 torneira pública no Mercado. (...) Correios e telégrafos: o serviço de correio foi dos mais antigos criado em 28 de agosto de 1832; seu primeiro administrador foi Ângelo Custódio de Melo (SANTOS, 1954, p.14).

E, assim como Caetité superou a economia de Rio de Contas, outros municípios também tiveram a mesma sorte em relação a Caetité. À guisa de exemplo, um desses centros emergentes foi a antiga Imperial Vila da Conquista, atual cidade de Vitória da Conquista. Atualmente, Vitória da Conquista é a terceira maior cidade da Bahia, tendo pertencido à Comarca de Caetité até 1840 e é apenas um exemplo dos muitos desmembramentos ocorridos em relação à cidade de Caetité.

De maneira muito didática e de fácil entendimento, Neves (2005) organizou os atuais municípios com jurisdição nos limites de Caetité, antigos topônimos e datas de emancipação no período compreendido de 1860 até 1989 (Apêndice A). De acordo com o IBGE²², o resultado desses desmembramentos fez com que, em divisão territorial datada em 1995, o “município fosse resumido a apenas cinco distritos: Caetité, Brejinho das Ametistas, Caldeiras, Maniassu e Pajeú do Vento”.

A plataforma digital do IBGE descreve a cidade como “A Princesinha do Sertão”, tal e qual a plataforma digital da prefeitura municipal caetiteense, que, por sua vez, já não dispõe dessa descrição ao intitular a cidade atualmente como “Terra-Mãe do Sudoeste da Bahia”. Nessa mesma plataforma municipal está disponível a informação de que Caetité integra o Território de Identidade do Sertão Produtivo²³, termo elegido para denominar territórios culturais da Bahia²⁴, caracterizando uma clara divisão político-geográfica proposta pelo governo do Estado da Bahia.

²²Disponível em:

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=290520&search=bahia|caetite|infograficos:-historico>. Acesso em 04 de novembro de 2014.

²³ Disponível em: <http://www.caetite.ba.gov.br/?pag=cidade>. Acesso em 22 de outubro de 2014.

²⁴ De acordo com o Portal da Secretaria de Cultura da Bahia, existem 26 territórios culturais mapeados, dentre os quais o território do Sertão Produtivo possui 19 municípios, a saber: Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Urandi, Tanhaçu. Informação disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/territorios-culturais/sertao-produtivo/> Acesso em 21 de outubro de 2014.

Ainda de acordo com o IBGE²⁵, atualmente Caetité possui uma população de 52.353 habitantes; ocupa área da unidade territorial de pouco mais de 2.600.000 km²; possui três agências bancárias; 1 hospital; 1 unidade de Pronto Atendimento na Sede e cerca de 8 postos de saúde divididos entre as zonas urbana e rural. São contabilizadas cerca de 56 escolas²⁶, sendo essas unidades de ensino pertencentes às esferas estadual, municipal e privada.

Muitos foram os motivos que justificam o processo pelo qual Caetité perdesse o alto *status* social e político sustentado por décadas. Os fluxos migratórios tornaram-se frequentes, as estradas reais foram substituídas por rodovias, as acentuadas crises de secas que assolavam a região em longas estiagens, a expansão comercial voltada para Salvador, que, conseqüentemente, acentuou a distância desta cidade com outros centros comerciais, tudo acrescido da crise aurífera e diminuição de rotas viajadas por garimpeiros, tropeiros e vaqueiros, além da total queda comercial escravista. Tudo isso foi motivo para que Caetité cedesse espaço para centros emergentes.

Atualmente a economia da cidade possui íntimas relações com acordos firmados com empresas mineradoras e de energia eólica em virtude das ricas jazidas de urânio, ametista, manganês e ferro. Na indústria, possui manufaturas têxteis e constitui-se como polo regional de cerâmica. O projeto da construção e funcionamento da Ferrovia Oeste-Leste também movimentou a economia local. A pecuária possui pouco destaque, mas ainda é uma forma de ganho entre os pecuaristas locais.

Caetité possui ainda o potencial para gerar energia por meio dos ventos e, por essa razão, desde 2002, empresas voltadas para a produção de energia eólica têm-se firmado na região para a implantação de inúmeros aerogeradores organizados em complexos de parques eólicos. Em Caetité está localizada a única mina de urânio em produção no Brasil, uma unidade de mineração e beneficiamento de urânio que é explorada pela estatal denominada Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), empresa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, implantada em 1997.

Entretanto, se por um lado a INB trouxe algum (ainda que discreto) benefício econômico para os caetiteenses, por outro é forte o impacto nocivo ao meio ambiente em razão da alta radioatividade emitida pelo urânio. Nesse sentido, a população pode estar

²⁵ Disponível em:

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290520&search=bahia|caetite|infograficos:-informacoes-completas> Acesso em 22 de outubro de 2014.

²⁶ Disponível em

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=290520&idtema=117&search=bahia|caetite|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012> Acesso em 22 de outubro de 2014.

exposta a alteração na mortalidade provocada por doenças nocivas como o câncer; além do perigo iminente da contaminação do lençol freático do município, assunto que, volta e meia, ganha destaque na mídia local, regional e, até mesmo, nacional.

1.3 Sobre as primeiras formações da sociedade caetiteense

Concordando com Neves (2005, p.209) na afirmação “a opulência advinda da agricultura e da pecuária é lenta e difícil”, podem ser feitas inferências pertinentes que facilitam a compreensão de que, assim como é um mito o da riqueza de algumas famílias quando na formação social do Brasil, também seja um mito o das riquezas de famílias do alto sertão da Bahia. Para o autor:

Também no sertão o mesmo mito de prosperidade idealizada, de abundância e de fausto, supostamente vividos pelos antepassados, dissimula a pobreza das rudes famílias coloniais, com pouca modificação no período imperial. Poucos inventários autuados do século XIX e menos ainda do século XVIII registram bens que se podem qualificar como fortunas (NEVES, 2005, p.209).

Entretanto, o que parece contribuir no processo de qualificar a sociedade sertaneja caetiteense como afortunada é a natureza dos bens admitidos como os de maior valor: desde os latifúndios pecuaristas até os minifúndios policultores. Assim, terras, criatórios de gado e escravos usados como mão de obra ou comercializados, independentemente dos tempos de seca que assolavam a região, foram a garantia de algumas fortunas. Neves (2005) destaca:

os bens materiais de Matias João da Costa, natural do arcebispado de Braga, norte de Portugal, inventariado em 1758, que incluíam fazendas nos planaltos da Serra Geral, no Sertão da Ressaca e no rio Pardo, 34 escravos e rebanho bovino de 900 reses, o que eleva o valor do patrimônio a pouco mais de 14 contos de réis. Na primeira metade do século XIX, **a maior fortuna pertencia ao também português Bento Garcia Leal, capitão-mor de Caetité**, (grifo nosso) escrita no espólio da sua mulher Nazaria Borges de Carvalho, em 1823, com várias fazendas nos planaltos do Alto Sertão da Bahia e nos baixios do Médio São Francisco, 202 escravos, e mais de cinco mil cabeças de gado vacum, que formou total de bens avaliados por mais de 106 contos de reis (NEVES, 2007, p.209).

Com base nos estudos realizados sobre a forma de colonização do Alto Sertão baiano, é possível afirmar que os primeiros moradores da cidade de Caetité ali se estabeleceram em meados do século XVII, vindos do litoral, ou pelo sul, pelo rio São Francisco, e nas Entradas Baianas precedidas pelas Paulistas. Como já informado, estavam em procura das minas de ouro, salitre e terras, fossem elas doadas, conquistadas ou tomadas. Por outro lado, **foram**

também seduzidos pela oportunidade de ter mão de obra escrava ou pela possibilidade de lucros com a venda ou mesmo com o tráfico intra e interprovincial dos índios e negros capturados. Assim, muitos fazendeiros fizeram fortuna, assim como “nasceram” e se firmaram os traficantes sampauleiros.

Sobre os sampauleiros, Pires (2009, p.40) informa: “traficantes especializados, gente do Sul e firmas da capital da província e de São Paulo penetraram por fazendas e roças comercializando escravos pobres do sertão”. Como os preços de escravos eram vantajosos e demasiadamente elevados, muitos dos ricos proprietários locais foram instigados a aliarem-se a traficantes da Bahia e das províncias do Sul. Foi assim que os sampauleiros tomaram a dianteira dos negócios. Nota-se a importância com que esta mesma autora trata do assunto ao relatar que:

Pelos idos de 1860, em todos os cantos desse Brasil, ouvia-se falar no vai e vem de escravos comercializados pelo tráfico interprovincial. Isto porque o fim do tráfico no atlântico, bastante rarefeito em 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz, intensificou o interesse por escravos das “províncias do Norte”. Naquele contexto histórico, uma gama considerável de escravos do alto sertão da Bahia foi “deslocada” para o centro sul do Brasil, especialmente para as fazendas cafeicultoras paulistas. A intensificação das vendas de escravos exigiu grande mobilização de traficantes na região, no momento em que praticamente toda a província atravessava os efeitos de séria crise econômica e de uma seca devastadora, conhecida como “sessentinha”, seguida por outras igualmente lastimáveis, como as de 1890 e 1910 (PIRES, 2009, p.16).

Muitas transações comerciais de escravos foram registradas em livros de notas do tabelionato, através de procurações e escrituras públicas de compra e venda, minuciosamente analisadas por Pires (2009, p. 16-39), autora que não invalida o fato de os números poderem ser ainda maiores face às vendas efetuadas e não documentadas. A autora é categórica ao afirmar que a intensificação das vendas de escravos exigiu grande mobilização de traficantes na região, no momento em que praticamente toda a província atravessava os efeitos de uma séria crise econômica e de uma seca devastadora, conhecida como “sessentinha”, seguida por outras igualmente lastimáveis, como as de 1890 e 1910.

A partir de 1885, com a lei Saraiva – Cotegipe, o escravo passou a ser intransferível para outras províncias onde não estava matriculado, e com o aumento das taxas e impostos, a venda de escravos diminuiu no Brasil. A Lei Saraiva - Cotegipe, n.3270 de 28 de setembro de 1885, tornou fixos os preços dos escravos de todo o império. Ainda assim, Pires (2009, p.40) supõe que o crescimento observado em relação às vendas dos escravos na região de Caeté nesse período pode estar atrelado aos preços atrativos.

Como parte dessa região pertenceu aos Guedes de Brito, é possível inferir quais as

famílias que, no período anterior e pós-abolicionista, ainda possuíam grandes quantidades de escravos. Eles são citados e muitas vezes quantificados em alguns documentos como, por exemplo, os estudados por Pires (2009 e 2003) e Neves (2005) dentre outros pesquisadores e historiadores. Na historiografia de Santos (1997), é possível perceber a origem das famílias que possuíam tais escravos, além de terras e outros bens. De acordo com os relatos dessa autora, a história das primeiras famílias da Caetité dos idos 1730 pode ser remontada e a presença dos escravos é narrada, ainda que superficialmente. A primeira narrativa, deste mesmo ano, 1730, é a venda da fazenda Boa Vista, da proprietária Isabel Guedes de Brito para um senhor conhecido como Pereirinha, o Francisco Pereira de Barros.

Numa mescla de lendas, tradições orais, causos e contos, Santos (1997, p.107) discorre sobre as propriedades e descendentes de Pereirinha, que, segundo a autora, foi um desbravador do sertão, muito conhecido na região de Monte Alto. Sobre a origem de Pereirinha, a autora considera a hipótese de chegar à região por ter sido “foragido ou desgarrado de alguma tropa de exploradores”. Sua fortuna foi o suficiente para “comprar a fazenda Boa Vista, por trinta contos de réis”, de D. Isabel Guedes de Brito, da Casa da Ponte.

Santos (1997, p.107-111) narra a “lenda” de um grão-senhor, rodeado de escravos, acolhedor de tropeiros e dado às práticas de assaltos. Pereirinha poderia ter sido também “um irmão confesso de alguma ordem religiosa”. Tratava-se de um homem com muitas propriedades, gados e escravos (alguns alforriados), aparentemente devoto de santos católicos, religião que parecia seguir. Deixou descendentes, frutos de relações com escravas as quais lhe pertenciam e seu testamento foi aberto e cumprido em Rio de Contas em janeiro de 1743.

Todo esse percurso sobre Pereirinha foi uma maneira de melhor explicar sobre a incidência de escravos na região, além de expor as terras de sua propriedade, cujo destino foi, dentre outras transações feitas pelos seus descendentes, a venda: Capoeira, Campo Frio e Espinho, comprados, respectivamente, por José Barbosa, Possidônio Pinto e pelo Barão de Caetité (SANTOS, 1997, p. 112). Tem-se, assim, uma possibilidade de origem de algumas terras sertanejas.

Àquela época os casamentos eram feitos entre famílias de modo que a herança fosse preservada e não dispersada. Era comum, por exemplo, que o marido, ficando viúvo, contraísse novas núpcias com a irmã da falecida esposa. Outro aspecto comum nos enlances matrimoniais era a grande quantidade de filhos nascidos das uniões. Quanto a este fato, Santos (1997) destaca os dozes filhos de Joana São João nos idos de 1800, mulher que se casou duas vezes, sendo seu primeiro esposo o Manoel Trindade Moreira, procurador da Casa

da Ponte, com quem teve seis filhos (APÊNDICE B).

Ao ficar viúva, Joana contraiu novas núpcias com o major José Antônio de Castro, o “Periquitão”. Com ele teve mais seis filhos, vindo a falecer na tentativa de dar à luz o seu último herdeiro:

Casou-se com Manoel Trindade Moreira, Procurador da Casa da Ponte, que, ao morrer, deixou nove surrões de moedas de ouro, segundo tradição na família, pois como procurador não podia comprar terras. Deste casamento teve seis filhos: Carolina x Capitão-Mor Joaquim José Barbosa, moravam em Monte Alto; Faustina, da qual só se sabe que nasceu em 1823; Gasparino, nascido em 1824, Bacharel formado em Recife, foi vereador em Caetité, entrou para a magistratura e chegou a Desembargador do Tribunal Superior; Sofia x Francisco Pereira de Castro. Foram pais do Dr. Antonio Pereira de Castro, que foi Juiz de Direito em Caetité, em 1898. Maria Joaquina, nascida em 1828. Antônia, de quem nada se sabe. [...] Teve mais seis filhos: Ana Constança, Fausta, Idalina Josefina, Eulália, [...] e o menino que morreu com ela em 10 de janeiro de 1844. (SANTOS, 1997, p.94)

Por meio dos relatos de Santos (1997), é possível afirmar que José Antônio de Castro, o Periquitão, avô do poeta Castro Alves, participou ativamente nas lutas da Independência, e era também conhecido no sertão como o Pacificador dos Povos. Comumente chamado de Major, teve um dos papéis fundamentais nas lutas e guerras movidas em prol da Independência da Bahia²⁷, em cuja história Caetité tem o seu lugar ao participar “solidária e disposta a enfrentar o jugo português, enviando a Primeira Comissão com o objetivo de levar seus votos de amor, obediência e fidelidade a D. Pedro I” (MENDES, 2002, 36).

Foi José Antônio de Castro o organizador e comandante do batalhão conhecido como Periquito (daí a alusão ao seu apelido), nome atribuído com base nos uniformes verdes dos soldados. Morou na região de Caetité quando fora afastado do batalhão, lá se casou com Joana São João, foi pai de seis filhos e morreu deixando um testamento que merece destaque ao descrever boa fortuna: “31 fazendas, 6.594 cabeças de gado (2.000 dos bens de D. Joana), sobrados em São Félix, casa em Monte Alto e em Caetité, tudo avaliado em \$23.800 contos de réis. O testamento deixava também admoestações para que as filhas fossem para a capital e, lá, casassem com os seus primos (SANTOS, 1997, p.96-102) (APÊNDICE C).

²⁷ Sobre participação nas lutas da Independência da Bahia, o discurso de Mendes (2002, p.35) tende a imprimir em Caetité demasiado senso de patriotismo ao passo que explica: “seria por demais impossível, entender a participação da Bahia nas lutas que culminaram com a consolidação do banimento do último reduto português em território brasileiro, sem se refletir, de forma profunda sobre o papel das Câmaras Municipais a partir de 10 de fevereiro de 1821, com a revolta da Câmara de Salvador, até derrocada lusitana a 2 de julho de 1823”. Nessa afirmação Mendes pretende explicar que as Câmaras Municipais exerceram grande influência e estiveram diretamente envolvidas em grandes acontecimentos nacionais. Chamada por Mendes (2002, p. 36) de “Sentinela Avançada no alto sertão baiano”, a Câmara de Caetité esteve, de acordo com o autor, em Comitiva, em 15 de agosto de 1822, no Ato de Aclamação ao Príncipe Regente D. Pedro I.

Sobre a família dos Castro, na qual nascera o “Periquitão”, sabe-se que tem origem direta do Tenente-Coronel Joaquim Pereira de Castro, um português que veio ao Brasil, em 1765, encarregado por um dos herdeiros de D. Joana Guedes de Brito para vender terras da Sesmaria da Casa da Ponte, na região de Minas do Rio de Contas. O Tenente-Coronel fixou residência em Vila Velha, ali permanecendo, e não mais voltou ao reino de Portugal. A sua numerosa família possuiu descendentes que se espalharam para diversas regiões, algumas delas citadas por Santos (1997):

Alguns, estabeleceram-se na Tapera, vizinha à serra do Guarirú, nome que recorda as ruínas onde Gabriel Soares edificou para si o “último repouso” e onde morreu. Pertencia então, à freguesia do Desterro do Outeiro (Cachoeira). O fundador desta família baiana [Castro] foi João Antunes da Silva Castro, estabelecidos em Currálinho (Castro Alves). Casou-se com Ana da Silva Castro; deste casamento saíram quatro filhos: Luis Antunes, Clemente Antunes, Ana Constança e José Antônio [o Periquitão]. [...] **Percorriam o alto sertão como Procuradores da Casa da Ponte** (grifo nosso) (SANTOS, 1997, 95).

Luís Antunes, um dos filhos do Tenente-Coronel, envolveu-se numa briga em Currálinho (atual Castro Alves) e, na fuga que aconteceu nas estradas que ligavam Cachoeira e Caetité, foi assassinado pelo Tropeiro Raimundo Antônio. Seu irmão, Clemente Antunes, aliou-se com sete companheiros do “terrível batalhão de Silva Castro” e vingou a morte do irmão ao matar o tropeiro que estava foragido nas acomodações da casa do caetiteense José da Silva Franco (assassinaram-no e mandaram as orelhas da vítima ao Major José Antônio). Sobre a descendência de Ana Constança, outra filha do Tenente-Coronel, casou-se com o mineiro João Evangelista dos Santos, com ele teve seis filhos, mas não moraram em Caetité; sendo esse casal um dos primeiros moradores da atual cidade de Castro Alves (antigo Termo de Maragojipe) (SANTOS, 1997 p. 95 e 97).

A partir do núcleo familiar dos Castro, muitos outros núcleos surgiram e, não necessariamente, foram fixadas suas moradas em Caetité. Dos núcleos percebidos com base nas informações de Santos (1997) apenas Josefina e seu marido, Antônio de Castro Tanajura, permaneceram em Caetité e tiveram o único filho, Clemente Ladeia Tanajura. Ao enviuvar-se, Josefina casou-se novamente com Manoel Joaquim Barreto, tendo com ele dois filhos: Maria da Glória e Manoel Barreto (SANTOS, 1997, p.97 – 106). Maria da Glória casou-se com Antônio Pereira de Castro e juntos tiveram 7 filhos: Antônio, José Antônio, Gasparino, Alcides, César Augusto, Elisa e Josefina, e daí outros arranjos matrimoniais aconteceram (APÊNDICE D).

Outra família que ganha destaque na obra de Santos (1997) é a Gomes de Azevedo, que viu em Caetité o refúgio adequado para abrigar toda a família, que fugia das perseguições resultantes do fracasso da Conspiração Mineira. A família mudou-se com tudo quanto foi possível transportar, o que incluía “escravos, servidores especializados, além de amigos que os acompanharam”, talvez com receio de represálias, como o “latinista Queiroz Osório, que era padre, advogados como Antônio São Paio e Capitão General Dom Fernando José de Portugal”. Vieram com a família alguns poetas, como Manoel Carlos Gouveia. Domingos Gomes de Azevedo, o patriarca chamado de comendador, “era mineiro da região de Caetés, Mariana e Vila Rica”; instalou-se em Caetité com seus “10 filhos e sua mulher Ana Joaquina Sofia de Jesus” (SANTOS, 1997, 116).

Sobre os filhos de Domingos Gomes de Azevedo, de acordo com os estudos de Santos (1997), foi nessa família que nasceu o Barão de Caetité, José Gomes Neto. Nela também nasceu o primeiro governador da Bahia, Rodrigues Lima, fruto do enlace matrimonial ocorrido entre Rita Sofia (irmã do Barão de Caetité) com o Capitão Joaquim Manoel Rodrigues Lima (APÊNDICE E).

Em tempo, é interessante salientar que, na época em que Rodrigues Lima foi o governador da Bahia, a cidade de Caetité logrou vários feitos articulados entre os políticos daquele lugar:

No período em foco, a cidade vivenciou a experiência de ter um caetiteense eleito para o cargo de governador do estado; mesmo reconhecendo todas as articulações políticas que envolvem uma eleição deste tipo, isto trouxe a Caetité a vantagem de ser sede da primeira Escola Normal da região e a encaminhou na conquista do título “princesa do sertão”. **A criação da escola, mesmo reservando-se a sua abrangência social, tem uma participação no conjunto das instituições que reforçam os valores de uma classe dominante, mas, por outro lado, deve ser reconhecida como um canal de possibilidades** (grifo nosso) abertas no espargir de reflexos e influências às mulheres de outros estratos sociais (NOGUEIRA, 2010, p.33).

Convém ressaltar que, sobre a educação em Caetité, além das escolas de ensino primário²⁸ existentes e citadas em livros de memorialistas e pesquisadores, foi fundada, em

²⁸ Sobre as escolas do ensino primário, Aguiar (2011) baseou-se em Silva (1932) para elencar “referências das seguintes escolas primárias: Colégio São Luiz Gonzaga (‘colégio dos jesuítas’ 1912-1924); Colégio Imaculada Conceição (‘colégio das freiras’ 1915-1925) Escola Americana (‘Escola Protestante’ 1912-1925); Primeira Escola Normal (1898-1903); Escola Particular de D. Jovina, ‘professora da elite feminina’; Escola Particular de D. Anna Carvalho; Escola Primária; Ateneu Caetiteense (1907); Escola Complementar; Escola feminina da professora Jovina Novais e Escola Masculina do professor Camilo Prisco. Vale lembrar a necessidade de estudos

1898, a primeira Escola Normal de Caetité, configurando-se um centro de formação de professores. Entretanto, essa escola foi fechada em virtude de desacordos políticos, como bem pondera Aguiar (2011):

em relação à educação secundária, ou seja, àquela que antecedia o ingresso universitário, as possibilidades inexistiam, uma vez que o fechamento da primeira Escola Normal em Caetité (1903), em virtude do desacordo político entre Deocleciano Teixeira e o então governador Severino Vieira, esvaiu a única opção existente para os jovens, especialmente as moças, concluírem seus estudos no alto sertão baiano. [...] Vieira rompeu com seu antecessor, Luiz Viana, de quem Deocleciano Teixeira foi amigo e partidário, este se colocou em franca oposição ao então governador. Devido a tal ruptura, registrou-se, dentre outros acontecimentos, o fechamento da primeira Escola Normal em Caetité (1898-1903), que servia, em primeira ordem, à instrução das meninas ricas da cidade, inclusive às filhas e cunhadas de Deocleciano Teixeira (AGUIAR, 2011, p. 77 e 109).

Nesse cenário, destaca-se o senhor Deocleciano Teixeira, político atuante e influente, membro da família dos “Teixeira”, que também formaram núcleos familiares em Caetité a partir dos anos de 1885, vindos da Fazenda de Nossa Senhora do Alívio do Brejo, atual Ituaçu. A família possui “origem portuguesa, escravocrata e bem sedimentada”, com antepassados que alcançaram “o auge da extração diamantífera na região das Lavras Diamantinas, chegando a comercializar em praças brasileiras e estrangeiras, como Londres e Paris”. O patriarca, Antônio José Teixeira, foi o esposo de Maria Magdalena da Silva Teixeira, com quem teve onze filhos, dos quais apenas três sobreviveram: Antônio José Teixeira Júnior, Rogaciano Pires e Deocleciano Pires Teixeira, pai do educador caetiteense Anísio Teixeira (AGUIAR, 2011, p.15).

Anísio Teixeira destacou-se como educador de fama e respeito nacional; possuía bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais. Após concluírem o ensino secundário na Bahia, Anísio e outros dois irmãos seguiram para o Rio de Janeiro no intento de adquirir novas formações. Lá desfrutou de um cargo no governo de Francisco Marques de Góis Calmon e, quando retornou para Caetité, envolveu-se “intensamente na oposição seabrista, encabeçada por seu pai”. Além das atividades exercidas no sertão, “Anísio encurtou a distância entre Salvador e Caetité, cuidando pessoalmente dos interesses políticos de seu pai na capital do Estado” (AGUIAR, 2011, p.121 e 122) (Figura 10).

específicos sobre os objetivos da primeira Escola Normal em Caetité (1898), na formação de jovens, filhas das elites regionais, para atuarem no ensino sertanejo” (AGUIAR, 2011, p.109).



Figura 10: Anísio Teixeira, em Detroit.
Acervo do Arquivo Público Municipal de Caetité. Autor desconhecido s.d.²⁹.

Anísio fora recomendado a Francisco Marques de Góis Calmon a ocupar o cargo de promotor na cidade de Caetité, mas, em razão dos laços que os uniam, “Dr. Góes preferiu convidá-lo para Inspetor de Ensino”. Como uma figura diretamente ligada ao governador, Anísio garantiu ao pai: “os seus pedidos para a Directoria da Instrucção vão ser todos attendidos” (AGUIAR, 2011, p.123).

Anísio é reconhecido por ser personagem de alto valor na história da educação no Brasil, difusor dos pressupostos do movimento da Escola Nova, defensor do ensino público gratuito, laico e obrigatório, um dos fundadores da Universidade do Distrito Federal, em 1935, responsável pela reinauguração da Escola Normal em Caetité. Em Salvador foi um dos responsáveis pelo projeto da Escola Parque e defensor da escola em tempo integral. Foi encontrado morto em 1971, num fosso de um elevador.

Outro “filho ilustre” de Caetité foi o político Guilherme Castro, filho de Antônio, portanto neto de Domingos Gomes de Azevedo. Guilherme possuiu fortes vínculos políticos com Lauro de Freitas, então candidato a governador da Bahia nas eleições de 1950. Guilherme era aviador e piloto de um avião de sua propriedade, que, ao decolar da cidade de Bom Jesus da Lapa com destino a Carinhanha, ambas na Bahia e próximas a Caetité, perdeu

²⁹ Anísio Teixeira, em Detroit, “em visita à Mme Lindbergh, mãe do grande aviador”. s.d..

altitude num acidente fatal. Morreram o candidato Lauro de Freitas, Guilherme Castro e o deputado Gercino Coelho. Faltando apenas vinte e dois dias para as eleições, o Partido Social Democrático, ao qual Lauro de Freitas era filiado, substituiu o candidato morto por Régis Pacheco, eleito nesse mesmo ano de 1950 (CASTRO, 2007, p.3).

Ainda sobre esse núcleo familiar, destaca-se Joaquim Venâncio, constituído o primeiro dirigente da nova Vila Santana de Caetité. Seu irmão, Sabino, foi cônego e um dos primeiros vigários da freguesia. Sabino dedicou-se ao catolicismo como padre e, na historiografia local, há pouca ou quase nenhuma informação sobre ele, ressaltando apenas a sua “assinatura no Auto de Criação da Vila de Caetité”, em 1810 (SANTOS, 1997, p.117 e 118).

Outra aparição é a da família do patriarca João Caetano de Albuquerque Xavier da Silva Pereira, cuiabano, de origem portuguesa, que aportou à região com sua tropa de burros, dedicado ao comércio de gado e lavoura do algodão, **possuidor de altos números de escravos** e figura que exerceu influência nas decisões políticas de Caetité e da região, adquirindo grande prestígio e obtendo as honras de Comendador (APÊNDICE F).

Santos (1997) narra sobre mais de vinte famílias com dados que podem servir como base para entender uma das possibilidades do processo de formação da sociedade caetiteense. Desses núcleos, merecem atenção os “Ohlsen, descendentes alemães vindos de Santa Catarina, em 1908”. Eles eram encarregados da Estação Meteorológica criada em Caetité pelo então Ministério da Agricultura. Pela tradição oral caetiteense, é comum registrar informações que indicam o péssimo português desses alemães. Bernardo e Ema Ohlsen eram recém-casados, tiveram cinco filhos, todos nascidos em Caetité, e moraram no prédio do Observatório. Bernardo era o encarregado da estação e depois passou a ser funcionário dos Correios e Telégrafos, voltando para o Sul após aposentar-se, como fez toda a sua família (SANTOS, 1997, p.208) (Figura 11).

Em resposta a um correio eletrônico enviado ao Instituto de Meteorologia (INMET) solicitando maiores informações sobre o Observatório Meteorológico de Caetité, o senhor Itajacy Diniz Garrido, chefe do 4º DISME, afirma que o prédio primitivo possuía duas torres e o telescópio ficava na segunda torre (Apêndice G). O Observatório possuía cata-vento, barômetro, barógrafo, termógrafo, heliógrafo e pluviômetro e sua principal finalidade era observar as alterações climáticas do Alto Sertão. Garrido confirma que o primeiro funcionário era um alemão de nome Bernardo Ohlsen e era comum encontrar outros alemães (os Ohlsen, os Hofmann, os Gottschall e os Dreher são citados), pois havia uma Companhia Alemã nessa

região. Atualmente o prédio encontra-se abandonado e em aparente estado de deterioração (Figura 12).



Figura 11: Prédio da Estação Meteorológica de Caetité. s/d. Autor desconhecido. Acervo Fotográfico do IBGE. Série: Acervo dos municípios brasileiros.



Figura 12: Prédio da Estação Meteorológica de Caetité, 2015. Autor: Zamana Brisa

Dentre os arranjos e desfechos da economia e política desses núcleos familiares³⁰, convém enfatizar que, no discurso de Santos (2010, p.2), nas primeiras décadas do século XX, uma classe específica ganha destaque: “a elite intelectual caetiteense”. Para imprimir certa carga de intelectualidade, o autor se vale da formação pela qual passaram os membros de tal elite que “ocuparam-se do progresso econômico, político e social de sua região”. Além das formações realizadas na Faculdade de Direito de Recife, em Pernambuco, na Faculdade de Medicina de Salvador, na Bahia, e em escolas de Letras da região, o autor faz questão de informar sobre a existência de uma elite também composta por autodidatas.

Todos eles são citados como aqueles que buscaram cercar-se de ideias e técnicas que objetassem o acanhamento dos modos de ser e de viver no Alto Sertão da Bahia. O autor relaciona tais ideias e técnicas ao positivismo de Comte, ao transformismo de Darwin, ao evolucionismo de Spencer e ao intelectualismo de Taine e Renan, enaltecendo e reforçando que aqueles formados na Escola de Recife foram influenciados por tais pensadores.

Destacam-se, nesse sentido, os nomes de José Antônio Gomes Neto (o Barão de Caetité), Joaquim Manoel Rodrigues Lima (médico, ocupou o cargo de intendente municipal e de Governador do Estado da Bahia), João Antônio dos Santos Gumes (autodidata, professor, escritor e editor do jornal A Penna, além de ter sido secretário amanuense e coletor estadual), Marcelino José das Neves (pedagogo, professor e escritor, exerceu função de delegado escolar da circunscrição de Caetité), Deocleciano Pires Teixeira (exerceu função de intendente municipal), Anísio Spínola Teixeira (educador e escritor e secretário nacional de ensino), Aristides de Sousa Spínola (formado em direito, foi governador da província de Goiás e

³⁰ Santos (1997) dedica todo o capítulo três da obra “Caetité: Pequena e Ilustre” aos “primeiros colonizadores, famílias e vultos maiores de Caetité”, dentre os quais é possível destacar: os Teixeira de Araújo, que “vieram com os bandeirantes” ; Faria, de origem portuguesa ; Cotrim, vindos de Portugal em 1735 ; Gondim e Brito Gondim, “é uma das mais antigas” ; Neves, origem em Portugal ; Santos Gumes, vieram de Portugal atraídos pelas minas de Rio de Contas ; Spínolas, de origem genovesa ; Zama, que vieram da Itália ; Lima e Xavier de Lima, respectivamente das regiões de Ilhéus e Recife ; Silveira, cujo patriarca foi o Antonio Moreira Silveira ; Oliveira Ledo, cujos bens primeiros eram administrados por Gregório de Oliveira Ledo ; Pinto Montenegro, “vindos de Portugal, do Bispado de Bragança” ; Cerqueira, vieram junto com os Gomes de Azevedo ; Vilas Boas, iniciada com dois irmãos bandeirantes portugueses ; Ladeia, junção de índios e portugueses; Dantas, o patriarca era “chefe de numerosa família” ; Silva Castro, vindos de Monte Alto ; Batista Neves, sendo “Francisco Batista Neves o mais conhecido da família” ; Moura Rocha, pertenciam à região de São Timóteo, Mutamba e Junco ; Sousa Lima, família iniciada com a união de portugueses e negros; Correia de Moraes, iniciada por “três irmãos portugueses”; Fernandes, descendentes de portugueses que se estabeleceram nas imediações de Lagoa Real e Maniaçu; Soriano, com suposta origem portuguesa; Guanaes, cuja tradição familiar tende a acreditar numa origem portuguesa ; Cardoso Neves, vindos da região do Bonito, atual Igarorã ; Bastos e Laranjeiras Bastos, chegaram à região com o padre Luís Pinto Bastos em 1908; Pinchemel Rodrigues, vindos de Rio de Contas e Livramento; Catuladeira, vindos de Cachoeira; Prado, tronco de origem portuguesa (SANTOS, 1997, p.124-205).

Deputado do Congresso Nacional), César Zama (médico e escritor, ocupou o cargo de deputado provincial) (SANTOS, 2010, p.2).

Nesse sentido, é conveniente ressaltar que as vivências sociais e políticas moldavam uma região cujo espaço fora:

construído pela sua população, consciente da identidade socioambiental desenvolvida com vínculo de parentesco e vizinhança, práticas comuns de folguedos, religião, tradições, representações políticas, atividades econômicas, enfim, usos e costumes, na convicção da conterraneidade e no sentimento de integração naquele sertão. Todos esses sentimentos, sensações e afinidades, além de se desenvolverem num espaço geográfico específico, constituem vivências sociais, políticas econômicas e culturais de uma comunidade, aglutinada num determinado contexto (NEVES, 2005, p.18).

Esse fora, sem dúvida, um espaço de sentimentos, sensações, afinidades e vivências protagonizados pelos muitos que se propunham a viver nas tensões do “palco de disputas políticas e no lugar onde o poder dos coronéis estendia-se por todas as esferas do poder público – uma atmosfera que durou pelo menos até o fim da Primeira República” (GUIMARÃES, 2010, p.31). Essa é uma afirmação que pode ser endossada com as ponderações de Nogueira (2010), que informa:

com as acomodações jurídico-políticas das questões públicas e administrativas, Caetité viveu com intensidade as características do “fenômeno do coronelismo”, participando, através de lideranças locais, dos jogos de interesse em todos os níveis, como era comum naquele sistema de governo. O município conheceu os embates partidários em torno do apoio ou oposição a alguns líderes, governadores do estado e as consequências advindas disso, ou seja, a alternância no recebimento ora de benefícios, ora de prejuízos ou ostracismos, conforme a posição adotada (NOGUEIRA, 2010, p.33).

As descrições de Francisco Fagundes Lima (1920), citado por Aguiar (2011), referem-se às sobre as relações de poder que foram estabelecidas na cidade:

Em Caetité, na virada dos regimes políticos, os partidos monárquicos apresentavam divergências que se estenderam pelos anos republicanos. De acordo com as descrições de Francisco Fagundes Lima: Num dos sobrados da Praça da Matriz, residiam as pessoas influentes da família Fraga, que conforme a política dispusesse, como o Barão de Caetité, mandavam na cidade. O Dr. João de Faria era a mais influente figura do “partido dos Fraga”. (...) No partido “Liberal” realçavam-se as figuras do Barão de Caetité e do Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, depois governador do nosso Estado. Por conseguinte, duas famílias adversárias dominavam alternadamente em Caetité – a dos Fragas e a dos Gomes ou Rodrigues Lima (LIMA, 1920, p. 3 e p. 13 apud AGUIAR, 2011, p.76).

Outro caetiteense que merece atenção nesta pesquisa é o João Gumes (1858-1930), anteriormente citado como um membro elitista autodidata, foi um funcionário público e exerceu função de Secretário da Intendência Municipal, fundador, redator, proprietário e jornalista do Jornal *A Penna*, fundado em 1897. O jornal, cuja missão era de “*Órgão dos*

interesses *commerciais*, agrícolas e *civilisadores* do alto sertão”, prezava pela defesa de “valores morais” e dos “bons costumes”. Sobre esse fato, vale a pena atentar-se para as ponderações de esse ser um jornal que circulou por várias cidades no entorno de Caetité, e “com relativa frequência era enviado àqueles que residiam em grandes centros urbanos e que mantinham relações com Caetité”. Segundo pesquisas de Nogueira (2010, 53-54), entre 1924 e 1927 o jornal já havia conquistado um público de 442 assinantes.

João Gumes, comparado por Mendes (2002, p.43) como o “Leonardo da *Vinci* do Alto Sertão”, destacou-se por implantar a primeira tipografia na região. REIS (2010) assinala que a função de Gumes como editor foi apenas mais uma das muitas atividades voltadas para a cultura da escrita, sendo ele o

responsável pela implantação da primeira tipografia no Alto Sertão da Bahia. [Em 1897] fundou o jornal *A Penna*. Mesmo com poucos recursos financeiros, Gumes conseguiu, com auxílio do governo municipal, um prelo para montar sua tipografia, que, em 5 de março de 1897, fez circular o jornal *A Penna*, publicação quinzenal que, apesar das várias interrupções por questões financeiras, sobreviveu até 1942 (REIS, 2010, p.54).

Assim como as muitas cartas comumente trocadas entre membros das famílias àquela época, *A Penna* era um meio de fazer circular notícias locais, regionais, estaduais, federais e até internacionais, além de propagandas de lojistas, receitas caseiras para males de saúde (muito embora condenasse as práticas de curandeiros), anúncios de falecimentos, acontecimentos políticos, dentre outros.

À guisa de exemplo, no ano em que fora fundado aquele jornal, Gumes tratou de noticiar, na edição de 5 de agosto de 1897, a Guerra de Canudos. A informação estava disposta na seção “Telegramas”, cujo título, “Canudos Tomado”, fazia menção ao fogo, fuzilaria, artilharia e combate com armas brancas. O exemplar informava que o “fogo era tão intenso que não houve tempo de enterrar os mortos e nem recolher os feridos” (*A Penna*, anno I, n. 11, ago. 1897, p.3, consultado e disponível para pesquisa no Arquivo Público Municipal de Caetité).

Após a morte de João Gumes, em 1930, o jornal circulou sob a direção do seu filho, Sadi Gumes, até 1942 (com intervalos). Para fins de conservação, o acervo do Jornal *A Penna* encontra-se digitalizado no Arquivo Público Municipal de Caetité e está disponível para estudos e pesquisas (apenas o material microfilmado está disponível para consulta). Entretanto, uma cópia original desse jornal pôde ser encontrada e gentilmente cedida para esta pesquisa pela família de Coriolano Ferreira de Araújo. Numa conversa bastante informal com

uma das filhas do Sr. Coriolano, Ana Cristina, sobre os motivos que deram início a esta pesquisa é que surge a possibilidade de consultar o jornal impresso dos idos de 1940 (Anexo B).

Ali mesmo, na humilde e acolhedora sala da casa do Sr. Coriolano, a viúva e matriarca Heloísa Gama de Araújo, com muita gentileza e presteza, apanhou uma mala que, noutros tempos, segundo relatos ali compartilhados, levava algumas poucas mudas de roupa do seu falecido esposo nas empreitadas das **viagens feitas a pé para o estado de São Paulo**. Dentro da mala carinhosamente conservada pela família, mas já com muitos resquícios de deterioração do uso e do tempo, estavam guardados, além do exemplar do Jornal *A Penna*, alguns documentos de valores afetivos, fotografias, pertences pessoais de membros da família, boletins escolares dos filhos, cartas, cartões postais, pareceres de exames, dentre outros.

Um fato curioso e que merece atenção é que Coriolano Araújo, descrito pela viúva como sendo um negro, alto, de aparência austera, sem posses, pedreiro de profissão, com baixo poder aquisitivo, com nível escolar primário incompleto, extremamente inteligente, bem articulado e respeitado em seu meio, não é, como muitos outros caetiteenses, um homem conhecido na memória oficial de Caetité, mesmo tendo exercido grande influencia política, social e cultural, tendo, portanto, contribuído para a sua cidade natal (Figura 13).



Figura 13: Pesquisadora analisando documentos da família de Coriolano Ferreira de Araújo. 2015. Autor: Ana Cristina Araújo.

De acordo com as conversas bem informais, Dona Heloisa, conhecida como “Ruxinha de Seu Cori”, e com Ana Cristina, filha mais velha do casal, o Círculo Operário foi uma importante contribuição do Seu Coriolano para Caetité. Segundo a filha e a viúva de Sr. Cori, ele era um homem muito respeitado e possuía boas relações políticas, religiosas e sociais. Por isso mesmo, foi ele o fundador do Círculo Operário de Caetité, hoje extinto, ocupando, sem nenhuma remuneração ou fins lucrativos, durante muitos anos, o cargo de presidente dessa organização sediada numa das principais avenidas da cidade, a Avenida Santana de Caetité. O Círculo Operário estava situado num espaço cedido pela Diocese de Caetité, arranjos propostos pelo Sr. Cori, devoto católico praticante.

Foi desse modo que surgiu um local dedicado exclusivamente aos operários que, por padrão categoricamente defendido pelo Sr. Coriolano, deveriam estar devidamente associados para lograr dos benefícios do grupo. Quem não pertencesse à classe dos operários não entrava nas festas e reuniões organizadas no local, e isso, aliás, foi motivo de algumas confusões (inclusive entre membros da família do “Seu” Cori).

Não há documentação nem registros fotográficos no Arquivo Público Municipal de Caetité sobre o Círculo Operário. Na Cúria Diocesana de Caetité, local mais provável de registros, os funcionários, muito educados, até se prontificaram a verificar se havia algum material sobre o Círculo Operário que pudesse ser disponibilizado para a pesquisa, entretanto as investidas realizadas para ter o acesso ao material iam de encontro a outras ocupações por parte dos funcionários da cúria, o que tornou impossível o acesso a possíveis publicações de informações e registros oficiais.

Em virtude do empenho e curiosidade em saber um pouco mais essa história tão pouco visitada que envolve o Círculo Operário, após algumas investidas, foi encontrado, no *site* do Senado Federal, um dossiê completo que reconhece o caráter de utilidade pública do Círculo Operário de Caetité. Tais documentos remontam ao ano de 1962 e tratam da iniciativa política que tramitou na Câmara dos Deputados, no Palácio do Congresso Nacional, na empreitada de outro caetiteense, então senador da república, o Senador Ovídio Teixeira³¹. O projeto de Lei

³¹ Muito embora tenha em comum o sobrenome Teixeira, Ovídio não matinha parentesco em nenhum nível com o senhor Deocleciano Teixeira, pai do educador caetiteense Anísio Teixeira. Em comum, havia apenas os laços políticos entre eles. Ovídio Antunes Teixeira, filho de Crescêncio Antunes de Brito Teixeira e Antônia Bernardo de Oliveira Antunes, farmacêutico e agropecuarista nascido em Caetité em 03/06/1886, foi importante articulador político ao ocupar cargos como: Conselheiro Municipal de Caetité, prefeito nos mandatos de 1924 a 1927; 1932 a 1934 e de 1948 a 1950. Ocupou também o cargo de Deputado Estadual de 1935 até 1937, além de senador de 1956 até 1963. Faleceu em 18/3/1970.

Informações coletadas em:

teve o objetivo de reconhecer o Círculo Operário como um local de utilidade pública (Anexo C).

Em tempo, durante as pesquisas empreendidas sobre o clube dos operários, ficou claro nas narrativas de “Dona Ruxinha”: o “Círculo Operário era o lugar onde o pobre tinha vez” e abrangia uma porção de pessoas menos abastadas da cidade de Caetité. Atualmente, o local abriga uma academia de ginástica e estúdio de pilates. Corre o burburinho de que todos os registros existentes no local sobre o círculo operário foi inadvertidamente descartado e recolhido pela coleta de lixo da cidade.

Retomando a pesquisa realizada com base no acervo particular da Família de Sr. Coriolano, foram encontradas cerca de quinze correspondências guardadas na “mala das lembranças”. Algumas dessas cartas revelam um homem que mantinha ligações diretas com o Ministério da Cultura (MINC), a Assessoria Administrativa (ASSAD) e o Poder Legislativo de Brasília, além de cartas postadas em datas comemorativas com saudações cordiais e “notícias circulistas” vinculadas à Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos (CBTC)³², pela qual chega ao alto sertão, aos cuidados de Sr. Cori, uma cópia da carta do Papa Paulo VI, em 1971 (Anexo D).

Coriolano esteve, juntamente com outros operários, envolvido diretamente no que Dona Heloísa chamou de “festanças de carnaval frequentada pelos pobres; uma festa que rico não tinha vez”. Por ser um entusiasta e importante articulador dos festejos carnavalescos, Sr. Cori foi também um dos responsáveis pela criação da Primeira Escola de Samba Unidos de Caetité, realizada apenas para os associados do Círculo Operário (Anexo E) (Figura 14).

Era expressamente proibida a entrada da elite caetiteense, motivo este de algumas confusões em dias festivos, e até mesmo inimizades parentais:

Cori era um bom marido, respeitador e tudo mais, mas muito fazido! Era de ordem! Ele fazia as festas de Carnaval pra lá, eu não ia. Não dava a ousadia de ir. Se ele fazia pouco caso, eu num dava ousadia. Falava isso em vida, e falo em morte também. Onde ele estiver vai ver que não estou mentindo. Só chegava em casa para tomar banho e tomar um gole de café. Se o Carnaval era três dias, ele ficava três dias fora de casa. E isso toda a época de São João e Carnaval, época das festanças deles lá. Mas eu não falava nada! Eu? Eu não! Eu que não entrava no meio de marimbondada. E ficava, ó, de boca calada! Meu apelido era “arrepêndida”

http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2168&li=40&lcab=1955-1959&lf=40. Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

³² O movimento circulista ainda existe em outros locais de diferentes estados brasileiros. Infelizmente, a plataforma virtual dessa organização não dispõe de informações que poderiam agregar valor nesta pesquisa. Nesse sentido, não foram encontrados na plataforma virtual registros como: história, fundadores, mantenedores, parceiros, endereços ou meios de contato com unidades e sedes de Círculos Operários, etc.

justamente porque eu, ó, ficava na minha, de boca calada (informação verbal)³³.



Figura 14: Escola de Samba Unidos de Caetité. Carnaval de 1966. Autor desconhecido. Acervo Particular da família de Coriolano Araújo³⁴.

Na rua onde morava foi possível perceber que o Sr. Cori era um homem muito respeitado e estimado por todos. Ana Cristina, sua filha, narra:

ele aposentou-se cedo por causa de sérios problemas pulmonares acentuados pela inalação de cal e poeira quando era pedreiro. Naquela época não havia cuidados maiores e o cal parecia ser até mais prejudicial do que hoje. Os médicos de Caetité não queriam dar a aposentadoria por invalidez; a ordem veio de um médico de São Paulo. Meu pai era lindo, altão, todo alinhado. Bonitão mesmo! Chamava a atenção de todas as moças, ‘né’, mamãe? Mas só mamãe ganhou o coração dele. E ele colocava ordem em tudo. Dava combate mesmo! Antes de ficar acamado, e já idoso, suas passadas largas eram ouvidas de longe e seu andar sereno era visto nos pequenos passeios feitos até à esquina quando o sol estava baixo pela manhã, e no entardecer do sertão. O som alto dos carros não existia na rua e nem nas casas da vizinhança, pois todos sabiam que o meu pai era um senhor idoso e era desrespeito tais atitudes para com ele. Ele era católico praticante, arrumava-se bem alinhado todo domingo para receber a hóstia consagrada de um ministro da eucaristia, quando já não possuía condições físicas de ir até a igreja. E meu pai nunca reclamou de nada quando estava acamado. Nada! Ficava deitadinho no sofá e não dava trabalho. Sempre foi um homem retado e respeitado por todo mundo (informação verbal)³⁵.

Longe de esgotar os feitos do “Seu Cori”, tema tão vasto que cabe a uma pesquisa mais minuciosa, assim como é impossível localizar os muitos “Coris”, as muitas “Marias”, “Ritinhas”, “Josés”, “Miquelinas”, “Rosas”, “Rogacianas”, “Cezários”, “Candinhas”, “Anas”,

³³ Relatos de Dona Heloisa Gama de Araújo, viúva do “Seu Cori”, em entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2015.

³⁴ Fotografia obtida por meio de um monóculo. Da esquerda para a direita, “Seu Cori” é o último que está de cócoras e de blusa azul. Autor desconhecido. Acervo Particular da família de Coriolano Araújo.

³⁵ Relatos de Ana Cristina Gama de Araújo, filha do “Seu Cori”, em entrevista realizada em 25/02/2015.

histórias e memórias se perdem nas folhas e poeiras desse pedacinho do Alto Sertão da Bahia. Junto ou separado da elite caetiteense, seus coronéis e sacerdotes, com certeza, estão famílias não citadas, nem por isso sem contribuição na formação sociocultural e histórica de Caetité.

Numa região marcada pela presença de índios, um elo perdido na historiografia local, assim como forros, negros escravos e pobres libertos, é um desafio tratar de nomes ocultos na história, e, não longe disso, entender o discurso e o silêncio dos memorialistas locais. Mas, entre pistas das relações traçadas no tempo e espaço, foi possível construir um pouco da dinâmica e estrutura desta antiga “Corte do Sertão”.

1.4 O discurso dos memorialistas locais

Uma das memorialistas mais conhecidas em Caetité é Helena Lima Santos³⁶. formada em Magistério em Salvador, optou por exercer a profissão, foi para Caetité depois da reinauguração³⁷ da Escola Normal, ocorrida em 1926, para lecionar Geografia e, no biênio 1951-1952, ocupou o cargo de Diretora da referida escola. Sua ida para Caetité relaciona-se intimamente aos vínculos e manobras políticas entre seu irmão, Hermes Lima, e Anísio Teixeira, educador caetiteense que, àquela época, ocupava o cargo de Inspetor de Ensino do governo estadual. Não é de se pasmar que esses fatos possam estar ligados aos elos políticos que iam para além da dita tradição que unia as famílias naquele momento.

Anísio Teixeira ocupou o papel de mediador em muitos acontecimentos havidos em Caetité, principalmente quando se empossou num cargo no governo estadual. A Escola Normal³⁸, um dos mais importantes símbolos da memória e da educação de Caetité, foi reinaugurada graças às articulações manejadas por Anísio Teixeira. Saliente-se que a referida escola foi fechada, em 1903, em virtude de rixas políticas que envolviam o, já citado, pai de

³⁶ Nascida em 1904, era natural de Livramento do Brumado, atual Livramento de Nossa Senhora, cidade distante de Caetité pouco mais de 100 km. Nesta cidade se casou e viveu o resto de sua vida.

³⁷ O início do século XX marcou o distanciamento de Deocleciano Teixeira dos cargos políticos nos cenários estadual e municipal. Em 1900, o governador Severino Vieira rompeu com seu antecessor, Luiz Viana, de quem Deocleciano Teixeira foi amigo e partidário, este se colocou em franca oposição ao então governador. Devido a tal ruptura, registrou-se, dentre outros acontecimentos, o fechamento da primeira Escola Normal em Caetité (1898-1903), que servia, em primeira ordem, à instrução das meninas ricas da cidade, inclusive às filhas e cunhadas de Deocleciano Teixeira.

³⁸ “A existência daquela instituição de ensino em Caetité, além de proporcionar, primordialmente, instrução para as meninas ricas da região, estava de acordo com o projeto modernizador defendido pelas elites locais, bem como com uma distinção cidadina almejada pelos seus idealizadores, endossando a posição de Caetité como centro cultural do alto sertão da Bahia” (AGUIAR, 2011, p.124).

Anísio, Deocleciano Teixeira.

Helena Lima escreveu um livro em que constrói, voluntariamente, a ideia de Caetité ser uma cidade que, por muitos motivos no discurso da autora, se destacava no Alto Sertão baiano “como um centro de cultura, onde a instrução representou sempre um papel dominante sobre o mundo dos negócios, papel que vem mantendo-se até os dias presentes” (SANTOS, 1997, p.47).

Nessa mesma perspectiva de Santos (1997) em narrativas que creditavam a Caetité uma cidade ideal, destaca-se outra memorialista caetiteense, Marieta Lobão³⁹ (1975), nascida em meados da segunda década do século XX, diplomada na Escola Normal de Caetité, assim como outros de sua família. Seus registros “convidam” o leitor a pensar numa Caetité mais que ideal, que “sempre foi um enigma, um fenômeno social, uma dessas raridades da natureza que **seleciona e aglutina, isoladamente, populações como oásis em meio aos áridos e inóspitos desertos**” (grifo nosso) (GUMES, 1975, p.32).

A memorialista chama de “clã” as famílias que, para ela, estavam permeadas de “**espíritos cultos**” e “**descendentes selecionados** (grifo nosso) que fariam de Caetité um lugar de vida tradicional respeitada”. Gumes (1975) trata Caetité como uma cidade que conseguiu “o milagre de se distinguir **como importante centro cultural** (grifo nosso)” além de “reunir uma sociedade **composta por homens de capacidade intelectual apreciável**, (grifo nosso) idealistas, patriotas, portadores de fortunas (...) chefes políticos de alto coturno” (GUMES, 1975, p.30 e 31).

Tal e qual se observa com Santos (1997) e Gumes (1975), semelhante é o discurso do memorialista Flávio Neves⁴⁰(1986), natural de Caetité, nascido em 1908 e formado em Medicina em Belo Horizonte, local que escolheu para completar seus estudos depois de morar em São João Del Rey. Em sua obra há várias palavras e expressões que tendem a imprimir características de destaque para Caetité, como por exemplo, citar a cidade como um “ninho de

³⁹ Segundo relatos de Aguiar (2010), Marieta Lobão “era prima e nora de João Gumes (o fundador do jornal *A Penna*), neta de Marcelino José das Neves (professor e escritor), filha de Maria Theodolina Neves (estudante da Primeira Escola Normal, que funcionou entre 1896 e 1904, e professora da Escola Municipal de Caetité). Marieta Lobão também mantinha “vínculos familiares com outras pessoas ligadas à instrução e à imprensa em Caetité” (AGUIAR, 2010, p.1).

⁴⁰ Aguiar (2010) alerta que Flávio Neves “vinha a Caetité apenas nas férias escolares” quando no tempo de estudante. Passando o período em que se dedicou aos estudos, “não mais voltou a residir na cidade natal”. Ele ocupou o lugar de “sobrinho e aluno de Maria Theodolina Neves (mãe de Marieta Lobão), filho de Antônio Marcelino das Neves (escrivão de autos cíveis e criminais àquela época) e também sobrinho e vizinho do jornalista João Gumes”. A autora revela também que “Flávio Neves escreveu sua obra baseada nas suas memórias de infância e nas memórias do que ‘ouvia dizer’” (AGUIAR, 2010, p.2).

cultura” (NEVES, 1986, p.5).

O memorialista é enfático ao afirmar que havia em Caetité:

uma boa e culta sociedade, muita urbanidade (grifo nosso) e delicadeza na gente do lugar. [...] Ao contrário do que se observa em outras localidades, **o padrão de habitação de Caetité exibiu uma qualidade média superior** (grifo nosso); em maioria com forro de madeira e assoalho. Muitas mansões ricamente providas de lustres de luxo, tapetes, e objetos de refinada decoração. Iluminação a querosene ou azeite de mamona, é verdade. [...] Podia-se mesmo dizer que se vivia em pleno século 18, antes da iluminação. [...] **A diferenciação cultural de Caetité vem de seus primórdios** (grifo nosso) (NEVES, 1986, p.5-7).

Fato comum é comprovar que, entre esses memorialistas por vezes consultados com finalidade de pesquisa da história da cidade de Caetité, são unânimes as narrativas que tendem a creditar um discurso de intelectualidade, erudição e cultura, prezando os bons costumes, de modo a enaltecer as famílias que, para eles, eram tradicionais na região.

Tratada como “Corte do Sertão”, “Rainha do Sertão” ou “Celeiro do Sertão”, dentre outros nomes atribuídos que podem ser verificados nos livros dos três memorialistas supracitados, é possível perceber a intenção de imprimir à cidade certa carga de civilidade e progresso. Assim, muitos elogios são tecidos na tentativa de comprovar o suposto progresso caetiteense que, para Neves (1986, p.45), era tida como a Princesa do Sertão e “com razão, pois contava com uma elite esclarecida e um povo que a admirava e respeitava”. A “Princesa do Sertão” parece ser, no discurso do autor, composta apenas de dois grupos: de um lado, a elite esclarecida, do outro, os que a admiravam e respeitavam.

A contribuição das fontes impressas de livros de memorialistas é incontestável, mas é importante atentar-se para a vulnerabilidade dos discursos que, certamente, eram direcionados para atender a uma parcela social muito seleta. Este fato, aliás, é um dos motivos que fortalecem, nos discursos dos memorialistas, uma linha tênue entre uma classe considerada como elite e o que não necessariamente é “desviante”, porém necessariamente não é elite. Esse é um discurso que ganhou força nos documentos que alimentam a memória e a história social dessa cidade alto-sertaneja; discurso que, em certa porção, está baseado nas narrações que evidenciam o poder aquisitivo dos fazendeiros, agricultores e mineradores das famílias mais abastadas dessa região⁴¹.

Quanto aos valores morais, e a partir de aspectos, estruturas, dinâmicas e processos

⁴¹ Como já afirmado, a economia local, de acordo com a Enciclopédia dos Municípios, estava baseada na exploração aurífera da região que, estando próxima às minas de Rio de Contas e Monte Alto, tornou-se ponto de abastecimento e descanso. Além disso, as primeiras famílias viviam em fazendas reconhecidas pelas suas pastagens, cereais, boas aguadas e muito gado. A atividade econômica estava voltada para agricultura e pecuária.

sociais narrados em suas obras, a tradição é, quase sempre, vinculada ao poder aquisitivo, poder político e ao *status* que eles poderiam determinar. O pensamento de Ricœur (2007, p. 71) aponta que “o ato de fazer memória vem inscrever-se na lista dos poderes, das capacidades” e facilita a compreensão de que muitos valores tendem ao enaltecimento do que, para os memorialistas locais, eram as práticas dos bons costumes, civismo, acesso a cultura e educação, eruditismo e intelectualidade, motivações vinculadas ao poder.

Nesse sentido, vale a pena pensar numa tradição que, tanto pode ser percebida no tocante à transmissão de valores e saberes continuados de geração em geração, quanto numa tradição forjada, imposta ou construída para beneficiar ou encimar um grupo em detrimento do outro, sem, contudo, provar a autenticidade da transmissão “fiada” no que se “ouviu dizer”. Essa discussão pode ser apoiada em Hobsbawm e Ranger (1984), que informam:

o termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido (grifo nosso). Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo - às vezes coisa de poucos anos apenas - e se estabeleceram com enorme rapidez [...] Por “tradição inventada” entende-se um **conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição** (grifo nosso), o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. [...] O objetivo e a característica das ‘tradições’, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. (HOBSBAWM e RANGER, 1984, p.9-10)

Muitos dos “aspectos tradicionais” evidentes nas obras dos memorialistas surgem como o fruto de um legado deixado pelos patriarcas de suas respectivas famílias e, por vezes, é possível encontrar narrações com fortes apelos para que os mais jovens dessem continuidade aos modelos referenciais descritos. Vejam-se ponderações de Aguiar (2010):

A maneira como Caetité é representada nestes livros é muito semelhante e se divide em aspectos comuns: a intelectualidade, o progresso, as famílias ilustres, etc. tendo sempre como plano de fundo os modos de viver das elites naquela cidade. A mesma trilha seguida pelos memorialistas já incita uma suspeita sobre a escolha consciente dos encaminhamentos dados às narrativas; sobre os ocultamentos voluntários das ações “desprestigiadas” que também compuseram o cotidiano da cidade - e daqueles que se dispuseram a lembrar - ainda que ilegitimamente, ou em tom de “burburins” (AGUIAR, 2010, p.2).

Sobre as articulações de poder, identidade original ou tradição recebida, e, nesta última, considerando o que pode ser imposto ou inventado, seguido e acatado, ou não, por gerações, fato consumado é que, ao olhar seletivo dos memorialistas, algumas famílias alto-sertanejas

deixaram um vasto legado que, via de regra, pode ser considerado como tradicional entre os membros descendentes, sucessores naturais.

E por ser tão seletivo, o próprio Flávio Neves (1986, p.45) descreve a população de Caetité em grupos separados por classes ao narrar que Caetité “era tida como a Princesa do Sertão e com razão, pois contava com uma elite esclarecida e um povo que a admirava e respeitava”, evidenciando por um lado quem fazia parte da elite, e quem, por outro lado, apenas observava. Neves (1986), na tentativa de amenizar as claras divisões sociais nascidas do enaltecimento da elite narrada em seu livro, credita aos caetiteenses certa carga de tolerância religiosa, pelo que, nas entrelinhas do seu discurso, é evidenciada uma indisposição ao bispo àquela época:

Em Caetité uma sociedade tranquila, em que os adversários políticos se respeitavam; a admiração pela cultura era uma constante. Nem o primeiro bispo, como já relatei, figura solene, irascível e desastrada, conseguiu desfazer a tolerância religiosa. Avalia-se a intolerância do mesmo com o seguinte fato: aparecera em Caetité, enviado para lá, talvez como punição, um padre holandês que, tudo indicava, provinha de uma família nobre. Alto, elegante, com cartola alta e bengala de castão de prata. Falava várias línguas; o mínimo de que dispunha para se comunicar era o francês. Hóspede do bispo. Lembro-me de que comparecera a um baile, quando se dispôs a dançar, de batina, no que não foi atendido pelas damas. Certa vez fazia seu passeio solitário quando foi abordado em inglês pelo pastor protestante, um norte-americano. Manifestou a mais viva alegria por ter com quem falar. O bispo fechou-lhe a porta de seu “palácio” e à noite quase o deixara sem ter onde dormir (NEVES, 1986, p.46).

Para Neves (1986, p.55), Caetité “era conhecida em todos os lugares do sertão”. O memorialista diz-se “admirado” pois, em “meio a um oceano de analfabetismo reinante”, Caetité contava com “várias escolas primárias, dois colégios, uma Escola Normal que a **cegueira de alguns políticos fecharam** [sic] e que, mais tarde, renascera”. No entanto, o memorialista não deixa claro quem tinha acesso a esse ensino. Num principado em que a escravidão também “reinou”, é pouco provável que o ensino e toda a erudição chegassem até os trabalhadores rurais, feirantes, descendentes de escravos e índios. Não parece ser muito sensato ter tantas escolas e reinar sobre o analfabetismo. Nesse sentido:

Em meio a um oceano de analfabetismo reinante, Caetité então se distinguia? Apesar do registro de escolas primárias, colégios e de uma escola profissionalizante, frequentar os bancos de uma escola nos finais do século XIX e início do XX ainda era privilégio restrito, sobretudo aos enriquecidos. A existência das instituições de ensino naquela cidade refletiu anseios dos grupos mais favorecidos economicamente não devendo, portanto, ser interpretadas como benefícios desfrutados indiscriminadamente pela grande maioria da população (AGUIAR, 2010, p.6).

Imagina-se que essas e outras tensões não foram, talvez de maneira propositada e/ou

voluntária, o foco dos memorialistas em questão. Até mesmo as tensões de poder que surgiram do testemunho dos povos lusitanos, ganham harmonia nas narrativas:

Espavoridos, fugindo à perseguição sistemática, desejosos de se estabelecerem em terra que os aceitassem [sic] como cidadãos da nova Pátria Brasileira, chegaram à bela e acolhedora Caetité, Vila de grande importância naqueles rincões sertanejos, os três irmãos portugueses: Cipriano Neves, Antonio Neves e Marcelino Neves (GUMES, 1975, p.26).

Não se observa a mesma “harmonia” em outros registros alheios aos memorialistas, entretanto as tais famílias tradicionais, sem que sejam citadas diretamente, ganham destaque nas palavras de Ferreira (1957):

Não sendo local de mineração, a vila não teve, no passado, evidência política na história pátria, abrigando apenas os que, fugindo às lutas partidárias do Primeiro Reinado e do Império, procuravam refúgio temporário, tendo alguns se fixado na região e constituído as antigas e tradicionais famílias caetiteenses (FERREIRA, 1957, p.106).

A importância “dos Gumes”, que ganha destaque no discurso de Helena Lima Santos (1997) e Marieta Lobão Gumes (1975), não deve ser desprezada. Assim como também não pode ser desprezado o fato da existência de muitos registros voltados a “falatórios” de engrandecer os “bons laços” sociais, culturais, políticos e eruditos que os unia. Nas palavras da memorialista Gumes (1975), João Gumes e o Jornal *A Penna* eram motivo de orgulho e, para ela, certamente ganhariam projeção nacional:

Arrastaria todos os obstáculos e levaria avante o seu ideal de dotar a sua Cidade de um órgão publicitário que veiculasse todos os eventos, medidas e noticiários que pusessem os caetiteenses a par dos fatos e acontecimentos de relevo cultural e social, estabelecendo com a imprensa nacional, mantendo continuo intercambio com as áreas bem informadas, de modo a estar, sempre, apto a transmitir os acontecimentos de importância para o nosso Estado, de interesse para o País e, quiçá, de todo mundo (GUMES, 1975 p.95).

Não se pode, de nenhum modo, abandonar a importância do periódico *A Penna*, nem desmerecê-lo de nenhuma forma, posto que, sem sombra de dúvidas, foi uma fonte de informações consistentes no Alto Sertão e configura-se, atualmente, como importante meio de pesquisa. De todo modo, o pesquisador deve estar atento aos discursos voluntários de ostentação do poder como, por exemplo, num contexto que contempla determinado grupo social letrado, o periódico foi chamado por Gumes (1975, p.100) de “**Quartel General dos Intelectuais**”. Seria essa relação de poder estendida para todo e qualquer cidadão caetiteense? Seria esse **quartel** um local de livre acesso e de expressão popular? Esse meio de comunicação estava ao serviço de quem, para quem, tratando de quais assuntos?

Questionamentos à parte, o periódico, além de ‘bradar’ sobre os feitos e fatos convenientes a certa classe do Alto Sertão, trouxe aos caetiteenses algumas notícias sobre importantes acontecimentos (igualmente convenientes) da Bahia e do Brasil, como, por exemplo, a Guerra de Canudos, narrada no periódico que data de 05 de julho de 1897⁴², que dá a Antônio Conselheiro o título de famigerado, enaltecendo, assim, pelo momento oportuno e contexto social à época, o “brioso” General à frente das “forças em operação e à Pátria em uma nova fase de prosperidade”.

E justificando-se no discurso do progresso e civilidade, os memorialistas mostram-se enaltecidos e envaidecidos por ter havido acesso a escolas, teatro, cultura, meios de comunicação, sem, entretanto, falar dos que estavam à margem, portanto são os marginalizados à periferia do seu discurso, como se a cidade pudesse ser resumida em poucas famílias. Isso evidencia um descompasso: parte da memória ficou, assim, invisibilizada.

Numa região que fora rota de forasteiros e bandeirantes em busca das Minas do Rio das Contas e das Minas Gerais, como não tratar do trabalho escravo que existiu na região? E numa região alto-sertaneja, quem eram esses escravos? Apenas negros ou também os tropeiros, cangaceiros, vaqueiros crioulos, caboclos? E as construções monumentais das casas, teatro, igrejas, escolas, fazendas: quem construía? Não eram os mestres de obras solicitados ou, talvez, escravizados em prol das edificações? E as cartas de alforria e livros de compra e venda de escravos que podem ser encontrados no Arquivo Público Municipal de Caetité e na Casa do Barão não são evidência de que as classes mais abastadas, de maior poder ou “tradição”, tinham acesso ao trabalho escravo, ou, mais ainda, eram donos de escravos? E como fica a carga de civilidade e progresso em escravizar pessoas e tratá-las como mercadoria? Certamente as respostas fogem ao erudito, culto e intelectual narrado pelos memorialistas.

Ressalte-se que muitos dos pesquisadores citados neste capítulo realizaram e realizam pesquisas que prontamente respondem a essas questões. Alguns deles são entusiastas de pesquisas voltadas para as configurações da história, memória e patrimônio caetiteense e, assim fundamentados, refletem sobre as múltiplas conexões, tangíveis e intangíveis, além de prezarem pelas redes associativas nascidas de relações interculturais na trajetória de Caetité.

Algumas das referências utilizadas são fruto do acesso a livros, fotografias, artigos, trabalhos monográficos e documentos oficiais de Caetité que estão salvaguardados e

⁴² Documento disponível para consulta no acervo do Arquivo Público Municipal de Caetité.

disponíveis para consulta em instituições como, por exemplo, o Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) e a Casa Anísio Teixeira (CAT). Essas duas instituições aqui ganham destaque na medida em que, além de disponibilizarem seus acervos, executam atividades voltadas para patrimônio e memória local e regional; assim como possuem colaboradores que gentilmente (re) contam a história de Caetité e do Alto Sertão, de seus filhos ilustres e outros não tão ilustres, mas nem por isso sem significado para a cultura e memória da cidade.

Pelo papel social que desempenham, não é de se pasmar que tanto o APMC quanto a CAT possam ser considerados instituições museológicas, e assim chanceladas pelo Instituto Brasileiro de Museus. Além dessas duas instituições, o Alto Sertão poderá contar também com evidências materiais de um passado histórico que convida os alto-sertanejos a dialogarem com a Museologia, o museu, a sociedade e o território como um todo com o surgimento do Museu do Alto Sertão da Bahia, temas a serem abordados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

O MUSEU DO ALTO SERTÃO DA BAHIA

*“Musa, eu sou seu museu aberto pra visitação.
 Museu da luz, museu da pessoa.
 Museu da espera e do encantamento.
 Do calçamento ainda não pisado e da calçada explodindo em flor [...]*
*Musa, eu sou seu museu.
 Musa, eu sou seu museu da memória de ontem.
 Do musgo, do mel, da música sem fim, museu [...]*
*Da língua solta, do verbo encarnado transcolor.
 Museu do abraço experimental [...]*
Museu do somos, do som, do eco. Museu”.
 Chico César

Desde o seu início o museu passou por muitas transformações até que pudesse alcançar públicos variados e cada vez mais amplos. Tais transformações partem do princípio de que o museu é, assim como outras instituições, uma maneira de compreender e atender as demandas sociais que perpassam por caminhos que envolvam a pesquisa, a educação, a comunicação e as ações sociais.

Este capítulo traz, no primeiro tópico, um breve histórico da gênese do museu, entendendo este como o campo fundador da Museologia, assim como as mudanças e transformações ocorridas até que o museu fosse firmado de modo a estar a serviço da sociedade. Nesse sentido, compreendendo o museu e a Museologia como movimentos capazes de (re) articular significados culturais, enfatiza-se uma tendência que ficou conhecida como “Nova Museologia”.

No terceiro momento do texto, após uma necessária contextualização entre museus e Museologia, são evidenciados os processos iniciais que visaram à criação, *a priori*, de um museu arqueológico na cidade de Caetité que, mais tarde, foi percebido com diálogos mais próximos às tipologias de ecomuseus, museus comunitários e museus de território.

A seguir, apresenta-se o Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB), resultado da concepção original voltada para a Arqueologia, que assumiu ideias mais ampliadas de patrimônio e, além da cidade de Caetité, comporta também as cidades de Igaporã e Guanambi portanto foi criado assumindo a tipologia de Museu de Território. A seguir, discorre-se sobre

o diagnóstico situacional dessa instituição que se projeta para alcançar, além das cidades de Caetité, Igaporã e Guanambi, outras cidades do território alto-sertanejo.

2.1 Museu: uma breve contextualização

Em sua gênese, é de conhecimento corrente que a instituição museu teve seu início na Grécia antiga, no qual o *mouseion*, ou casa das musas, assumia a mescla da estrutura física como templo e instituição de pesquisa. Voltada sobretudo para o saber filosófico, mesmo não tendo sido originada de uma ideia filosófica, essa linhagem mitológica dos museus associada ao *mouseion* designava, antes do século V a.C., “os santuários consagrados às musas e também às escolas filosóficas e de investigação científica presididas pelas musas” (CÂNDIDO, 2013, p.27). Tal templo, de acordo com a mitologia grega, era dedicado às nove musas que, não por acaso, eram filhas de Zeus, o deus dos deuses e de Mnemósine, deusa da memória. As musas eram donas da memória absoluta, imaginação criativa e presciência. Nesse sentido:

as nove musas protegiam as artes, as ciências e as letras. Contam-se geralmente nove: Calíope, Clio, Melpómene, Tália, Euterpe, Terpsícore, Erato, Polímia e Urânia. O cavalo Pégaso servia-lhes de cavalgadura. Os atenienses, apaixonados amantes da poesia, levantaram às Musas, um suntuoso altar. Roma consagrou-lhes três templos, num dos quais eram invocadas sob o nome de Camenas ou cantoras. Os poetas designavam-nas também por Piérides, por haverem nascido no monte Piero (VICTORIA, 1990, p.18).

Mairesse (2007, p.23) lembra que, no século IV a. C., em Crotona, o museu era um espaço dedicado à degustação das disciplinas da filosofia. Em tempo, Crotona foi a cidade italiana onde teve origem o pitagorismo, inspiração para que Platão fundasse sua Academia. Mairesse é categórico ao enfatizar que, para Platão, a verdadeira origem do ensinamento provinha do Museu.

Pela sua origem no pensamento mítico vinculado não somente ao templo, mas às próprias musas, o canto, citado por Victoria (1990), parece ter incorporado um elo salutar de comunicação pelo qual foi garantida a manutenção da identidade daquele universo. Scheiner (2009, p.144) chama de “expressão criativa da memória via tradição oral” as tais palavras cantadas:

As palavras cantadas, responsáveis, no panteão grego (...) são trazidas á luz da consciência pela ação dos poetas, ultrapassando todas as distâncias espaciais e temporais para tornar presentes os fatos passados e futuros, fazendo o mundo e o tempo retornarem à sua matriz original – não como racionalidade, mas como Criação. Como a voz da memória, são o que impede o esquecimento – não pela materialidade, mas pela reiteração do canto: a mensagem mediada. (...) As musas existem (e cantam) em continuidade – pois **a memória não tem começo nem fim**, (grifo nosso) não contém a origem do Cosmo e do Homem enquanto passado, mas na atualidade de um viver contínuo (SCHEINER, 2009, p.144).

Hudson (1987, p.18) informa que o museu já fora utilizado com o mesmo significado de escola para o ensino da filosofia e biblioteca. O mesmo autor afirma que, no séc. IV a.C., o termo museu remetia a um local destinado à cultura das artes e das ciências. Já no sentido de templo, os museus eram facilmente identificados como locais que guardavam coleções de objetos de arte que, em sua maioria, eram raros e/ou preciosos. Assim, é possível afirmar que o *mouseion* configurava-se como um **templo e instituição de pesquisa ideal para o descanso da mente**, além de local adequado para **atenuar sintomas, tais como a ansiedade e a tristeza ao possibilitar a dedicação às artes e às ciências**.

Cândido (2013, p.28) destaca que, por volta de 285 a.C., o termo *mouseion* passou a designar instituição pela primeira vez e, nesse período, era um lugar onde se reuniam artistas e sábios em salas de reunião, observatório, laboratório, jardins zoológico e botânico, além de uma biblioteca. Foi por volta de 290 a.C. que foi fundada a Biblioteca de Alexandria, um *mouseion* cuja existência esbarra no poder aquisitivo da classe abastada da dinastia dos Ptolomeus, no Egito. A principal inquietação e a motivação para a existência dessa instituição estavam alicerçadas no saber enciclopédico e, desse modo:

buscava-se discutir e ensinar todo o saber existente no tempo nos campos da religião, mitologia, astronomia, filosofia, medicina, zoologia, geografia (grifo nosso), etc. O *mouseion* de Alexandria possuía, além de estátuas e obras de arte, instrumentos cirúrgicos e astronômicos, peles de animais raros, presas de elefantes, pedras e minérios trazidos de terras distantes, etc., e dispunha de biblioteca, anfiteatro, observatório, salas de trabalho, refeitórios, jardim botânico e zoológico. E entre os grandes trabalhos por ele abordados figuravam um dicionário de mitos, um sumário do pensamento filosófico e um detalhado levantamento sobre todo o conhecimento geográfico (SUANO, 1986, p.11).

Para Guarnieri (1989, p.7), o que talvez tenha sido o primeiro museu de que se tem notícia na história⁴³ existiu por volta de seis séculos antes de Cristo, com um acervo que caracteriza a coleção particular de uma família àquela época. Esse fato pioneiro deve-se às iniciativas da princesa *Bel Chalti Nannar*, que “reuniu e fez documentar, através de um

⁴³ Leonard Wooley, citado por Anna Gregorová, *Museologie: science ou seulement travail pratique du musée?*, MuWoP, Stockholm, ICOFOM/SHM, 1980, p.19.

registro de objetos, uma coleção do palácio de seu pai, na Caldeia, seis séculos antes de Cristo”.

É bem provável que a princesa *Bel Chalti Nannar* não soubesse que esse feito teria precedido o que, para alguns, é considerado como a primeira coleta e o primeiro inventário narrado na história dos museus. Entretanto, é conveniente citar os espaços chamados *thesaurus*, que, nas palavras de Cândido (2013, p.27), ainda na Antiguidade, eram locais ao lado dos templos, destinados a abrigar os ex-votos que fiéis ofereciam às divindades. Ao que parece, fora essa prática de devoção e oferenda, que configura as trocas em reconhecimento de algum tipo de proteção, a causa da realização de triagem, classificação, controle e segurança dos objetos. Esse teria sido um precedente das ações de controle das coleções e de suas informações que é realizado cada vez com mais apuro e especialização pelos museus.

O fato de algumas famílias gozarem de certa segurança econômica, poder e *status* permitiu e facilitou sobremaneira o colecionismo de obras de arte gregas que, de maneira processual, passaram a ser expostas à comunicação e a visitas. Este, aliás, era motivo de competição entre muitos imperadores dos meados do séc. II a.C., que, para além da simples demonstração de riqueza, educação, bom gosto e fineza, tinham por fim último ilustrar e impor o poderio e força perante os inimigos conquistados por Roma. Exibir o butim era uma maneira eficaz de demonstração de poder, além de exibir e enaltecer o dono do objeto e a clara intenção de autoafirmação do domínio, já que grande parte dos colecionismos romanos eram frutos de saques e prêmios de guerra.

Além das coleções de famílias consideradas nobres, sabe-se que muitos templos famosos são resultado de uma herança artística da Idade Média e, nesse cenário, a Igreja Católica Romana ganha destaque na mesma proporção em que detivera o domínio de tais templos e configurou-se como principal receptora de doações de objetos preciosos. Desse modo, a Igreja, em posse de muitos tesouros, como, por exemplo, o Tesouro de São Bento, possuía, ao se utilizar de objetos preciosos, meios cômodos de expandir, criar e fortalecer alianças e pactos políticos. Ressalte-se, entretanto, que o caráter desses objetos não pode ser restringido apenas à arte sacra, pois nas igrejas era comum encontrar curiosidades naturais e outros tipos de objetos, não apenas os de cunho religioso (POMIAN, 1984, p.58-59 apud CÂNDIDO, 2013, 29).

O acervo que hoje conhecemos como objeto museológico ficou retido à visitação pública até o século XIX por força da, então, conservadora Igreja Católica. Ressalte-se que, de acordo com Hudson (1987, p.67), foi na Idade Média que castelos, igrejas, mosteiros e

catedrais possuíam repositórios de joias, ouro, esculturas, manuscritos e relíquias de santos.

Suano (1986) informa:

Até o século XV o cerne dessas coleções era constituído por manuscritos, livros, mapas, gemas, porcelanas, instrumentos óticos, astronômicos e musicais, moedas, armas, especiarias, peles de animais. Nos séculos XV e XVI a divulgação de certos manuscritos gregos e romanos em poderio dos árabes e a revelação de estátuas e vasos romanos durante escavações fortuitas na Itália, despertaram a atenção para a Antiguidade, sobretudo sua arte, filosofia e literatura. (SUANO, 1986, p.14).

Na trajetória da era da Idade Média, em que a Igreja possuía peças valiosas, sendo estas de cunho religioso, natural ou profano (oriundos de saques), os templos medievais já se dispunham a creditar à arte uma “intenção pedagógica e moral” e eram uma espécie de “museus públicos” (CÂNDIDO, 2013, p.29). Nesse sentido, o papa Paulo II pode ser considerado o primeiro papa colecionista de que se tem notícia. Já quanto às formas mais privadas de apreciação, na Itália, estúdios foram construídos para abrigar objetos, pedras preciosas, esculturas. Eram os chamados *studiolos*, sendo Olivero Forza o dono do primeiro estúdio de que há registro, em 1335.

Esses estúdios eram também conhecidos como “Gabinete de Curiosidades” (predominância de espécimes de história natural – *naturalia*) e “Câmara das Maravilhas” (predominância de objetos construídos pelo homem – *artificialia*). Nessa perspectiva, além das coleções principescas, que estavam intimamente associadas ao poderio político e econômico, os gabinetes albergavam coleções ditas científicas, com claro intuito de simular a natureza. Eram locais muitas vezes chamados de museus, termo um tanto esquecido e pouco utilizado à época da Idade Média, na tentativa acertada de remontar à origem grega da palavra *museion*. Nota-se que os primeiros gabinetes se expandiram em função da prosperidade do comércio do século XVII em toda a extensão da Europa.

A atenção voltada para o ato de colecionar aumentou com o Renascimento, momento histórico em que a renovação intelectual e artística iniciada na Itália, no século XIV, influenciou e se expandiu sobremaneira em outras regiões da Europa, alcançado o apogeu no século XVI. Tal período foi baseado na crença da capacidade ilimitada da criação humana, além de ser marcado pelo enaltecimento das artes, eruditismo literário, surgimento da imprensa, pesquisas que impulsionaram a geografia e a cartografia, novas teorias espaciais, reformas religiosas e expansão marítima, que, por sua vez, revelou um “novo mundo” à Europa.

A política não passou despercebida nesse período de investigação e questionamentos. Foi, aliás, por meio dos questionamentos religiosos precursores de grandes reformas que a política pôde sair dos grilhões engessados da Igreja Católica. Faz-se necessário informar que esse conceito de política dialoga com o termo *Ancien Régime*, que descreve as práticas do sistema político e administrativo vigente durante o absolutismo nos séculos XVII e XVIII, muito embora ele possa ser aplicado também de forma mais ampla à maior parte da Europa.

No período em questão, que abarca o final do século XV e grande parte do século XVI, a Igreja Católica reagiu tardiamente aos movimentos de reforma religiosa. Ainda assim, convém ressaltar que o ensino, a disseminação e a transmissão da cultura sobressaem como verdadeira munição entre os religiosos da Companhia de Jesus, fundada em Paris e aprovada em 1540 pelo Papado. A Igreja entendeu a importância do uso da cultura em favor da defesa e proteção de seus dogmas e interesses sociopolíticos.

Exatamente por isso, a Igreja mobilizou-se em prol da criação de bibliotecas, centros didáticos, pedagógicos e culturais dirigidos. Essas instituições eram dirigidas por sacerdotes e possuíam certa carga de função social. Algumas dessas instituições eram reconhecidas como museus. Nesses locais, abertos a um público extremamente seletivo, era comum que os objetos fossem compostos de materiais clássicos, assim como por peças resultantes de missões dos jesuítas.

Voltando ao período renascentista, é importante salientar: trata-se de um momento histórico intimamente relacionado ao surgimento e multiplicação de novas coleções. Não é de se pasmar que articulações fossem realizadas com vistas a abrigar os objetos destinados às finalidades do colecionismo. Foi assim que surgiu o edifício especialmente concebido para albergar uma coleção, o Palácio Uffizi de Florença, construído por Giorgio Vasari a pedido de Cosimo I de Médici, em meados de 1560.

Desse modo, ao ganhar formas que creditam um reconhecimento social, por meio dos prédios que passaram a abrigar as coleções ainda restritas a reis, clero e burguesia, os colecionadores tenderam também a sistematizar as formas de catalogação e organização de objetos (no tocante à entrada, saída e localização), assim como de apresentação de suas coleções. Cândido (2013, p. 30 e 31) afirma que, ao longo do século XVII, houve uma tendência crescente à institucionalização dos museus, o que pode denotar com efeito um princípio de interesse em gestões mais formais e sistematizadas.

Foi justamente por adquirir novos significados ao longo da história que surge, na Europa, o primeiro museu público: o Ashmolean Museum, de Oxford, aberto para visitação

em 1683. Entretanto, mesmo sendo pública, essa instituição, assim como as da Igreja, ainda possuía visitação restrita⁴⁴. O fato de o museu não ter sido aberto ao público e sim ter se colocado à fruição exclusiva de seus proprietários e pessoas que lhes eram próximas em nada decresce a relevância do Ashmolean Museum na história dos museus. Mesmo antes de ter sido definitivamente legado à Universidade de Oxford com suas amplas coleções de história natural e geologia, essa instituição marca o início da era dos museus públicos.

Mas, torna-se necessário informar que o museu, nos moldes mais parecidos tais e quais são conhecidos hoje, tem origem um pouco antes da Revolução Francesa⁴⁵ de 1789. Assim, a partir do século XVIII, a dita revolução moldou os contornos do que pode ser entendido como uma acepção moderna de museu, sendo esta consolidada no século XIX com a criação de importantes instituições museológicas na Europa.

Desse modo, se antes da Revolução Francesa as coleções de objetos de arte ou de curiosidades eram guardadas em gabinetes, *guardarobas* e mesmo museus, o período pós-revolucionário marcou a nacionalização de coleções dos reis da França, em 1793, conforme determinações do governo revolucionário. Esse é um período no qual o museu estava voltado a atender especificamente às necessidades, demandas e manobras estratégicas da burguesia. Outrossim, fora marcado pelo surgimento de quatro museus que atendiam à classe dirigente (a burguesia) em temas explicitamente voltadas para a política e a serviço da nova ordem estabelecida. O Museu do Louvre⁴⁶, importante marco na história dos museus, é um dos quatro museus em questão, aberto em 1793, disponível ao público três dias em cada dez e com finalidade de “educar” a nação francesa em determinados aspectos clássicos da Grécia e de Roma. Possuía coleções reais, objetos oriundos de igrejas saqueadas por revolucionários e por butins liderados por Napoleão.

⁴⁴ Contudo, tanto a visitação às instituições da Igreja, quanto ao Ashmolean era bastante restrita. No primeiro caso, a ela tinham direito os convidados especiais da cúpula da Igreja, os artistas e a elite governante, enquanto no segundo era reservada a especialistas, estudiosos e estudantes universitários. Já nesse final de século XVII havia algumas galerias de palácios reais que eram abertas à visitação. Era o caso, por exemplo, da Galeria de Apolo, no Palácio do Louvre, em Paris, aberta, desde 1681, a visitas de artistas e estudantes (SUANO, 1986, p.25).

⁴⁵ Deve-se lembrar que, nesse período, a Europa estava permeada de expresso autoritarismo por parte dos reis e da nobreza, além de viver em constantes tensões sociais. Em muitos momentos, a reação popular adquire força com manifestações que se espalharam e repercutiram de maneira duradoura em toda a Europa.

⁴⁶ De acordo com as ponderações de Bazin (1969, p.154), citado por Cândido (2013, p.35), as coleções de arte adquiridas por várias gerações de monarcas foram confiscadas pela Revolução Francesa em 1789. Mas já havia um projeto de conversão do palácio real em museu ainda no reinado de Luís XVI. Em 1791, o Louvre foi destinado a funções artísticas e científicas, concentrando-se nele todas as antigas coleções da Coroa, agora republicanas. Em 1793 foi aberto ao público.

Sempre atenta às tramas sociais e políticas, a Igreja, ainda dedicada a utilizar-se da instituição museu, participa desse período histórico que marca o surgimento de muitos museus atualmente conhecidos. Prova disso está no fato de a Igreja transformar num museu, em 1749, o primeiro antiquário de que se tem notícia, organizado pelo papa Pio VI, em 1471, que guardava as coleções papais, cujas células fazem parte do que atualmente são os Museus do Vaticano.

Outros museus a serem citados são: o Museu Histórico Natural e o Museu de Artes e Ofícios, ambos originados com objetivos que privilegiassem e valorizassem o pensamento científico. O quarto e último museu, cuja aprovação ocorrera em 1792, é o Museu dos Monumentos, com empreitadas de valorizar a França revolucionária e seus ideais neoclassicistas. Em meio às transformações sociais das quais surgiram esses museus, surgem também o Belvedere de Viena, em 1783; o Museu Real dos Países-Baixos, em Amsterdam, em 1808; o Museu do Prado, em Madri, em 1819; o Altes Museum, em Berlim, em 1810, e o Museu do Hermitage, em Leningrado, em 1852.

Não menos importante, surge o museu da Dinamarca, a *Glyptoteca Ny Carlsberg*, originado a partir da doação das coleções greco-romanas, pinturas, esculturas de vários estilos e períodos da arte europeia, dentre outras, a que pertencera a Carl Jacopsen, em 1888. De igual forma, originado a partir de doações, “nasce” o Museu Britânico⁴⁷, em Londres, dotado de uma coleção de antiguidades, pinturas, moedas, livros, minérios, entre outros. Muitas coleções, principalmente as que se formaram entre os séculos XV e XVIII, se transformaram posteriormente em museus⁴⁸.

Na Europa, a política econômica dos séculos XVI e XVII voltou-se sobremaneira para questões de cunho educacional e cultural e, em parte, para a ampliação do acesso às grandes coleções que, de certo modo, primavam pela quantidade de espécimes e nunca pela clareza e organização. Mas foi no século XIX que o museu cresceu e multiplicou-se em meio ao apogeu do pensamento filosófico iluminista. Por um lado, abrigavam-se as coleções, por outro, espalhavam-se as mudanças em curso na sociedade europeia. Este mesmo século

⁴⁷ Era um museu público, porém, para ingressar, o visitante deveria pagar por um bilhete que deveria ser adquirido com, pelo menos, duas semanas de antecedência.

⁴⁸ São igualmente dignos de nota outros museus que surgiram nesse mesmo período, como, por exemplo, o Museu Peale, nos Estados Unidos, em 1782; o Museu de Charleston, na Carolina do Sul, em 1773; o Museu Metropolitano de Nova York, em 1872, o Museu da Sociedade Marítima das Índias Ocidentais, em Salem, em 1799; dentre outros. Torna-se importante salientar que, nos Estados Unidos, os laços originados da relação museu e comunidade são bem fortes, o que explica o surgimento das influentes e ricas Sociedades dos Amigos de Museus.

assistiu a desfrutar a Europa de um período largamente conhecido: a era das máquinas, da Revolução Industrial⁴⁹.

Com efeito, foi nesse século que as grandes exposições alcançaram públicos menos abastados e classes mais baixas da população, e tornou-se mais latente a necessidade de o museu, além de ter uma função meramente expositiva, ser também entendido e utilizado como um local de prazer, relaxamento físico e mental e de aprendizado ímpar.

Foram, então, a soma da antiguidade clássica do século XVIII e as grandes exposições do século XIX fatores influentes na oportuna e importante modificação em muitos museus europeus: a sua transformação em instituições de pesquisa científica. Desse modo,

no século XVIII, início dos museus de história natural, as coleções começaram a se organizar e a serem utilizadas para estudos e pesquisas, apesar de seu objetivo ainda não ser o de educar o público em geral. O foco da segunda geração dos museus (MCMANUS, 1992), que surgiu nos séculos XIX e XX, esteve na ciência e na indústria. Nesse momento, nem a escola nem o museu enfatizavam a participação do público a partir da interatividade e da comunicação. Por isso, essas duas gerações de museus se aproximam do que foi chamado de “pedagogia tradicional” (CAZELLI *et al.*, 2003 (MARANDINO, 2008, p.16).

Diante das investidas em tratar do museu como um local de aprendizado, é interessante concordar com Marandino (2008, p.9), que, baseando-se em Allard e Boucher (1991), defende com maestria que a “consolidação do papel educativo dos museus aconteceu ao longo do século XX”. Desse modo, o museu embrenhava-se para se consolidar, para além de uma instituição pública, um local voltado para a pesquisa e educação, sendo esta última iniciada no século XIX; empenhado em atender a um público cada vez mais diverso e disposto a não se contentar em apenas expor suas obras.

O século XX assistiu à consolidação de muitos museus que surgiram no século anterior, estando essas instituições vinculadas a variadas organizações públicas e privadas, movidas por movimentos e/ou estratégias políticas e ideológicas, e não estava, necessariamente, preocupado em retratar a burguesia, como antes fizera. Entretanto, o século XX foi, de modo geral, um período em que o museu se estagnou. Destacam-se, aqui, os movimentos ideológicos de Hitler, que, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), fez do museu uma estratégia de demonstração da ascensão germânica na Europa, experiência, por sua vez, nunca concluída.

⁴⁹ Suano (1986, p. 37) chama a atenção para uma questão pertinente: a relação do artesanato, da arte e da produção industrial. Segundo a autora, os debates sobre esses assuntos eram inflamados ao pensar na produção manual e na possibilidade da produção em larga escala.

De acordo com Chagas (2015), na América do Sul o reflexo dessa esteira de movimentação social teve início⁵⁰ no século XIX, apresentando-se como “uma espécie de materialização de fragmentos de sonho de exílio”, mais precisamente marcada pelo impacto produzido com a chegada da família real portuguesa. O autor informa ainda:

A transferência estratégica para o Brasil da família real, que se encontrava numa linha de fogo cruzado entre os interesses franceses e ingleses, gerou no panorama cultural, político e econômico da colônia um impacto sem precedentes. [...] A instalação da Corte no Brasil implicou investimentos públicos e particulares. [...] A presença de um contingente aproximado de 15 mil pessoas vindas da Europa para uma cidade colonial de clima tropical implicou ainda a constituição de um sonho [...] A realização desse sonho envolvia a criação de equipamentos e o desenvolvimento de ações que pudessem trazer para a cidade colonial a memória e os ares da Europa. Entre esses equipamentos e ações incluíam-se: a Biblioteca Real (1810); o Teatro Real de São João (1812), que tinha por modelo o Teatro São Carlos, em Lisboa; a Escola Real de Ciências Artes e Ofícios (1815); a Missão Artística Francesa (1816) e o Museu Real (1818) (CHAGAS, 2015, p.40-41).

O Museu Real, criado em 1818, posteriormente chamado de Museu Nacional do Rio de Janeiro, assim como o da Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro, iniciado em 1815 como a Escola Real de Ciências, ambos nascidos da iniciativa de Dom João VI, são os mais antigos museus da América do Sul. Eram museus baseados no modelo vigente do mundo europeu. Destaque-se que o acervo do Museu Real, dentre outros objetos e coleções, foi acrescido das contribuições dos naturalistas que viajaram⁵¹ pelo Brasil: Langsdoff, Natterer, Von Martius, Von Spix e outros.

Ao fazer menção ao “barrosiano” como um modelo de Museologia de Gustavo Barroso, que exalta um ideal de nação, Chagas (2015, p.44) mostra o caráter dramático do período em questão, capaz de acender ou apagar personagens de uma sociedade com o firme propósito de construir simbolicamente a nação brasileira. Para tanto, pondera o mesmo autor que não eram o bastante as investidas na criação de selos, moedas, bandeiras, hinos, armas e cores nacionais. Antes, era preciso, sobretudo, “constituir uma nova inteligência e estabelecer novos procedimentos de fixação de memória”.

⁵⁰ Ressalte-se, entretanto, que no Brasil, ainda no período colonial, a primeira experiência museológica de que se tem notícia data do século XVII e foi levada a efeito em Pernambuco, durante o governo holandês do Conde Maurício de Nassau-Siegen (1637-1644). Era um museu aberto ao público, contendo um observatório astronômico, jardins botânico e zoológico especializadas na coleta, conservação, estudo e exposição de espécimes da flora e fauna tropicais. Fora uma experiência museológica isolada, sem continuidade e desdobramentos (MELLO, 1978, p.102-104; CHAGAS; OLIVEIRA, 1983, p.181-185 apud CHAGAS, 2015, p.40).

⁵¹ Os viajantes Spix e Martius são citados na seção 2 deste documento, posto que percorreram o Alto Sertão da Bahia, especificamente Caetité, cidade que sedia o Museu do Alto Sertão da Bahia, recorte a que se dedica esta pesquisa.

Baseado nesses pressupostos é que surge o Colégio Pedro II, em 1837; o Arquivo Nacional, em 1838; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838. Na década de 1860, marcada pela guerra movida entre Brasil e Paraguai, surge o Museu do Exército; o Museu da Marinha, em 1868; o Museu Emílio Goeldi, em 1866. Posteriormente surgiram o Museu Paranaense, em 1876, o Museu Paulista, em 1895 e o Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, em 1894. Nesse sentido, Chagas (2015) informa que

era preciso constituir uma tradição; construir o pedestal dos heróis e celebrá-los em bronze ou mármore, povoar a memória com atos de bravura, heroísmo, personagens ilustres e vultos invulgares. O acontecimento da guerra representava uma dramaturgia capaz de iluminar determinados personagens, banhá-los com a pátina da imortalidade, e colaborar com a construção da nação de acordo com os moldes europeus. [...] A rigor, são estes acervos que, ao lado da coleção numismática, irão construir a base do projeto barrosiano, que irá transformar o sinal de sangue das armas, dos uniformes, dos bustos, as medalhas e das moedas em sinal de glória (CHAGAS, 2015, p.45 e 46).

Na década de 1940, mais precisamente durante o período compreendido como Era Vargas, a criação de museus nacionais estava a todo vapor e “o sinal de glória” era pujante. Então, nada mais natural do que tratar, nesses museus, de “temas como o ouro, as missões, a inconfiância, etc., constituindo os primeiros museus monográficos brasileiros e consolidando a intervenção estatal na área da cultura” (CÂNDIDO, 2013, p.39).

No período compreendido como pós-guerra, os museus dedicaram-se a uma reflexão voltada à ecologia, amparados por práticas ambientais e agricultoras, voltados para o cotidiano e não mais para as alegorias míticas e heroicas. Foi no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial que surgiram as principais escolas voltadas para a formação de profissionais de museus tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos. A importância da especialização foi constatada e foi se delineando no século XX na medida em que os profissionais de museus se tornaram responsáveis por encontros, seminários e documentos de grande relevância publicados em revistas. À guisa de exemplo, pode ser citada: a *Museums Journal*.

Após a necessária contextualização, atualmente, pode-se afirmar que os museus podem, de certo modo, representar parte da alma da sociedade, obedecendo a uma lógica em que a essência de refletir sobre a memória e o patrimônio é a mesma, mas as sociedades mudam. Então, diante das mudanças profundas ocorridas na sociedade, o museu, tal qual se apresentava, deveria atentar nas transformações.

Assim, extrapolando as barreiras físicas das quatro paredes que se dispunham a apenas reter o objeto, o museu passou a valorizar o homem e o seu meio, contextualizar o tempo e o

espaço, observando: o seu caráter contemplativo; os meios didáticos interdisciplinares; propondo uma necessária e contínua reflexão; estimulando o questionamento e buscando ser cada vez mais acessível e inclusivo.

Foi assim que o museu começou a itinerar em escolas, fábricas, núcleos rurais e citadinos, entre outros; reformulando-se, reinventando-se e adequando-se ao público em geral; caracterizando-se, portanto, o fenômeno da democratização. Assim, o museu é aqui entendido como um caminho e não como um fim e deve estar disponível para toda e qualquer pessoa. Foi em meados de 1946 e 1947, no âmbito internacional, que ocorreram algumas iniciativas em prol da criação de um conselho voltado para museus, o Conselho Internacional de Museus (ICOM)⁵². Nos anos seguintes às primeiras iniciativas, as ações do ICOM foram voltadas para a expansão do conselho e preocuparam-se com a definição oficial do museu, assim como, principalmente, com o “papel educativo dos museus, exposições e a circulação internacional de bens culturais, a conservação e restauração de bens culturais⁵³”. De acordo com Poulot (2013):

O ICOM surgiu na esteira da criação da UNESCO, em novembro de 1946, em Paris [...]. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o ICOM assumiu o papel de iniciador das novas exigências de utilidade social dos museus e do patrimônio, por meio essencialmente da realização de conferências gerais, mas também por meio da publicação de múltiplos documentos resultantes de seus diferentes comitês (POULOT, 2013, p.16-17).

Num panorama museal que envolveu as artes, a arqueologia, a história e ciências naturais, o ICOM exerceu função fundamental ao propor indicadores e exigências que fizessem do museu um referencial de utilidade e representação social. O ICOM passou, então, a considerar como museus os parques e reservas naturais, os jardins zoológicos, além de aquários e planetários. Ao fazê-lo, o ICOM contribuiu, mais tarde, para os conceitos principais do patrimônio integral. Cabe aqui destacar George-Henri Rivière e Hugues de Varine-Bohan, primeiros a assumirem a direção do ICOM, importantes articuladores aguerridos na consolidação da dimensão social dos museus⁵⁴. Tal dimensão era, para Varine

⁵² Além da criação do ICOM, ocorrida em meados finais da década de 1940, outro importante salto qualitativo ocorreu na década seguinte, marcada por um salto qualitativo no tocante a novas formas de “pensar o museu” como, por exemplo, o *Museum bus*, iniciado nos Estados Unidos, modelo que também aconteceu em Marselha, na França (no projeto do Museu da Criança, em 1968). Tratava-se de um ônibus que circulava em bairros. O ônibus era adaptado para receber objetos diversos e as atividades desenvolvidas contemplavam temáticas de cunho cultural e social.

⁵³ Informação disponível em: <http://icom.museum/la-organizacion/historia/L/1/>. Acesso em: 19 de agosto de 2014.

⁵⁴ “É bem conhecida a considerável influência exercida pelo primeiro Diretor do ICOM, Georges Henri Rivière (diretor de 1948 a 1966), assim como por seu sucessor Hughes de Varine (1967-1974), no desenvolvimento do

(2012), em meados de 1969, um sonho que preconizava o museu como um instrumento a serviço do desenvolvimento:

Na época, tratava-se de um sonho, de uma quimera ou ainda de uma intuição. Apenas alguns profissionais de museus no mundo, na Índia, nos Estados Unidos, na Nigéria, no México, preocupam-se com o desenvolvimento de seus países, de seus territórios ou de suas comunidades. Foi em 1971, por ocasião da conferência geral do ICOM, realizada na França, depois em 1972, na Mesa-Redonda de Santiago do Chile, sobre o papel dos museus na América Latina, que esse conceito tornou-se evidente para um número crescente de pessoas que trabalhavam no campo museológico (VARINE, 2012, p.171).

Considerado um marco salutar para os museus e para a Museologia, um evento ocorrido em 1972, em Santiago do Chile, defendeu a clara intenção em tratar de um novo e necessário conceito que unisse, por um lado, os museus, e por outro, o desenvolvimento econômico e social. A mesa-redonda de Santiago do Chile, como ficou conhecido o evento, tratou, então, da gestão e de políticas que creditassem ao museu uma contribuição direta para a educação e o desenvolvimento social. Sobre o documento que oficializa as proposições desse encontro, Horta informa:

A função do museu no documento de Santiago, ainda postula a ‘intervenção’ no meio social e no seu território, cabendo-lhe ainda um papel de ‘mestre’, conscientizando o público sobre a necessidade da ‘preservação’ do patrimônio cultural e natural. Ainda temos um museu cheio de certezas, definidor de um discurso, por mais revolucionário, ainda monológico. A ideia de ‘museu’, em sua nova forma ‘integral’ ainda é nebulosa, como um ‘papel’ (representação, imagem?) a ser desempenhado, que se configura mais ideologicamente, politicamente, socialmente do que funcionalmente, especificamente, tecnicamente, pragmaticamente (HORTA, 1995, p.34).

É importante salientar que a definição de museu como uma instituição que conserva e apresenta coleções de caráter cultural ou científico, com finalidade de pesquisa, educação ou deleite, dentre outras definições, obedece às conformidades definidas pelos estatutos do ICOM. Assim, em menor ou maior grau, a definição de museu como instituição, tal e qual atualmente é conhecida, tem relação com as proposições elaboradas pelo ICOM desde 1974, como pondera Desvallée e Mairesse (2013):

O termo “museu” tanto pode designar a instituição quanto o estabelecimento, ou o lugar geralmente concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio. [...] A definição profissional de museu continua sendo a que se encontra nos estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM), de 2007: “o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao

pensamento museológico. Os artigos por eles publicados, especialmente no *Museum*, assim como o curso de Museologia ministrado por Rivière em Paris, contribuíram para ampliar a influência do pensamento museológico latino, e principalmente a corrente da Nova Museologia. Numa época em que as referências em matéria de Museologia são ainda pouco numerosas, estas publicações constituem uma base fundamental para o desenvolvimento do pensamento sobre os museus” (MAIRESSE, 2007, p.36).

público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite”. Essa definição substitui, então, aquela que serviu de referência ao mesmo conselho durante mais de 30 anos: “o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que realiza pesquisas sobre os testemunhos materiais do homem e seu meio, que ele adquire, conserva, investiga, comunica e expõe, com fins de estudo, educação e deleite” (Estatuto de 1974) (DESVALLÉE e MAIRESSE, 2013, p.64).

Aliando os pressupostos teóricos de Desvallée e Mairesse à prática das ações e arcabouços metodológicos que perpassam pelos museus, pode-se afirmar que estes são instituições culturais, educativas, científicas que acabam por configurar-se em espaços onde circula, cotidianamente, a vida e nos quais as mudanças são contínuas e necessárias, pois transformam e ampliam horizontes e perspectivas do conhecimento. Pelo exposto, é possível perceber que o museu fora concebido na instância exclusiva de uma instituição. Doutro modo, quando sai dessa instância, o museu se abre para novas possibilidades e outras tantas experiências.

2.2 Delineamentos para “modelar” a Museologia

A relevância de tratar da Museologia nesta seção é bem simples: a Museologia existe e possui base em importantes conceitos dentre os quais destaca-se o museu, tratado anteriormente. Entendeu-se, nesse sentido que, etimologicamente, ao estudar museus, tem-se a Museologia. É prudente lembrar que o termo Museologia existe há mais de um século, mas só há pouco mais de 20 anos os seus termos e conceitos estão sendo investigados de maneira mais profunda e sistemática.

Uma teoria para a Museologia começa a ser pensada, articulada e divulgada com a instauração do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM), vinculado ao ICOM. Foi em meados dos anos de 1980 que, independentemente das questões filosóficas ou científicas, o museu acabou por ser um conceito fundador primordial para a Museologia. Entretanto, tratar a Museologia apenas como sendo o estudo dos museus não é uma definição que se esgota por si só nesse termo ou nessa definição:

A Museologia como conjunto de princípios, a florado no decorrer dos anos 1980, passou a ser sistematizada a partir da reunião de pessoas interessadas em discuti-la, situação essa facilitada ou mesmo possibilitada pela implantação do Icofom, uma iniciativa do tcheco Jan Jelinek. No entanto, isso não significa que a palavra museologia não fosse empregada antes desse período, o que muda são os significados com que passa a ser revestida. O generalíssimo sentido de algo condizente a museus ou montagem de exposições foi sendo revisto pelas discussões

promovidas pelo comitê, demonstrando que, ao contrário do que se poderia imaginar, a palavra atrela essa ou outras possibilidades de significação (CERÁVOLO, 2004, p.238-239).

Expostos os apontamentos de Cerávolo (2004), há de se pensar numa oportuna reflexão proposta pela autora: a Museologia como área não deve se restringir ao ICOFOM. Essa afirmação está baseada no fato de terem existido outras associações, como, por exemplo, a britânica *Museums Association* (1889) e a norte-americana *American Association of Museum* (1906), que são mais antigas e anteriores ao comitê em voga. O que não se pode perder de vista é que a abrangência internacional desse comitê, sob a égide do ICOM e da UNESCO, sugere positivamente a ultrapassagem de fronteiras geográficas.

Mas, afinal, o que é a Museologia?

Entre as diferentes definições que podem ser dadas para a Museologia podemos destacar as seguintes: para Burcaw (1983, p.10) a Museologia é a ‘ciência dos museus’; para Nair (1983, p. 98), a museologia é a ‘ciência ou conjunto de conhecimentos que tratam de todos os aspectos do trabalho no museu’. Por sua vez, Mensch (1980, p.81) define a Museologia como uma ‘disciplina científica’ e Sola (1992) a descreve como ‘um complexo de teorias e práticas que supõem o cuidado e a utilização do patrimônio natural e cultura’. Segundo Gluzinski (1983, p.24) a museologia, mais que um discurso científico sério, seria um conjunto de discursos variados com o único objetivo de servir as atividades do museu. [...] Ana Gregorová (1980, p.20) define a museologia como a ciência que examina a relação específica do homem com a realidade (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2006, p.73-75) (tradução nossa).

Para Scheiner, a Museologia é um campo de conhecimento consagrado ao estudo do museu e de suas relações com o real. Scheiner defende também que a Museologia deve ser compreendida como campo do conhecimento dedicado ao estudo do museu como fenômeno, representação da sociedade nos diferentes tempos e espaços sociais portanto um processo em constante transformação e movimento (SCHEINER, 2009, p.147).

Já as ponderações de Schreiner (1980, p.41) apontam a Museologia como uma disciplina sociocientífica. Deloche (1987, p.84) afirma que a Museologia é uma ciência interdisciplinar, ao passo que antes se resumia à ciência das coleções. Segundo Guarnieri (1989, p.9), à medida que os conhecimentos que envolvem as Ciências do Homem e da Sociedade adquirem *status*, a Museologia se constrói como conhecimento científico, disciplina autônoma, para, depois, tornar-se uma ciência autônoma.

Loureiro (2005), além de defender que a Museologia é uma ciência em fase de consolidação, enfatiza a necessidade de essa área buscar para si perspectivas de outras áreas do conhecimento. O autor acredita que:

Por não se configurar área ainda totalmente consolidada como outras ciências clássicas, a Museologia requer a incorporação de perspectivas dos diversos campos do conhecimento. Esse horizonte multidisciplinar, por um lado, não exclui tópicos e elementos comuns com os quais os agentes museais se deparam em seu cotidiano como questões ontológicas e culturais do museu, o processo de musealização, o patrimônio cultural, a memória coletiva e tantos outros. Por outro, subsidia, ainda, o delineamento de espaços, racionalidades e ações que permitem o aprimoramento da área (LOUREIRO, 2005, p.28).

Para Scheiner (2004, p.142-143), no seu entendimento, é preciso examinar e pensar o museu e a Museologia a partir de paradigmas da Modernidade, reconhecendo o conceito de ciência como conhecimento racional. Então, estudar a Museologia como ciência, campo do conhecimento ou disciplina científica está intimamente relacionado a um conhecimento sistemático, exato, metódico, claro e capaz de definir um objeto de estudo próprio, uma metodologia específica e um sistema de conhecimento baseado em leis próprias ou paradigmas demonstráveis.

Ora, considerando as ponderações de Scheiner (2004), apenas a base teórica pode reivindicar a autonomia científica da Museologia como ciência. Desse modo, se, ao produzir conhecimento, se presume uma constituição da Museologia como ciência, sugere-se uma análise que perpassa, no mínimo, por três fatores: o seu objeto, seu método e as suas hipóteses. Se por um lado há uma discussão sobre a Museologia enquanto ciência, por outro, o seu objeto também é motivo de divergências. Stransky é categórico ao informar que “a dificuldade em conhecer o objeto da Museologia tem resultado na confusão com relação ao lugar e função da Museologia, como um possível ramo científico no sistema das ciências”. (STRANSKY, 1981, p.72 apud MAGALDI, 2010, p.70)

Baseando-se nos estudos até aqui analisados e expostos e constatando que a ciência é um conhecimento sistemático e consequente da observação, sugere-se uma reflexão e não uma determinante: 1) **o objeto** pode, perfeitamente, ser concebido como o resultado da relação entre o homem e os objetos produzidos por ele – bens naturais e culturais; 2) **o método** que estabelece as formas teóricas de pensar o patrimônio pode abranger uma abordagem inter e transdisciplinar justificada pela necessidade da sistematização via observação, identificação, pesquisa e explicação do objeto; 3) **as hipóteses** podem ser associadas aos fenômenos e fatos sociais, naturais, culturais, sociais e museais.

A abordagem transdisciplinar aqui proposta apoia-se no pensamento de Scheiner (2012) pela qual se destaca:

Ao final dos anos 1980, já se confirmava a existência de uma teoria da Museologia e definia-se para ela um lugar de fala no universo acadêmico. A investigação sobre a

existência de metodologias próprias do campo e a análise dos limites e das interfaces com outros campos disciplinares (como a Filosofia, os Estudos Culturais, a Ciência Política e a Ciência da Informação) fortaleceram ainda mais a Museologia – definida, a partir de então, como uma disciplina de caráter transdisciplinar, dedicada ao estudo da relação específica entre o Humano e o Real, tendo como objeto de estudo o fenômeno Museu (SCHEINER, 2012, p.16 e 17).

Somado ao exposto, a base teórica pode, perfeitamente, reivindicar a legitimidade e autonomia da Museologia como ciência que, mesmo partindo da origem mítica (e não filosófica) do museu, perpassa pelo fenômeno do museu caracterizado pela compreensão do indivíduo e suas experiências e relações com o tempo, espaço e a memória; assim como um museu como *media*, que pressupõe a relação do homem com a sua realidade. Essa percepção aproxima-se do que pode ser concebido e reconhecido como um “museu processo”, que valida a pluralidade do museu não caracterizado como um mero produto. Dessa maneira, o museu abarca o tempo e o espaço, permitindo que a Museologia possa ser compreendida como um campo de estudos, pesquisas e conhecimentos dedicados ao estudo de todas essas complexas relações que projetam a sociedade humana.

Fato comum é observar que todos os autores citados creditam à Museologia um campo de estudo, ainda que seja necessário pensar nos fundamentos constituintes de tal campo em fase de constituição, prematura nas discussões científicas e, por isso mesmo, sem aparentes delimitações como uma ciência. Nesse sentido:

Por estar em formação, a Museologia não teria, no momento, limites precisos como ciência ou como disciplina científica. Eis aí a importância do estudo terminológico na sua constituição como campo disciplinar: é do trabalho sistemático com cada termo ou conceito específico do campo, sua gênese, características e ambiência sociocultural que a Museologia tira sua força e articula os elementos da sua linguagem específica – a ‘*linguagem museológica*’ (MAGALDI, 2010, p.68).

Ao que se observa, pela falta de consenso quanto ao seu caráter científico e por possuir certa fragilidade no que pode ser entendido como uma possibilidade de *corpus* metodológico, as discussões se encaminham para a compreensão de que a Museologia está em constante movimento, atenta aos ajustes sociais, e é alvo de constantes (re) construções e (re) afirmações teóricas. Por isso, tem buscado estabelecer para e em si mesma os seus próprios fundamentos, metodologia, limites, e alcance que, para muitos, pressupõe o embasamento científico (para outros não) e, assim, delimitando seus paradigmas (em formação) numa comunidade científica razoavelmente nova. José Mauro Matheus Loureiro comentou:

Os inúmeros estudos e reflexões acerca da Museologia não definem clara e profundamente seu estatuto epistemológico. Não há consenso quanto àquilo em que se constitui a Museologia. Alguns a consideram ciência, sem deixar claros os

parâmetros epistêmicos que respaldam essa posição. Outros, enxergam certo quê filosófico inerente à área, como mostra a publicação de novembro/dezembro de 1999 do ICOFOM. De acordo com o CNPq, trata-se de uma ciência social aplicada, área sujeita também a inúmeros questionamentos (LOUREIRO, 2005, p.28).

Não causa espanto perceber que esta não é uma tarefa fácil, nem, tampouco, consensual. Definir um *corpus* metodológico que a defina como ciência, ainda que embrionária, causa certo desconforto entre profissionais de museus que, automaticamente, se posicionam contra ou a favor desta ou daquela definição. Mas não se pode perder de vista ou ignorar que a Museologia, independentemente de ser tratada como filosofia ou ciência, possui identidade legitimada em processos de informação e comunicação ora estabelecidos em terminologias, padrões e práticas que lhe são inerentes.

Cabe, aqui, citar que, para esses autores, a Museologia pode ser concebida a partir de cinco categorias: **geral** (preocupar-se-ia com questões fundamentais do cuidado, pesquisa e comunicação dos objetos e com o quadro institucional dentro do qual eles são percebidos, permitindo que os objetos sejam entendidos como um fenômeno, com potencialidades distintas - artefatos, *naturalia*, monumentos, música, dança, teatro, filme, literatura, artesanato); **aplicada** (ou Museografia, esta se preocuparia em colocar os princípios científicos em prática e neste processo é ajudada por um grande número de disciplinas auxiliares); **especial** (relaciona a Museologia com outras disciplinas científicas particulares especiais); **histórica** (insere a questão do sujeito numa perspectiva histórica) e **teórica** (formularia a fundamentação filosófica da Museologia, particularmente voltada para a semiótica do objeto) (MAGALDI, 2010, p.78-79).

Desvallée e Mairesse (2013, p.61-64) apresentam cinco acepções acerca da Museologia que, *a priori* e grosso modo, abarcam todas as definições supracitadas: a) no sentido mais amplo é tudo que toca ao museu; b) remete ao estudo do museu; c) campo científico de investigação do real (ciência em formação); d) ênfase na vocação social dos museus e seu caráter interdisciplinar (Nova Museologia) e e) engloba todas as outras formas (não citadas) de definição possível acerca da Museologia. Afirma-se: “abarcam todas as definições” principalmente por causa da última concepção apresentada, que dá a entender que qualquer definição não contemplada nessa pesquisa dos autores (um conceito surgente e em construção, por exemplo), estará garantida nessa categorização proposta.

Ressalte-se que, quanto à ênfase no homem (e nas suas relações com os seus bens) e no caráter interdisciplinar, influenciou sobremaneira o surgimento de novas formas e percepções

de museus. Nesse cenário, e a partir da década de 1980, período no qual a arte e as mídias já não eram privilégio exclusivo de determinadas classes sociais, ganha maior prioridade a pessoa e não apenas o objeto dentro do museu; assim como o patrimônio passa a ser, com muita intensidade, considerado como uma ferramenta ao serviço da sociedade.

No Brasil o caráter educacional e a função social do museu ganharam destaque na década de 1930 através de educadores, como, por exemplo, Anísio Teixeira, caetiteense, personagem notável na história da educação no Brasil, cuja menção é feita também no Capítulo I desta pesquisa. Cabe aqui enfatizar que esse renomado jurista, educador e escritor caetiteense vislumbrou um sistema educacional e cultural de forma integrada, pensando **em um ensino público que contemplava ações em museus, bibliotecas e escolas.**

De maneira mais específica, para além das manobras políticas com o seu pai, Deocleciano Teixeira, que acabaram por influenciar a educação da cidade de Caetité e região, principalmente no tocante à Escola Normal, o contributo e legado de Anísio extrapolaram o Alto Sertão da Bahia e abrangeram a educação brasileira de modo inegável. O fato de colocar o museu, a biblioteca e a escola como meios de educação e ensino voltados para toda e qualquer pessoa indiscriminadamente faz, portanto, de Anísio Teixeira, um personagem salutar que agiu em prol da relevância e necessidade da função social dessas instituições.

Em uma entrevista publicada no Correio da Manhã (Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 1956), Anísio Teixeira afirma que:

ao invés de sistemas paralelos e duplicados de escolas, auxiliariam o Governo Federal, as instituições básicas - bibliotecas e museus - que iriam servir, em cada estado, de focos permanentes para a vitalidade e a riqueza das próprias escolas. Precisamos sair das pequeninas e estreitas reivindicações unificantes de currículos e programas e sentir que a unidade e a vitalidade das culturas se promovem pela difusão, fertilização mútua de suas variedades, entre si [...], **daí serem os museus e bibliotecas as instituições básicas da educação** (grifo nosso). Não seria absurdo dizer que, em verdade, antecedem à escola. **Pois esta só pode realmente educar, se tiver a nação um sistema de bibliotecas e museus** (grifo nosso) (TEIXEIRA, 1956 apud INEP, 2006, p.195).

No cenário internacional, como que redescobrimo a sua origem, o museu se apropria da sua função como instituição educativa, ampliando-se para atingir e contemplar a todas as classes sociais indiscriminadamente. Assim, ganhou força um movimento que ficou conhecido como a Nova Museologia, cujos princípios ampliam o conceito de museu e de patrimônio, dialogando com a sociedade para além das práticas desenvolvidas no interior dos museus.

2.2.1 Nova Museologia: do movimento formador a uma atual tendência contemporânea

As constantes mudanças estruturais pelas quais passa a sociedade têm configurado um modo de vida em sistemas cada vez mais complexos do ponto de vista da necessária e contínua (re) organização social. Em função disso, é comum que a sociedade busque a (re) significação do que lhe parece “tradicional” e atribua algum significado ao que lhe parece “novo”, num movimento que, por vezes, requer a quebra ou abandono de inúmeros paradigmas.

A nítida preocupação em expandir o acesso ao museu e trazer para a instituição museológica um papel vinculado à função social impulsionou a quebra de paradigmas que deram origem a diversos tipos museológicos atualmente conhecidos. Essa tendência trouxe, indubitavelmente, uma ideia mais ampliada de museu e de patrimônio, ao passo que delimitou, de um lado, o que passou a ser tratado como uma Museologia Tradicional, e de outro, o movimento difundido e consolidado como Nova Museologia.

Pondera-se, entretanto, que a expressão das variadas correntes e tendências museológicas surgentes que, para muitos autores, pode ser considerada como “as museologias⁵⁵”, não se apresenta como veículos de substituição ao tradicional, mas sim como um meio de entender, atender e acompanhar a sociedade. Desse modo, “não foi a Museologia tradicional que evoluiu para uma Nova Museologia mas sim a transformação da sociedade que levou à mudança dos parâmetros da Museologia” (MOUTINHO, 1989, p.102).

As evidências das mudanças são bem perceptíveis. De um lado, a Museologia Tradicional, cujo objeto de trabalho debruça-se sobre as coleções, configura-se como uma tendência voltada para aquisição, conservação e pesquisas direcionadas por processos uniformes, nos quais, muitas vezes, a figura do Museólogo era a única legitimadora de todo o formalismo e o visitante figurava apenas como um sujeito passivo numa aprendizagem pensada de maneira unilateral para toda e qualquer pessoa.

Doutra maneira, o fio condutor de uma Nova Museologia valoriza o homem, seu entorno cultural, social e natural (e não mais o objeto), está voltado e aberto para as necessidades da sociedade contemporânea, portanto possui vocação social e caráter interdisciplinar. Assim, as estruturas flexíveis e descentralizadas facilitam o processo de

⁵⁵ Van Mensch (1994, p.2) esclarece que “a opinião geral, expressa pelos museólogos de diferentes partes do globo, admitiu que no nível mais elevado de abstração só há uma museologia. No nível prático, no entanto, pode haver muitas diferenças de acordo com as condições culturais e socioeconômicas locais”.

aprendizagem do visitante, agora um sujeito ativo nas atividades museológicas. Até que fosse delineada essa função e vocação social, essa transformação pode ser entendida como fruto de um longo processo aberto ao diálogo com a sociedade.

Hernández Hernández (2006, p.162-164), ao tratar da origem da Nova Museologia, não se acanha em afirmar que esse termo fora utilizado pela primeira vez de maneira precipitada, referindo-se ao ano de 1958, no livro *The modern museum and the community*, quando ainda não havia uma ideia clara do uso, consequência e significado da Nova Museologia. Para essa mesma autora, esse fora também utilizado por Benoist, em 1995, para tratar da contribuição ao racionalismo arquitetônico, função do museu e das necessidades de seu público.

Foi no ano de 1972 que se produziu um documento oficial, público e internacional que viria a ser considerado o texto fundador da Nova Museologia, **no qual o museu é defendido como instituição que deve estar a serviço da sociedade**. O documento⁵⁶ é resultante da já citada Mesa-Redonda do Chile, que envolveu uma nítida preocupação em vincular à instituição museológica o papel voltado à função social, pelo que, destaca-se:

[...] Considerando: que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem **participar na formação da consciência das comunidades que ele serve**; (grifo nosso) que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, **situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura** (grifo nosso) em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais; que esta nova concepção não implica na supressão dos museus atuais, nem na renúncia aos museus especializados, mas que se considera que ela permitirá aos museus se desenvolverem e evoluírem da maneira mais racional e mais lógica, a fim de melhor servir à sociedade; que, em certos casos, **a transformação prevista ocorrerá lenta e mesmo experimentalmente, mas que, em outros, ela poderá ser o princípio diretor essencial; que a transformação das atividades dos museus exige a mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus** (grifo nosso) assim como das estruturas das quais eles dependem; que, de outro lado, o museu integral necessitará, a título permanente ou provisório, da ajuda de especialistas de diferentes disciplinas e de especialistas de ciências sociais; que por suas características particulares, o novo tipo de museu parece ser o mais adequado para uma ação em nível regional, em pequenas localidades, ou de médio tamanho; que tendo em vista as considerações expostas acima, e o fato do museu ser uma "instituição a serviço da sociedade, que adquire,

⁵⁶ O documento é organizado, estruturado em três itens e subitens sendo os principais: 1)Princípios de Base do Museu Integral, 2)Resoluções adotadas pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile e 3)Recomendações apresentadas à UNESCO pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile. Os subitens, dentre outros aspectos, reconhecem o desafio para a Museologia frente às transformações sociais, econômicas e culturais no mundo e contemplam a definição e proposição do conceito de museu integral cujas ações deveriam ser voltadas para a comunidade e seu meio natural e sua cultura. As decisões pendem para o engajamento em recuperar o patrimônio cultural e sua função social, assim como estimulam a inclusão e acessibilidade, aperfeiçoamento de centros de formação pessoal, com recomendações específicas para os meios urbano e rural. O documento trata também da importância da educação permanente em prol da comunidade e decide sobre a criação da Associação Latino-Americana de Museologia (ALAM), abrangente a todos os museus, museólogos, museógrafos, pesquisadores e educadores de museus.

comunica, e notadamente expõe, para fins de estudo, conservação, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem", a Mesa-Redonda sobre o papel do museu na América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972; decide de uma maneira geral [...] **que os museus devem intensificar seus esforços na recuperação do patrimônio cultural, para fazê-lo desempenhar um papel social** (grifo nosso) e evitar que ele seja dispersado fora dos países latino-americanos (CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA Nº15, 1999, p.112 e 113).

Pode-se afirmar que o conceito de museu integral, oriundo de outro importante evento ocorrido em Santiago do Chile, num contexto latino-americano, possui uma ampla relação e semelhança com o conceito de ecomuseu cunhado na Europa, em 1971, sendo este último um modelo de museu que abrange a ecologia, o território, portanto todo o entorno natural do homem. Georges Henri Rivière e Hugues de Varine-Bohan, já citados como os primeiros responsáveis pelo ICOM e entusiastas aguerridos em prol de uma Nova Museologia, tiveram importância fundamental na formulação do conceito de ecomuseu.

Reconhecemos que no mundo em mudança a Museologia também se transforma continuamente. Para nós, a utilização do conceito de Ecomuseu é resultante desta tomada de consciência, mesmo sabendo que já hoje se consideram várias categorias de Ecomuseu: Ecomuseu Tradicional que mais não é que a criação de museu tradicional polinucleado e, como diria Hughes De Varine, Ecomuseu de Desenvolvimento o qual pressupõe a presença de várias preocupações, tais como: 1. A articulação do conjunto: População- Património- Comunidade; 2. O objectivo principal é o desenvolvimento integrado da região; 3. A sustentabilidade do projecto; 4. A valorização das identidades locais; 5. A valorização das vantagens específicas locais; e 6. A consolidação do exercício da Cidadania (PRIMO; MOUTINHO, 2002, p.1).

Não é difícil perceber que esse conceito de museu abalou as estruturas que mantiveram, até então, as noções de um universo museológico engessado numa instituição restrita apenas ao colecionismo exposto entre quatro paredes. A mudança metodológica de trabalho foi se transformando na mesma medida em que foi sendo constatada a importância de tratar de patrimônios outros, além do declaradamente aceito como oficial. Foi preciso atentar-se para a importância da inclusão e participação comunitária nos processos museológicos. E, se mudam os processos e métodos, abrem-se, é claro, novas percepções e possibilidades de atuação de profissionais de museus menos voltados para o tradicionalismo.

Entre os anos de 1970 e 1980 a ideia da tríade patrimônio, comunidade e meio ambiente proliferou de tal forma que contribuiu diretamente no aparecimento de muitas instituições ditas ecomuseus. Alargando-se por toda a Europa, o dinamismo desses ecomuseus teria, para Poulot (2013, p.56), influenciado o surgimento do Movimento Internacional para a Nova

Museologia⁵⁷ (MINOM). Ressalte-se que foi no período oitocentista que surgiram várias tipologias de museus, como, por exemplo, **o Museu ao Ar Livre⁵⁸, os Museus de Sítio⁵⁹, os Ecomuseus⁶⁰ e os Museus Comunitários⁶¹.**

A Declaração de Quebec, em 1984⁶², contribuiu sobremaneira para a expressividade histórica desse movimento voltado para uma nova museologia ao retomar a potência e dimensão social do museu já evidenciadas e oficializadas no documento originado em Santiago do Chile. O antagonismo entre as funções tradicionais do museu e o que se propunha no movimento que defendia uma nova museologia foi fortalecido em 1985, durante o II Encontro Internacional da Nova Museologia, ocorrido em Portugal, sob a denominação de MINOM, organização devidamente afiliada ao ICOM, cujas origens ideológicas são, assim como a Declaração de Quebec, fundamentadas na Declaração de Santiago do Chile.

o que mais nos parece ser de realçar na Declaração de Quebec não é de certa forma qualquer novidade conceitual no texto em si, pois desse ponto de vista retoma, com as devidas atualizações, o essencial da declaração de Santiago, mas sim o fato de ter confrontado a comunidade museal com uma realidade museológica profundamente alterada desde 1972, por práticas que revelavam uma museologia ativa, aberta ao diálogo e dotada agora de uma forte estrutura internacional autônoma (MOUTINHO, 1995, p.28).

⁵⁷ Para Chagas (2015) “O MINOM nasceu de experiências fragmentadas, se pensa fragmentado e estimula a criação de novos fragmentos museais. Ora, não é difícil perceber nesse caráter fragmentário uma dimensão política diversa daquela que está patenteada nos museus que ensaiam grandes sínteses nacionais ou regionais que, a rigor, também são fragmentárias” (CHAGAS, 2015, p.55).

⁵⁸A proposta do Museu ao Ar livre era utilizar de todo o patrimônio edificado em bairros ou regiões mais distantes dos núcleos urbanos de forma a não criar nada que pudesse ser vinculado ao tradicionalismo. Nesse sentido, casas, escolas, igrejas, etc., serviam de vitrine das comunidades envolvidas.

⁵⁹ Esses museus dialogam com a Arqueologia, pois a proposta de exposição só é possível mediante as atividades arqueológicas de prospecção. Possui fins didáticos e turísticos.

⁶⁰ De acordo com Scheiner (2004, p.96), o ecomuseu é uma das expressões do Museu Integral, “definido como instância de proteção e uso controlado de todo um território, do substrato natural às manifestações tangíveis e intangíveis dos grupos culturais ali estabelecidos, consideradas em extensão e em historicidade”. A mesma autora comenta que o museu integral é “uma das mais abrangentes propostas modernas de conciliação entre Natureza e Cultura”. Então, o ecomuseu não propõe atividades passivas e considera todo o ecossistema de determinado local ou região. O conceito de ecomuseu possui inspiração nos elementos que estruturam os museus que prezam pelo desenvolvimento comunitário. A grande vantagem dessa estrutura de museu é não tratar o público como “paciente” e sim como autor de suas exposições.

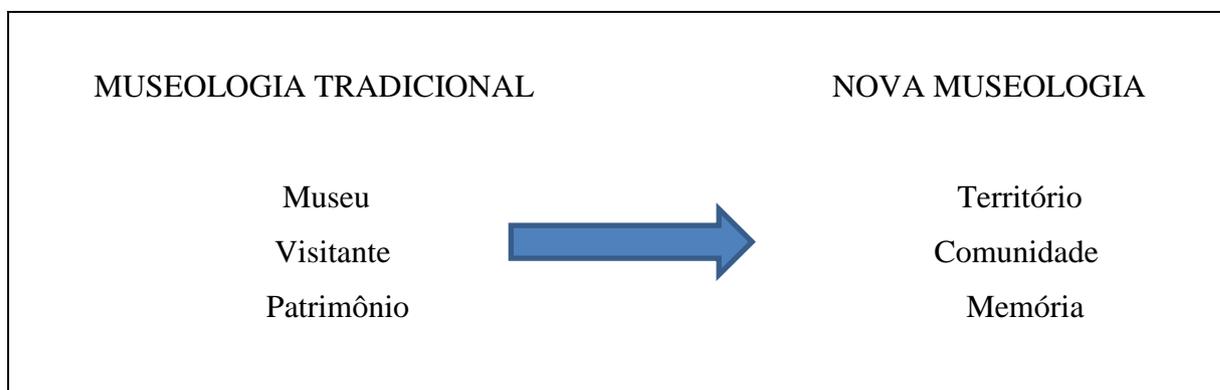
⁶¹ Os museus comunitários possuem abrangência geográfica extensa, pois está voltado para uma atuação social que abarca tanto a população local quanto a circunvizinha. Este modelo de museu propõe o encontro da comunidade com os seus diversos patrimônios locais. Ele difere do ecomuseu principalmente porque não se preocupa tanto com a preservação paisagística e histórica (que pode ou não ser de uma comunidade específica).

⁶² Pouco tempo depois da reunião ocorrida em Quebec, foi realizado no México um encontro que contou com participantes do Quebec e outros latino-americanos. A atenção dada a esse encontro é justificada pela declaração final gerada dessa assembléia, conhecida como *Declaratoria de Oaxtepec*, que, dentre outros aspectos, assimila os pressupostos de Quebec com os conceitos de ecomuseologia e da nova museologia e pondo a tônica no desenvolvimento e no equilíbrio ecológico. Aí se afirma: “O museu tradicional produz-se num *edifício*, com uma *colecção* e para um *público* determinado. Trata-se agora de ultrapassar estes princípios substituindo-os por um *território*, um *patrimônio integrado* e uma *comunidade participativa*.” (CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA Nº1, 1993, p.13).

A Nova Museologia, então, gestava um novo paradigma: “as ações educativo-culturais ganharam uma dimensão ampliada, na busca por novos métodos e estratégias de engajar os diversos grupos sociais de forma a torná-los corresponsáveis pela preservação de seu próprio patrimônio.” (MARANDINO, 2008, p. 10). Tal dimensão é legitimada pelo caráter social do museu, cuja função educativa é reconhecida internacionalmente ao longo dos séculos.

Ao que parece, ousa-se afirmar que a Nova Museologia nada mais foi do que um meio de a Museologia, ou parte dela, se voltar para o que, de fato, é fundamental: o homem e o patrimônio por ele construído, sua memória, sua história, seu meio e seus modos culturais variados. Isso equivale a afirmar que todos os elementos sociais, culturais, econômicos e geográficos influenciam diretamente ações sociais, nas quais o museu é uma ferramenta que pode vir a articular movimentos sociais que culminem em práticas voltadas para uma possível transformação social por meio da educação, cultura e ciência.

Inegavelmente, ao aguçar o olhar para as relações do homem e do seu meio, ocorreram mudanças essenciais inicialmente vislumbradas por Rivière e posteriormente reiteradas por Hugues de Varine-Bohan (por vezes ecoada entre profissionais de museus e pesquisadores) que, de maneira muito didática, podem aqui ser sintetizadas:



Quadro 1: Da Museologia Tradicional à Nova Museologia. Autor: Zamana Brisa. 2015.

Ora, ao passo em que surge uma Nova Museologia, é correto aceitar o surgimento de um novo museu que, ao sair das quatro paredes, se volta sobremaneira para as memórias de determinadas comunidades inseridas num território específico (ainda que abrangente). O novo museu é, assim, caracterizado por ser essencialmente dinâmico ao fazer referência ao seu próprio território e ao se dispor a construir uma memória que é fruto das ações de todas as comunidades envolvidas: a memória coletiva. É desse modo que o museu é tido como um

importante vetor de comunicação capaz de influenciar, colaborar e participar positivamente nos processos de direito e fruição do patrimônio no tocante à cidadania.

Pelo exposto, todo o delicado trabalho de construir a relação entre o museu e a sociedade até aqui narrado corroborou um processo no qual, desde a Modernidade até o mundo contemporâneo, a Museologia se dispôs a mergulhar em metamorfoses de significados e funções, por se adaptar aos condicionamentos históricos e sociais e pela sua vocação que pende para a mediação cultural. Assim, foi possível unir o universo simbólico e o material, assim como o sensível e o inteligível.

Fez-se necessário, conseqüentemente, em meio às transformações pelas quais passou a Museologia, buscar as redefinições de práticas: repensar o conhecimento produzido nos museus.

A Sociomuseologia traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea. [...] A Sociomuseologia constitui-se assim como uma área interdisciplinar de ensino, investigação e actuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planejamento do Território. [...] O que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza dos seus pressupostos e dos seus objetivos, como acontece em outras áreas do conhecimento, mas a **interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita** (grifo nosso) (MOUTINHO, 2010, p.01).

Não há questionamentos acerca do caráter interdisciplinar da Sociomuseologia ou Museologia Social, que preconiza a ação social do homem e sua realidade ou, para que fique ainda mais nítido, da sociedade com o seu patrimônio. Nesse sentido, entende-se a necessidade de que as instituições museológicas sejam adequadas às demandas das sociedades contemporâneas, como importante meio articulador em processos comunitários.

Com o mesmo fio condutor preconizado pela Mesa Redonda de Santiago do Chile e reiterado pelas Declarações de Quebec e Caracas⁶³, a Museologia Social conta com um conceito que dialoga com as iniciativas de adequação das estruturas museológicas aos desafios oriundos da sociedade contemporânea. Se antes os museus eram locais voltados apenas para preservar os registros de memória e a visão de mundo das classes mais abastadas, hoje, a partir de uma visão mais alargada da noção de patrimônio, devem ser entendidos como

⁶³ Assim como o documento formulado em Quebec, a Declaração de Caracas é resultado de um seminário que, neste último caso, ocorreu na Venezuela, em 1992, cujo tema fora: “A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios”. Em tal documento há claras sugestões e recomendações para que sejam tratados alguns aspectos tidos, àquele momento, como prioritários, dentre os quais se destacam o museu e suas interfaces com: a Comunicação, o Patrimônio, a Liderança, a Gestão e os Recursos Humanos.

um espaço aberto, inclusivo e em permanente diálogo com as relações orgânicas e com o contexto social, num processo de democratização, ressignificação e apropriação cultural.

Não se pode perder de vista que a UNESCO tem papel fundamental na relação que atualmente é estabelecida entre os museus e a sociedade. Nesse sentido, enfatiza-se que muitas das ações pensadas através de uma política cultural inclusiva e democrática em prol da salvaguarda patrimonial foram delineadas a partir de eventos convocados pelas UNESCO, dentre os quais destacam-se os documentos jurídicos oficiais anteriormente citados (Mesa Redonda de Santiago do Chile, Declaração de Quebec e de Caracas).

O eixo formador contido nas recomendações, declarações e convenções dos documentos da UNESCO é marco importante para os museus e para a Museologia. Todo o pensamento expresso desde o movimento formador da Nova Museologia, incluindo seus objetivos, metodologia, estruturação, organização e funções, é, quase cinquenta anos mais tarde, citado e praticado amplamente por pesquisadores, profissionais de museus e museólogos.

Além de referencial salutar e imprescindível que facilita a compreensão da relação do museu como meio de comunicação cuja função fora edificada em bases políticas e sociais, os muitos nomes que surgem na tentativa de denominar as novas práticas museológicas e fenômenos sociais específicos como variações que justifiquem tendências ou demandas sociais revisitam os conceitos traçados na “velha Nova Museologia⁶⁴”. Pelo delineamento teórico ainda frágil, a Museologia, desse modo, apresenta-se em permanentes mudanças. Talvez seja esse o seu positivo diferencial!

É no cenário em que o museu ganha potencialidades para atuar como uma instituição social capaz de auxiliar positivamente os processos comunitários e ferramenta ao serviço dos movimentos sociais, em prol da construção de um outro mundo, que é apresentado o Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB), caracterizado, *a priori*, por dialogar com os conceitos de ecomuseu e museu de território e, conseqüentemente, com a Nova Museologia.

⁶⁴ Ao que parece, os princípios que regem o museu como parte funcional no tecido social não podem ser apagados e, então, toda nova tendência contemporânea fortalece ou enaltece a vocação social do museu, seus princípios como meio de comunicação ao serviço da sociedade, seu potencial pedagógico educacional e sua força que pode, até mesmo, transformar um espaço, uma comunidade, um território. Nisso não há nenhum mal aparente ou problema consistente; mas há de se pensar no caráter singular da Museologia ou nas suas várias facetas e nuances oriundas do seu caráter plural do que pode ser denominado como “as museologias”? Em que medida essas nuances expressas em tendências atendem apenas à sociedade, ao academismo (ou aos dois)? Esse descompasso pôde ser identificado ao longo da realização desta pesquisa e o efeito imediato é a divisão de profissionais e pesquisadores que se posicionam ou contra ou a favor de nomenclaturas surgentes que denominem (ou ressignifiquem) as práticas museológicas.

2.3 “SER TÃO” MUSEU: O MASB – surgimento e criação

Desde o final da década de 1990 e início da década de 2000, a cidade de Caetité tem experimentado algumas mudanças significativas no tocante à sua estrutura econômica, educacional e cultural. No que tange ao aspecto econômico, pode-se dizer que, após longos anos de inércia econômica, os cofres municipais passaram a lidar com um maior número de impostos e a população vislumbrava a **promessa** de empregos⁶⁵ com a chegada de empresas, como a Indústrias Nucleares do Brasil (INB)⁶⁶, que fez com que essa cidade alcançasse o *status* de sede da única mina produtora de urânio no Brasil. De igual forma, destaca-se a Bahia Mineração (BAMIM)⁶⁷, empresa impulsionada pelo potencial de uma grande jazida de ferro no município, cujo início remonta ao ano de 2005.

Já o potencial eólico⁶⁸, cujas especulações de uma possível instalação de parques tiveram início em 2002⁶⁹, foi aumentando na medida em que foram constatadas as condições técnicas e econômicas adequadas para a geração de energia renovável por meio dos ventos que, na região de Caetité, favorecem muito esse tipo de iniciativa. Assim, anos mais tarde, inúmeras empresas foram se instalando na região. Com a chegada de empresas do ramo eólico, como, por exemplo, a Força Eólica do Brasil, a Brasil Wind, a Enel e a Renova

⁶⁵ Não se pode negar que a chegada de empresas mineradoras e eólicas à região foi o motivo do surgimento de muitos empregos formais e informais em Caetité e região. Entretanto, são comuns os relatos de que os maiores e melhores cargos eram reservados para profissionais vindos de outras localidades e, até mesmo, outros países. Na cidade de Caetité, especificamente, é comum ouvir expressões como “sou peão de firma” ou “trabalhei em uma firma dessas aí”. A pequena parcela de trabalhadores caetiteenses contemplada nos empregos formais de empresas terceirizadas (ou não) ocupou-se em atuar “pegando no pesado” nas linhas de frente das obras, quer trabalhando nas minas de urânio ou de minério de ferro, quer seja na construção de complexos eólicos sertão adentro. E se muitos empregos foram ocupados por estrangeiros ou pessoas de outras cidades e estados, a cidade tratou, então, de “acolher os novos chegados”. Em consequência, fez-se grande especulação em torno dos novos empreendimentos, permitindo que os preços de aluguel, compra e venda de imóveis fossem supervalorizados, aumentando o custo comercial de produtos e alterando a vida da população. A especulação imobiliária influenciou também o fato de muitas pessoas que, vindas de outros locais para trabalharem em Caetité, morassem em cidades próximas.

⁶⁶ Maiores informações disponíveis em: <http://www.inb.gov.br/pt-br/WebForms/default.aspx> Acesso em 13 de julho de 2015.

⁶⁷ Maiores informações disponíveis em: <http://www.bahiamineracao.com/interna.php?cod=3> Acesso em 13 de julho de 2015.

⁶⁸ Maiores informações sobre o potencial eólico da Bahia pode ser visto num documento oficial intitulado Atlas do Potencial Eólico Brasileiro, elaborado em 2001, apresentado pelo Centro de Referência para Energia Solar e Eólica, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, disponível em: http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/Atlas%20do%20Potencial%20Eolico%20Brasileiro.pdf

⁶⁹ De acordo com uma reportagem publicada em 2009, “eólica orçado em R\$550 milhões”. O projeto citado fazia referência ao parque eólico, atualmente implantado, com “130 geradores instalados em uma área de 20 quilômetros quadrados no município de Caetité, no sudoeste da Bahia”. Informações disponíveis em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20020923/ventos-mudanca/20560.shtml> Acesso em 4 de outubro de 2015.

Energia, chegaram também empresas terceirizadas prestadoras de serviços; todas empenhadas na instalação de complexos eólicos e, conseqüentemente, no cumprimento de condicionantes e licenciamentos diversos.

Nesse bojo, foram muitas as comunidades (tanto as que seriam diretamente impactadas com as obras, quanto as comunidades de entorno) participantes em projetos de comunicação social e educação patrimonial comuns em processos de licenciamentos ambientais, dentre os quais destacam-se, especificamente, as atividades de Arqueologia. Os estudos arqueológicos relativos aos licenciamentos acabaram por gerar grandes acervos (lítico, cerâmico e histórico) e identificar diversos sítios.

Dentre os sítios arqueológicos identificados temos sítios pré-coloniais com instrumentos de pedra lascada, sítios com arte rupestre e um conjunto significativo de sítios arqueológicos que remetem à ocupação do Alto Sertão no decorrer dos séculos XIX e XX. Tais contextos dialogam com o conhecimento histórico e são enriquecidos, particularmente, por meio da história oral (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 112).

O que fazer com esse acervo arqueológico? Antes de responder a esse questionamento, faz-se necessária uma importante reflexão. A cidade de Caetité conta com duas importantes instituições, superficialmente citadas noutros tópicos desta pesquisa: a Casa Anísio Teixeira (CAT) e o Arquivo e Museu de Cultura Popular de Caetité, conhecido como Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Tais instituições possuem evidências materiais de um passado histórico muitas vezes desconhecido, esquecido ou silenciado. O ingresso nessas duas instituições é gratuito, assim como são gratuitas as consultas aos documentos e demais acervos. A pesquisa e a reprodução são possíveis, desde que resguardados os devidos direitos autorais.

Mesmo em face das muitas tensões oriundas de determinações sociopolíticas, resistências sociais e diversas formas de tratar do patrimônio e da memória, essas instituições desenvolvem, com maestria e à medida do possível, diversas atividades socioculturais (espetáculos teatrais em escolas e vias públicas, exposições diversas, feiras, oficinas, palestras, festivais de literatura, música e dança, etc.) voltadas para a compreensão de que é necessário informar sobre o patrimônio e alertar para a preservação de bens patrimoniais para as gerações futuras. Desse modo, o patrimônio pode ser percebido para além da documentação, configurando-se como importante ferramenta de informação, formação e herança.

Para que essas instituições existissem e para que funcionassem e desenvolvessem um importante trabalho de salvaguarda patrimonial, caetiteenses aguerridos e interessados na história, cultura e patrimônio do Alto Sertão e, especificamente, de Caetité, desempenharam uma função fundamental. Muitos deles estão, de algum modo, ligados à antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caetité⁷⁰ (FFCLC), atual *Campus VI*, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Foi, aliás, por meio de professores dessa universidade que o APMC foi criado no ano de 1995. Muitos alunos, hoje diplomados, foram de suma importância na primeira etapa de um processo que envolveu desde a coleta de documentos, até a criação de banco de dados com *software* de gerenciamento de documentos. Foi assim que os professores da UNEB:

apresentaram à Gerência de Arquivos Municipais do Arquivo Público da Bahia (APB), em março de 1996, um projeto de criação de um arquivo público para a cidade de Caetité. Os primeiros trabalhos envolveram a coleta de documentos textuais antigos que se encontravam armazenados em depósito público, a sua identificação, organização, higienização, acondicionamento em caixa-arquivo de papelão e estante de aço, catalogação e criação de banco de dados com software de gerenciamento de documentos. A inauguração do Arquivo ocorreu em 21 de fevereiro de 1997. São eventos públicos e ações patrimoniais que tornam o Arquivo e seus acervos conhecidos pela comunidade (APMC)⁷¹.

Por diversas vezes essa instituição, sediada no sobrado da Antiga Casa de Cadeia e Câmara (citado no Capítulo I), situado na atual Praça Deocleciano Teixeira (em homenagem ao pai de Anísio Texeira), se dispôs a mostrar parte do seu acervo em escolas, participando de mostras de artesanato e culinária local, em meio a outras atividades destinadas à educação e integração com a comunidade regional. Participa de eventos culturais e acadêmicos e é coordenada por Rosália Junqueira, funcionária pública municipal, além de contar com uma coordenação acadêmica constituída pelos professores pesquisadores Paulo Henrique Duque Santos⁷², Marcos Profeta Ribeiro⁷³ e Maria de Fátima Novaes Pires⁷⁴ (Figura 15).

⁷⁰ Em 1962, foi criada a Escola de Nível Superior de Caetité, por meio da Lei N° 1082 de 25/10/1962, sendo incorporada à UNEB pela Lei Delegada n° 66 de 01/06/1983 com a denominação de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité – FFCLC. Informações disponíveis em: <http://www.uneb.br/caetite/dch/print/sobre/>. Acesso em 16 de outubro de 2015.

⁷¹ Informação disponível em <http://www.arquivocaetite.ba.gov.br/conteudo/historico/>. Acesso em 02 de outubro de 2015.

⁷² Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (1991); mestrado em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2001); doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2014). É Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia. Coordena o Arquivo Público Municipal de Caetité e o Polo Regional Acadêmico do Judiciário (28 comarcas do interior da Bahia). Preside a Associação dos Amigos do Arquivo Público Municipal de Caetité. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil República, sociedade, economia, relações sociais. Informações disponíveis em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4708444T3>. Acesso em 14 de outubro de 2015.



Figura 15: Arquivo Público Municipal de Caetité promoveu atividades na 13ª Semana de Museus.

Autor: Zamana Brisa. 2015.

Do mesmo modo, a Casa Anísio Teixeira (CAT), entidade cultural vinculada à Fundação Anísio Teixeira e por esta administrada, coordenada por Maria Auxiliadora Léo, é uma instituição sediada no antigo Solar dos Fraga (casa natal de Anísio Teixeira). Situada na Praça da Catedral de Senhora Santana, foi inaugurada em 1998 após restauração feita pelo Governo da Bahia através do IPAC e, desde então, mobiliza a comunidade em prol da preservação e divulgação do educador que lhe presta o nome.

Dedica-se à promoção da Educação, Lazer e Cultura, preserva a arquitetura e o mobiliário antigos, além de abrigar uma Biblioteca Pública fixa e outra móvel, atendendo, assim, à população urbana e rural. Após passar por reformas, foi construído um Cine-Teatro

⁷³ Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1998) e Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(2009); Atualmente é professor assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB - *Campus VI / Caetité*) e Coordenador do Arquivo Público Municipal de Caetité; Tem experiência na área de História do Brasil e Teoria da História, atuando principalmente nos seguintes temas: história social das mulheres, escravidão no alto sertão da Bahia e acervos particulares. Informações disponíveis em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4799873D4> Acesso em 02 de outubro de 2015.

⁷⁴ Graduação em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), nos cursos de graduação e pós-graduação em História. Integra conselhos editoriais das revistas *Politeia* (UESB) e *Crítica e Debate* (UNEB). Coordena o Arquivo Público Municipal de Caetité e o Polo Regional Acadêmico do Judiciário (28 comarcas do interior da Bahia). Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria da História e História da Historiografia, com pesquisas sobre escravidão (tráfico interprovincial e alforrias) e pós-abolição. Informações disponíveis em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4778476Z2> Acesso em 14 de outubro de 2015.

que funciona como auditório e mantém regulares sessões públicas e gratuitas de cinema (Figura 16).



Figura 16: Sobrado da Família Teixeira. Atual Casa Anísio Teixeira. Autor: Zamana Brisa. 2015.

Ainda que não possuam, entre os seus colaboradores, profissionais diplomados em Museologia, essas instituições contam com profissionais de outras áreas que têm exercido importante e fundamental papel junto às comunidades, escolas, sociedade caetiteense e região como um todo. É importante ressaltar que tanto a CAT como o APMC são instituições reconhecidas como museus pelo IBRAM e estão devidamente inscritas no Cadastro Nacional de Museus (CNM), portanto logram o título de instituições museológicas. E, ainda que a totalidade da comunidade não identifique essas instituições como museus própria e literalmente ditas, não há nenhum espanto em tanto o APMC quanto a CAT possam ser considerados instituições museológicas e assim chancelados pelo IBRAM mediante as suas ações sociais.

No *site* do CNM, após uma busca realizada em 2014, na cidade de Caetité existiam apenas estas duas instituições museológicas, dentre as quais o APMC fora cadastrado como **Arquivo e Museu de Cultura Popular de Caetité** (Figura 22).

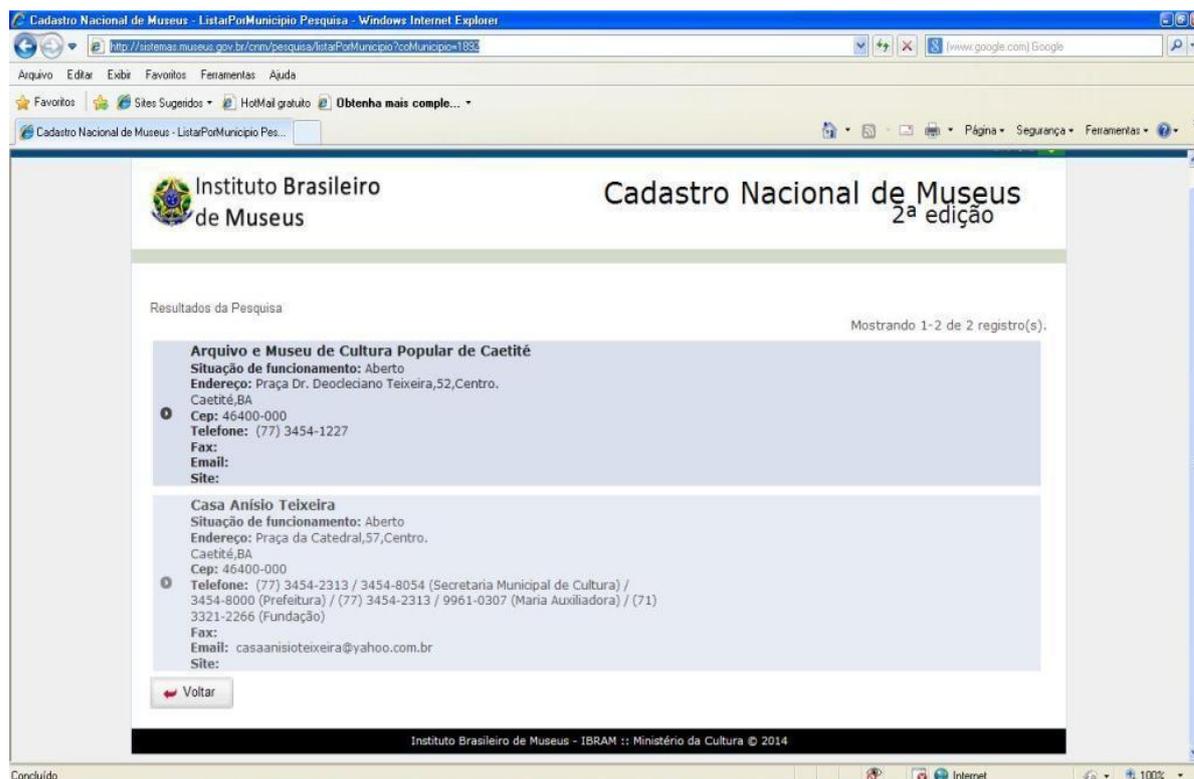


Figura 22: Relação de museus em Caetité de acordo com o CNM⁷⁵. Destaque para o APMC. 2014.

Essas duas instituições, desde o seu início, movimentam o cenário educacional e cultural de Caetité, seus distritos e toda a região e, como uma régua e um compasso, auxiliam a construção da malha vivencial constituída de símbolos e tradições que se entrecruzam na pluralidade da cultura local e regional. Por isso mesmo, mostram-se atentas às relações de salvaguardar o patrimônio ao fomentar atividades com vistas à preservação de memórias, de olho no passado, refletindo sobre o presente e pensando no futuro, cumprindo premissas ora definidas pelo Estatuto dos Museus, pelo qual, destaca-se:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades. [...] Art. 5º Os bens culturais dos museus, em suas diversas manifestações, podem ser declarados como de interesse público, no todo ou em parte. [...] § 2º Será declarado como de interesse público o acervo dos museus cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representa um valor cultural

⁷⁵ Informação disponível em <http://sistemas.museus.gov.br/cnm/pesquisa/listarPorMunicipio?coMunicipio=1892> Acesso em novembro de 2014.

de destacada importância para a Nação, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e lingüística do País (Lei Brasileira Nº11904, Estatuto de Museus, 2009⁷⁶).

Todo esse percurso foi traçado para informar que, mesmo sendo canceladas como museus pelo IBRAM, e assim desempenhando sua função social em prol da pesquisa, da memória, do homem e seu patrimônio, essas instituições não estão aptas para a guarda adequada dos objetos arqueológicos recuperados e demais achados voltados para esse fim específico. Fica claro, então, e respondendo à pergunta proposta sobre o destino do acervo oriundo de etapas de licenciamentos ambientais realizadas por empresas do ramo eólico, que não foi a falta de uma instituição com vocação e função social ao serviço do território e da sociedade o motivo de o acervo em voga não ter sido direcionado para o APMC ou CAT. Foram motivos de natureza técnica que abrangem, principalmente, dentre outros aspectos, a infraestrutura disponível, a medição dos parâmetros ambientais e métodos de pesquisa e controle da temperatura e a umidade que, por sua vez, estão intimamente relacionados com a questão da degradação dos acervos.

Tal acervo, originado a partir de escavações realizadas por arqueólogos cujas atividades eram parte do escopo dos licenciamentos ambientais a serem executados por empresas de energia eólica da região, fora, *a priori*, identificado em três municípios⁷⁷: Caetité, Guanambi e Igaporã. Não havendo, em nenhuma das cidades citadas, uma instituição com especificações técnicas adequadas para abrigar os “achados arqueológicos”, a população envolvida mobilizou-se para procurar soluções para que as peças não saíssem da região, já que a instituição mais próxima para a salvaguarda fica a cerca de 600 quilômetros da cidade de Caetité.

Surge, então, em 2011, uma demanda coletiva partida de um grupo então quantitativamente pequenino que contava, em média, com 12 pessoas, mas expressivo em qualidade. O grupo em questão era formado por profissionais que já atuavam em questões que envolviam a memória e o patrimônio: professores, pesquisadores, gestores públicos e alunos universitários; todos atuantes, interessados e envolvidos em iguais temas. Ressalte-se que alguns desses profissionais foram consultados como fonte imprescindível para esta pesquisa.

⁷⁶ Informação disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm
Acesso em 11 de junho de 2015.

⁷⁷De acordo com o Plano Museológico do MASB, existem pesquisas “no escopo do licenciamento dos empreendimentos da Renova Energia que abrangem também outros municípios da região, tais como: Pindaí, Licínio de Almeida e Urandi”. O mesmo documento informa que essas cidades deverão ser integradas, paulatinamente, ao processo do MASB (PLANO MUSEOLÓGICO, 2012, p.7).

Todos estavam empenhados para que o patrimônio, até então desconhecido e não socializado, fruto de pesquisas já em andamento e que, àquela ocasião, fora resgatado em Caetité, ali permanecesse. Esse movimento foi educado, pacífico e ordeiro, mas a parcela da população que manifestou interesse na permanência dos objetos estava **extremamente inconformada e indignada** no sentido mais amplo dessa expressão, e disposta a mobilizar e envolver, ao máximo possível, os segmentos sociais, civis e jurídicos de Caetité.

Em reuniões quase sempre realizadas no APMC ou na UNEB – *Campus VI*, a necessidade de dialogar com as empresas da região se tornou cada vez mais latente uma vez que atividades de Arqueologia são imprescindíveis nas áreas de mineração e geração de energia eólica, segmentos que já estavam estabelecidos em Caetité e região. O grupo que ali representava a população caetiteense entendia que deveria haver, dentre outros aspectos, uma socialização dos resultados obtidos como medida de respeito, transparência e responsabilidade social.

Unida pela mesma causa, essa pequena parcela da população convidou oficialmente o maior número possível de empresas de energia eólica para uma reunião. A principal pauta seria discutir as melhores soluções para que os objetos encontrados pelos Arqueólogos ficassem na cidade de origem. Foi, então, formalizada uma comissão que tratou de criar e apresentar uma minuta de criação de um museu local que, posteriormente, e conforme aprovação em reunião, seria enviada para as diversas empresas mineradoras e eólicas instaladas na região.

Tal documento, além de apresentar a minuta de um projeto para a criação de um museu arqueológico, convidava as empresas que já desenvolviam projetos na região a participarem das reuniões que estavam acontecendo àquele momento. Entretanto, a única empresa que percebeu a potencialidade do projeto apresentado pelo grupo foi a Renova Energia. Em tempo, para que os licenciamentos da Renova Energia fossem levados a cabo, os objetos encontrados no período das escavações arqueológicas deveriam ser encaminhados para uma pesquisa.

Isso justifica o fato de ter ocorrido uma parceria entre a Zanettini Arqueologia (prestador de serviços da Renova Energia) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia⁷⁸ (NEPAB), vinculado à Universidade Estadual de Santa Cruz⁷⁹ (UESC), situada na

⁷⁸ O NEPAB é vinculado ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da UESC (DFCH/UESC) e tem por finalidade o desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão na área de Arqueologia e Patrimônio Cultural. O NEPAB surgiu em 2005 a partir do envolvimento de pesquisadores de outras áreas de atuação e de ações em

cidade de Ilhéus. Dessa forma, foi possível a pesquisa com as mais de 20 mil peças resgatadas àquela época. Após essa etapa, todo o acervo seria redirecionado para a Zanettini Arqueologia, em São Paulo. Tudo isso ocorrido com a devida anuência do IPHAN.

A socialização das pesquisas supracitadas ocorreu numa reunião no APMC, contou com colaboradores desta instituição, além de colaboradores da Renova Energia, Zanettini Arqueologia, professores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e UNEB, além de representantes da Secretaria de Educação da Bahia e da cidade de Caetité. Diante das pesquisas, os presentes perceberam ainda mais a necessidade da criação de mecanismos e projetos que, além de expor os objetos encontrados, funcionassem como vetor de pesquisa para a comunidade.

A Zanettini Arqueologia, empresa que estava no território prestando serviços para a Renova Energia, como afirmado anteriormente, ofereceu apoio e, ao propor uma assessoria técnica, foi acolhida pelo grupo para fortalecer o projeto da criação de um museu. Assim, as atividades que fundamentaram a criação do MASB foram coordenadas pela Arqueóloga e Museóloga Camila A. Morais Wichers⁸⁰, que trabalhou para alinhar as expectativas existentes

parceria com Instituições de Ensino Superior, ONGs e empresas especializadas em processos de licenciamento ambiental. Preocupa-se em consolidar a UESC como uma Instituição promotora das diversas atividades relacionadas à Arqueologia – como projetos de pesquisa, projetos de extensão, como a Arqueologia Pública, entre outras – junto à comunidade científica brasileira, em especial o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Informações disponíveis em: <http://www.uesc.br/nucleos/nepab/> Acesso em 02 de outubro de 2015.

⁷⁹ A UESC teve sua origem nas escolas isoladas criadas no eixo das cidades baianas de Ilhéus e Itabuna, na década de 1960. Em 1972, resultante da iniciativa das lideranças regionais e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), as escolas isoladas (Faculdade de Direito de Ilhéus, Faculdade de Filosofia de Itabuna, e Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna) congregaram-se, formando a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna - FESPI. Reunidas em *Campi*, na Rodovia Ilhéus/Itabuna, no município de Ilhéus, pelo Parecer CFE 163/74, os estabelecimentos de ensino foram ganhando maturidade e competência, criando as condições para pleitear o "status" de Universidade. Mantida, entretanto, por uma fundação de natureza privada, o acesso a seus cursos tornava-se particularmente difícil, considerada a realidade regional. Assim, a Federação reorientou-se no sentido de tornar-se uma fundação pública. Emerge, em 1995, como a mais nova IES, das quatro mantidas pelo Governo da Bahia, fortemente vinculada à sua região, e caminha rapidamente para ocupar a liderança regional. No momento, a Universidade Estadual de Santa Cruz investe maciçamente no processo de informatização acadêmica, na melhoria do seu acervo bibliográfico e aprofunda e deflagra um bom número de projetos de pesquisa e atividades extensionais. Informações disponíveis em: http://www.uesc.br/a_uesc/index.php?item=conteudo_historia.php Acesso em 02 de outubro de 2015.

⁸⁰ Possui Bacharelado em História pela Universidade de São Paulo (2004), Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2005), Mestrado (2007) e Doutorado (2012) em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo e Doutorado em Museologia (2011) pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. Tem se dedicado a estudos voltados às reapropriações do patrimônio cultural a partir do olhar museológico, com ênfase nos processos de seleção, ressignificação e socialização do patrimônio arqueológico. No campo das pesquisas arqueológicas, tem desenvolvido estudos sobre produção cerâmica, a partir dos conceitos de diversidade e interação cultural. Tem especial interesse no diálogo entre as abordagens pós-processuais da Arqueologia com a Museologia Social, atuando em projetos em que essa interface é desenvolvida a partir do trabalho colaborativo com as comunidades, valorizando a relação entre patrimônio, memória e movimentos

em torno da implantação do terceiro museu de Caetité, sendo este, também, o primeiro museu com acervo arqueológico na cidade e na região.

A comissão devotada em tratar destas questões acabou por originar um grupo de trabalho (GT), coordenado pela Museóloga acima citada, criado, oficialmente, em setembro de 2011. O GT, então, foi um meio de fortalecer o anseio de traçar estratégias para que o patrimônio oriundo de pesquisas arqueológicas permanecesse em seus locais de origem. O objetivo principal era criar um espaço para a guarda dos acervos históricos e arqueológicos encontrados nos municípios de Caetité, Guanambi e Igarorã, especialmente após os licenciamentos ambientais.

Na mesma medida em que cada reunião ia ocorrendo, as pessoas envolvidas no GT passavam a vislumbrar de forma mais concreta a necessidade de ter em Caetité uma instituição que comunicasse os achados arqueológicos, além de que se configurasse como um espaço de pesquisa que pudesse abrigar e incentivar projetos e disponibilizar um acervo que traz evidências materiais de um passado histórico pouco explorado. Ao tratar do museu como um espaço de pesquisa, destaca-se Chagas (2015), que informa:

Os museus funcionam como casas de preservação, mas o que eles preservam vai além das coisas. Se, por um lado, eles preservam coisas; por outro, eles utilizam as coisas preservadas com determinados objetivos. Os museus também são casas de comunicação e de investigação. [...] Se, por um lado, é possível pensar na função pesquisa como algo que pode dar identidade ao museu; por outro, é possível pensar o próprio museu como um campo de pesquisa. Assim, não há nada de estranho no movimento de um pesquisador que, independente da área de conhecimento, debruça-se sobre o fenômeno museu e tenta compreendê-lo. [...] Nessa perspectiva, considero legítimo falar-se em pesquisa museológica, assim como me parece legítimo falar-se em pesquisa biológica, pesquisa jurídica, pesquisa histórica, social e pedagógica. Todos esses adjetivos são qualificativos do campo de conhecimentos sobre o qual o pesquisador se debruça (CHAGAS, 2015, p.59-62).

Estavam em questão também, à época, cerca de 180 sítios arqueológicos e históricos de interesse arqueológico que comprovam a existência dos primeiros moradores da região narrados no capítulo anterior, com objetos que chegam a datar seis mil anos atrás e colocam em xeque o silêncio de um passado não tão narrado e conhecido. Tais sítios também são o resultado das pesquisas arqueológicas previstas no processo de licenciamento ambiental obrigatório das empresas de energia eólica.

A falta de uma instituição adequada e de referência foi delineando um projeto que adquiriu proporções maiores. Coletivamente e pelos mais diferentes grupos e segmentos sociais, a proposta foi se ampliando para além da preservação dos acervos arqueológicos, incluindo, também, o diálogo com os diversos patrimônios existentes naquela região. Encaminhamentos registrados em atas informam que a criação de um museu seria, além de uma opção adequada, uma vontade expressa daquela parcela da comunidade representada pelo GT. Nesse sentido, destaca-se o Estatuto de Museus, que, no Capítulo II, concernente ao Regime Aplicável aos Museus, informa:

Art. 7º A criação de museus por qualquer entidade é livre, independentemente do regime jurídico, nos termos estabelecidos nesta Lei. Art. 8º A criação, a fusão e a extinção de museus serão efetivadas por meio de documento público. § 1º A elaboração de planos, programas e projetos museológicos, visando à criação, à fusão ou à manutenção dos museus, deve estar em consonância com a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984. § 2º A criação, a fusão ou a extinção de museus deverá ser registrada no órgão competente do poder público. Art. 9º Os museus poderão estimular a constituição de associações de amigos dos museus, grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da comunidade e do público. § 1º Os museus, à medida das suas possibilidades, facultarão espaços para a instalação de estruturas associativas ou de voluntariado que tenham por fim a contribuição para o desempenho das funções e finalidades dos museus. § 2º Os museus poderão criar um serviço de acolhimento, formação e gestão de voluntariado, dotando-se de um regulamento específico, assegurando e estabelecendo o benefício mútuo da instituição e dos voluntários (Lei Brasileira Nº11904, Estatuto de Museus, 2009)⁸¹.

Assim, as atividades desenvolvidas no âmbito do GT, durante um período de quase um ano, constataram a necessidade da criação de um museu delineada coletivamente pelos moradores de Caetité. A criação do MASB é, portanto, fruto do esforço e colaboração coletiva dos moradores da cidade de Caetité e todas as ações em prol desse museu serviram também de base para a elaboração do seu Plano Museológico, documento gerado a partir de uma sugestão da equipe da Zanettini Arqueologia em uma das reuniões junto ao GT para a criação do museu.

Quanto a isso, a legislação brasileira informa, por meio do Estatuto de Museus, que “é dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico”, sendo este instrumento compreendido “como ferramenta básica de planejamento estratégico” ao prezar pela “priorização dos objetivos e das ações” de cada uma das áreas de funcionamento do museu e

⁸¹ Informação disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm
Acesso em 11 de junho de 2015..

sistematizando o trabalho a ser desenvolvido em prol da sociedade. (Lei Nº11904, Estatuto de Museus, Art. 44 e 45, 2009)⁸².

Em outubro de 2011 foi dado início ao processo de formação museológica mediado pela equipe da Zanettini Arqueologia para a elaboração do Plano Museológico do MASB. Em nenhum momento se perdeu de vista o que deflagrou todo este percurso de criação do museu: refletir sobre o acervo gerado a partir de empreendimentos na cidade de Caetité e criar um museu arqueológico local que salvaguardasse o material arqueológico em questão. O *Campus VI* da UNEB foi o local em que as primeiras contribuições da assessoria técnica foram lançadas ao grupo, reunião que tratou de importantes pontos, tais como:

uma reflexão sobre a importância da elaboração de um plano museológico enquanto um caminho de construção coletiva e uma ferramenta imprescindível para definição de metas e objetivos a serem alcançados. A concepção de planejamento museológico enquanto um processo coletivo e de aprendizagem, envolvendo permanentemente reflexão e ação, propiciou ao grupo o entendimento que esse trabalho só seria alcançado através da participação. Apresentamos os principais itens para a construção de uma instituição museológica: missão institucional, tipologia, território de intervenção, sustentabilidade e função social. Com base nesses pontos relativos à reflexão sobre museus, passamos a discutir alguns dos principais conceitos referentes à Museologia, partindo da noção de cadeia operatória museológica (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p.34).

Foi também no mês de outubro que, para verificar lugares com potencial para sediar o museu, ocorreram visitas em algumas instituições caetiteenses, dentre as quais destacam-se: o Arquivo Público Municipal de Caetité, a Casa Anísio Teixeira, o Centro Cultural das Indústrias Nucleares do Brasil, a Câmara Municipal (antigo prédio da Escola Normal de Caetité), a Casa do Barão de Caetité, a Casa de César Zama, a Casa do Professor Alfredo, o Observatório Meteorológico de Caetité, a Casa da Chácara⁸³, uma casa na Praça Rodrigues Lima. No mês seguinte, quando o GT estava reunido em outro encontro, após uma apresentação que versou sobre a Casa da Chácara, explanada por Lielva Aguiar⁸⁴, o grupo

⁸² Informação disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm
Acesso em 11 de junho de 2015.

⁸³ O casarão, que apresenta característica das construções rurais do século XIX, tem este nome, pois fica situado em Caetité num bairro chamado Chácara. O imóvel pertencia a um senhor, hoje falecido, conhecido como “Seu Dió”. Após o seu falecimento, a família do “Seu Dió” continuou morando no local e participou ativamente de todas as visitas técnicas realizadas e acolheram, de forma unânime, a proposta de a Casa da Chácara sediar o Museu do Alto Sertão da Bahia. Além do processo necessário de restauro e adaptação, algumas modificações urbanas, e alterações no imóvel foram apontadas pelo arquiteto Guilherme Michelin para que a Casa da Chácara pudesse sediar o MASB. Então, o projeto arquitetônico do MASB foi elaborado para contemplar a restauração na Casa da Chácara, a construção dos anexos para laboratório, reserva técnica, auditório, espaço de convivências (café), paisagismo e estacionamento.

⁸⁴ Possui graduação em História pela Universidade do Estado da Bahia - *Campus VI* / Caetité (2008). Mestrado em História pela mesma instituição - *Campus V* / Santo Antônio de Jesus (2011). Cursa o doutorado em História

optou por este local para sediar o museu (casa cedida em comodato pelo período de 30 anos) (Figura 17).



Figura 17: Casa da Chácara (antes das obras de restauro e adaptação). Autor desconhecido; s/d (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p.36).

O Plano Museológico do MASB (2012) expõe os motivos pelos quais essa escolha foi definida:

Três elementos se destacaram para a escolha desse imóvel: 1) Sinergia conceitual com o projeto: importância e significância da Casa da Chácara no contexto regional como exemplar da arquitetura das sedes de fazenda da zona rural, dialogando com o patrimônio arqueológico advindo das pesquisas que enfocam as comunidades rurais do Alto Sertão, e como propriedade que configurou a ocupação do Bairro da Chácara, hoje inserido no contexto urbano; 2) Inserção estratégica na paisagem: a Casa da Chácara tem boa acessibilidade em relação às rodovias que dão acesso aos municípios de Guanambi e Igaporã, e possibilitará a qualificação urbana de uma área da cidade que ainda não dispõe de equipamentos culturais, possibilitando o incremento do turismo cultural e a inclusão social [...]; 3) Disponibilidade da família proprietária, em fazer a cessão de uso do imóvel, o que auxilia também na questão dos recursos financeiros para o projeto (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 39).

A assessoria técnica da Zanettini Arqueologia ao GT também mediou importantes momentos de reflexão pautados em experiências anteriores e textos teóricos e metodológicos

pela UFBA. Desenvolve pesquisa na área de História, com ênfase em História do Brasil/ Bahia. É integrante do Grupo de Pesquisa Cultura, Sociedade e Linguagem (GPCSL/ CNPq/ NEPEs) e professora da Universidade do Estado da Bahia - *Campus VI/ Caetitê*, onde leciona as disciplinas: Cultura Documental e Patrimonial e Pesquisa Histórica. Atualmente também coordena a organização do arquivo da família do Barão de Caetitê (sec. XVIII-XX) e compõe o grupo de trabalho do Museu do Alto Sertão da Bahia - MASB. Informações disponíveis em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4234615Y6> (Acesso em 14 de outubro de 2015). Lielva é também uma das netas do antigo morador da casa, o “Seu Dió”.

sobre museus e Museologia. Aos poucos, o grupo começou a refletir tecnicamente sobre a função, vocação, tipologia, missão e valores de um projeto que, pela prática cotidiana, já haviam vislumbrado desde a inquietação sobre o destino do patrimônio arqueológico de Caetité, até a elaboração de uma minuta que justificou e oficializou o desejo da criação de um museu.

Nessa altura, pelo envolvimento e apoio recebido por parte da Renova Energia, a dimensão do projeto tornou-se abrangente a tal ponto, que foi inserido numa política de investimento privado desta empresa de energia renovável. Mais tarde, o projeto de criação do MASB faria parte do Programa Catavento⁸⁵, o qual assumiu, em seu escopo, ações da Zanettini Arqueologia voltadas para a elaboração do plano museológico para a criação de um museu sediado na cidade de Caetité (PLANO MUSEOLOGICO DO MASB, 2012, p.8).

Até aquele momento, o nome do museu ainda não havia sido definido. O termo “Museu do Alto Sertão da Bahia” foi definido em meados de fevereiro do ano de 2012, fazendo menção ao território donde fora resgatado o material arqueológico que, por vezes, aqui já foi mencionado. A importância deste termo “alto sertão” justifica as reflexões propostas no Capítulo I desta pesquisa e dialoga não só com a cidade de Caetité, mas com uma região que, para além de um acervo arqueológico, tem o potencial de comunicar também os saberes e fazeres, práticas religiosas, ofícios, memórias, paisagens, celebrações, arquitetura popular, identidades, pluralidade e referências culturais e linguagens de um território multicultural contemplado, nesta pesquisa, no âmbito imagético, geográfico e histórico.

No que tange ao conceito de território, o professor Milton Santos (1996, p.51) defende que a configuração territorial é, antes de tudo, definida historicamente numa lógica que reconhece aos sistemas naturais as obras (ou construções) feitas pelo homem em determinada

⁸⁵ “O Programa Catavento, lançado em maio de 2012, agrupa projetos sustentáveis e de desenvolvimento socioambiental para o alto sertão baiano onde estão localizados os parques eólicos da Renova. A iniciativa é resultado do engajamento da companhia nas causas de interesse público em toda a área que compreende os municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã, apoiada em uma rede de colaboração responsável pela elaboração e andamento dos projetos que compõem o programa. [...] A primeira fase da iniciativa recebeu investimentos de R\$ 9 milhões ao longo do biênio 2012-2013, nas áreas socioeconômica, cultural, de meio ambiente e de desenvolvimento organizacional. Em 2014, a Renova continuará desenvolvendo o projeto e já renovou o financiamento de mais R\$ 9,4 milhões. Os recursos, financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), são investidos em ações gradativas, priorizando as áreas de implantação dos parques, estendendo-se à percepção territorial. Os valores financiados contam com taxas de juros diferenciadas por serem destinados a projetos de interesse coletivo”. Informações disponíveis em: <http://www.renovaenergia.com.br/pt-br/sustentabilidade/catavento/Paginas/default.aspx> Acesso em 16 de outubro de 2015.

área. Por isso mesmo é que “a configuração territorial não é o espaço⁸⁶, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima”.

Ao tratar deste território específico que é o Alto Sertão da Bahia, região amplamente tratada por pesquisadores acadêmicos locais e regionais, fez-se necessário, para o grupo, por meio de explicações técnicas da assessoria da equipe da Zanettini, perceber a abrangência da intervenção do MASB nesse território específico. Então, os ideais que motivaram a criação de um museu arqueológico foram se transformando na mesma medida em que as discussões propostas pela Zanettini se engendravam para a função social do museu em um território, e não somente na cidade de Caetitê.

As reflexões de Santos, anteriormente citado, dão conta de explicar a importância de se pensar no território não minimizado a uma organização definitiva do espaço e, sim, convida a perceber as nuances de ações e atividades herdadas por um povo capaz de articular o local com o global. Essa compreensão pressupõe que o território, aqui colocado como um recorte espacial, como dimensão do espaço, está embutido no espaço e o espaço no território. Nesse movimento, “o espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade [...] a noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo” (SANTOS, 1985, p. 21 e 22).

Essa compreensão proposta por Santos aliou-se à compreensão tipológica e conceitual de um museu de território⁸⁷. Mudou-se, assim, a opção do GT, que, noutro momento, havia

⁸⁶Para Santos (1996, p.34), “o espaço é formado de objetos técnicos. O espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou outra sucessão. Tudo isso é tempo. O espaço distância é também modulado pelas técnicas que comandam a tipologia e a funcionalidade dos deslocamentos. O trabalho supõe o lugar, a distância supõe a extensão; o processo produtivo direto é adequado ao lugar, a circulação é adequada à extensão. Essas duas manifestações do espaço geográfico unem-se, assim, através dessas duas manifestações no uso do tempo. As técnicas participam na produção da percepção do espaço, e também da percepção do tempo, tanto por sua existência física, que marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário. Esse imaginário tem uma forte base empírica. O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de “viver bem”. Já sobre o “lugar”, Santos (1996, p.36) esclarece que “o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica. E, num determinado lugar, não há técnicas isoladas, de tal modo que o efeito de idade de uma delas é sempre condicionado pelo das outras”.

⁸⁷ Magaldi (2010, p. 86) comenta que, quanto à categoria, “o **Museu de Território**, divide-se em: Museus comunitários; Ecomuseus; parques nacionais ou outros sítios naturais musealizados; cidades-monumento; sítios históricos, arqueológicos, paleontológicos e similares. Os **museus comunitários e Ecomuseus** baseiam-se na musealização de um território determinado. Enfatizam-se as relações culturais e sociais Homem/território, valorizando processos naturais e culturais e não os objetos enquanto produtos da cultura. Esta categoria de museu pode conter exposições tradicionais, baseadas em objetos – sendo estes sempre exibidos com base no tempo social de uma determinada comunidade”.

preferido um modelo arqueológico de museu. De acordo com as tipologias apresentadas pela equipe da Zanettini, o grupo acolheu melhor a de Museu de Território, cuja sede, como já mencionado, deveria ser na Casa da Chácara. Nesse sentido é prudente citar Varine, que, sobre essa tipologia de museu, informa:

Um museu-território é a expressão do território, qualquer que seja a entidade que toma iniciativa e a autoridade que o controla [...]. Seu objetivo é a valorização desse território e, sob esse ponto de vista, é realmente **um instrumento do desenvolvimento em primeiro grau** (grifo nosso) [...]. O patrimônio do território torna-se um pretexto para refletir seriamente sobre o presente e o futuro. E para se perguntar o que é possível fazer para avançarmos todos juntos, graças a esse laço que o patrimônio constitui para cada um (VARINE, 2012, p.185).

O ano de 2012 foi marcado pelo esforço em mobilizar a maior quantidade possível de pessoas a participarem do projeto. Foi também nesse ano que as secretarias municipais de Igaporã e Guanambi se integraram ao GT como o resultado de importantes articulações entre essas secretarias com as de Caetité, fortalecendo, ainda mais, a tutela municipal em relação ao MASB e tipologia de um museu de território.

Não menos importante do que o recorte espacial geográfico desta pesquisa, destaca-se Igaporã, antigo povoado de “Bonito”, que já pertencera a Caetité, distante desta não mais de 50 quilômetros e 700 quilômetros de Salvador. Ainda que não possua um museu, Igaporã desenvolve atividades comunitárias que prezam pela valorização de sua história e patrimônio em festivais cívicos, educacionais e culturais que movimentam a cidade. Também por isso, o projeto da criação do MASB foi muito bem acolhido pela prefeitura de Igaporã, que está na rota dos ventos favoráveis à captação de energia eólica, portanto enquadra-se nos licenciamentos ambientais da Renova Energia.

Guanambi, cujos ventos favoreceram a implantação de aerogeradores de energia eólica da Renova Energia, cidade cerca de 790 quilômetros da capital baiana, Salvador, e a pouco mais de 40 quilômetros distante de Caetité, conta com o museu Fundação Joaquim Dias Guimarães, instituição assim legitimada junto ao IBRAM. Trata-se de uma instituição cuja natureza administrativa é privada e que desde o ano de 1994 disponibiliza o acesso gratuito a um acervo de cunho biblioteconômico e histórico. O riquíssimo acervo remonta à história da cidade que teve em Joaquim Dias Guimarães, importante fazendeiro, o doador das terras que hoje constituem o centro municipal de Guanambi.

Fundada por um grupo liderado por Elísio Cardoso Guimarães, bisneto de Joaquim Dias Guimarães, além do acervo familiar, a fundação, ao longo dos anos, recebeu doações de

muitas famílias, permitindo que a população tivesse acesso desde ao mobiliário, até a utensílios domésticos antigos. A fundação desenvolve a importante função social de preservar a história e a cultura guanambienses, além de prezar pela pesquisa, folclore, tradição e costumes de Guanambi (Figura 18).



Figura 18: Festividades do 19º Abraço da Cidade de Guanambi (promovido pela Fundação Joaquim Dias Guimarães). Autor: Paulo Guanais. 2013.⁸⁸

Algumas reuniões ocorreram entre as secretarias municipais dos três municípios em questão e representantes da Renova Energia que trabalharam no sentido de integrar a participação de Igaporã e Guanambi no projeto do MASB. Destacam-se, nesse processo, principalmente, as Secretarias de Educação, Infraestrutura, Turismo, Meio Ambiente, Ação Social e Cultura. As reuniões contaram, em alguns momentos, com a participação de prefeitos, gerentes municipais, secretários e outros colaboradores dessas instâncias; posta a importância de se discutir também sobre a tutela do museu (tutela essa prevista na construção do plano museológico), a institucionalização do MASB por meio de uma lei municipal, além de um consórcio a ser celebrado entre as prefeituras dos municípios envolvidos e parcerias com a Diretoria de Museus (DIMUS).

Os movimentos sociais e as comunidades rurais de Caetité, Guanambi e Igaporã, principalmente as abarcadas pelas obras no processo de implantação de parques eólicos da

⁸⁸Imagem disponível em: <http://www.guanais.com.br/blog/2013/08/14/abraco-da-cidade-guanambi-bahia/>
Acesso em 19 de novembro de 2015.

Renova Energia, também foram convidados a participarem do projeto da criação do MASB. Nesse sentido, muitas visitas ocorreram para viabilizar a mobilização de líderes rurais e demais membros dessas comunidades. Destacam-se, desse modo, o Movimento de Mulheres Camponesas de Caetité e as comunidades de Gurunga, Salinas, Contendas, Curral de Varas, Beira-Rio, Pajeú do Josefino, Aroeira, Vargem do Barbosa, Cangalha, Jurema dos Barbosa (Vargem Comprida).

A Zanettini Arqueologia propôs também para o GT algumas reflexões sobre a tríade⁸⁹: museus, turismo e desenvolvimento sustentável. Foi assim que algumas atividades foram propostas no sentido de trazer algumas contribuições práticas aplicáveis ao MASB. Inserir o turismo nas reflexões do GT para a criação do MASB delimitou ações de planejamento que serviriam como norteadores na visitação de sítios arqueológicos, como, por exemplo, o sítio arqueológico Moita dos Porcos⁹⁰, localizado em Caetité.

O turismo voltado para a sede do MASB e para os núcleos citadinos, grosso modo, é de fácil articulação e compreensão prática. Entretanto, os núcleos rurais merecem um pouco mais de atenção. O fato de a cidade de Caetité ser alvo de empresas que reconhecem o potencial eólico e mineral da região fez com que muitos estabelecimentos comerciais fossem construídos ou aprimorados. Entretanto, acredita-se que fatores como hospedagem⁹¹, alimentação⁹² e meios de locomoção⁹³ devem ser tratados estrategicamente com bastante cautela e atenção.

⁸⁹ Alguns encontros ocorreram entre a equipe representante da Renova Energia e o Conselho de Cultura de Caetité para tratar da “importância do inventário turístico”. Esse Conselho foi convidado a participar das reuniões do GT do MASB principalmente no tocante às questões do referido inventário. O município de Guanambi também foi convidado a participar das atividades que envolvem o turismo. (PLANO MUSEOLÓGICO, 2012, p. 59, 60 e 67).

⁹⁰ De acordo com Carlos Alberto Santos Costa, “na Bahia foi realizado por Etchevarne um estudo do sítio Moita dos Porcos, no município de Caetité; trata-se de um abrigo arenítico, uma espécie de caverna, que tem suas paredes totalmente gravadas com signos geométricos, feitos com perfeição e distribuídos harmonicamente no espaço (ETCHEVARNE, 2007, p. 240-245)”. Informação disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tese_Representa%C3%A7%C3%B5es%20Rupestres%20no%20Piemonte%20da%20Chapada%20Diamantina.pdf Acesso em 9 de janeiro de 2015.

⁹¹ Pousadas e hotéis foram construídos ou ampliados com vistas a receber a parcela da população flutuante representada pelos inúmeros trabalhadores que chegaram de outras cidades, outros estados e, até mesmo de outros países e se instalaram provisoriamente na cidade de Caetité para a fase de operacionalização de obras. Talvez esse seja o motivo de a cidade contar com hotéis e/ou pousadas que podem receber visitantes, sendo estes situados apenas no perímetro urbano. Logo, os núcleos rurais não contam com esse serviço de hospedagem em caso de algum imprevisto durante a visita que não deva ser estendida de um dia para o outro.

⁹² Ressalte-se que os estabelecimentos comerciais no ramo de alimentação que oferecem as principais refeições são poucos; e, dentre esses, a capacidade de receber um número maior de visitantes apresenta-se de forma complexa. Ressalte-se que a maioria dos trabalhadores que operam nas obras das empresas em questão ou levam o seu próprio alimento, ou almoçam em outros municípios, ou fazem as suas refeições em galpões construídos pelas próprias empresas, ou ainda, em um desses locais citados. Nos locais onde ficam situados os núcleos rurais

O GT contou também com a participação da Dra. Manuelina Duarte⁹⁴ como consultora do projeto MASB. Importantes relações foram estabelecidas também com Maria Célia Santos, que, à época, ocupava o cargo de coordenadora da Diretoria de Museus do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (DIMUS/IPAC)⁹⁵. Outra relação salutar foi estabelecida entre a Renova Energia e a Secretaria de Educação de Caetité, que, de imediato, acolheu a proposta de tratar do MASB nas escolas. Dessa relação surgiu a atividade Museu na Escola⁹⁶, além de terem sido delineadas algumas estratégias para que algumas escolas pudessem ser abrangidas diretamente pelo MASB.

Destarte, o fato de o GT que dera início à criação do museu ser composto majoritariamente por professores universitários contribuiu sobremaneira para a celebração estratégica de um Termo de Cooperação entre a Renova Energia e a UNEB. Merece destaque também a estratégia traçada para mobilizar os moradores do bairro da Chácara, local onde está situado o imóvel escolhido para sediar o MASB. Outra importante estratégia

do museu, entretanto, não há locais para refeições regulares. Alguns não contam nem com locais como vendas ou mercadinhos onde se possa, por exemplo, comprar água.

⁹³ Quanto ao transporte, estratégias devem ser pensadas no sentido de facilitar o acesso aos núcleos rurais. Alguns núcleos ficam situados em locais de difícil acesso geográfico de forma que a sinalização deve ser imprescindível. Aparelhos de GPS não funcionam, assim como não funciona o acesso à Internet. Algumas estradas ficam intransitáveis em períodos de muita chuva e podem, até mesmo, oferecer riscos ao visitante. Outro fator a ser considerado é o meio de transporte: hoje, por exemplo, caso o visitante queira ir aos núcleos rurais, caso não tenha um automóvel próprio, ou aluga um táxi, serviço de custo não padronizado, ou aluga um carro em um dos dois estabelecimentos que prestam esse serviço na cidade.

⁹⁴ Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará (1997), especialização em Museologia pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2004) e doutorado em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (2012, Lisboa - Portugal). Professora Adjunta I da Universidade Federal de Goiás (UFG), do curso de Museologia. Tem experiência nas áreas de História, Museologia e Arqueologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Museologia, preservação, patrimônio cultural, educação para o patrimônio e planejamento e gestão de museus. É membro do Conselho Internacional de Museus (ICOM). Participou da Diretoria da ANPUH-CE. Tem livros e artigos publicados nas áreas mencionadas, atua como docente, pesquisadora e consultora. Participa do Instituto Praeservare - Preservação do Patrimônio Cultural. Ex-gestora do Museu da Imagem e do Som do Ceará (MIS-CE) e ex-coordenadora da ação educativa do Centro Cultural São Paulo. Realizou estágio pós-doutoral na Université Sorbonne Nouvelle, Paris III, sob supervisão de François Mairesse (2014-2015). Professora convidada de Museologia na Universidade de Würzburg, Alemanha. Diretora do Departamento de Processos Museais do Instituto Brasileiro de Museus. Informações disponíveis em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4776504Y5>. Acesso em 02 de outubro de 2015.

⁹⁵ Maiores informações sobre a DIMUS podem ser encontradas em: <https://dimusbahia.wordpress.com/about/>

⁹⁶ De acordo com o Plano Museológico do MASB (2012, p. 65) “a ideia desse projeto consiste em uma exposição com painéis que retratam o trabalho do arqueólogo e os materiais arqueológicos encontrados durante as escavações na região, relacionando com a história local, memórias e identidades”. Composto de quatro painéis com riquíssimas informações sobre o MASB, o projeto culminou em agosto de 2012, cujas ações delinearão o que ficou conhecido como Exposição Itinerante Museu na Escola e contemplou: 1- em Caetité: Escola Maria Conceição Pontes, Escola Manoel Lopes Teixeira e Escola Emiliana Nogueira Pita; 2- em Guanambi Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde e Gestão (CEEP), Nelsa Luzia Teixeira e Maria Regina Freitas; 3- em Igarorã: Escola Joana Angélica.

fundamenta-se nas preciosas contribuições arqueológicas logradas com a visita do Dr. Pedro Funari à cidade de Caetité.

Nessa ocasião, o referido professor participou do I Ciclo de Debates do MASB⁹⁷, evento realizado pelo Grupo de Pesquisa Cultura Sociedade e Linguagem (GPCLS/CNPq) e pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE/UNEB/*Campus* VI), ocorrido no *Campus* VI da UNEB, em Caetité. Além da comunidade acadêmica, o evento mobilizou diversos atores sociais e civis dentre os quais é possível identificar: estudantes, professores e coordenadores das redes municipal e estadual de ensino, representantes de movimentos sociais, representantes de comunidades quilombolas, colaboradores do APMC e da CAT, professores e alunos universitários, instâncias diversas do poder público municipal e estadual, representantes de associações de bairros e de comunidades rurais, dentre outros (Anexo F).

Ao dialogar tão intimamente com aspectos comunitários e imerso nos conceitos fundamentais que pendem para a Nova Museologia, o MASB se dispôs a contemplar aspectos e tendências que o projetem como instituição atenta para uma maior abrangência de atuação. Isso justifica o fato de o MASB possuir vocação territorial e “visitar” importantes fundamentos da Museologia Social, além de relacionar-se intimamente com as seguintes tipologias: Ecomuseu, Museu Comunitário, Museu de Território e Museus Escolares.

Justifica-se também, mediante a vocação e função do MASB, o fato de essa instituição prezar pela promoção de uma maior intervenção social através de núcleos museológicos⁹⁸ entendidos como espaços voltados para o desenvolvimento cultural, territorial e social da região. Acreditar nesse princípio é como afirmar que, da mesma maneira que o MASB se projeta em prol do desenvolvimento territorial, a Museologia Social pode ser entendida como uma possibilidade interdisciplinar vasta a ser explorada para que esse desenvolvimento se concretize.

⁹⁷ O I Ciclo de Debates do MASB, ocorrido entre os dias 3 e 9 de junho de 2012, contou também com a presença da Dra. Aline de Carvalho, do arquiteto Guilherme Michelin, da equipe de assessoria técnica do projeto (Zanettini Arqueologia), na qual destaca-se a Dra. Camila Moraes (coordenadora do projeto). O evento contou com o apoio da Renova Energia, Zanettini Arqueologia, UNEB, Departamento de Ciências Humanas do *Campus* VI/UNEB, do PPG (verificar) e do Governo do Estado da Bahia.

⁹⁸ Uma das características que mais despertam a curiosidade em torno do MASB é o fato de esse museu ter sido planejado para comunicar também através de núcleos. Alguns desses núcleos estão situados na zona rural; outros, para além disso, são núcleos escolares. Nisso há uma grande conquista: os núcleos escolares pressupõem que os seus alunos possam atuar como agentes de transformação social a partir do seu próprio patrimônio. Se por um lado há uma potencialidade, por outro há um ponto de tensão: alinhar as atividades curriculares da escola e a expectativa do visitante que pode ser, por exemplo, um turista. Alinhar as expectativas dos visitantes com a rotina dos moradores das comunidades locais também é um assunto que merece atenção e uma articulação e comunicação extremamente eficazes.

Então, após muitas visitas, rodas de conversas, debates, palestras, oficinas, mediações, reuniões e dinâmicas de grupos diversas, foram instituídos, para o MASB, os núcleos museológicos **em Caetité** (Escola de Caldeiras – núcleo escolar, Comunidade Quilombola Pau-Ferro de Joazeiro, Movimento de Mulheres Camponesas, Instituto de Educação Anísio Teixeira – núcleo escolar; Sítio Arqueológico Moita dos Porcos); **em Igaporã** (Espaço Cultural de Igaporã, Colégio Municipal do Tamboril – núcleo escolar, Comunidade Quilombola Gurunga); e **em Guanambi** (Comunidade Curral de Varas, Comunidade Pajeú do Josefino). Pode-se afirmar que, além de o MASB ser estabelecido no (e para o) território, seus núcleos configuram-se como extensões que possibilitam a maior abrangência dessa instituição, que, em si mesma, propõe ações preservacionistas ao tempo em que manifesta esse produto de sua constituição e construção coletiva.

Configurou-se, assim, um museu de vocação territorial com uma sede em Caetité e núcleos rurais e urbanos que pressupõem uma dinâmica estabelecida em redes comunicativas entre três municípios. A expectativa nítida no plano museológico do MASB é que essas redes se configurem com princípios bem próximos aos da reflexão de Santos (2011). Assim, os núcleos do MASB são, **ou devem ser**, dinâmicos, vistos como um processo e não como o que o autor chama de “mera abstração”.

Mas o que é uma rede? As definições e conceituações se multiplicam, mas pode-se admitir que se enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social. [...] Mas a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração. Em suas relações com o território, as redes podem ser examinadas segundo um enfoque genético e segundo um enfoque atual. No primeiro caso, são vistas como um processo e no segundo como um dado da realidade atual (SANTOS, 2011, p. 176-177).

Ao decorrer do ano de 2012, de maneira coletiva, outras premissas fundamentais foram definidas para o MASB, como, por exemplo, a definição das ações dessa instituição que se desenvolvem a partir de quatro eixos centrais que, de modo geral, traduzem as metas traçadas para o museu, a saber: pesquisa, ação social, salvaguarda e comunicação. Dessa forma, espera-se que ele se propague como um centro de pesquisas sobre o Alto Sertão baiano, capaz de registrar e monitorar os patrimônios culturais daquela região; desenvolva um programa de educação patrimonial e socioambiental que ofereça cursos de capacitação aos diversos segmentos sociais, realize exposições itinerantes, promova e divulgue a pesquisa acadêmica, além de favorecer a inclusão social, o fomento ao turismo comunitário e outras diversas ações relacionadas aos quatro campos acima citados.

Foi também na construção do plano museológico que foi definida a estrutura administrativa, aspectos legais de funcionamento, formas de captação de recursos e a missão⁹⁹ do MASB, o que permitiu mapear e estabelecer estratégias com vistas ao cumprimento da função e objetivos desse museu a partir de uma visão e valores defendidos coletivamente e mediados pela Zanettini Arqueologia.

O plano museológico foi entregue numa solenidade ocorrida no auditório da UNEB, em Caetité, em abril de 2013. Após essa etapa, outras atividades em prol da criação do MASB foram ocorrendo, nas quais a assessoria técnica da Zanettini Arqueologia permaneceria no território por até dois anos e meio¹⁰⁰.

2.4 Diagnóstico situacional do MASB

Após a entrega do Plano Museológico do MASB, ocorrido em abril de 2013, continuaram as atividades do GT para a criação do museu. Neste mesmo ano, muitos avanços ocorreram, como, por exemplo, os esforços que culminaram na Lei Municipal Nº 761, de 15 de agosto de 2013, que cria o Museu do Alto Sertão da Bahia¹⁰¹; somados ao convênio celebrado entre a Renova Energia e a UNEB. Cabe, então, ao município a tutela jurídica do MASB, ao tempo em que cabe à UNEB a tutela técnica.

As visitas aos núcleos foram acontecendo, principalmente pela equipe da Zanettini Arqueologia, cujas ações podem ser conferidas no projeto denominado Percursos Patrimoniais, ainda em fase de conclusão e posterior entrega para a Renova Energia e para o MASB. Como a estrutura administrativa do museu previa a criação de uma associação de

⁹⁹ “O Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB) tem como objetivo preservar o patrimônio cultural do Alto Sertão, adotando esse território como campo de pesquisa e de intervenção social. Para tanto, o MASB visa integrar diversos agentes, instituições e segmentos sociais, cuja participação é fundamental para que as diferentes memórias, histórias e identidades sejam contempladas nesse museu. Busca-se construir uma instituição de excelência, onde os processos educativos propiciem diferentes leituras do mundo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região a partir de uma ação descentralizada” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p.105).

¹⁰⁰ “A partir da entrega deste Plano Museológico, existe uma previsão de custos de mais dois anos e meio de acompanhamento e mediação do processo de construção coletiva do museu, ao mesmo tempo em que ele é formalizado como instituição e se iniciam os trabalhos para adequação física da sede e implantação dos núcleos museológicos distribuídos em seu território” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p.163).

¹⁰¹ Informação disponível em:

<http://www.ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/caetite/?pagina=abreDocumento&arquivo=33EB03518E49> Acesso em 09 de janeiro de 2015.

amigos, o ano de 2013 acabou por delinear os passos fundamentais para a concretização oficial da Associação de Amigos do Museu do Alto Sertão da Bahia (AMASB).

Os processos foram, aos poucos, sendo encaminhados para dois movimentos em prol do museu: um, eminentemente acadêmico, o qual era composto por professores da UNEB reconhecidos pela atuação num grupo que ficou conhecido como o corpo técnico do MASB; outro, composto por todos os envolvidos desde o início das ações ou foram conhecendo o projeto, ou ainda, foram sendo convidados a integrar a AMASB. Assim, é correto afirmar que todos os membros do corpo técnico são membros da AMASB, mas nem todos os membros da associação são membros do corpo técnico¹⁰².

De um lado, ocorreram encontros que prezaram por capacitações específicas para o corpo técnico já que caberá a esses profissionais assumirem os cargos de coordenação das áreas de atuação do museu (Salvaguada, Comunicação, Ação Social e Pesquisa). Esses encontros ocorriam, na maioria das vezes, via *skype* e contaram com a colaboração de pesquisadores, professores e profissionais de museus. Doutro lado, ocorriam reuniões abertas à comunidade, voltadas para a construção do Estatuto Social, atualmente registrado em cartório, e do Regimento Interno, ainda em fase de conclusão, ambos da AMASB, que pretende ser estabelecida como uma OSCIP composta por voluntários que trabalharão para adquirir recursos financeiros para o museu.

O ano seguinte, de 2014, foi marcado por importantes ações, dentre as quais destaca-se o II Ciclo de Debates do MASB, ocorrido no Departamento de Ciências Humanas *Campus VI* / UNEB, realizado por todos os envolvidos nos processos do museu, o GT do MASB. O evento contou com a presença de convidados como o Dr. Paulo Zanettini (diretor da Zanettini Arqueologia), dos professores Camila Moraes Wichers (UFG), Carlos Alberto Santos Costa (UFRB), Walter Morales (UESC) e Mário Chagas (UNIRIO) (Anexo G) (Figura 19).

Além desses, foram convidados, também, outros, como Carolina Ruoso (Museu do Homem do Nordeste) e representantes dos Núcleos Museológicos (Escola de Caldeiras,

¹⁰² A dinâmica das atividades, assim como é dinâmico o MASB, acabou por influenciar que muitas pessoas se afastassem do projeto, assim como novas pessoas foram sensibilizadas e começaram a participar das reuniões. Embora ainda em fase de implantação, o processo da criação do MASB já se constitui como um processo inovador e de grande relevância social, sem perder de vista que “a Museologia, em sua dinâmica interdisciplinar, tem colaborado para que os museus [...] se estabeleçam como lugares de contestação e negociação cultural, mas também, como espaços de acolhimento e aprendizagem.” (BRUNO, 2004, p. 01). Essa compreensão facilitou que, em uma das reuniões ordinárias da AMASB, que ocorrem uma vez a cada mês, preocupados em que não houvesse desmobilização do grupo (como um todo), houvesse um encaminhamento que estendia o convite para que todos que tivessem interesse participassem das atividades de capacitação que antes eram restritas apenas para o corpo técnico.

Instituto de Educação Anísio Teixeira, Movimento de Mulheres Camponesas, Comunidade Quilombola Pau Ferro do Juazeiro, Sítio Arqueológico Moita dos Porcos, Colégio Municipal do Tamboril, Comunidade Quilombola de Gurunga, Espaço Cultural de Igaporã, Pajeú do Josefino e Curral de Varas). As atividades desse evento ocorreram no auditório da UNEB, assim como em alguns dos núcleos citados (Figura 20).



Figura 19: Palestras realizadas no II Ciclo de Debates do MASB contou com representantes dos núcleos museológicos Autor: Zamana Brisa. 2014.



Figura 20: Exposição realizada no II Ciclo de Debates do MASB. Organizada pelos moradores do núcleo museológico Quilombola de Pau Ferro do Joazeiro. Autor: Zamana Brisa. 2015

O início da execução do projeto arquitetônico na Casa da Chácara também movimentou a cidade. Ocorreram escavações arqueológicas no local que abrigará a sede do museu e, em todo o processo, a comunidade foi convidada a participar e acompanhar o trabalho dos profissionais envolvidos em tais atividades. A prefeitura municipal de Caetité divulgou amplamente essas ações por meio de *sites*, *emails* e rádios locais. Em virtude das chuvas, a obra ficou parada por determinado período e, como o telhado original já havia sido retirado, a casa sofreu danos estruturais. Para que não houvesse um prejuízo maior, foi coberta com uma lona (Figura 21).



Figura 21: Fachada da Casa da Chácara
(após a contenção para evitar danos no período das chuvas). Zamana Brisa. 2015

Alguns atrasos no cronograma de atividades proposto inicialmente pela consultoria técnica da Zanettini Arqueologia impactam, imediatamente, a elaboração e montagem da primeira exposição do museu que, por sua vez, depende também do desafio da aquisição de recursos para esse fim específico. As obras na casa da Chácara ainda não foram concluídas e ainda não houve a definição contratual de colaboradores (parcela que cabe ao município) para atuarem no museu. Ainda assim, o ano de 2015 foi marcado pela inserção do projeto do MASB em importantes atividades culturais e educacionais no território. Além disso, já

legitimado pela tutela jurídica do município, o MASB, assim como o APMC e CAT, foi oficialmente reconhecido como museu em Caetité pelo IBRAM (Figura 23).



Figura 23: Relação de museus em Caetité de acordo com o CNM¹⁰³, com destaque para a CAT. 2015.

Outro avanço fundamental em 2015 foi a conclusão do processo de assinatura do Termo de Adesão de todos os dez núcleos museológicos, além dos encaminhamentos para formalização de um Comitê Deliberativo¹⁰⁴ do museu e a contratação de uma museóloga, pelo Departamento de Ciências Humanas *Campus VI* / UNEB, cujas ações têm sido imprescindíveis na elaboração e consolidação de novas estratégias e acompanhamento de ações que já estavam previstas no cronograma (em atraso).

¹⁰³ Informação disponível em: <http://sistemas.museus.gov.br/cnm/pesquisa/listarPorMunicipio?coMunicipio=1892>. Acesso em 27 outubro de 2015.

¹⁰⁴ Antes de ser formalizado o Conselho Deliberativo, as instâncias de maior deliberação do MASB são a associação de amigos e o Comitê Executivo. Tal comitê, instância em transição, conta, em sua estrutura, com representantes da AMASB, dos núcleos museológicos, professores universitários que já assumiram a função de coordenadores dos eixos de ação do museu (*Campus VI/UNEB* e *Campus XII/UNEB*). Para o seu pleno exercício, esse conselho deve contar com a representação do diretor (em processo de nomeação) e de um gestor técnico (em processo de contratação).

Muito incentivados pela consultora e pela coordenadora do projeto, respectivamente, Dra. Manuelina Duarte e Dra. Camila Wichers, o grupo reuniu esforços para que o museu participasse ativamente de eventos de projeção nacional. Assim, após encontros ordinários da AMASB e reuniões ocorridas entre o corpo técnico e membros da referida associação, foram se delineando as ações que culminaram na inserção do MASB na 13ª Semana Nacional de Museus¹⁰⁵.

A programação desse evento, ocorrido entre os dias 18 e 24 de maio de 2015, movimentou a cidade de Caetité. Ocorreram visitas técnicas guiadas em Caetité (Sítio Arqueológico Moita dos Porcos) (Figura 24) e Igaporã (Estrada Real ou Calçada de pedras¹⁰⁶), além de reflexões em um encontro com a Comunidade Quilombola de Pau-Ferro do Joazeiro (Figura 25).



Figura 24: Sítio Arqueológico e Núcleo Museológico Moita dos Porcos. Destaque para a casa dos proprietários. Autor: Zamana Brisa. 2015.

¹⁰⁵ A Semana Nacional de Museus é um evento que ocorre anualmente e é coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) como meio de celebrar o Dia Internacional dos Museus, 18 de maio. Os temas que norteiam as atividades a serem propostas pelos museus são delimitados de acordo com o ICOM. Maiores informações estão disponíveis em: <https://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/semana-nacional-de-museus/>. Acesso em 26 de janeiro de 2015.

¹⁰⁶ A calçada de pedras em Igaporã remonta ao período em que foram construídas as rotas oficiais ou Caminhos oficiais da Bahia para evitar que os minérios fossem dispersados. É também conhecida como Estrada Real (nome pelo qual ainda são conhecidos os remanescentes desse caminho original), cuja menção é feita no capítulo I desta pesquisa.

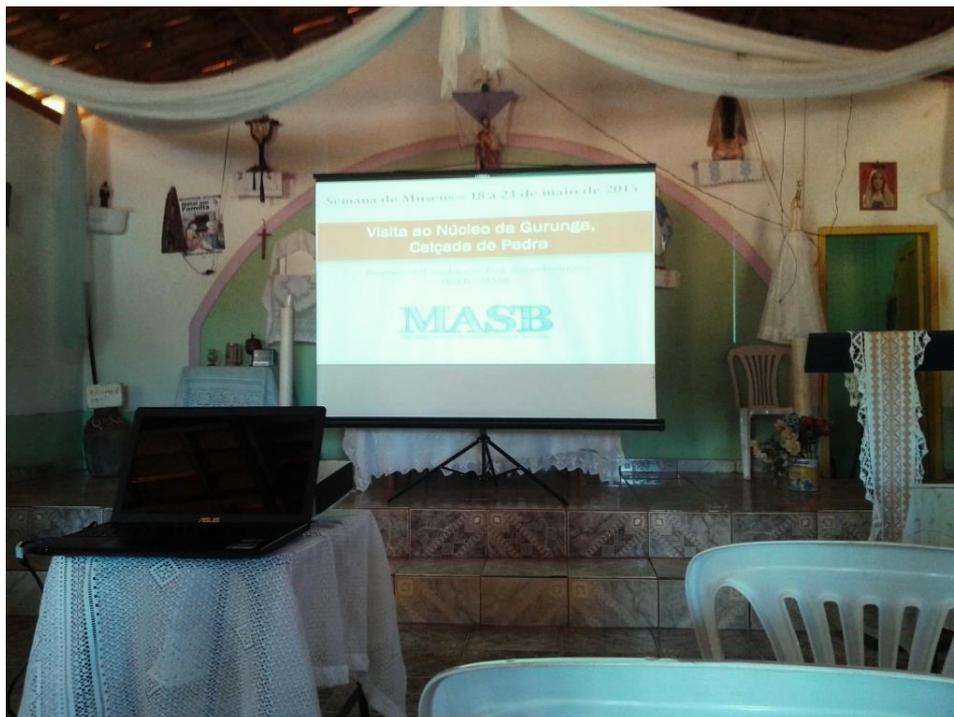


Figura 25: Núcleo Museológico da Comunidade Quilombola de Gurunga. Palestra realizada na Igreja. Autor: Zamana Brisa. 2015.

A programação contemplou, ainda, uma mesa-redonda no *Campus XII/UNEB*, na tentativa de mobilizar as pessoas da cidade de Guanambi, local que, desde o início do processo, tem apresentado dificuldades em se envolver mais ativamente no processo do museu. No mesmo período e desvinculadas do MASB, atividades envolvendo exposições, visitas guiadas e mesas-redondas aconteceram também no APMC, em Caetité, e na Fundação Joaquim Dias Guimarães, em Guanambi.

O MASB foi inserido, também, na programação de outro importante evento de projeção nacional, a Primavera dos Museus. As atividades (mesas-redondas e visitas técnicas guiadas) foram realizadas nas cidades de Caetité e Igaporã. Nesta última, ocorreu uma mesa-redonda que contou com a presença da cacique Maria *Kiriri*, da tribo dos *Kiriris*, de Ibotirama, cidade próxima cerca de 200km de Igaporã. Após o debate, os índios *kiriris* “brincaram o *torê*” caracterizados e serviram uma bebida típica à base de ervas conhecida como “o vinho da Jurema” (Figura 26).



Figura 26: Índios kiriris de Ibotirama (após “brincarem o toré”).
Autor: Hilda Bárbara Cesário. 2015.

As reuniões do corpo técnico e da AMASB têm acontecido regularmente e prezam, principalmente, por encontrar estratégias para reunir recursos para remanejar o acervo arqueológico que, atualmente, se encontra no laboratório da Zanettini Arqueologia, em São Paulo. Além disso, o grupo tem se dedicado a reunir recursos para viabilizar a exposição de longa duração que deverá ocorrer na sede do museu, logo após a entrega das obras arquitetônicas por parte da Renova Energia.

Assim, o MASB tem criado grande expectativa na população, que aguarda a sua inauguração oficial na sede. Antes desta, a região já conta com atividades realizadas nos núcleos rurais e citadinos, além da participação em eventos e promoção de palestras. A iminência da saída da Zanettini Arqueologia do território incentivou o grupo a perceber que era preciso estabelecer relações mais sólidas e práticas com os núcleos. O envolvimento com os núcleos por parte do corpo técnico e da AMASB tem, então, se consolidado em ações educativas que evidenciam o potencial do MASB como centro de referência em ações educacionais da região.

Prova disso foi a realização da primeira etapa de um *workshop*¹⁰⁷ voltado fundamentalmente para os núcleos escola de Caldeiras e Igaporã. Nesse evento, os

¹⁰⁷ O evento recebeu o título “O território do Alto Sertão como espaço de pesquisa – desafios dos processos museais em núcleos-escola nas comunidades rurais” e foi realizado pelo MASB e pelo Núcleo de Estudos do Alto Sertão (NEAS) e com a parceria com o NUPE/UNEB). O objetivo principal do evento era desenvolver parâmetros para o trabalho e atividades nos núcleos museológicos escolares a partir dos patrimônios material, imaterial e natural do território.

pesquisadores da UNEB colaboraram no sentido de sugerir ações pedagógicas que possam ser usadas por professores da rede municipal de ensino dos núcleos escolares. Esse evento contou com a participação de professores pesquisadores de Guanambi e Caetitê, e contemplou as áreas de Pedagogia, Geografia, Letras, História e Ciências Biológicas.

Além das reuniões ordinárias da AMASB, muitos outros encontros têm acontecido com o objetivo maior de traçar estratégias para que a sede do museu comece a funcionar. Outras iniciativas coletivas têm se delineado também para a promoção deste museu em ações voltadas para o patrimônio e a memória do território.

Pautado num modelo mais participativo de construção dos processos, o MASB, em seu plano museológico, já mostra uma preocupação em se adequar à sociedade contemporânea, ao se libertar do espaço-sede para, por meio de núcleos, tornar-se mais acessível aos seus diversos *stakeholders*¹⁰⁸. Nesse sentido, como um meio expresso de comunicação, deve-se aproveitar ao máximo de todos os aparatos que possam facilitar e aprimorar seu diálogo com seus diversos públicos nesse momento de consolidação.

Dentre outros aspectos, destaca-se o aparato tecnológico em constante desenvolvimento como ferramenta que possa melhor atender a essa instituição museológica. Assim, torna-se necessário atentar para o discurso crescente das culturas digitais que, dentre outros, propõe, por meio das novas TICs, uma maior interatividade entre o homem e o objeto no universo atemporal das novas mídias e plataformas digitais eletrônicas. É nessa perspectiva que o próximo capítulo se encaminha, pois visa a refletir sobre a história, conceito e uso de ferramentas ligadas às novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) e a contribuição destas para os museus e a Museologia.

¹⁰⁸*Stakeholder* é uma palavra da língua inglesa em que *stake* significa interesse, participação, risco; e *holder* significa aquele que possui. Assim, pode-se afirmar que *stakeholder* significa público estratégico, parte interessada que pode ser alcançada estrategicamente.

CAPÍTULO 3

O MUSEU DO ALTO SERTÃO DA BAHIA E AS CULTURAS DIGITAIS

*“Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não para
Não para, não, não para.”
Cazuza*

Conforme as explanações e reflexões até o momento expostas, é possível afirmar que a Museologia se projeta para ser reconhecida como uma ciência, ainda que embrionária, que comporta uma abordagem multidisciplinar sobre a memória e o patrimônio.

Sendo assim, o museu, que é também e principalmente o objeto de estudo da Museologia, grande potência de transformação social, meio expresso de comunicação e genuína ferramenta a serviço do desenvolvimento social, por tudo o que é, deve atentar no discurso crescente e sem precedente das culturas digitais.

Por ser também uma potência capaz de provocar profundas mudanças em diversos segmentos e grupos sociais, a cultura digital, como “ambiente interacional” que pode se configurar como um “lugar” ou mesmo um “não lugar”, acaba por ter um discurso promissor no que tange a abrigar, refletir e compreender os fenômenos ditos “museais” na Internet.

Este capítulo expõe reflexões que tratam primeiro da comunicação como fenômeno que favorece a todos os formatos e modelos de informação no sentido mais amplo do ato de comunicar. Por possuir base sólida no que tange à ciência, a Comunicação contribui sobremaneira para a compreensão e o gerenciamento de conflitos e fenômenos sociais, culturais e históricos.

Em seguida, o capítulo traz informações e reflexões referentes à origem da Internet, esse modo de comunicação profícuo e abundante que tem remodelado as bases estruturais da cultura dita digital expressa em uma grande rede de conexões em “nós” que se interligam no que pode ser chamado de ciberespaço.

Em razão de transformações sociais e tecnológicas, propõe-se, num terceiro momento, o diálogo entre as novas TICs e os museus, destacando as semelhanças e intercessões que possam contribuir ou refletir positivamente para possíveis mudanças na sociedade.

Na tentativa de unir Museus e Culturas digitais, esta pesquisa já esteve ancorada na proposta da criação do MASB como um “Museu Virtual”. Entretanto, constatou-se, durante a

pesquisa bibliográfica, que o termo “virtual” como “potência” nada tem a ver com o viés de que trata o senso comum que limita ou associa falsa e equivocadamente o modo de fazer virtual a algo eminentemente vinculado à Internet ou à falta de materialidade. Desse modo, são evidenciadas algumas reflexões sobre o virtual e o digital.

3.1 Tecnologia, Comunicação e Sociedade: apontamentos teórico-conceituais sobre a “grande rede”

A Comunicação, como fenômeno humano e social, representa a base da unidade sociocultural de qualquer grupamento humano e é responsável por favorecer, dentre outros aspectos, a circulação de informação, a atividade econômica, a disseminação da cultura e a prática política. Como campo de atuação profissional e disciplina de estudo, a Comunicação Social ocupa-se da formulação, dos canais utilizados e da recepção de mensagens. Cabe aqui ressaltar que os paradigmas da comunicação são valiosos estudos que auxiliam a reflexão da prática profissional que, por sua vez, pode auxiliar pesquisas que resultem em novos paradigmas de atuação profissional.

Sob uma perspectiva teórica, a Comunicação fornece fundamentos científicos às atividades humanas e é por meio das teorias que, mediante observação, reflexão e experimentações, é possível identificar as demandas sociais, os desafios a serem superados, os melhores métodos de tratamento e as consequências das possíveis soluções encontradas. Assim, por estar amparada pela ciência, poderosa arma de convicção, a Comunicação e suas teorias proporcionam informações, análises e resultados, assim como subsidiam uma necessária reflexão sobre as causas e os efeitos de desafios sociocomunicacionais.

Como este capítulo é voltado para o museu e as culturas digitais, convém enfatizar que a comunicação pode intermediar esse “diálogo” proposto, pois fornece importantes contributos para o entendimento e gerenciamento dos conflitos, fenômenos e impactos sociais oriundos do advento e atual disseminação dos meios digitais. Nesse sentido, destacam-se as novas tecnologias da informação presentes, atualmente, em grande parte dos objetos utilizados pela sociedade caracterizada por ser cada vez mais informatizada.

Para este estudo importa entender por tecnologia da informação “o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica¹⁰⁹, computação (*software* e *hardware*),

¹⁰⁹ Os estudos de Castells (2000, p.76) informam que “o avanço gigantesco na difusão da microeletrônica em todas as máquinas ocorreu em 1971 quando o engenheiro da Intel, Ted Hoff [...] inventou o microprocessador,

telecomunicações/rádiodifusão, e optoeletrônica¹¹⁰” (CASTELLS, 2000, p.67). Delineiam-se, a partir desse destaque específico das novas tecnologias, as teias sociais e conexões tecnológicas num processo interminável de informatização e contínuo desenvolvimento que gerou e continua a gerar profundas mudanças e ajustes nas relações sociais.

Sobre tais mudanças, Castells (2000, p.39-44) informa que, no fim do segundo milênio da Era Cristã, muitos acontecimentos, alguns de importância histórica, facilitaram a transformação do cenário da vida humana. Assim, “uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado”. Pautada no processo de reestruturação do sistema capitalista iniciado nos anos de 1980, a revolução da tecnologia da informação projeta-se com tal velocidade, que se afinou para processos de modernização tecnológica cada vez mais capazes de mudar o destino das economias¹¹¹, do poder militar e do bem-estar social.

Tornou-se comum pensar numa sociedade nitidamente imersa num processo de transição cultural contínua em que os sujeitos sociais acabam se debruçando na promessa de poder optar pela construção de seu próprio senso de tempo e espaço. Para isso utilizam-se de ferramentas tecnológicas diversas que, de certo modo, apoiam-se sobre o universo digital, que, por um lado, promove (ou quer promover) a praticidade e, por outro, incentiva muitas ações personalizadas e/ou individuais. Esse senso de tempo e espaço é, por vezes, colocado em xeque:

Alguns dos mais altos executivos de empresas telefônicas recitam o *jingle* “qualquer coisa, a qualquer hora, em qualquer lugar” como se fosse um poema à mobilidade moderna. Minha meta, porém (e suspeito que a sua também), é não ter “nada, nunca e em lugar nenhum”, a não ser que se trate de algo oportuno, importante, divertido, relevante ou capaz de cativar minha imaginação (NEGROPONTE, 1995, p. 166 – 167).

É bem verdade que “não há como ser totalmente independente do espaço-tempo de referência” até porque os espaços e os tempos se misturam, portanto coexistem (LÉVY, 1996, p.21). Mas, os vários sistemas coexistentes ganham força e se expandem na mesma medida em que cresce o discurso da mobilidade física, o que, automaticamente, influencia a

que é o computador em um único *chip*. Assim, a capacidade de processar informações poderia ser instalada em todos os lugares.”

¹¹⁰ Transmissão por fibra ótica e laser. Magaldi (2010, p. 29) pondera que, em 1975, “inicia-se a produção da fibra ótica em escala industrial, que, servindo como meio de transmissão de ondas eletromagnéticas em alta velocidade para longas distâncias, pode conectar continentes utilizando tecnologia digital (perspectiva esta que será realizada na década de 1980). Com a possibilidade de conexões entre pessoas em proporções mundiais, será possível articular o que chamamos hoje de rede mundial, a ‘rede das redes’: a **Internet**”.

¹¹¹ Ao que se observa, sem a revolução e inovação da tecnologia da informação, o capitalismo teria tido menor e mais limitado, menos flexível e pouco alcance no que tange à disseminação no sentido global, mesmo considerando as diferentes histórias, contextos e culturas sociais.

potencialização da comunicação e do fluxo de informações. Dentre o vasto leque de possibilidades da comunicação, destaca-se a Internet, fenômeno que deixou de ser um advento e transformou-se numa prática real e cotidiana cada vez presente na vida de boa parte da população mundial.

Nessa lógica, a sociedade mescla as mais diversas tecnologias para se conectar, no sentido mais literal do termo, em redes¹¹² horizontais e descentralizadas e nos seus efeitos descontínuos que acabam por influenciar comportamentos e criar, grosseiramente, a ideia de espaços paralelos. Esse “entremesclar” da sociedade e das tecnologias é, para Castells (2000), a expressão mais pura do que vêm a ser estes dois conceitos, respectivamente:

É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, (grifo nosso) uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo. Na verdade, o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente, um problema infundado, **dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas** (grifo nosso) (CASTELLS, 2000, p.43).

A criatividade mesclada às pesquisas científicas e bélicas funcionou como régua e compasso para o surgimento de uma grande ferramenta tecnológica que surgiu nos anos de 1960, com os conceitos formadores fundamentais que, *a posteriori*, definiriam a Internet. Esse período em questão traz evidências históricas do auge da Guerra Fria, e o projeto estratégico que desenhou uma ferramenta tecnológica não era mais que um detalhamento de um esquema a ser acionado contra o sistema de comunicação soviético no caso de uma guerra nuclear.

Tudo isso só foi possível porque os dois blocos ideológicos à época perceberam a importância de possuir um sistema de comunicação funcional, por isso desenvolveram pesquisas militares voltadas para a precaução contra qualquer ataque de guerra iminente. Desse modo, criou-se, pensando apenas em trocar e compartilhar informações, na instância da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (ARPA), um verdadeiro arcabouço arquitetônico de rede.

Foi, então, estabelecida a ARPANET, base de uma rede de comunicação composta de milhares de redes de computadores. As redes de computadores¹¹³ autônomos foram

¹¹² Essas redes, citadas por Castells, são vistas por Lemos (2013) não apenas como uma conexão e sim uma composição. É o movimento das várias associações, sócias ligadas em redes, fazendo com que o espaço e o tempo façam parte do que se constitui no movimento e circulação das associações.

¹¹³ Os computadores “foram concebidos pela mãe de todas as tecnologias, a Segunda Guerra Mundial, mas nasceram somente em 1946 na Filadélfia, se não considerarmos as ferramentas desenvolvidas com objetivos bélicos, como o Colossus britânico (1943) para decifrar códigos inimigos e o Z-3 alemão, que, como dizem, foi criado em 1941 para auxiliar os cálculos das aeronaves”. Os historiadores lembram que “o primeiro computador

associadas de maneira proposital: pressupunha-se, estrategicamente, que a falta de um centro de comando dificultaria a tomada e o controle das informações.

A Internet configura-se, então, como uma consequência de uma estratégia militar que moveu a seu favor importantes aliados, como a ciência, a tecnologia e a inovação com o objetivo maior de criar um sistema de comunicação invulnerável. *A priori*, o sistema foi traçado apenas para trocar mensagens numa rede independente de centros de controle. *A posteriori*, a tecnologia digital permitiu o “empacotamento de todos os tipos de mensagens”, sendo assim inclusas as mensagens de som, imagem e dados na mesma lógica de “comunicar seus nós sem usar centros de controle” (CASTELLS, 2000, p.82-83). Scheiner lembra:

Se antes o padrão mediático era a comunicação um-todos, agora muitos interagem com muitos, simultaneamente. A adoção do padrão digital tornou possível a constituição de redes onde a informação impressa, sonora ou em vídeo transita de forma simultânea, integrada ou complementar. Eis o poder da Internet: a capacidade de superar as barreiras que ainda limitavam o acesso, aos consumidores comuns, de uma enorme massa de informações (SCHEINER, 2004, p.224).

A primeira rede de computadores ganhou o nome de ARPANET para homenagear o seu influente e poderoso patrocinador (ARPA), mas os cientistas envolvidos na criação e desenvolvimento da grande rede passaram a usar esse meio de comunicação para enviar mensagens pessoais. Esse comportamento entre os cientistas gerou estranhamentos e divisões e foi desse modo que outras redes surgiram. O importante é salientar que nenhuma das redes surgentes era totalmente desvinculada do sistema de comunicação da ARPANET, que, após muitas mudanças e processos, em meados de 1980, passou a se chamar Internet¹¹⁴.

E desde o seu início, as novas tecnologias da informação difundiram-se pelo globo como a velocidade da luz (CASTELLS, 2000, p.70). No tocante à comunicação, Musso (2004, p.25) comenta que, ao considerar os “nós” da rede, a comunicação pode solidificar ou excluir, promover ordem ou a desordem a partir do conceito simples de conectividade.

A revolução tecnológica¹¹⁵, assim, adquiria características ímpares, inclusive a de ocupar um momento histórico privilegiado que marca o desenvolvimento do

eletrônico pesava 30 toneladas”. Já a primeira versão comercial dessa “máquina primitiva”, o UNIVACI, fora desenvolvido em 1951. Em 1971, o advento do microprocessador permitiu “incluir um computador em um chip” (CASTELLS, 2000, p.79).

¹¹⁴ Em 1990, o *hardware* da ARPANET deixou de ser utilizado, mas a Internet continua funcionando.

¹¹⁵ Serres (1995) informa que “a revolução industrial traz a nova revolução tecnológica e esta se refere exatamente à construção de um universo. A inovação afeta menos o trabalho, a produção, o comércio do que o conjunto de vínculos entre o local e o global. [...] A fascinação que exercem os meios de comunicação não depende tanto do som ou das imagens quanto do descobrimento deslumbrante de que existimos coletivamente de acordo com as relações que temos construído por fim” (tradução livre) (SERRES, 1995, p.190).

informacionalismo (período posterior ao industrialismo) e reestruturação global do capitalismo, sua mola mestra de origem.

Sobre o pós-industrialismo, ressalte-se que, segundo muitos historiadores, houve pelo menos duas revoluções industriais: uma teve início na Inglaterra, no século XVIII, e marca historicamente o processo de mudanças técnicas na produção que se amplia com as possibilidades do uso de maquinário ao invés de manufaturas; mais tarde, tem-se outro período da revolução industrial com o surgimento da eletricidade, do motor de combustão interna, possibilidades de fundição eficiente com aço, além do início das tecnologias de comunicação, a difusão do telégrafo e a invenção do telefone.

Rüdiger defende que a Revolução Industrial é entendida como o início de um processo de tecnificação e de cientificação de atividades sociais, e essa perspectiva está estruturada em três estágios:

[o] primeiro coincidiu com a utilização da máquina como um instrumento para exploração de recursos da natureza; [o] segundo, cerca de 150 anos após, é marcado pela descoberta da eletricidade e o surgimento de sistemas fabris; o terceiro, após poucos anos, é caracterizado pela crescente automação dos sistemas fabris e pelo surgimento de tecnologias capazes de propagá-lo, controlando cada vez mais o trabalhador. (MIRANDA, 2005, p.23)

Cabe aqui enfatizar também que a Revolução Industrial teve uma expansão “muito seletiva” e seu ritmo era bastante lento pelos padrões atuais da difusão tecnológica. Essas duas revoluções funcionaram como molas propulsoras que “difundiram-se por todo o sistema econômico e permearam todo o tecido social”. Portanto, em comum, as duas revoluções industriais “podem oferecer subsídios preciosos para se entender a lógica das revoluções tecnológicas” (CASTELLS, 2000, p. 70-75).

Negroponte (1995) informa:

A era industrial, fundamentalmente uma era dos átomos, deu-nos o conceito de produção em massa e, com ele, economias que empregam operários uniformizados e métodos repetitivos na fabricação de um produto num determinado espaço ou tempo. A era da informação e dos computadores mostrou-nos as mesmas economias de escala, mas menos preocupada com o espaço e o tempo. A confecção de bits poderia se dar em qualquer lugar e a qualquer tempo, movendo-se, por exemplo, entre as bolsas de valores de Nova York, Londres e Tóquio, como se tais mercados fossem três máquinas-ferramentas adjacentes. [...] Na era da pós-informação, o público que se tem é, com frequência, composto de uma única pessoa. Tudo é feito por encomenda, e a informação é extremamente personalizada (NEGROPONTE, 1995, p. 157-158).

Passadas as preocupações da extinta Guerra Fria, algumas adaptações foram necessárias, permitindo que a rede fosse “aprimorada por indivíduos e grupos no mundo inteiro e com todos os tipos de objetivos”. Assim, o crescimento no volume de informações

foi um dos principais motivos, senão o principal, para que houvesse esforços de cunho científico, pessoal e institucional no sentido de aprimorar a tecnologia de transmissão (CASTELLS, 2000, p. 44).

Dentre os diversos grupos supracitados, destacam-se os jovens do movimento contracultura. De acordo com Pereira (1992, p. 8), este termo foi veiculado em detrimento dos meios de comunicação de massa¹¹⁶. Inicialmente, o fenômeno é caracterizado por seus sinais mais evidentes: cabelos compridos, roupas coloridas, misticismo, um tipo de música, drogas e assim por diante. Rapidamente, no entanto, começa a ficar mais claro que aquele conjunto de manifestações culturais novas não se limitava a essas marcas superficiais.

Ao contrário, significava também novas maneiras de pensar, modos diferentes de encarar e de se relacionar com o mundo e com as pessoas. Enfim, um outro universo de significados e valores, com suas regras próprias. Começavam a se delinear, assim, os contornos de um movimento social de caráter fortemente libertário, com enorme apelo junto a uma juventude de camadas médias urbanas e com uma prática e ideário que colocavam em xeque, frontalmente, alguns valores centrais da cultura ocidental. A contracultura conseguia se afirmar, “aos olhos do Sistema e das oposições (ainda que gerando incansáveis discussões), como um movimento profundamente catalisador e questionador” (PEREIRA, 1992, p.9).

Ampliando a discussão, a contracultura surgiu nos Estados Unidos e caracterizava-se por ser um movimento de “crescimento descontrolado, quase sempre de associação intelectual com os efeitos secundários dos movimentos da década de 1960”, cujas premissas se ancoravam numa “versão mais libertária/utópica”. O *modem*, elemento importante “do sistema”, foi uma das descobertas tecnológicas e importante contribuição que surgiu a partir

¹¹⁶ Em detrimento da explosão de possibilidades que surgem com o aperfeiçoamento das telecomunicações, torna-se necessário atentar-se para os fluxos, conservação, disseminação e vias de comunicação. Nesse sentido, a massa, aqui entendida como “a totalidade da sociedade”, foi motivo de estudos diversos entre muitos estudiosos e teóricos. Surgem, assim, os estudos de comunicação voltados à compreensão do processo da *Mass Media Communication Research*, cujas pesquisas desdobraram-se em diversas correntes e teorias, dentre as quais destacam-se: **1) a Teoria Hipodérmica** (coincide com o período entre guerras e aproveita a condição de isolamento físico e normativo do indivíduo - funda-se na perspectiva behaviorista mesclada a estratégias de persuasão ligadas a regimes totalitários); **2) o Modelo de Laswell** (supera a Teoria Hipodérmica com um modelo de comunicação voltado para as condições técnicas da mensagem – e não só para seus efeitos); **3) a Teoria Matemática da Comunicação** (relacionada aos estudos biológicos); **4) a Teoria Funcionalista** (essa teoria desloca os interesses dos efeitos da comunicação de massa para as funções por elas exercidas – ideias de imperativos funcionais); **5) a Teoria Crítica** (constatação de que a mídia havia se transformado num instrumento de dominação de massa – destaque para Horkhime e outros estudiosos de Frankfurt); **6) a Teoria Culturalógica** (constatação da inevitabilidade dos meios de comunicação sobre a sociedade, sendo esta muito mais ampla do que “aquela” imposta pela mídia – destaque para Edgar Morin). Faz-se necessário salientar que vários modelos da comunicação só foram possíveis graças à organização e formulação destas e de outras teorias e paradigmas.

dos pioneiros dessa contracultura, originalmente batizada de “*the hackers*”. Àquela época, não havia nenhuma conotação maligna que hoje assume este termo (CASTELLS, 2000, p.86).

Em 1979, os jovens contraculturistas divulgaram, gratuitamente, a tecnologia do protocolo *XModem* com finalidade nítida de espalhar e explorar ao máximo possível a capacidade da comunicação. Ironicamente, esse método da contracultura de usar a tecnologia teve consequências semelhantes na estratégia de inspiração militar das redes horizontais: viabilizou os meios tecnológicos para qualquer pessoa que detivesse conhecimentos tecnológicos e possuísse um PC, o que logo iniciou uma progressão espetacular de força cada vez maior e preços cada vez mais baixos ao mesmo tempo (CASTELLS, 2000, p.87).

Outro “salto tecnológico permitiu a difusão da Internet na sociedade em geral: a criação de um novo aplicativo, a teia mundial (*World Wide Web – WWW*), que organizava o teor dos sítios da Internet por informação, e não por localização”. Foi inventada por um grupo de pesquisadores que não montaram a pesquisa segundo a tradição da ARPANET, mas com a contribuição clara do movimento da contracultura ou cultura dos *hackers* da década de 1970. A partir disso, novas tecnologias adaptadas do mundo da multimídia surgiram para oferecer uma linguagem audiovisual ao aplicativo (CASTELLS, 2000, p.88).

Nesse bojo de articulações entre grupos da contracultura é que, curiosamente, a Internet sofreu influência e se desenvolvia num período em que os valores alternativos eram difundidos em larga escala e obedecia a uma lógica que era contra o sistema cultural vigente à época. Apoiando-se na lógica de ir contra o comum, contra a cultura, contra o Sistema, **surge a ideia corrente de paralelismo que traduzia a existência de um espaço alternativo.**

Essa perspectiva difundiu a noção de um espaço paralelo voltado para a prática de experiências outras em um espaço meramente alternativo¹¹⁷, fossem elas existenciais, sociais ou, até mesmo, transcendentais, desde que fugissem ao habitual, ao cotidiano; na busca de novas formas e modelos de circulação de informação, novas maneiras de compreensão da instituição família, da vivência da sexualidade, uso de drogas alucinógenas e práticas alternativas diversas, além de ideias de amor livre, músicas alternativas, etc.

¹¹⁷ Essas ideias alternativas estavam voltadas para um espaço paralelo e eram ancoradas em discursos, premissas e práticas tecnológicas alternativas que valorizavam, dentre outros, a mente e a liberdade e, nas primeiras tentativas de compreender todo esse movimento, surgiram várias apropriações para fazer representações. Essas representações ajudavam a lidar com os ambientes desconhecidos nesses novos espaços surgentes. Para reforçar esse ideário sobre o espaço paralelo alternativo, destacam-se dois nomes que são considerados importantes ícones da contracultura, a saber: Timothy Francis Leary, considerado o papa da contracultura e da psicodelia, um dos pioneiros a perceber que algo seria mudado em função do uso dos computadores, o que, naquela sociedade, era uma afirmação considerada absurda. O segundo, John Perry Barlow, um letrista de uma banda de rock, que fez um manifesto muito conhecido na história, a Declaração de Independência do Ciberespaço.

Esses ambientes digitais eram organizados em redes interativas de computadores com base na tecnologia da informação que, a todo tempo, criam novas formas, modelos e canais de comunicação. E, por ser um ambiente novo e pouco explorado àquela época, o desafio era facilitar as referências para lidar com estas novas instâncias de comunicação mediadas por computadores, então desconhecidas, o que influenciou a representação desses espaços com nomes cotidianos, como, por exemplo, sala de bate-papo, entrar na sala, sair da sala, abrir e fechar janelas, etc. Foi também neste período que o termo virtual foi utilizado em larga escala: sexo virtual, amizade virtual, namoro virtual, etc.

Nesses novos espaços era possível vivenciar o fato de conversar com alguém sem se preocupar com os referenciais físicos, sem amarras sociais, sem censura. Caracterizava-se por ser, em tese, um espaço de liberdade típico de um movimento dito “libertador” e não havia, *a priori*, o medo de se expor. Antes, havia maior liberdade de práticas alternativas diferentes das vivenciadas no cotidiano.

Foi também essa ambiência alternativa que possibilitou a emergência da existência dialética de mundos: *off-line* e *on-line*. Nessa perspectiva, a lógica aceita é que o mundo *off-line* passa a existir depois da existência do mundo *on-line*. Um existe somente depois da existência do outro, configurando-se dois mundos, sendo um deles um mundo alternativo àquela época. Entretanto, defende-se que entre esses dois mundos deve haver a complementação e não oposição. O uso do prefixo “ciber¹¹⁸” quando acrescido ao termo “espaço”, reforçou a ideia errônea de que ambos (*on* e *off*) são mundos opostos, como lembra Lévy (1996):

[...] o mesmo movimento que torna contingente o espaço-tempo ordinário abre novos meios de interação e ritmo das cronologias inéditas. [...] O universo cultural, próprio aos humanos, estende ainda mais essa variabilidade dos espaços e das temporalidades. [...] Cria-se, portanto, uma situação em que vários sistemas de proximidades e vários espaços práticos coexistem (LÉVY, 1996, p.22).

Para este estudo, e de acordo com Lévy (1999) importa compreender o ciberespaço como “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”. O autor define também o ciberespaço como “meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores” que especifica “não

¹¹⁸ De acordo com Silvana Monteiro, “o termo ciberespaço, segundo Kellner (2001), foi empregado pela primeira vez pelo norte-americano Willian Gibson em um conto (Burning Chrome) em 1982”. No entanto, a mesma autora informa que esse termo pode comumente ser encontrado na Literatura como tendo sido cunhado por Gibson, em sua obra *Neuromancer*, publicada no ano de 1984. Informação disponível em: http://dgz.org.br/jun07/Art_03.htm. Acesso em 22 de setembro de 2015.

apenas a infraestrutura material da comunicação digital”, mas também “o universo oceânico de informações que ela abriga , assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (LÉVY, 1999, p.17).

Nesse sentido, toda essa comunicação fecunda marcada por elementos semânticos e semióticos é permeada “por fronteiras simbólicas [...] num processo de constante negociação e não se reduz às possibilidades e limitações colocadas pela modalidade, pela presença da interface tecnológica” (MÁXIMO, 2007, p. 3). Nessa perspectiva, o ciberespaço é, também, como afirma Wertheim (2001, p.164-169), um eixo suscetível a dar ‘brotos’, um subproduto tecnológico da física, notadamente uma ciência matemática que, mesmo despido de ‘fiscalidade’, é um espaço real. A mesma autora defende que, à luz da Teoria da Complexidade, o ciberespaço acaba por ser um fenômeno com dimensões maiores do que apenas somar suas partes.

A utilização do termo ciberespaço foi, operacionalmente, muito importante e interessante na tentativa de diferenciar os diversos tipos de experiências, mas isso gerou (e ainda gera) consequências nas relações estabelecidas como *on-line* e *off-line*. As pessoas ainda veem essas experiências como se houvesse uma coisa e outra, um mundo e outro, mas a ideia de dois mundos paralelos, na verdade, não deveria existir.

A atenção deve estar no fato de que uma coisa deve complementar a outra e não se opor. Sem a ideia de oposição é mais fácil compreender que as mesmas convenções são usadas, mas de maneiras adaptadas para espaços diferentes, a saber: *on-line* e *off-line*. Com o surgimento de novas ambiências, não houve a criação de um modo, e sim, a adaptação de velhos modos para novos ajustes sociais, visando a uma melhor utilização de outro espaço.

Tal discussão é importante para a compreensão de que, à época do seu surgimento, gradativamente as experiências, vivências e atividades cotidianas migraram para esse “mundo” criado, o ciberespaço. E assim, aos poucos, a experiência habitual foi sendo projetada em novo espaço, mas tendo referência e base no espaço anterior cotidiano. A representação do ciberespaço, nos anos de 1970, estava sempre ancorada no que seria a representação de algo físico ou material, uma espécie de “mundo descolado”.

Esse cenário de mundo descolado foi mudando na medida em que o ciberespaço deixou de ser apenas um espaço alternativo (das ideias, do universo alternativo) para passar a ser um espaço circundante, pela maneira de estar cada vez mais presente no cotidiano. Tratava-se de um espaço em que antes era necessário “entrar” e “sair”, no qual a tela do computador

funcionava como uma espécie de porta de acesso e a Internet era a tecnologia digital que facilitava essa mediação/conexão.

Hoje, mais parece que não há portas de entrada ou saída, há um hábito de se manter conectado¹¹⁹. Ou um hábito imposto por algum tipo de convenção social, como, por exemplo, atividades profissionais; ou um hábito construído, como, por exemplo, verificar as horas no celular ao invés de consultar um relógio; ou um hábito relacionado a alguma disfunção social, como, por exemplo, pessoas que não conseguem manter uma vida social longe ou fora das redes em razão da vergonha, timidez, etc.; dentre outros muitos exemplos que não poderiam aqui ser esgotados.

Algumas mudanças, nesse sentido, ocorrem desde o surgimento da telecomunicação, pelo que se propõe uma reflexão: antes era comum perguntar “para onde você vai?”; hoje é normal perguntar “onde você está?”. Uma relação parecida pode ser aqui proposta em relação à Internet: se antes era dito, grosso modo, “vou entrar na Internet”, hoje é dito “qual é a senha do *wi-fi*?”; ou “te enviei uma mensagem, você não visualizou ainda?; ou “compartilha seus dados móveis comigo?; ou ainda: “minha operadora está ruim e não consigo me conectar”; numa lógica que quase impõe a conexão do sujeito na grande rede durante todas as horas dos dias e noites. Ao que parece, há um eterno estímulo de recepção e respostas às mensagens constantemente geradas na rede.

Por tudo o que foi exposto, percebe-se que a Internet, por sua vez, possui um conceito que perpassa pela conexão ou rede de computadores distribuídos mundialmente como meio de transmitir informação, era uma mediação com pouca (ou nenhuma) mobilidade física, os aparelhos utilizados eram pesados e as ferramentas eram poucas e limitadas. Hoje, para além das telas do computador, “estar *on-line*” é algo cotidiano, não depende da mediação de grandes máquinas, e, assim, é cada vez mais acessível em aparelhos portáteis cheios de ferramentas advindas das novas TICs.

Esse alcance quase que indiscriminado das TICs faz com que, atualmente, grande parte dos objetos utilizados pela sociedade sejam voltados para a era da informatização. É nesse universo extremamente sedutor e diferenciado que cabe uma ambiência com um novo modo de viver em constantes mudanças associadas a modelos de desenvolvimento historicamente moldados em meados do final do século XX. Assim, como pondera Scheiner (2004, p.224),

¹¹⁹ Esta conexão é possível por meio da Internet transmitida via rádio, linha telefônica e até pela rede elétrica (disponível em poucos locais do mundo). A velocidade varia entre 52 até 200 milhões de *bites* por segundo de acordo com o meio utilizado para a conexão.

“de obscuro brinquedo tecnológico usado por pequenos grupos de especialistas, a Internet transformou-se no caminho mais conhecido e prático para o ciberespaço” e não há como desconhecer que “é inegável que a *Web* já dispõe, hoje, de mais informações do que todos os outros meios de comunicação de massa”.

Não há dúvida de que o reflexo desse reordenamento tecnológico, cuja estrutura social se manifestou, desde o início, de diversas maneiras e sob a perspectiva de inúmeras culturas, invadiu os espaços de intimidade familiar onde o universo doméstico fora absolutamente afetado pelo surgimento da imprensa¹²⁰ e da televisão, poderosas instâncias comunicacionais. Novas possibilidades afetaram também a distribuição da informação, a saber: a institucionalização do correio, o surgimento das mensagens instantâneas do telégrafo, criação do rádio ou invenção do telefone e do computador pessoal e advento e disseminação da Internet. Além do espaço familiar, outros foram afetados:

Ao afetar localmente cada indivíduo e ao trazer numerosos caminhos, diretos e inversos, do local ao global, nossas redes tecnológicas tendem, pouco a pouco, a substituir as antigas grandes instâncias ou instituições responsáveis pelo global: Estados, Direitos, Igrejas, Bancos, Escolas e Universidades (SERRES, 1995, p.190) (tradução nossa).

Essa alteração, aliás, está para além destes espaços específicos, mas é necessário salientar que o homem sempre estabeleceu teias e redes para e entre si. O homem é, em essência, um ser social e a comunicação é um fenômeno tipicamente humano e social. Por isso mesmo, é comum a criação de mecanismos de expressão que permitam que o homem comunique, permitindo, assim, que a comunicação represente a base da unidade sociocultural de qualquer grupamento humano.

Assim, comunicar consiste num processo de transmissões de ideias e sentimentos que tornam possível a interação social. Um exemplo disso pode ser observado nas primeiras manifestações artísticas que tiveram início com o *homo sapiens*, fruto da necessidade de construir um meio de expressão de sua vida interior em duas vias básicas: o simbólico e o animal. Desse modo:

O símbolo se identifica com o desejo, a oração e o encantamento perseguido. O próprio símbolo era realidade, porque acreditavam que era possuidor do poder de

¹²⁰ De acordo com McLuhan (1980, p.121), a produção do papel na China (entre os séculos XI e XII) “promoveu a firme aceleração da educação e do comércio”, permitindo a “**popularização da reprodução**” e, finalmente tornando possível a imprensa no século XV”. Este autor contribuiu sobremaneira na formulação de um importante paradigma da comunicação com estudos voltados para o entendimento de que o interesse não deve estar no conteúdo nem no efeito, e sim no **meio** propriamente dito (como forma de cultura de uma sociedade).

operar efeitos mágicos e de afetar o curso dos acontecimentos. O símbolo retratava a realidade antes mesmo de essa realidade chegar a ser (GIEDIONT, 2010, p. 26).

O que o *homo sapiens* fez, ansiando pela continuidade da espécie, parte, eminentemente, de um pressuposto simbólico¹²¹ que pode ser analisado na mesma perspectiva de Vygotsky (1993, p.13) que, sobre o desenho, afirma ser um estágio preliminar do desenvolvimento da linguagem escrita. Tal pressuposto simbólico produz e articula significações que variam de cultura para cultura. Nesse interstício, “é impossível separar o humano de seu ambiente material, assim como dos signos e das imagens por meio dos quais ele atribui sentido à vida e ao mundo” (LÉVY, 1999, p.22).

Esse pressuposto simbólico é diferente, por exemplo, da cultura da televisão, do cinema e da fotografia, relações estabelecidas e sustentadas pelas vias de identificação, criatividade, comodidade e inovação tecnológica, além de elementos da interatividade e instrumentos oníricos que ampliaram e facilitaram as possibilidades “do olhar”, dos sentidos e, em alguns casos, da memória. Mas, não há dúvidas de que foi a criação dos primeiros alfabetos¹²² que, concordando com Magaldi (2010, p.23), “se tornou possível desenvolver frases, narrar fatos, registrar normas a serem seguidas por outros, transmitir histórias de uma pessoa para outra – transformar em história escrita a história oral”. Scheiner (2004, p.221), ao lembrar os pressupostos teóricos de Lévy, comenta que, “antes da escrita, o saber era ritual, místico e encarnado por uma comunidade viva” e após o surgimento da escrita, o saber foi vinculado ao livro, “que surge como paradigma do absoluto do saber codificado”.

¹²¹ É imprescindível refletir que, se antes o homem quis deixar rastros através da história dos meios e das artes para sobreviver (na relação objeto e vida social), hoje muitos usuários têm, em suas redes conectivas, a mesma vontade de se expor. Porém, de maneira efêmera, as informações da rede que traçam o perfil do homem contemporâneo e seus feitos, além de serem expressas de maneira atemporal, possuem particularidades que fazem com que novas ações ocupem os ambientes interacionais da rede mundial de computadores de forma rápida e sem intenção de ser perpetuada como marco importante na vida de quem a utiliza. A relação entre o *homo sapiens* e o homem contemporâneo não é, pois, de contraponto, e sim de encontro. Porém, o primeiro se preocupava com a perpetuação e sobrevivência da espécie no mundo, enquanto o segundo se preocupa, em sua maioria, em relações mais efêmeras que exponham seus feitos e fatos mais corriqueiros e cotidianos. Esse comportamento atual, por si só, não é a mola mestra que escreve ou determina a transformação tecnológica. Também não é a tecnologia que determina a sociedade.

¹²²**No tocante aos museus, com o advento da escrita** “modifica-se a relação do homem com a memória: passa a ser necessário comprovar o que é memorizado; os vestígios materiais da ação humana são agora percebidos como '*documentos*', representam não só a Natureza e o Cosmos, mas também a trajetória das sociedades. Nesse momento [...] a memória vincula-se para sempre ao documento - representação do real. O imaginário é presentificado já não mais apenas pelas Musas (as palavras cantadas), mas também pelo Objeto (evidência). As Musas estão em todas as partes [...]. Mas o documento é uma parcela do mundo físico, ocupa um lugar no espaço, e para que não pereça precisa ser preservado. Ter-se-ia gerado assim a percepção do museu enquanto espaço físico: a cristalização [...] da idéia mesma de Museu. No museu-templo (espaço físico), as musas já não são mais as palavras cantadas, a própria memória: estão contidas no documento, que fala por elas. As Musas estão no Objeto, elas são o Objeto, já não há mais realidade possível senão enquanto idéia materialmente presentificada” (SCHEINER, 1998, p.19-20).

Sobre isso, Lévy (1999) alerta para o fato de que a cultura digital, pelo autor chamada de cibercultura, **expressa o surgimento do “novo universal”, diferente das formas culturais antecessoras.** O mesmo autor argumenta que o neologismo ‘cibercultura’ especifica “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p.17). Esse pensamento pode ser somado ao de Lemos (2006, p.01), que defende que “a cibercultura é a socialidade na técnica e a técnica na socialidade¹²³”. Nessa mesma lógica, é importante refletir que:

nas sociedades orais, as mensagens discursivas são sempre recebidas no mesmo contexto em que são produzidas. Mas, após o surgimento da escrita, os textos se separam do contexto vivo em que foram produzidos. É possível ler uma mensagem escrita cinco séculos antes ou redigida a cinco mil quilômetros de distância – o que muitas vezes gera problemas de recepção e de interpretação. Para vencer estas dificuldades, algumas mensagens foram então concebidas para preservar o mesmo sentido, qualquer que seja o contexto (o lugar, a época) de recepção: são as mensagens universais (ciência, religiões do livro, direitos do homem, etc.) (LÉVY, 1999, p.15).

Voltando a questão da revolução da tecnologia da informação, Castells (2000, p.92) alerta que esta “nasceu” na década de 1970, principalmente se nela incluímos o surgimento e a difusão paralela da engenharia genética mais ou menos nas mesmas datas e locais. Desde o surgimento do microprocessador até a disseminação do microcomputador¹²⁴, inventado em 1975, foram muitos os avanços, principal e notadamente em telecomunicações. As décadas seguintes assistiram a uma “onda de digitalização” e, de acordo com Mattelart (1995, p.178), foram marcadas pelo “fortalecimento do vínculo entre as novas tecnologias da informação e da comunicação e as novas tecnologias intelectuais”. Magaldi informa:

em 2000 se implanta, no Brasil, o *backbone RNP261*, como forma de integração a uma rede de alta tecnologia. Hoje, vinte e sete estados brasileiros estão interligados com trezentas instituições de ensino superior e de pesquisa no país. Quatro anos mais tarde, a Internet se articulava numa ampla rede sem fio (*wireless*), empregada em aeroportos, universidades e outras instalações; utilizando tecnologias de

¹²³ Um pouco menos otimista do que Lévy, Lemos defende que “a cibercultura que se forma sob os nossos olhos, mostra, para o melhor ou para o pior, como as novas tecnologias estão sendo, efetivamente, utilizadas como ferramentas de compartilhamento de emoções, de convivialidade e de formação comunitária, perspectivas essas, principalmente em se tratando da tecnologia, colocadas à parte pela modernidade”. Não se pode perder de vista que “Os diversos fundamentalismos religiosos, os grupos neonazistas, as redes de pedofilia entre outras formas de agregação tribal, emocional, fazem parte também dessa socialidade contemporânea”. Por isso o autor chama a atenção para o ônus e o bônus das novas tecnologias. (LEMOS, 2006, p.1).

¹²⁴ O microprocessador e outras tecnologias igualmente importantes foram desenvolvidas no Vale do Silício, situado no condado de Santa Clara, 48 km ao sul de São Francisco, entre Stanford e San José. Foi um local que acolheu milhares de engenheiros e cientistas com o objetivo principal de gerar inovações científicas e tecnológicas. Muitos jovens foram atraídos para o Vale do Silício, dentre os quais destacam-se os visionários Bill Gates (fundador da Microsoft), Steve Jobs (co-fundador, presidente e diretor executivo da Apple) e Steve Wozniak (co-fundador da Apple junto com Steve Jobs).

infravermelho ou de rádio. **Com as novas tecnologias, torna-se possível a constituição de um espaço de interconexão entre diversas pessoas, em diferentes lugares do mundo** (grifo nosso), fazendo uso não apenas do som (como até então era permitido pelas linhas telefônicas), mas de imagens, textos, vídeos, entre outros recursos que privilegiam a interatividade. Estas tecnologias permitiram compreender e incluir, em nosso dia-a-dia, dinâmicas de comunicação, através de equipamentos conectados à Internet, ou Grande Rede de Computadores (MAGALDI, 2010, p. 31).

Toda essa “explosão” já havia sido antevista nos anos 50, por Albert Einstein, que chamou de “grande bomba” a culminância dos esforços movidos para a expansão e aperfeiçoamento das telecomunicações (listada com outras duas bombas: a “bomba demográfica” e a “bomba atômica”); pensamento lembrado por Lévy (1999):

aquilo que Einstein chamou de bom das telecomunicações foi chamado [...] de ‘segundo dilúvio’, o das informações (grifo nosso). As telecomunicações geram esse novo dilúvio por conta da natureza exponencial, explosiva e caótica de seu crescimento. A quantidade bruta de banco de dados disponíveis se multiplica e se acelera[...] Os contatos transversais entre os indivíduos proliferam de forma anárquica. É o transbordamento caótico das informações, a inundação de dados, as águas tumultuosas e os turbilhões da comunicação, a cacofonia e o psitacismo ensurdecedor das mídias, a guerra das imagens, as propagandas e as contra-propagandas, a confusão dos espíritos. A bomba demográfica também representa uma espécie de dilúvio, um crescimento demográfico espantoso. [...] Os homens inundam a terra. [...] o humano [deve ser] considerado como o maior valor, recurso maravilhoso e sem preço (LÉVY, 1999, p.13-14).

Considerado otimista em demasia por muitos teóricos, Lévy (1999, p.11-12) alerta que tal otimismo não faz da Internet um meio mágico capaz de resolver todos os problemas culturais e sociais do planeta, mas há de se reconhecer que o mundo vive a abertura de um novo espaço de comunicação, e pensar que tudo o que é feito com as redes sociais seja eminentemente bom beira ao absurdo. Muito mais ainda se as contínuas transformações sociais forem consideradas.

Ao que parece, o autor prefere que não haja uma questão de ser contra ou a favor, otimista ou não em relação aos novos espaços de comunicação e informação. Antes, é necessário e preciso o reconhecimento de que há mudanças qualitativas na ecologia dos signos, no ambiente que já foi inédito do qual resulta a extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural. Sobre tal extensão, Lemos (2013) pondera:

Humanos comunicam. E as coisas também (grifo nosso). E nos comunicamos com as coisas e elas nos fazem fazer coisas, queiramos ou não. E fazemos as coisas fazerem coisas para nós e para outras coisas. É assim desde o surgimento do humano no planeta. Na cultura contemporânea, mediadores não-humanos (objetos inteligentes, computadores, servidores, redes telemáticas, *smart phones*, sensores etc.) nos fazem fazer (nós, humanos), muitas coisas, provocando mudanças em nosso comportamento no dia-a-dia e também, em contrapartida, recursivamente, mudamos esses não-humanos de acordo com as nossas necessidades. O que eles, não-humanos, nos fazem fazer, ganham, a cada dia, não só uma maior abrangência,

invadindo todas as áreas da vida cotidiana, como também maior poder prescritivo, indicando e nos fazendo fazer coisas num futuro próximo (LEMOS, 2013, p.19-20).

Por estarem associadas à técnica, as máquinas facilitam o processo e o progresso tecnológico e abrem espaços para que a sociedade caminhe rumo ao mecanicismo. Mas a comunicação estabelecida entre o homem e a máquina é, em certa medida, atropelada pela eventual falta do uso da essência da comunicação humana (gesto, olhar e fala), os chamados “canais paralelos” na concepção de Negroponte (1995, p.139). Esse autor informa que quem não fala bem um determinado idioma vai ter dificuldade, por exemplo, de conversar ao telefone com alguém que domine o idioma em questão, ao passo que, caso essa conversa fosse presencial, os gestos seriam essenciais para a compreensão das mensagens:

Se você tem um conhecimento modesto de italiano, você terá muita dificuldade em falar com italianos ao telefone. Mas quando chegar a um hotel na Itália e descobrir que não tem sabonete no quarto, você não vai usar o telefone: vai descer até a portaria e usar seu melhor italiano da Berlitz para pedir sabonete. E pode até fazer alguns gestos de quem está tomando banho (NEGROPONTE, 1995, p. 139).

Lévy prefere a perspectiva mais humanista de explorar as novas tecnologias e coloca **as telecomunicações como um mediador poderoso que simboliza a necessária exaltação do indivíduo, do humano**. Para ele, “as telecomunicações são de fato responsáveis por estender de uma ponta à outra do mundo as possibilidades de contato amigável, de transações contratuais, de transmissões de saber, de trocas de conhecimentos, de descoberta pacífica das diferenças” (Lévy, 1999, p.14).

Assim as telecomunicações são uma forma de perspectiva humanista, de valorizar o homem. O que não se pode perder de vista é que a perspectiva humanista não faz das telecomunicações a única maneira para que todas as responsabilidades a elas atribuídas, conforme o pensamento de Lévy, acima citado, sejam levadas a cabo. Não que o autor assim defenda, mas, principalmente, por esta pesquisa tratar de museus e, pelo que já foi exposto até o momento, **o museu é um meio de comunicação, uma verdadeira mídia que também é, assim como as telecomunicações, capaz de estender de uma ponta à outra do mundo as transmissões de saber, de trocas de conhecimento e de descobertas pacíficas das diferenças**.

O museu assim o é também, mas não é apenas isso! O “dilúvio informacional” citado por Lévy não parece caminhar rumo ao fim, o museu, tampouco. O que parece tarefa difícil é criar estratégias para lidar com o fluxo de informações que se avolumam constante e rapidamente na rede a ponto de criar labirintos ou, nesse caso, aproveitando o “dilúvio de

Lévy”, um afogamento. Fato é que tanto o museu quanto o dilúvio informacional estão sujeitos a constantes transformações e novas tentativas de manejo, pois não são absolutos e imutáveis e, assim, dispõem, em essência, de um caráter dinâmico de atuação individual que acaba por refletir no coletivo de forma exponencial e sem precedente.

3.2 Aproximações entre as tecnologias da informação e comunicação e os museus

Ao entender a gênese dos conceitos formadores da revolução da tecnologia da informação e comunicação, da Internet e da ideia equivocada de um espaço paralelo, propõe-se, aqui, uma reflexão sobre a interação em ambientes digitais (iniciada nos anos de 1960) que esteja/ou possa estar voltada para museus. A proposta deve-se ao fato de que a Museologia e o seu objeto de estudo, o museu, estão atentos às nuances e reordenamentos que surgem em razão de novas linguagens ou padrões tecnológicos.

Essa afirmação permite concluir que a Museologia e o museu contam, cada vez mais, com a adesão de diferentes públicos que tanto usam, quanto consomem as mais diversas tecnologias. Além disso, com o passar dos anos, a relação de tempo, de espaço, a emissão e a recepção de mensagens modificaram muitas linguagens, nas quais destacam-se as textuais, as sonoras e imagéticas atravessadas pelo dinamismo e alto grau de interação. Pode-se, assim, afirmar:

a Web nova geração - WebNG viu nascer em seu berço um novo sujeito. O sujeito atuante, impessoal, com talento determinante para um ambiente com fronteiras pouco definidas, diferente de uma determinada organização visivelmente fechada, estática e atada a burocracias. Esse novo cidadão conhecido como nativo digital ou Geração Y exprime suas ideias e desejos em ambientes virtuais vivenciado, muitas vezes, em mundos paralelos por seus *avatars* (SANTOS e LIMA, 2014, p.58).

Somado a isso, e como já exposto no capítulo anterior, as instituições museológicas, ao longo dos anos, passaram por muitas transformações. De igual forma, as tecnologias da informação e comunicação são atravessadas por mudanças. A partir desse ponto convergente, é possível afirmar que ambos, e a cada um sejam reservados os seus motivos, eram voltados para um público restrito e específico até que se tornassem “espaços” mais acessíveis e voltados para os mais diversos *stakeholders*.

Não causa espanto compreender que as mudanças estruturais e em ritmo acelerado causadas pela revolução das TICs também tenham “respingado” nos museus. Eminentemente

categorizado como *media*, é natural que o museu tenha sido alcançado pela reestruturação social causada pelos novos meios de comunicação digital. Pensar assim é conceber que o próprio conceito de museu sofreu algumas alterações com o surgimento da sociedade da informação, e da sua cultura. Estas, por sua vez, são, muitas vezes, (re)definidas por uma mudança contínua do sentido e também de valores.

Trata-se, então, de um convite das TICs para que o museu possa ter, nos meios digitais, mais uma maneira de se expressar, nomeadamente (mas não de modo exclusivo), pela Internet. Esta primeira “experiência” entre museus e Internet ocorreu prematuramente em 1940 e, de acordo com Magaldi (2010, p.9), foi se consolidando ao longo dos anos, mais precisamente em 1990. Mas, em relação especificamente ao uso da Internet pelos museus, Henriques (2004) informa:

os primeiros debates surgiram em 1997 quando se realizou em Los Angeles, na Califórnia, a primeira conferência sobre museus e Internet. Chamadas de *Museums and Web*, estas conferências são realizadas anualmente nos Estados Unidos ou Canadá e têm como objetivo reunir os profissionais dos museus, principalmente aqueles ligados às áreas de novas tecnologias, para discutir as questões pertinentes ao uso da Internet pelos museus. Em relação às discussões institucionais, é preciso verificar que o ICOM não possui um comitê específico sobre Internet e interatividade nos museus, por isso, as discussões sobre as novas tecnologias nos museus são efetuadas pelo seu comitê de documentação, o CIDOC – International Committee for Documentation, através de um grupo de trabalho específico sobre o uso da Internet (HENRIQUES, 2004, p.2).

Sobre a *Web* e a sua relação com os museus, Pinho (2009, p.3) comenta que “a generalização de sítios Web de museus possibilitou que estes passassem a ser um dos mais importantes meios para difundir e promover as instituições museológicas”, assim como “a sua história, ação e iniciativas, através da disponibilização de um conjunto de informações e recursos”. A mesma autora defende ainda:

a internet evidencia um incontornável potencial informativo e comunicativo tanto em questões de rapidez de circulação, número de pessoas que atinge e áreas geográficas que abarca; e devido às suas características de imaterialidade, instantaneidade e multimídia, democratiza o acesso à informação e a determinados tipos de bens, facilita a comunicação entre pessoas e instituições e universaliza as oportunidades, eliminando as barreiras espaciais, geográficas e temporais. [...] Rapidamente as instituições museológicas se aperceberam das vantagens e potencialidades da internet (PINHO, 2009, p.4).

O advento da Internet possibilitou que grandes parcelas de acervos fossem “copiadas” e armazenadas em discos digitais na memória de computadores. Torna-se importante enfatizar que, ao que parece, essa relação fez com que as TICs concebessem o museu como um meio e

unidade de compartilhamento estratégico de informações que, dentre outros aspectos, podem ser produzidas de acordo com as exposições, as coleções, os acervos, os espaços naturais, etc.

Para tratar da relação estabelecida entre digitalização e museus, não se pode perder de vista a Comunicação e as ferramentas que permitem organizar, planejar, executar, expor, publicizar, mediar e avaliar as muitas ações museológicas. Por isso mesmo, Deloche (2001) informa que os materiais imagéticos digitalizados “chegam a um amplo público graças, sobretudo, à publicidade e ao processo de sua integração em um mundo artificial chamado *Web*” (DELOCHE, 2001, p. 194) (tradução nossa).

Os museus, assim, passariam a disponibilizar essas imagens por meio da Internet através de diferentes domínios na rede. Isso pouco dialoga com pensadores que concebem o museu apenas como sinônimo de memória, documentação e acervos em práticas que valorizam apenas o objeto e práticas preservacionistas. Foi, aliás, por revisitar as formas de tratamento do acervo, a relação com os seus *stakeholders* e por estar aberto a novos valores culturais e sociais que o museu se apresenta tal e qual é expresso na atualidade.

É bem verdade que há, na Museologia, variedades tipológicas, estruturais, conceituais e terminológicas atribuídas às instituições museológicas. E nada muda à luz das TICs. Surgiram algumas nomenclaturas na tentativa de categorizar as diversas maneiras pelas quais o museu possa se manifestar *on-line* ou *off-line* através de computadores ou outros aparelhos, quer seja por meio da conexão à Internet, quer seja por outros aparatos tecnológicos, como, por exemplo, *HD*, *CD Rom*, *pen drive*, *DVD*, etc.

Nesse interstício, referindo-se aos “**novos ambientes**” que aliam tecnologia aos museus, Loureiro (2004a) comenta que há uma “**dificuldade de nomear um fenômeno novo, para o qual as palavras mostram-se insuficientes ou impróprias** (grifo nosso)” (LOUREIRO, 2004a, p.01). Mais que isso, é fundamental atentar-se para a falta de consenso que acaba por ser o resultado da “novidade” mencionada pela referida autora. Desse modo, criou-se certa dificuldade de definir ou precisar os limites que contornam as várias expressões terminológicas, dentre as quais destacam-se: webmuseu, cibermuseu, museu *on-line*, museu eletrônico, hipermuseu, museu digital, museu virtual. Todas essas “tipologias” são uma tentativa de conceituar as formas pelas quais os museus possam ser expressos na Internet.

Sobre os webmuseus, na concepção de Loureiro (2004b), são construídos exclusivamente na *Web* (*Word Wide Web*). Ressalte-se que a *Web* é um sistema (ou teias) de documentos que podem ser acessados e executados pela Internet, que, por sua vez, é uma rede de conexão entre computadores no mundo inteiro. Embora a *Web* e a Internet se relacionem,

não são sinônimos. Acredita-se que esse fato tenha influenciado a defesa da autora sobre o que, para ela, vem a ser um webmuseu¹²⁵:

Quanto aos webmuseus criados e mantidos na Web [...] podem ser reunidos em dois diferentes grupos: o primeiro grupo é representado por webmuseus que possibilitam o acesso a obras que existem (ou existiram) fisicamente. Seus "acervos" são, portanto, constituídos por reproduções digitais de obras de arte, e sua propriedade mais evidente é a de permitir a reunião em um mesmo ambiente "virtual" de obras dispersas no espaço e no tempo. O segundo grupo, por sua vez, é integrado por webmuseus cujos "acervos" são **constituídos por obras de arte geradas originalmente por processos sintéticos, totalmente dependentes de hardware e software** (grifo nosso) específicos quer para sua criação, quer para sua visualização, quer para a interação e participação do seu receptor-operador. Embora tenha sido observada a uma tendência de que tais formas se manifestem isoladamente, cabe admitir a possibilidade de webmuseus (que poderíamos denominar "híbridos"), os quais "reuniriam" reproduções digitais de acervos físicos e obras de arte criadas a partir de matrizes digitais (LOUREIRO, 2004b, p.01).

Por meio desse conceito, é possível, então, afirmar que webmuseus são, de acordo com Loureiro, ou museus criados diretamente na WEB, ou museus cujos acervos são digitalizados e disponíveis à visualização pela Internet. Esse pensamento dialoga com o proposto por Lima (2012), em sua dissertação de mestrado, que, além de concordar com Loureiro, afirma que, “na literatura da área” (referindo-se à Museologia), “existem algumas classificações de websites de museus” e faz ressalvas propondo que “o conceito de museu virtual ou webmuseu” tenha, ainda, os “seus derivados terminológicos como cibermuseu” e “museu online” (LIMA, 2012, p.70).

Esse mesmo autor, no entanto, recomenda “o uso do termo Webmuseu” por este apresentar-se “**adequado por revelar em seu prefixo o ambiente a que pertence, o ciberespaço** (grifo nosso), revelando o uso das TIC com objetivos humanistas em uma perspectiva cultural e artística voltada para novas formas de ver e de pensar o mundo”. Ora, se

¹²⁵ Os estudos de Loureiro perpassam pelo que a autora chama de “complexo território” da “Informação em Arte”, por isso relaciona a arte no conceito formulado para o webmuseu. De modo mais específico, Loureiro denomina de “webmuseus de arte” os “sítios **construídos e mantidos exclusivamente na Web**, destinados a reunir virtualmente e a **expor obras-de-arte geradas originalmente por processos de síntese, ou, por meio de cópias digitais**, (grifo nosso) obras-de-arte que existem (ou existiram) no espaço físico”. Para a mesma autora, “as características da Internet lhes conferem configuração hipertextual, propiciando a conectividade e ampliando as possibilidades de interação com a obra, cuja(s) abertura(s) é(são) evidenciada(s) e/ou potencializada(s), além de condições peculiares de acesso, eliminando empecilhos espaciais e temporais e impondo, por outro lado, restrições de ordem cognitiva e tecnológica, assim como barreiras linguísticas”. Por isso a autora defende que “suas finalidades abrangem e, eventualmente, ultrapassam a educação e o lazer, podendo incluir propostas de participação em processos criativos”. Avaliando que o webmuseu seja antônimo de espaço físico, Loureiro afirma que os webmuseus “compartilham com os museus de arte construídos no espaço físico características e funções que os equiparam como aparatos informacionais: destinam-se a produzir, processar e transferir informações e mantêm interface com a sociedade de modo a propiciar visibilidade/ acesso a suas coleções e informações” (LOUREIRO, 2004a, p.01).

webmuseu e museu virtual fossem sinônimos, vincular o museu virtual apenas ao ciberespaço seria como limitar o significado do que, de fato, é virtual (discussão proposta na seção 3.3). Logo, entende-se que o webmuseu não pode ser sinônimo de virtual nessa perspectiva proposta por Lima (LIMA, 2012, p.66).

A ideia de webmuseu ser um *site* que expõe objetos de museus ou objetos construídos por *softwares* ou *hardwares* específicos pode ser associada a *websites* de museus. Não que essa seja uma proposta de categorizar museus expressos na Internet, e não que seja essa a intenção desta discussão, mas vale lembrar que o *website* é como a ideia de webmuseu apresentada: **apenas um sítio que pode ser acessado pela Internet**. Desse modo, é possível concordar com Henriques (2004, p.5), que chama de “*sites* de museu” os museus que “estão acessíveis na Internet sob mais variadas formas”.

Henriques (2004, p.11) também define e defende outro conceito que envolve o museu e as TICs, os cibermuseus, como “reproduções *online* do acervo ou parte do acervo de um determinado museu”. Carvalho (2008, p. 84) concorda com Loureiro (2005, p.172) e considera que, mesmo que as funções museológicas sejam as mesmas, no mundo físico e no ciberespaço, elas se diferenciam. Essa definição está, para as autoras, relacionada com a materialidade dos espaços físicos e a imaterialidade do ciberespaço.

Loureiro (2004a, p.01) entende também que cibermuseu, acepção que, para a autora, equivale ao webmuseu, “cujos prefixos remetem às especificidades da Internet”, é um termo aplicável “indistintamente, aos museus construídos na *Web* e aos sítios mantidos por museus físicos”. Nessa mesma perspectiva, Lima (2013, p. 6) comenta, de maneira redundante, que se tem: “Cibermuseu, museu no ciberespaço; e Webmuseu, museu na *web*”.

Na tentativa de associar os cibermuseus aos museus “ditos virtuais”, Lima (2013), restringe o museu virtual à Web e comenta:

[...] **tendo em vista que um Museu Virtual é considerado um cibermuseu na medida em que se encontra situado na web** (grifo nosso). E há outras designações (menos freqüentes) como “museu on-line, museu eletrônico, hipermuseu, museu digital”. Esta aplicação de idêntico sentido aos diferentes termos foi encontrada nas fontes consultadas que, do mesmo modo, a atribuem ao Museu Virtual. (LIMA, 2013, p.6).

De acordo com Deloche (2001, p.11) (tradução nossa): “o museu tem pouco do que hoje em dia se chama às vezes de cibermuseu, que é o que está na mente dos detratores das novas tecnologias”. Deloche (2001, p.188) (tradução nossa) explica também que cibermuseus, nesse

sentido, não substituirão os museus chamados por ele de “institucionais” e tal tipo pode ser considerado deste modo: “não é mais que uma atualização contemporânea” com a “principal função” de “mostrar e propor mudanças que ocorrem graças a artefatos que fazem malabarismo com os substitutos (a tela, os sons, o digital, os caminhos, as direções, etc)”.

Para esta pesquisa, a definição que melhor se aplica ao termo “cibermuseu” perpassa por estudos realizados por Magaldi (2010):

No *Merriam-Webster's Online Dictionary*, o termo **Ciber** (grifo do autor) seria relativo ao que envolve computadores ou redes de computadores. Em um primeiro momento, poderíamos dizer que **Cibermuseu** (grifo do autor) seria uma tipologia de museu existente na Internet ou que se manifesta através do computador (MAGALDI, 2010, p.104).

Ao comungar dos mesmos conceitos postulados por Magaldi e de outros propostos por Deloche, cabe ainda uma outra reflexão. Esse prefixo ciber, como já exposto na seção 3.1, desde o início do seu uso é utilizado para tratar de um ambiente novo, com novas “configurações”. Ele foi operacionalmente importante para definir as “experiências outras” que as novas tecnologias trouxeram àquela época. Em certa medida, pode-se afirmar que este prefixo foi também operacionalmente importante para os museus devotados em modernizarem-se. Entretanto, atualmente, o termo cibermuseu pode ser utilizado apenas, como sugere Deloche (2001, p.189): “em nenhuma hipótese o museu virtual pode ser confundido com cibermuseu” [...] “o cibermuseu não é mais do que uma atualização contemporânea e particularmente espetacular do museu virtual”.

Nesse interstício, é prudente citar, por exemplo, museus que apenas criam uma página na *Web* com informações meramente institucionais, e atribuem a esse ambiente digital o valor de um cibermuseu¹²⁶ (que deveria ser mais que um *site* institucional). Pensar em webmuseus vinculados a páginas que tenham informações quaisquer sobre museus é mais aceitável. Mas, de todo modo, no âmbito brasileiro, essas terminologias são mais comuns na prática e teoria acadêmica, do que na prática dos que lidam, por exemplo, com a criação de museus (não se pretendendo inferir, assim, que não caiba também a academia criá-los).

¹²⁶ Como o termo é pouco comum no Brasil, o IBRAM não reconhece nenhum museu brasileiro que seja conhecido como cibermuseu ou webmuseu. Informação baseada numa busca realizada na plataforma do Cadastro Nacional de Museus disponível em: [http://sistemas.museus.gov.br/cnm/pesquisa/avancada?FiltroConsultaAvancadaForm\[noEntidade\]=museu+virtua&FiltroConsultaAvancadaForm\[listaTipologia\]=&FiltroConsultaAvancadaForm\[uf\]=&FiltroConsultaAvancadaForm\[coMunicipio\]=&FiltroConsultaAvancadaForm\[stInstituicao\]=&FiltroConsultaAvancadaForm\[listaNaturezaAdm\]](http://sistemas.museus.gov.br/cnm/pesquisa/avancada?FiltroConsultaAvancadaForm[noEntidade]=museu+virtua&FiltroConsultaAvancadaForm[listaTipologia]=&FiltroConsultaAvancadaForm[uf]=&FiltroConsultaAvancadaForm[coMunicipio]=&FiltroConsultaAvancadaForm[stInstituicao]=&FiltroConsultaAvancadaForm[listaNaturezaAdm]) Acesso em 02 de dezembro de 2015.

Para Lévy (1999), o museu *on-line*, que, para o autor, mais parece ser uma forma de expressão de museus “na Internet” (e não necessariamente uma categoria de museus), possui “temas artísticos que aumentarão nossas possibilidades de descobrir e compreender um grande leque de obras, o que nos estimulará a ir examinar pessoalmente a materialidade das pinturas ou esculturas”. Esse conceito evidencia que o museu *on-line* acaba por ser um convite para deixar de lado a réplica e aproveitar a “facilidade de viajar” aliado à “multiplicação de museus” que contribuiu para que museus europeus fossem mais visitados por estrangeiros no século XIX (LÉVY, 1999, p.215).

Para Anna Lisa Tota (2000), citada por Henriques (2004, p.8), são entendidos como museus virtuais *on-line* os museus que “são na sua maioria, aproximações imperfeitas dos museus físicos”. **Concordar-se-ia com essa afirmação se, e somente se, o virtual, aí presente, não desse margem a uma suposta oposição ao físico.** Indiferente às ambiências que criaram erroneamente a instância de universos paralelos, como visto na seção 3.1, o termo “*on-line*” refere-se à conexão, seja ela por meio de um computador ou outro meio que tenha ou não acesso à Internet¹²⁷. Portanto, categorizar o museu como “*on-line*” é o mesmo que concebê-lo como um museu vinculado a algum sistema de conexão.

Então, diante de todos os conceitos expostos, um webmuseu ou um cibermuseu poderia ser um museu *on-line*. O hipermuseu também poderia ser um museu *on-line* por ser entendido:

como uma tipologia de museu acessível em um visor, com possibilidades de conexão, links, com grande interatividade. Para podermos compreender um pouco como isso se processa, citemos Lévy¹²⁸, para quem a tela do computador ou, como ele prefere chamar, ‘a tela informática’ é ‘uma nova máquina de ler, um lugar onde uma reserva de informação possível vem se realizar por seleção, aqui e agora, para um leitor particular’. Ele considera o computador, ‘antes de tudo, um operador de potencialização da informação’, que ‘a partir de um estoque de dados iniciais, de um modelo ou de um *metatexto*, um programa pode calcular número indefinido de diferentes manifestações visíveis, audíveis e tangíveis, em função da situação em curso ou da demanda de usuários’. Para ele, seria somente ‘na tela, ou em outros dispositivos interativos, que o leitor encontra a nova plasticidade do texto ou da imagem, uma vez que [...] o texto em papel (ou o filme em película) forçosamente já está realizado por completo’ (MAGALDI, 2010, p.102).

Quanto ao museu eletrônico, categoria menos comum do que a do hipermuseu, é citado por autores como Loureiro (2004a), Lima (2013), Henriques (2004), Lima (2012), mas nenhum desses autores desenvolve a questão sobre esse termo. Todos o citam de maneira

¹²⁷ Informação disponível em: <http://www.merriam-webster.com/dictionary/online> Acesso em 09 de dezembro de 2015.

¹²⁸ LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** op.cit, p.41

superficial, atribuindo correlação ou sinônimo a este ou aquele termo. Dos autores pesquisados, apenas Magaldi (2010, p.101-102) conceitua o museu eletrônico, podendo este “ser compreendido como abrangendo todos os museus que existem por meio de aparelhos eletrônicos, ou tudo o que possui um sistema baseado nas experiências com eletricidade”.

Lima (2013), após uma pesquisa que considerou cerca de 80 museus expressos na Internet, dividiu-os em três categorias. Chamou de “Categoria A” os museus e coleções “sem correspondentes no mundo físico” e, para este grupo, atribuiu o termo “Museu Virtual Original Digital”. Chamou de “Categoria B” os museus e coleções “com correspondentes no mundo físico” e, para este grupo, atribuiu o termo “Museu Virtual Conversão Digital”. Por último, chamou de “Categoria C” os museus sem correspondente no mundo físico e as coleções convertidas digitalmente e, para este grupo, atribuiu o termo “Museu Virtual Composição Mista”.

Quanto ao “museu digital”, de acordo com a concepção de Loureiro (2004a, p.01), é um museu “cujo qualificativo ressalta simultaneamente sua linguagem e sua natureza imaterial, mas não dá conta da especificidade da rede”. Entretanto, não pode passar despercebido o fato de o dito “museu digital” ser uma ferramenta que pode, também, tratar da materialidade por meio de uma linguagem e natureza imaterial. Noutros termos, defende-se, para que fique ainda mais nítido, que o fato de o digital remeter a uma linguagem específica restringe o tipo de manifestação - imaterial, e não o conteúdo a ser exposto.

Não se pode perder de vista também que a imaterialidade da rede depende, em certa medida, da materialidade para se expressar. É preciso muito mais do que códigos computacionais para se ter acesso a informações, exposições ou acervos de museus, que, fazendo uso da Internet, *CDRom*, *HD*, *Pen-drive*, etc., se promovam e se disponibilizem para e no contexto digital, quer seja na rede ou fora dela. **É preciso, por exemplo, o ser humano, que vai acessar tais informações.** Por isso, dentre outras questões, que a imaterialidade e a materialidade não se separam nesse “processo”.

Nessa mesma perspectiva, Lévy (1996, p.39) comenta que o digital é “logicamente fechado”, pode ser “numericamente finito” e, desse modo, traçando uma ponte com os museus, estes, quando fazem uso de tecnologias digitais, são operacionalmente finitos em um conjunto de possibilidades determinadas por suportes mecânicos (software e hardware). Nesse sentido, independentemente da nomenclatura em questão, museu digital, as ferramentas digitais das TICs são um suporte para todo e qualquer museu que almeja potencializar a informação.

Pretende-se afirmar, assim, que, independentemente de expressar-se apenas em *sites* ou existir em um espaço construído com concreto, o digital aí apenas sinaliza que o museu, qualquer que seja a sua tipologia, pode possuir interfaces tecnológicas que dialogam com códigos computacionais. À guisa de exemplo, essa lógica pode ser aplicada indistintamente tanto para objetos criados por pintores, que usam a tinta e tem seu trabalho digitalizado, ou *webdesigners*, que criam uma imagem digital em um software cujas obras podem estar disponíveis e acessíveis em suportes digitais. Portanto:

O suporte digital (disquete, disco rígido, disco ótico) não contém um texto legível por humanos mas uma série de códigos informáticos que serão eventualmente trazidos por um computador em sinais alfabéticos para um dispositivo de apresentação [...] **A maior parte dos programas são máquinas de exibir (realizar) mensagens (textos, imagens, etc.) a partir de um dispositivo computacional que determina um universo de possíveis** (grifo nosso). Este universo pode ser imenso, ou fazer intervir procedimentos aleatórios, mas ainda assim é inteiramente calculável. [...] O computador é, portanto, antes de tudo um operador de potencialização da informação. Dito de outro modo: a partir de um estoque de dados iniciais, de um modelo ou de um metatexto, um programa pode calcular um número indefinido de diferentes manifestações visíveis, audíveis e tangíveis, em função da situação em curso ou da demanda dos usuários (LÉVY, 1996, p.39-40).

Magaldi (2010, p.114) entende que “a estruturação de um *museu digital* parte do princípio que, para ser compreendido pelo computador (esteja ele armazenado no HD, em CD-ROM, DVDs, Pen-drives, etc.), este deve se estruturar a partir de códigos computacionais”. A mesma autora sintetiza em uma tabela todas as tipologias, até então citadas nesta dissertação, a saber:

Museu Digital	originário do latim 'digitalis'. Significaria algo relativo aos dedos (ex. dexteridade digital); feito com os dedos, relativo a/ou que se usa cálculo por métodos numéricos ou unidades discretas ... * A estruturação de um <i>museu digital</i> parte do princípio que, para ser compreendido pelo computador (esteja ele armazenado no HD, em CD-ROM, DVDs, Pendrives, etc.), este tipo de museu deve estruturar-se a partir de códigos computacionais.
Museu online	Algo conectado, servido por, ou disponível através de um sistema, especialmente, de computador ou sistema de telecomunicações (como a Internet). * Categoria de museu baseado em um sistema de conexão.
Museu eletrônico	(adj.) estando relacionado a elétrons; ou relacionando-se a um dispositivo construído por experiências com eletricidade. * Museus que existem por meio de aparelhos eletrônicos, ou tudo o que possui um sistema baseado nas experiências com eletricidade...
Hipermuseu	adj. 'Hyper' = referindo-se a algo extremamente ativo, nervoso, excitável. Em conexão. * Tipologia de museu acessível em um visor, com possibilidades de conexão, links, com grande interatividade.
Cibermuseu	Oriundo do termo 'cibernética' = ciência do controle e da comunicação entre seres vivos e as máquinas'. <u>Ciberespaço</u> seria um meio composto de chips de silício, fios de cobre, cabos de fibra ótica e de todos os outros componentes de computadores = meios de armazenamento e redes que armazenam, transmitem e manipulam bits (segundo Koepsell,). * Seria uma tipologia de museu existente na Internet ou que se manifesta através do computador.
Webmuseu	Área da Internet que contém documentos em formato de hipermídia = combinação de hipertexto com multimídia. * Museu existente na web ou www . E que pode conter textos, imagens, arquivos de áudio e vídeo, além de ligações com outros documentos na rede.
Netmuseu	Constituído por prefixos que remetem às especificidades da Internet, enfatizando o espaço desterritorializado das redes. Aplica-se aos museus construídos na Web ou www .

Tabela 1: Principais diferenças nas categorias de museus abarcadas pelas TICs. Fonte: Magaldi¹²⁹.

Todas essas categorias de museu têm algo em comum: a inserção (de algum modo) do patrimônio (seja ele qual for) em suportes digitais que, muitas vezes, podem ficar disponíveis na rede (Internet). Com isso, pensar no museu, mais precisamente o MASB, na categoria *media*, e no curso tecnológico que redefine as bases, formas e modos da sociedade humana por meio das novas TICs, é sugerir que haja uma possível maneira de inserir o patrimônio na rede ou em suportes digitais.

A busca por quebrar paradigmas sobre as funções tradicionais dos museus, o que se propunha no movimento que defendia uma nova museologia, dialoga com as múltiplas formas de explorar o ciberespaço. Com base nessa afirmação, entende-se que o ciberespaço é um possível caminho para trabalhar o patrimônio através de ações museais, atentando-se, principalmente, para as relações que o próprio homem estabelece para si, seu meio e com os outros. Aqui, cabe uma ponderação sobre o que pode ser entendido como patrimônio:

A Modernidade promoveu uma separação ontológica entre a natureza e cultura, entre mito e razão e, finalmente, entre presente e passado – visando explicitar a apreensão do possível. E neste universo desenvolveu o conceito de patrimônio, como cristalização do fazer humano no tempo e como instância de legitimação da

¹²⁹ Fonte: <http://www.moniquemagaldi.com/#!/palestras/c16qb>. Acesso em 9 de novembro de 2015.

natureza enquanto objeto de pertencimento do homem. [...] **Patrimônio é, assim, o que foi produzido, criado, instituído** (grifo nosso) – o que faz prova da capacidade humana de habitar o mundo natural e, por meio dele, criar e desenvolver cultura. [...] O patrimônio é usado como instrumento de reificação das raízes identitárias no tempo e no espaço, mas também como instrumento de renovação político-ideológica, inclusive a nível local (SCHEINER, 2004, p.153).

Mas, em se tratando do MASB, qual é o patrimônio a que se pretende atribuir valor? Não se pode perder de vista que, como pondera Costa (2014, p.173), “atribuir valor ao patrimônio é, antes de tudo, atribuir valor ao ser humano”. Pensar assim é concordar que:

o patrimônio cultural de uma nação, região ou de uma comunidade é composto de todas as expressões materiais e espirituais que o constituem, incluindo o meio ambiente (grifo nosso). A partir dessa compreensão é possível afirmar que o patrimônio cultural é formado por bens simbólicos que contêm em si uma mensagem significativa com a qual a população se identifica. Essa mensagem pode ser histórica, artística, científica ou outra [...] (COSTA, 2014, p.168).

Ao inserir o patrimônio na rede, espera-se que o museu aproveite ao máximo de uma das suas maiores, senão a melhor ferramenta de comunicação: a exposição. Concordando com Cury (2005, p.5) falar em comunicação em um museu é inevitável, pois todos os museus, sem ressalvas e independentemente da tipologia ou categoria, são instituições culturais. Além disso, cultura e comunicação estão imbricadas, a tal ponto que a autora prefere citar o termo “comunicação cultural”. A mesma autora afirma:

O museu formula e comunica sentidos a partir de seu acervo. **Esses dois atos, formulação e comunicação, são indissociáveis e, por isso, atribuem a essa instituição o seu papel social** (grifo nosso). [...] A museologia e, em especial, a comunicação museológica pode valer - se dos avanços contemporâneos do campo da comunicação, visando a sua participação no processo de comunicação cultural - aquela em que a dimensão e a dinâmica comunicativa da cultura está em primeiro plano. Se cultura e comunicação estão imbricadas a cultura material – aquela que se estabelece a partir da relação dos homens com a materialidade – e comunicação em museus aquela mediada por instituições preservacionistas também estão (CURY, 2005, p.5).

Nesse sentido, afirma-se que o MASB, meio expresso de comunicação, deve-se aproveitar ao máximo do aparato tecnológico em constante desenvolvimento para melhor atender a essa instituição museológica e aprimorar seu diálogo com seus *stakeholders*. Não se pode perder de vista, entretanto, que todas as associações imagéticas ou objetos digitalizados “chegam a um amplo público graças, sobretudo, à publicidade e ao processo de sua integração em um mundo artificial chamado Web” (tradução nossa) (DELOCHE, 2001, p. 194). Por isso

mesmo é que deve-se pensar na maneira de utilização desse aparato tecnológico e na forma de atingir o usuário que ao mesmo tempo cria e consome¹³⁰ informações na/e em rede.

E a profusão tecnológica propõe, a todo o tempo, descobertas, atualizações e informações perenes quase sempre associadas a processos que possam ser executados cada vez mais rápido e, de certa maneira, de forma mais barata – mercado, consumo e democracia de informações. Essa percepção tecnológica foi se encaminhando para o que Lévy (2001, p.151) considerou como uma Revolução Noolítica¹³¹ – como que uma menção à revolução Neolítica.

Logo, acredita-se que novas tecnologias da informação e comunicação são capazes de estimular o que Lévy (2004) chamou de “inteligência coletiva”. Entende-se que este termo supõe e necessita de novas técnicas, novos signos, novos sistemas, novas formas de ordem e organização. Não que a técnica, por si só, seja a garantia de mudanças. Santos¹³² ressalta que “sem dúvida, a técnica é um elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas, sozinha, a técnica não explica nada”.

Sobra pouca margem, então, para discordar de Lemos (2004) e Lévy (2004), que concordam em que a inteligência coletiva pode ser entendida como potência que mobiliza competências e reconhece que a sociedade é o resultado desse fenômeno¹³³. Reconhecer que a

¹³⁰ Negroponte (1995, p.156-159) defende que esse consumo faz parte do terceiro estágio do que o autor chama de “digitalização da vida”: a etapa da pós-informação, uma era de consumo por encomenda, de comunicação assíncrona marcada pela inteligência artificial para a transmissão e recepção de informações. Os outros dois estágios seriam: o primeiro, a era industrial (consumo pelos meios de comunicação de massa) e o segundo, a era da informação (consumo de informações através dos meios de comunicação de massa com proporções mais abrangentes e informatizadas com a chegada do computador).

¹³¹ Lévy (2001, p.151) propõe que a Revolução Noolítica tenha foco nas questões da agilidade da comunicação com diferentes povos e culturas, o que, para o autor, facilitaria a aceitação das diferenças e a percepção de que “todos somos o resultado da inteligência coletiva”. Compreender a inteligência coletiva é permitir que exista uma “noosfera”, entendida como “a grande memória viva da humanidade, seu espírito ativo, conectado com tudo o que se descobre e se inventa, interconectando criação contínua da nossa espécie e do mundo que se move por meio dele”.

¹³² “O recurso à técnica deve permitir identificar e classificar os elementos que constroem tais situações. Esses elementos são dados históricos e toda técnica inclui história. Na realidade, toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história” (SANTOS, 1996, p.29).

¹³³ “O que é inteligência coletiva? É uma inteligência distribuída por toda parte, constantemente valorizada, coordenada em tempo real, levando a uma mobilização efetiva das competências. Nós adicionamos à nossa definição esta ideia essencial: o fundamento e a meta da inteligência coletiva é reconhecimento e enriquecimento mútuo das pessoas, e não a adoração de comunidades fetichizadas ou hipostasiadas. A inteligência distribuída por toda parte: tal é o nosso axioma de partida. Ninguém sabe tudo, todo mundo sabe alguma coisa, todo o conhecimento está na humanidade. Não há reservatório de conhecimento transcendente e Conhecimento não é outro senão o que as pessoas conhecem. A luz do espírito brilha mesmo lá onde se possa acreditar que não há inteligência, ‘fracasso escolar’, ‘simples execução’, ‘subdesenvolvimento’ e assim por diante. [...] A Inteligência é distribuída em todos os lugares, isso é um fato” (tradução nossa) (LÉVY, 2004, p.20).

sociedade é o resultado da inteligência coletiva é perceber que “tudo que é coletivo só existe realmente nas consciências das pessoas [...] tudo que é individual é, por isso mesmo, coletivo e público” numa lógica que coloca o “ser conectado com o interior”, portanto amplia o “seu campo de interação” tornando “mais rica” a experiência e favorecendo o aprendizado, ao mesmo tempo em que este mesmo ser está conectado com o “seu exterior” (LÉVY, 2001, p. 42 - 45).

São quatro “os capitais” que funcionam como uma engrenagem da inteligência coletiva:

Para Lévy o capital da inteligência coletiva se dá pela valorização dos capitais social, intelectual, cultural e técnico. O capital social refere-se à densidade e qualidade das associações e redes relacionais. O capital intelectual remete às obras concepções originais (valor da propriedade intelectual), mas também à educação e à competência da população (valor do capital humano). Já o capital cultural está vinculado ao teor e à organização da “enciclopédia” de uma cultura. Trata-se da coerência e pertinência de sua rede semântica. Por fim, o capital técnico é a soma do estado geral das técnicas, redes de transporte e de comunicação, mídias, computadores, softwares, suportes de memória e de percepção coletiva (LEMOS, 2004, p.19).

Ao tratar desse conceito, e para traçar conexões com a Museologia, pode-se dizer que o museu está inserido na perspectiva do capital social, pois se predispõe a estabelecer redes relacionais e associativas; no caso do MASB, o capital social pode ser aqui representado pelos seus núcleos e na potencialidade de atuação política e comunitária desta instituição. Já o capital intelectual alcança o museu na perspectiva da Museologia Aplicada, que, no caso do MASB, pode ser nitidamente percebida em momentos práticos que despertam e/ou provocam a cognição individual que se refletirá no coletivo, como, por exemplo, o já citado workshop “O território do Alto Sertão como espaço de pesquisa – desafios dos processos museais em núcleos-escola nas comunidades rurais”. Considerar a Museologia Aplicada é conceber o museu como um espaço que preza pela troca de experiências que, no caso do referido evento, destaca a ação educativa, uma essência valorosa da comunicação museológica.

Quanto ao capital cultural, o museu é um vetor que revela a memória da comunidade e constrói possibilidades de redes culturais que evidenciam a potência histórica que, no caso do MASB, é territorial. Nesse sentido:

No quadro das injunções do poder simbólico sob formas de manifestações culturais que ocorrem e as posições ocupadas pelos seus agentes no contexto social – especificamente quando Bourdieu caracterizou o campo das artes enfocando o papel dos museus artísticos no contexto do poder simbólico – os museus apresentam modalidades de ações indicadoras da competência cultural que se originam em territórios específicos, nos quais o indicativo reputação é percebido em sua face positiva e, assim, repercute no ambiente cultural em razão da representação cultural que lhe é dada pelos outros (LIMA, 2003, p.7).

Por fim, mas não menos importante, a última “engrenagem” da inteligência coletiva refere-se ao capital técnico e, nesse sentido, o museu pode ser uma mídia, um suporte singular de comunicação que, no caso do MASB, pode ser pensado no tocante às suas exposições. Os estudos de Magaldi (2010) informam que a exposição é entendida como “o ‘meio da presença’ – não apenas porque reúne pessoas e objetos” e, assim “ela é a principal voz do Museu como instância de presentificação da memória do homem”, uma poderosa “instância relacional, um vigoroso instrumento mediático” (SCHEINER, 2008. p. 4 apud MAGALDI, 2010, p.3).

Por isso mesmo, o museu não é mais como no templo das musas, apresentado no capítulo anterior. O museu mudou também quanto ao uso das TICs, pois não usa mais “a informática, as novas imagens e a *web* com os mesmos fins como, por exemplo, uma caderneta de hipermercados”, como sugeria Deloche (2001, p.197). O museu hoje é, pois, sinônimo de constantes transformações e capaz de expressar-se sob múltiplas possibilidades; um fenômeno, assim entendido por alguns teóricos do campo da Museologia.

O museu acaba por ser, conforme ponderações de Scheiner (1998, p.144), uma “potência absoluta, o Museu é o que pode ser; está em todas as partes e tomará a forma que lhe for possível, no tempo desejado, para representar, comunicar, criar e fazer sentido das coisas, sobre as coisas (e apesar das coisas)”. Esse entendimento foi fundamental para tratar de “museus virtuais” de maneira mais aprofundada, como exposto a seguir.

3.3 Virtual ou não: eis a questão! – conceitos fundamentais para a (des) construção de um museu dito “virtual”

A tentativa de traçar estratégias voltadas para a inserção do patrimônio do MASB na rede estava ancorada numa proposta inicial desta pesquisa de criar uma versão dita “virtual” desta instituição: um “museu virtual”. A pesquisa realizada constatou que essa percepção, imersa no senso comum de vincular o virtual a algo inerente à Internet, é recorrente entre alguns estudiosos da Museologia.

Além de associar o virtual à Internet, na Museologia, o virtual por vezes é associado à falta de materialidade ou a computadores. Essa falta de consenso impede que haja uma base conceitual na construção da relação entre “espaços virtuais” e museus. É grande a confusão em torno das nomenclaturas para museus que existem em espaços físicos e pressupõem uma sede física, ou que existam apenas na Internet, ou museus que fazem apenas uma

comunicação institucional em páginas da Web, ou ainda, museus que digitalizam o seu acervo e o disponibilizam em mídias, etc.

A própria Museologia possui certa carga de fragilidade teórica ao ser, para uns, uma disciplina; para outros, uma ciência; para outros uma disciplina científica (como já exposto no Capítulo II). Essa fragilidade não é menor quando estudiosos tentam mesclar o museu e as TICs. Entende-se que tudo quanto é novo pode ser, despretensiosamente, interpretado e/ou comunicado de maneira equivocada na tentativa de acompanhar rapidamente algum “avanço” que, neste caso específico, se refere à revolução da tecnologia. Isso justifica o fato de, ao final do século passado, ter ocorrido a criação de *sites* de museus que incidiu diretamente em um novo discurso menos tradicional da Museologia no tocante à informação e comunicação.

Essa nova forma de comunicar o museu influenciou diversas tipologias que dialogassem com o discurso (então surgente) da cultura digital (conforme exposto na seção 3.2). Lima (2013) comenta:

Não só uma nova tipologia se elaborava abrindo perspectivas diferentes das tradicionalmente conhecidas [...] como também passou a gerar inquietação na comunidade especializada que se deparou, no contexto da perspectiva conceitual e das práticas associadas, com o emprego, muitas vezes, conflitante para o termo e conceito Museu Virtual entre instituições denominadas museus, outras assemelhadas e demais espaços afins. Ainda, foi objeto temático na relação com produção de arte. E, ao iniciar este novo século, tornou-se necessário e premente identificar a nova forma e o sentido representados pela denominação Museu Virtual. [...] A esta altura nunca é demais lembrar: a Museologia é um campo jovem ainda em processo de consolidação. (LIMA, 2013 p.2-3)

Para Lima (2013), o museu virtual é considerado um cibermuseu que, por sua vez, para a autora, é um museu no ciberespaço. O virtual é “utilizado tanto para indicar o que se cria por meio do computador sem existir o referente no mundo físico”, como também “para o que existe no mundo real (mundo físico) e sofre processo de digitalização” (LIMA, 2013, p.6). Na concepção de Carvalho (2008, p.91), o museu virtual é “aquele construído sem equivalência no espaço físico, com obras criadas digitalmente, não sendo substituto equivalente ou evolução dos primeiros”. Henriques (2004, p.15) é convencida de que museu virtual “é aquele que faz da Internet espaço de interação através de ações museológicas com o seu público utilizador”. Essa última autora defende que:

Os cibermuseus são reproduções *online* do acervo ou parte do acervo de um determinado museu. **O museu virtual é um espaço virtual de mediação e de relação do patrimônio com os utilizadores. É um museu paralelo e complementar que privilegia a comunicação como forma de envolver e dar a conhecer determinado patrimônio** (grifo do autor). No nosso entendimento, só pode ser considerado museu virtual, aquele que tem suas ações museológicas, ou parte delas trabalhadas num espaço virtual. Nesse caso, chamaremos de cibermuseus

aqueles sites de museus que não se enquadram nessa concepção de museu virtual (HENRIQUES, 2004, p.11).

Nitidamente vinculado ao senso comum que entende o virtual como um espaço dedicado ao intangível ou a computadores, Lima (2012), por meio de um quadro, informa sobre o museu virtual de acordo com alguns autores:

Autor	Classificação	Descrição
James Andrews e Werner Schweibenz	Museu virtual	Uma coleção logicamente relacionada de objetos digitais composto em uma variedade de meios, que, por causa da sua capacidade de fornecer ligações e vários pontos de acesso, presta-se a transcender a tradicionais métodos de comunicar e interagir com os visitantes; não tem lugar real ou espaço, seus objetos e as informações relacionados podem ser divulgados em todo o mundo (ANDREWS;SCHWEIBENZ, 1998 – tradução nossa).
Jamie Mackenzie	Museu virtual	Um museu virtual é uma coleção organizada de artefatos eletrônicos e recursos de informações – praticamente qualquer coisa que possa ser digitalizada. A coleção pode incluir pinturas, desenhos, fotografias, diagramas, gráficos, gravações, segmento de vídeo, artigos de jornal, transcrições de entrevistas, bases de dados numéricos e uma série de outros itens que podem ser guardados no servidor de arquivos do museu virtual (MACKENZIE, 1997).
José Cláudio Oliveira	Museu virtual	Museus que advêm da concepção de Malraux e que podem ser estendidos CD ROM, DVD e VHS, mas que, sempre offline, não possuem novidade no suporte apresentado (OLIVEIRA, 2007, p. 13).
Arturo Colorado Castellary	Museu virtual	[...] museu virtual é o meio que oferece ao visitante um fácil acesso às peças e às informações que deseja encontrar em diferentes temas artísticos e em diferentes museus. De fato o museu virtual seria a ligação entre muitas coleções digitalizadas e pode ser utilizado como um recurso para organizar exposições individuais, na medida da expectativa e interesse do usuário (COLORADO CASTELLARY apud BELLIDO GANT, 2001, p. 249, tradução nossa).
Sergio Talens Oliag; José Hernández Orallo	Museu virtual	Os museus virtuais recebem fundamentalmente esta denominação porque frequentemente copiam os conteúdos de algum outro museu real, seguem a obra de algum artista ou tratam um tema especial. Embora os museus virtuais nunca substituam as visitas físicas para ver os originais de obras históricas para a humanidade, quando a distância ou a possibilidade econômica não permitem ir, sempre podem ser uma opção muito válida para uma primeira aproximação, de uma forma mais próxima (virtual) ao que seria a verdadeira visita (TALENS OLIAG; HERNÁNDEZ ORALLO apud BELLIDO GANT, 2001, p. 249, tradução nossa).
Antônio Cerveira Pinto	Museu virtual	[...] um lugar interativo do saber, do prazer e da contemplação. [...] Eu gosto de imaginar o museu do próximo século como uma extensa e interativa rede de base de dados multimídia distribuída por um imenso espaço eletrônico, estimulando inúmeras trocas pessoais, enriquecidos pela liberdade inerente às micrologias do espaço cibernético. O “museu virtual” deverá ser, sobretudo, um novo sistema operativo dedicado às artes (CERVEIRA PINTO apud BELLIDO GANT, 2001, p. 249?, tradução nossa).

Tabela 2: “Síntese conceitual de *websites* de museus” (adaptado). Fonte: Lima (2012, p.72-73).

O MASB, objeto de estudo desta dissertação, inicialmente fora relacionado a essas percepções sobre o virtual que está imerso no senso comum. Assim, algumas reflexões propostas noutros momentos desta pesquisa, foram encaminhadas no sentido de favorecer a dialética: museus presenciais e museus virtuais. Através de uma detalhada revisão bibliográfica foi possível perceber que com “o desenvolvimento da informática e do mundo digital se impôs progressivamente **uma noção de museu impropriamente denominado de ‘virtual’** (grifo nosso) (ou *cibermuseu* – noção mais utilizada em francês)” (DESVALLÉE e MAIRESSE, 2013, p.66-67).

Tornou-se evidente que a percepção de opor o presencial ao virtual é defasada e, muitas vezes, inadequada. Por isso, essa percepção foi transformada a partir de autores fundamentais para os estudos de fenômenos na rede e de museus, Lévy, Deloche e Deleuze, cujos arcabouços teóricos permitiram que algumas ideias fossem repensadas. A primeira ideia a ser repensada “esbarrou” no conceito do que, de fato, vem a ser “virtual”.

Antes, pensava-se numa relação corriqueira, imersa no senso comum e de uso frequente que antagoniza o real e o virtual e, deste modo, esperava-se que o MASB permeasse o real como instituição física e o virtual como museu não existente em materialidade ao ser disponível na Internet, ou grande rede. Assim, ter-se-ia um museu voltado para visitas presenciais em sua sede e núcleos e “visitas virtuais” na Internet. Ocorre que, como pondera Lévy, existe uma **oposição fácil e enganosa entre o real e o virtual**:

No uso corrente, a palavra virtual é empregada com frequência para significar a pura e simples ausência de existência, a “realidade” supondo uma efetuação material, uma presença tangível. O real seria da ordem do “tenho”, enquanto o virtual seria da ordem do “terás”, ou da ilusão, o que permite geralmente o uso de uma ironia fácil para evocar as diversas formas de virtualização. [...] Na filosofia escolástica, é virtual o que existe em potência e não em ato. O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado, no entanto, à concretização efetiva ou formal. Em termos rigorosamente filosóficos, **o virtual não se opõe ao real, mas ao atual** (grifo nosso): virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes (LÉVY, 1996, p.15).

O fato de o virtual não possuir muita afinidade (o que não significa afirmar que não possua nenhuma afinidade) com o ilusório e com a não materialidade, ainda que toda informação dependa de um lugar físico (material) para existir, causa desconforto na “construção” de num “museu virtual”, que, na verdade, em termos conceituais, **não significa o mesmo que museu cujo patrimônio se encontra disponível na Internet, ou num HD, ou em CD Rom, etc.**

Então, o que é virtual? Lévy (1996, p.15) informa que a palavra virtual vem do latim medieval *virtualis*, derivado, por sua vez, de *virtus*, força, potência, semente, devir. O virtual

existe em potência e não em ato. “A árvore está virtualmente presente na semente”. O virtual não se opõe ao real, se opõe ao atual. O real, na verdade, assemelha-se ao possível, que é estático, e o virtual pressupõe movimento, atualização. Assim, Lévy entende que o virtual, a partir de um conceito filosófico, faz menção ao conceito de virtualização; do ponto de vista antropológico, abarca a relação entre o processo de hominização e virtualização e do ponto de vista sociopolítico, deve voltar-se para a compreensão da mudança contemporânea para poder atuar nela.

Deloche (2001, p.227) afirma que a relação entre o museu e o virtual é uma questão que pode ser resolvida a partir do ponto de vista filosófico. Esse autor comunga dos estudos de Lévy e informa que o virtual é “todo campo problemático suscetível de estabelecer vínculos entre objetos ou processos aparentemente diferentes entre si” e, além disso, “o virtual é inteiramente real”, portanto não é antônimo de imaterialidade ou intangibilidade.

Deleuze e Guattari (1997, p.46) possuem estudos que contribuem para que o virtual seja compreendido como força, potência. Esses autores creditam à Filosofia a total autonomia de conceituar este e outros termos e, desse modo, não há preocupações maiores quanto ao conceito de virtual ser, nesta pesquisa, permeado pelos termos filosóficos. Afinal, “os conceitos [...] pertencem de pleno direito à filosofia, porque é ela que os cria, e não cessa de criá-los”.

Esta pesquisa pretendia estabelecer a dialética “museu presencial – museu virtual” como se ambos fossem opostos. Entretanto, após a definição de virtual fundamentada por Deloche, Lévy e Deleuze, esses dois termos teriam, na verdade, o mesmo significado, respectivamente, de “museu presencial” e “museu força, museu atual, museu potencial”. O MASB, assim como todo museu, já possui (ou deveria possuir) por si só a essência da “potencialidade” inerente ao virtual. Concluiu-se assim, que a intenção de tornar o MASB acessível na Internet não significa, necessariamente, que ele seja um sinônimo de imaterialidade que conota, defasada e equivocadamente, o conceito de museu virtual para muitos estudiosos.

Lévy (1996) discute com muita propriedade e as reflexões por ele propostas auxiliam a compreensão de que o virtual não é sinônimo de imaterialidade, como propagado pelo senso comum. Para o autor, importa perceber as diferenças entre o que pode ser virtual e o que se apresenta como possível, sendo este último termo bastante semelhante ao “real”. Pode-se afirmar que o real assemelha-se ao possível, ao que pode acontecer, mas ainda não aconteceu, portanto está estático, ainda que já construído ou vislumbrado. Já o virtual, como bem pondera Lévy (1996, p.16), tende a atualizar-se a todo o tempo, é mutável, é “um nó de

tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que se chama um processo de resolução”.

É correto, então, afirmar que a atualização, entendida aqui como vários processos problemáticos a serem resolvidos, é um constante “devir” que alimenta o que vem a ser virtual. Deleuze (1996) informa que essa atualização pertence ao virtual e o atual é o seu objeto e, desse modo, a “atualização do virtual é a singularidade, ao passo que o próprio atual é a individualidade constituída”. Então, “por um lado o atual rodeia-se de outras virtualidades cada vez mais extensas, cada vez mais longínquas e diversas”; e por outro lado se impõe o movimento inverso em que o “virtual aproxima-se do atual para dele distinguir-se cada vez menos” (DELEUZE, 1996, p.51-53).

O alimento do virtual é, assim, para que fique ainda mais compreensível, a invenção da solução, a passagem de um problema para uma solução. Saliente-se que os processos dinâmicos do virtual e suas constantes atualizações ocorrem a partir da “virtualização”, termo correlato ao virtual e que significa a passagem do atual para o virtual. Tem-se, assim: a atualização como a passagem de um problema para uma solução, enquanto a virtualização é o inverso desse movimento.

Esse complexo problemático proposto por Lévy esclarece que não há, como muitos preconizam, uma “desrealização”, uma negação do real, mas sim uma mutação. Virtualizar é, desse modo, compreendido como um processo capaz de “fazer mutar” em direção a interrogações e em “redefinir a atualidade de partida como resposta a uma questão particular”, permitindo que “a interação entre humanos e sistemas informáticos” tenham a ver com a dialética do virtual e do atual, e não com o **antagonismo errôneo entre o virtual e o real** (Lévy, 1996, p.16-17). Assim:

O atual e o virtual coexistem, e entram num estreito circuito que nos reconduz constantemente de um a outro. Não é mais uma singularização, mas uma individuação como processo, o atual e seu virtual. Não é mais uma atualização, mas uma cristalização. A pura virtualidade não tem mais que se atualizar, uma vez que é estritamente correlativa ao atual com o qual forma o menor circuito. Não há mais inassinalabilidade do atual e do virtual, mas indiscernibilidade entre os dois termos que se intercambiam. (DELEUZE, 1996, p.54).

Se a virtualização fosse apenas a passagem de uma realidade a um conjunto de possíveis, seria “desrealizante”. E não sendo desrealizante, ela tende à atualização e acaba por firmar-se como um dos principais vetores da criação da realidade. **Então, o real assemelha-se ao possível, enquanto a realidade assemelha-se com a atualização**, com as mudanças, com a invenção de soluções de problemas e a resolução de problemas outros.

Por isso mesmo, não se pode abandonar, é claro, o fato de a informação necessitar de matéria-prima para existir, lógica que define sumariamente que, se todos os lugares materiais sumirem, a informação também sumirá. Essa afirmação está completamente baseada em Lévy (1996, p.56-57), autor que informa que, mesmo que possamos recopiar uma informação, ou transmiti-la, ou multiplicá-la, o suporte físico se faz, de algum modo, necessário.

Então, a primeira intenção de chamar de “museu virtual” o patrimônio do MASB a ser disponibilizado na rede, visando, com isso, fazer menção direta à Internet, não cabe numa pesquisa que constata que a **sociedade é virtual mesmo antes da era da informatização e do surgimento e atual disseminação das redes digitais**. Nesse sentido:

o mundo humano é "virtual" desde a origem, bem antes das tecnologias digitais, porque ele contém em toda parte sementes de futuro, possibilidades inexploradas, formas por nascer que nossa atenção, nossos pensamentos, nossas percepções, nossos atos e nossas invenções não deixam de atualizar (LÉVY, 2001, p.137).

A imaginação, a memória, a informação, a religião e o conhecimento, por exemplo, são prova disso. São desprovidos de “presença” e constituem importantes vetores sociais de virtualização¹³⁴. Todos esses vetores facilitam a compreensão do virtual ainda que tendenciosamente o virtual esteja inclinado para o caráter “não material”. No que tange à Museologia, não importa se há uma garantia da materialidade, e sim os modos de apreensão e apropriação de determinado patrimônio. Assim:

sabemos que todo espaço, território, lugar, atividade humana ou produto desta atividade podem ser qualificados como patrimônio. [...] A episteme moderna legou-nos o hábito de pensar o patrimônio a partir de espaços bem delimitados no existente: referências iconizadas da natureza ou da cultura, reconhecíveis a partir de espaços simbólicos identificados como arte, ciência, técnica, religião. Isoladas ou em conjunto, representadas ou não em materialidade, essas referências podem evocar um ‘passado’, percebido como fundamento do presente, dando a sensação de que algo, no tempo e no espaço, poderia existir em permanência. Hoje, quando a ciência e a técnica nos fazem perceber o devir como parte do presente (futuro em potência – virtual), instala-se a impermanência [...] onde já não temos certeza de coisa alguma (SCHEINER, 2004, p.230).

Serres (1995, p.176) (tradução nossa) confere à “não materialidade” **uma concepção baseada num espaço não designável, e não num espaço inexistente**. É correto, então,

¹³⁴ Lévy (1996, p.71) informa que três virtualizações fizeram o humano, fazendo menção à linguagem, à técnica e ao contrato e, com efeito, a espécie humana constituiu-se na e pela virtualização. Sendo assim, a mutação contemporânea pode ser entendida como uma retomada da autocriação da humanidade.

afirmar que esse lugar não designável proposto por Serres é o mesmo lugar desterritorializado proposto por Lévy. Para esta dissertação, pensa-se que o termo “não lugar¹³⁵” também seja adequado para (re)nomear esse espaço não designável, afinal, como bem pondera Augé (1994), “a possibilidade do não lugar nunca está ausente de qualquer lugar que seja”. Logo, é correto afirmar os espaços instaurados pelo ambiente cibernético cujas dimensões espaciais não têm razão de existir, de ser quantificadas, mensuradas ou delimitadas e é um “ambiente de transitoriedade, de passagem”, podendo ou não ter “relações duradouras”, pode ser chamado de “não lugar” (AUGÉ, 1994, p.98).

Esse novo elemento interposto nas noções espaciais, a cibernética, não requer a ordenação ou reordenação de corpos no espaço. Todo o fluxo de comunicação independe de extensões territoriais e de como estas se estabelecem. Mas não se pretende aqui criar um antagonismo classificatório de lugar e não-lugar, afinal, ao qualificar um espaço como um “não lugar”, quase que automaticamente, fica embutida uma nova classificação, portanto uma categoria para denominar um “lugar”.

No “lugar”, ou em um “não lugar” coisas são feitas o tempo todo... aqui, ali, acolá, externo, alheio, em ambientes digitais, etc. Serres (1994, p.176), numa contribuição (bem humorada), para a compreensão de que coisas são feitas o tempo todo, informa que, na verdade, o indivíduo não está fixo como árvores, mas a mobilidade pode para nada servir em certos casos (citando a galinha e o mosquito). Antes, o indivíduo está *fora, externo, alheio* ao que faz; está aqui, ali, “está lá”, “fora de si”. Nessa perspectiva, não há um espaço delimitado para o que se faz, presumindo-se, assim, a mutação constante inerente ao virtual, da sua constante atualização e da necessária e consequente virtualização. Daí a articulação traçada entre o não lugar – desterritorializado e o virtual – o devir.

Serres alerta, então, que o desterritorializar-se equivale a “estar fora”. Pela proposição do autor, ousa-se afirmar que o homem “está fora” dos espaços, está alheio,

¹³⁵O “não lugar” é um termo cunhado por Marc Augé para designar “tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos)” quanto “os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são alojados ou refugiados do planeta” (AUGÉ, 1994, p.36). São lugares transitórios de tal modo que acabam não possuindo significado o bastante para serem definidos como “lugar”. Para Augé, “na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, misturam-se, interpenetram-se. A possibilidade do não lugar nunca está ausente de qualquer lugar que seja. A volta ao lugar é o recurso de quem frequenta os não lugares. Lugares e não lugares se opõem (ou se atraem), como as palavras e as noções que permitem descrevê-las” (AUGÉ, 1994, p.98). Augé afirma também que “é no anonimato do não lugar que se experimenta solitariamente a comunhão dos destinos” (AUGÉ, 1994, p.110).

desterritorializado; mas “está dentro” do grande complexo problemático social que o faz fazer coisas o tempo todo. Torna-se, assim, relevante ressaltar que:

nós vamos em busca do prazer de nós mesmos: penso, ajo, trabalho, falo, portanto, eu existo fora de mim e fora de lá. [...] Na verdade, não estamos enraizados como árvores, apesar de quê toda a flora, mesmo imóvel, é fertilizada por aleatórias turbulências do ar [...] não somos seres que estão lá. [...] Ao contrário dos seres vivos da flora e da fauna viva, exceto mosquito e a galinha, todos morreriam se descessem três graus de latitude: esses são os verdadeiros seres que estão aí. Por outro lado, estamos sempre fora de lá (tradução nossa) (SERRES, 1995, p.176-178).

Admitir a ocupação de um espaço desterritorializado é como admitir que tudo e todos estivessem rodeados de virtualidades. Deleuze (1996) comenta que existem “círculos sempre renovados de virtualidades, cada um deles emitindo um outro, e todos rodeando e reagindo sobre o atual”. O atual, por sua vez, constitui um circuito, mas de duas maneiras: “ora o atual remete a virtuais como a outras coisas em vastos circuitos, onde o virtual se atualiza”, ora “o atual remete ao virtual como a seu próprio virtual, nos menores circuitos onde o virtual cristaliza com o atual” (DELEUZE, 1996, p.49-55).

Lévy (1996) explica que este circuito acima citado movimenta o nó de tensões inerentes da virtualidade:

Por um lado, a entidade carrega e produz suas virtualidades: um acontecimento, por exemplo, reorganiza uma problemática anterior e é suscetível de receber interpretações variadas. Por um lado, o virtual constitui a entidade: as virtualidades inerentes a um ser, sua problemática, o nó de tensões, de coerções e de projetos que o animam, as questões que o movem, são uma parte essencial de sua determinação (LÉVY, 1996, p.16).

Pelo exposto, o virtual é uma força ou potência que tende a atualizar-se; a atualização pode ser compreendida como instância que inventa soluções e facilita a passagem de um problema para uma resolução; virtualização marca a passagem de uma solução para um outro problema a ser resolvido. Estando virtualizados, pessoas, coletividades, atos ou informações são, portanto, desterritorializados, situados num “não lugar” que pode não ser designável, mas não é inexistente. Essa convivência com “problemas” a serem resolvidos num constante devir é, nada menos, que o circuito das mutações proposto por Lévy e Deleuze.

Desterritorializar, aliás, é um conceito curioso em se tratando do MASB, um museu de território. Além da importante e necessária compreensão de que o virtual não se limita à Internet, mas pode perfeitamente se utilizar desta, o museu de território estaria, quando virtualizado, condenado (ou, no mínimo, sujeito) a desterritorializar-se. Isso contribui para que a narrativa clássica de território já tratada nesta dissertação à luz da Museologia

(conceitos de museus de território), da História (construção imagética do Alto Sertão) e da Geografia (definições de espaço, lugar e território), seja submetida a uma prova, no mínimo, rude:

unidade de tempo sem unidade de lugar (graças às interações em tempo tela por redes eletrônicas, às transmissões ao vivo, aos sistemas de telepresença), continuidade de ação apesar de uma duração descontínua (como comunicação na secretária eletrônica ou por correio eletrônico). A sincronização substitui a unidade de lugar, e a interconexão, a unidade de tempo. Mas, novamente, nem por isso o virtual é imaginário. Ele produz efeitos. (LÉVY, 1996, p.9)

Considerar esse conceito é afirmar que o MASB, museu de território, numa perspectiva que perpassa pelo virtual, acaba por ser um “museu potência”, “mutável”, em constantes processos de virtualização e, por isso mesmo, desterritorializado. Esses processos de virtualização independem da Internet, do discurso da cultura digital ou das TICs. Nesse sentido, MASB é um museu virtual por tudo o que já é e para a projeção a que se destina ou propõe (detalhado em seu Plano Museológico). Essa instituição, de acordo com o conceito de virtual dado por Lévy, Deloche e Deleuze, adotado para esta pesquisa, já era um museu virtual muito antes da primeira proposta desta pesquisa, que, equivocadamente propunha disponibilizar essa instituição na Internet como se, ao fazê-lo, fosse cunhada uma “versão virtual” desse museu.

Não se pretende, em nenhum momento, afirmar que os museus de território sejam sinônimos de museus virtuais, mas, de outro modo, e na perspectiva de Lévy e Deleuze, os museus de território podem ser também museus virtuais. Todo museu, aliás, pode ser virtual. Isso não significa afirmar que apenas as tecnologias digitais constituam a estrutura ou a dinâmica de um museu virtual. O virtual não se restringe ao digital, mas o digital pode oferecer ferramentas operacionais e suporte ao virtual. Nesse sentido, o virtual pode ser mediado ou potencializado pelas tecnologias, porém não depende delas necessariamente.

Nessa perspectiva, museu virtual não é, como sugerem alguns estudiosos da Museologia ou da Tecnologia da Informação, apenas o que é vinculado ou associado erroneamente à imaterialidade, a tudo que se opõe ao físico e a tudo que esteja voltado para o computador. Sobre isso, Lévy¹³⁶ é categórico ao afirmar que “na esfera cultural, [...] teme-se (ou deseja-se)” que os chamados “museus virtuais” substituam os chamados “museus “reais”. Para o

¹³⁶ Lévy defende que há uma preocupação “com uma possível desencarnação da arte ou da relação com o mundo em geral, que a pálida cópia digital que pode ser acessada pela Internet nunca terá a mesma riqueza sensível da peça fisicamente presente” (tentando imprimir nesta afirmação uma concordância unânime). Mas, o autor crê que, mediante a história, é possível constatar “que a multiplicação das reproduções impressas, das revistas e livros de arte, dos catálogos de museus, dos filmes ou dos programas de televisão a respeito de cerâmica, pintura ou escultura não impediu – pelo contrário, incentivou a ida aos museus” (LÉVY, 1999, p.215).

autor há uma defasagem que credita ao virtual uma oposição ao real. Na verdade, os museus podem oferecer “serviços *on-line*” ou “sites dedicados à arte”. O “temer ou desejar” citados pelo autor são pontualmente relacionados ao “fluxo de visitantes nos prédios que abrigam as obras originais” (LÉVY, 1999, p.215).

Lévy a todo o tempo sinaliza que o valor comumente direcionado para os termos virtual e real é inadequado. Até aí, e pelas reflexões propostas até então, nenhuma novidade. Tudo muda quando Lévy afirma que:

Os “museus virtuais”, por exemplo, muitas vezes nada mais são do que catálogos ruins na Internet, enquanto é a própria noção de museu como “fundo” a ser “conservado” que é colocada em questão pelo desenvolvimento de um ciberespaço onde tudo circula com uma fluidez crescente e onde as distinções entre o original e a cópia evidentemente não têm mais valor (LÉVY, 1999, p.187).

O catálogo a que Lévy se refere é um recurso de comunicação como a apresentação dos resultados da pesquisa efetuada sobre as coleções, além de outros recursos, como artigos, conferências e exposições. Essa perspectiva permite considerar “a exposição não apenas como parte integrante do processo de pesquisa”, mas, “também, como elemento de um sistema de comunicação mais geral, compreendendo, por exemplo, as publicações científicas” (DESVALLÉE e MAIRESSE, 2013, p.35).

Ainda que esse pensamento de Lévy sobre os catálogos não possa ser rebatido em totalidade para todos os museus, Desvallée e Mairesse (2013, p.37) defendem o fato de “importantes investimentos” já terem sido “feitos por muitos museus em seus sites na Internet”, constituindo, assim, “uma parte significativa da lógica comunicacional destas instituições”. Concordando em que o uso da Internet pelos museus não faz desses museus virtuais e reconhecendo que o museu virtual é uma potência que busca a resolução de problemas, têm-se várias exposições virtuais ou ciberexposições¹³⁷, assim como os catálogos digitalizados, os fóruns de discussão mais ou menos sofisticados, e as diversas incursões dessas instituições nas redes sociais, como, por exemplo, o *YouTube*, o *Twitter*, o *Facebook*, etc.). Assim:

o desenvolvimento das novas tecnologias e do *design* por computadores popularizou a criação de museus na internet e a realização de exposições que podem ser visitadas na tela ou por meio de suportes digitais. Mais do que utilizar o termo “exposição virtual” (que designa, mais precisamente, uma exposição em potência, isto é, uma resposta potencial à questão do “mostrar”), preferimos os termos “exposição digital” ou “ciberexposição” para evocar essas exposições particulares que se desenvolvem na internet (DESVALLÉE e MAIRESSE, 2013, p.45).

¹³⁷ Para esta pesquisa o termo ‘**exposição digital**’ parece ser mais adequado.

Convencidos de que o virtual não se opõe ao real, e sim ao atual, portanto não concordando com o senso comum que faz crer nessa falsa oposição imediata, Desvallée e Mairesse (2013, p. 67) lembram que “o ovo é uma galinha virtual; ele é programado para ser galinha e deverá sê-la se nada se opuser ao seu desenvolvimento”. Esse pensamento sintetiza o já citado pensamento de Lévy (1991, p.15), que afirma que “a árvore está virtualmente presente na semente”. Tudo isso reforça a ideia desta pesquisa de definir o museu virtual como um

[...] **conjunto de museus possíveis, ou o conjunto de soluções possíveis** (grifo nosso) [...] Assim, **o museu virtual, em uma acepção que não é a do cibermuseu, pode ser definido como um ‘conceito que designa globalmente o campo problemático do museal** (grifo nosso), isto é, os efeitos do processo de descontextualização/ recontextualização. [...] O museu virtual, ao se constituir como uma gama de soluções possíveis para a questão do museu, **inclui naturalmente o cibermuseu, mas, nessa perspectiva, não se reduz a ele** (grifo nosso) (DESVALLÉE e MAIRESSE, 2013, p.67).

Magaldi (2010, p.59) comunga desse mesmo pensamento ao afirmar que “transferir museus existentes em meio físico para espaços modelados em meio eletrônico/digital não faz com que estas instituições, recriadas na Internet, sejam entendidas como museus virtuais”. Assim como pensam Desvallée e Mairesse, para Deloche (2001, p.188) (tradução nossa), **o museu virtual não é sinônimo de cibermuseu e, caso fosse, o museu virtual não existiria e nunca viria a substituir o museu concreto, com suas paredes, suas coleções, seu reconhecimento institucional.** Esse esclarecimento é importante porque, como já explanado, muitos autores comumente consideram webmuseus, cibermuseus e museus virtuais, para além de termos correlatos, termos tratados erroneamente como sinônimos.

Desse modo, as várias nomenclaturas que surgiram, na tentativa de categorizar o museu em relação às diferentes ferramentas e/ou a suportes tecnológicos, faziam do virtual uma categoria associada a aparatos digitais ou, muitas vezes, vinculada e restrita à Internet. Nessa lógica, ou os estudiosos categorizam as nomenclaturas como termos correlatos, ou as apresentam (cibermuseu, museus *on-line*, netmuseus, webmuseus e “museus virtuais”) como uma tipologia dentro de uma grande teia da qual ela se deriva e se inclina: museu. Esta segunda possibilidade dialoga com o senso comum no qual muitos estudiosos se apoiam e, conforme a pesquisa realizada, pode ser explanada da seguinte maneira:

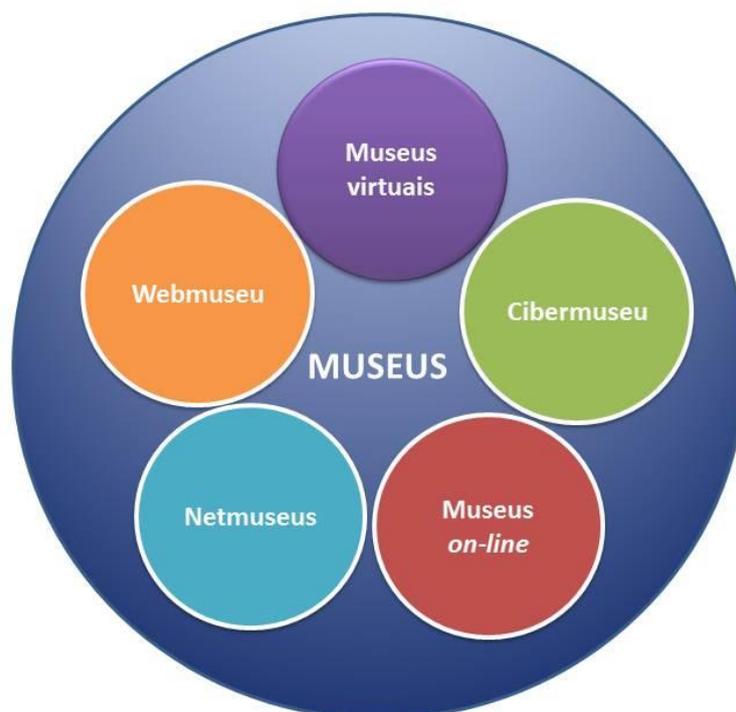


Figura 27: O senso comum e o virtual: conceito defasado de museu virtual como categoria restrita de museus.

Autor: Zamana Brisa. 2015.

As imagens digitalizadas eram (ou ainda são) a melhor desculpa para vincular o virtual às TICs. Noutra movimentação, é preciso reconhecer que “a arte não é mais que uma particularidade do mundo das imagens, e o museu, por sua vez, só é uma possível solução ao problema da exposição”. Deve-se questionar “qual é o vínculo que une as imagens e o museu ao virtual”. E “de uma vez por todas” [...] “que valor têm, à luz de uma reflexão filosófica, essas expressões tão unidas, como imagem virtual ou cibermuseu?”. Esses questionamentos são formulados por Deloche (2001) com intenção nítida de chamar a atenção para a confusão existente entre as imagens digitais e o que muitos chamam de “virtual” (tradução nossa) (DELOCHE, 2001, p.129).

Lévy (1996) responde a essas inquietações:

Seguindo estritamente o vocabulário filosófico, não se deveria falar de imagens virtuais para qualificar as imagens digitais, mas de imagens possíveis sendo exibidas. Virtual só eclode com a entrada da subjetividade humana no circuito, quando num mesmo movimento surgem a indeterminação do sentido e a propensão do texto a significar, tensão que uma atualização, ou seja, uma interpretação resolverá na leitura. Uma vez claramente distinguidos esses dois planos, o do par potencial-real e do par virtual-atual, convém imediatamente sublinhar seu envolvimento recíproco: a digitalização e as novas formas de apresentação do texto

só nos interessam porque dão acesso a outras maneiras de ler e de compreender (LÉVY, 1996, p.40).

Esclarecidas as inquietudes de Deloche, e entendendo os processos de virtualização que podem permear a todo e qualquer museu, independentemente de sua tipologia, categoria ou classificação que se queira nomear, tem-se o virtual, opondo-se ao atual e não ao real. Afinal, o virtual é perfeitamente real, e pode estar presente irrestritamente em museus, lugares e “nãolugares”:

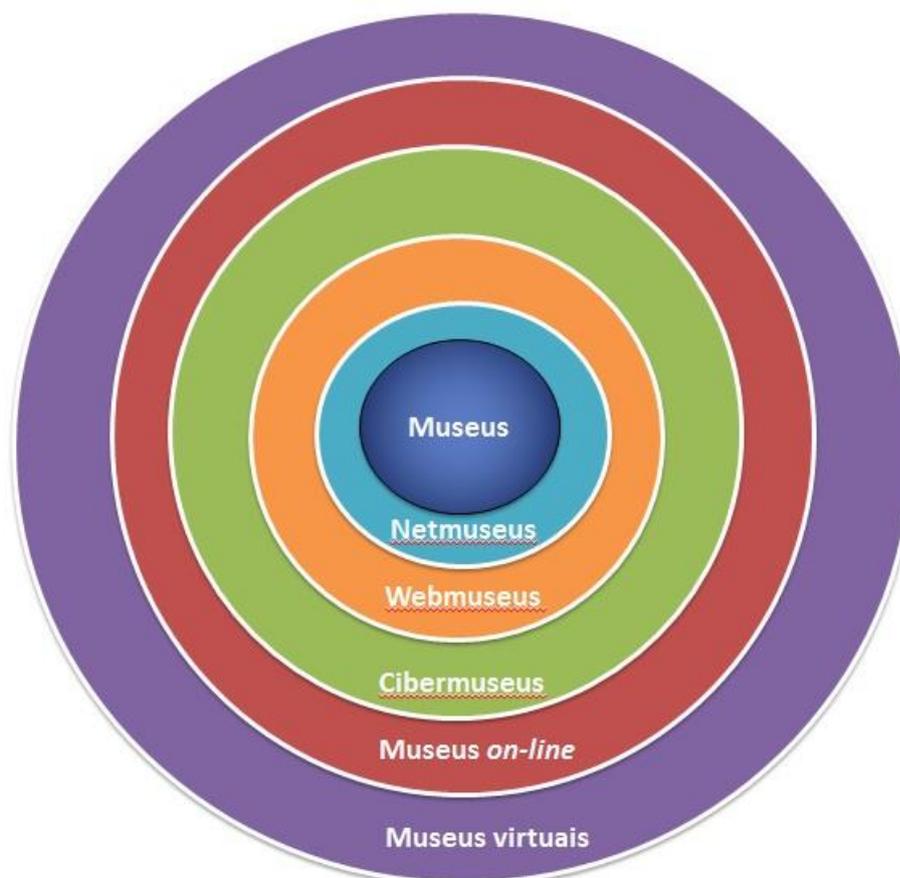


Figura 28: O virtual nos museus: força e potência irrestrita às tipologias. Autor: Zamana Brisa.2015.

A figura acima não prevê uma categorização de museu. Não propõe que os museus sejam “tradicionais e virtuais”, “ecomuseus e virtuais”, “físicos e virtuais”, etc. Não é uma e outra coisa, mas pode ser toda e qualquer coisa. O MASB, por exemplo, não é, a partir desta reflexão, um museu de território virtual, mas pode fornecer ou convidar os seus *stakeholders* a processos de virtualização, o que o torna, assim, um museu virtual. A proposta dessa figura está baseada nos processos de subjetivação, da percepção do indivíduo frente a possibilidades de virtualização.

Por tudo isso, entende-se nitidamente que “a questão do museu virtual não irá se desenvolver em termos de existência – realidade ou utopia –, senão em termos de sentido”. Definitivamente, “não se trata de debater sobre uma suposta substituição do museu por essa **proeza técnica, tão ingênua como futurista, que seria essa espécie de cibermuseu** (grifo nosso)”. Antes, é preciso atentar-se para as formas diversas de se “entender como podem explorar as distintas manipulações de imagens” (tradução nossa) (DELOCHE, 2001, p.183).

Ao que parece, o virtual está sendo utilizado por muitos estudiosos de museus para fazer menção aos meios tecnológicos sem nenhuma preocupação com a origem filosófica do que de fato vem a ser o virtual. Não que o virtual não possa se utilizar de suportes tecnológicos; tanto pode, quanto deve, se necessário. Mas, a potência virtual do museu não deve estar vinculada apenas às TICs. Portanto, “o museu virtual existe e, ele nada tem que ver com um prodígio tecnológico”. Antes, “é uma prolongação virtual do museu atual”. Seguramente, concorda-se com Deloche sobre a “situação do museu virtual” pela qual pode passar um museu. Portanto, “**não se tem que perguntar como construir um museu virtual [...] porque ele já existe** (grifo nosso)” (tradução nossa) (DELOCHE, 2001, p.188).

3.4 Enquete: expectativa (ou a falta desta) em torno de um museu expresso na “grande rede”

De todas as terminologias anteriormente citadas, destacam-se o webmuseu, o cibermuseu e o museu *on-line*. Pelos conceitos até aqui expostos, esses termos têm em comum o fato de utilizarem a Internet ou suportes digitais com a finalidade de expor coleções digitalizadas, ampliar o acesso a seus diversos públicos, disponibilizar catálogos digitalizados e informações diversas sobre os produtos e serviços do museu.

Isso significa que a intenção dessas nomenclaturas é, em certa medida, utilizar a grande rede ou aparatos digitais e *softwares* para tratar da comunicação institucional do museu (Jornalismo e Relações Públicas), além de publicizar e propagar ações voltadas para a pesquisa e preservação, dentre outras do museu (Publicidade, Marketing e Propaganda). É ainda uma maneira de armazenar e expor coleções digitalizadas, sendo a exposição um importante vetor de comunicação do museu.

Desse modo, comunicar o museu pela Internet incide, imediatamente, no fato de as ações do museu estarem, de algum modo, em diálogo com a Comunicação, dentre outras

áreas, seja gerindo a imagem do museu, adequando o seu discurso, produtos e serviços a seus *stakeholders*, tornando acessível o seu acervo, não se limitando a barreiras geográficas, promovendo-se, compartilhando determinado patrimônio, memória, saberes, fazeres, etc.

Independentemente do grau de interatividade, se existe fisicamente e também se manifesta na Internet, ou se existe apenas na Internet e não pressupõe um espaço físico, um museu expresso na grande rede cumpre o que preconiza o ICOM ou o que defendem os pesquisadores e estudiosos da Museologia sobre o papel do museu? Esta pergunta justifica a importância do Capítulo II desta pesquisa, que, de modo geral, mostra que o museu está a serviço da sociedade, pode oferecer formas que compreendam e atendam as demandas sociais que perpassam por caminhos que envolvam a comunicação (e a educação), a preservação e a pesquisa. O museu é também destinado ao aprendizado (pesquisa / educação), preza pela valorização do homem e o seu entorno (contextualizando o tempo e o espaço), propõe uma necessária e contínua reflexão (estimulando o questionamento). Por tudo isso, o museu é um meio e não um fim que estuda e comunica testemunhos materiais e imateriais do homem.

Respondendo ao questionamento proposto e inserindo o MASB no contexto: sim, a Internet até pode, de alguma forma, cumprir **parte** do papel do museu no tocante à salvaguarda, pesquisa, ação social e comunicação do patrimônio e das relações do homem com os seus objetos. Mas, salvaguardar o patrimônio em um “não lugar” significa, em certa medida, valer-se de uma “memória que guarda a memória”. Para melhor compreensão desta reflexão, cite-se, à guisa de exemplo: a agenda telefônica de um aparelho celular e as fotografias digitais.

Ocorre que o número de contato de uma pessoa é salvo em um *smartphone* e, assim, quando se pretender realizar uma ligação para alguém, busca-se na agenda previamente preenchida e não se digita o número valendo-se da memória humana – é como inferir que, dos quase 200 contatos que pode guardar um *chip* telefônico, guardam-se na memória humana apenas os essenciais (número da residência, número do trabalho, números de familiares e amigos mais próximos) – o *smartphone* então guarda parcialmente a memória da memória. A memória da máquina (memória não humana) guarda parte da memória humana.

Outro exemplo prático pode ser dado a partir de fotografias que eram “reveladas” com uma frequência muito maior que na atualidade. O fato de poder visualizar a fotografia sem que seja preciso imprimi-la ou revelá-la facilita que a memória das fotos seja guardada na memória não humana dos HDs, DVDs ou CDs, por exemplo. Então, esses suportes tecnológicos podem funcionar como a memória da memória, ou seja, uma metamemória.

Todo esse percurso serve para enfatizar que a metamórfia, a inteligência das máquinas ou a internet das coisas não se configuram como empecilhos para que o museu se valha da Internet para comunicar e oferecer produtos e serviços *on-line*. Também não interfere, como explanado na seção anterior, que o virtual seja uma essência potencial irrestrita para todo e qualquer museu independente de tipologias. O virtual existe de fato e não de ato, e, como já afirmado, virtualização é um processo pelo qual pode passar um museu, portanto o termo museu virtual é um processo, uma metamorfose aplicada à imagem, uma situação e não uma categoria e, por isso mesmo, o MASB, museu de território, também pode ser considerado virtual.

Esse entendimento, entretanto, é, ainda, do pesquisador. Nas frequentes reuniões que ocorrem em prol da montagem e execução da exposição de longa duração e da inauguração da sede do museu em questão, e das atividades que ocorrem nos núcleos dessa instituição, o virtual é, com frequência, associado à Internet e à não materialidade. Entretanto, a criação de um *site* para o MASB, ponto de pauta de muitas reuniões no âmbito do GT dessa instituição, e fonte riquíssima para esta pesquisa, nunca foi sinônimo de um museu virtual para o grupo: era (e ainda é) apenas e simplesmente a criação de um *site*.

Para entender a expectativa, ou a falta dela, em torno de um museu expresso na e pela Internet, a pesquisa qualitativa foi essencial. Essa percepção é importante porque, atualmente, “a ‘facilidade de uso’ tem constituído uma meta tão obrigatória que, às vezes, nos esquecemos de que muitas pessoas simplesmente não querem usar a máquina.” (NEGROPONTE, 1995, p. 100). Inicialmente esta pesquisa seria realizada por meio de questionários e entrevistas em profundidade com professores e alunos da UNEB (*Campus* de Caetité), membros do GT do MASB e voluntários do GT da AMASB.

Isso era apenas uma meta do pesquisador e não necessariamente um desejo do grupo. Algumas reuniões tiveram como ponto de pauta a criação de um *site* do MASB, a apresentação do projeto que originou esta pesquisa, a intenção de planejar e executar atividades de entrevistas em profundidade, mas outras atividades foram, para o grupo, àqueles momentos, prioritárias (como a elaboração de projetos a serem encaminhados para editais, planejamento de ações e visitas aos núcleos, palestras, participação e realização de eventos, inauguração da sede, repatriação do acervo arqueológico – atualmente em São Paulo, etc.).

Se o desejo do pesquisador fosse o mesmo da comunidade de entorno do seu objeto de estudo, não seria necessária a pesquisa, nem tampouco haveria o pesquisador. Por isso, como meio exploratório, a pesquisa voltou-se para contemplar uma pequena parcela de

representação social, as crianças: promessa da memória humana no futuro. Essa percepção foi aguçada a partir de uma moradora do bairro da Chácara, local onde está situado o prédio que sediará o MASB. Essa moradora é professora do ensino fundamental e, num encontro muito despretensioso, questionou sobre a demora na inauguração do museu e externou o desejo de apresentar o MASB para os seus alunos.

O prédio do MASB ainda passa por processos de restauro e não pode receber os alunos. Então, se os alunos não podem ir ao MASB, o MASB vai até os alunos. Essa atividade foi apresentada e legitimada pelo GT e pela associação de amigos dessa instituição e, além de um meio exploratório de pesquisa, configurou uma ação educativa do MASB na escola. Trata-se de uma escola da rede pública municipal de ensino, o Grupo Escolar Monsenhor Bastos, que recebeu muitíssimo bem a ideia das atividades.

Foi elaborado um miniprojeto intitulado “Um museu para chamar de meu”. Esse projeto foi apresentado para o GT do MASB, representantes da AMASB e para a comunidade escolar em questão. (Apêndice H). As atividades foram elaboradas com vistas a atender a uma turma de alunos do 2º ano do ensino fundamental, composta por 27 crianças residentes nas zonas urbana e rural, sendo 17 meninos (quatro de 7 anos e treze de 8 anos) e 10 meninas (sete de 8 anos; uma de 9 anos e duas de 7 anos). As atividades foram planejadas em seis etapas, a saber: Etapa I – experiências com computadores ou outros meios; Etapa II – o conceito de museu e visita a museus; Etapa III – museus na Internet; Etapa IV – experiência prática de utilização de computadores com acesso à Internet; Etapa V – apresentação do MASB e VI – o MASB e a Internet e Etapa VII – dinâmica do “dominó do MASB”.

A primeira etapa da atividade teve o objetivo de saber se as crianças frequentavam o laboratório de informática da escola, se tinham acesso à Internet e, caso tivessem, a partir de quais meios e aparelhos eletrônicos. Essa etapa da pesquisa (surpreendentemente) revelou que 18 alunos possuíam *tablet*, 11 possuíam telefone celular analógico, 5 alunos possuíam *smartphones* e 7 possuíam computadores. Essas informações surgiram numa roda de conversa informal e as crianças deram conta de detalhes que diferenciavam um celular analógico (“aquele que não tem zap¹³⁸”) de um celular digital (“que mexe na tela”). Todos esses aparelhos estavam ao alcance dos alunos em ambiente doméstico: ou era do irmão, da mãe, do

¹³⁸ O “Zap” ou “Zapzap” é nome pelo qual muitas pessoas reconhecem um aplicativo chamado *Whatsapp*, criado em 2009. Trata-se de um *software* para *smartphones* criado para a troca de mensagens instantâneas, vídeos, com as fotos e áudios através de uma conexão com a Internet. O *Whatsapp* é atualmente compatível com todas as principais marcas e sistemas operacionais de *smartphones* do mundo, como o *iPhone (iOS)*, *Android*, *Windows Phone*, *BlackBerry* e *Nokia*. Informações disponíveis em: https://www.whatsapp.com/?l=pt_br Acesso em 17 de dezembro de 2015.

pai, ou, até mesmo, pessoal. Eles ainda não haviam frequentado o laboratório de informática da escola, mas já falavam em nomes de *sites* de busca, jogos *on-line* e aplicativos de celulares com muita familiaridade.

“E o que é a Internet?” Esse questionamento foi respondido de formas diversas. Uns disseram que “é usar o *tablet*”, outros que “é jogar no computador”, outros que “é colocar *www*”, outros que “é o *gúgo*¹³⁹”. Alguns não sabiam explicar o que era e faziam gestos com as mãos como se estivessem tocando numa tela *touch screen*, outros disseram “não sei explicar, mas sei colocar lá na lupinha e dar um *enter*”. Essas informações estão relacionadas com os seguintes dados: entre as meninas, 8 sabem o que são aplicativos e 2 não sabem; entre os meninos, 12 sabem o que são aplicativos e 5 não sabem. Unanimemente, todos os alunos afirmaram que, ao acessar a Internet, acessam *sites*. Aparentemente as crianças souberam traçar diferenças entre *sites* e aplicativos.

A Etapa II teve o objetivo de saber qual o conceito de museu que os alunos possuíam (caso possuíssem). Teve objetivo também de sondar se as crianças já visitaram museus, e, em caso afirmativo, qual teria sido esse museu, qual o acervo que ele possuía, em qual cidade ou estado estava situado. Sobre o que é museu, destacam-se as seguintes respostas escritas: “Museu esponde quadros e esculturas e coisas antigas”. “O museu tem osos de dinosauros”. “Guarda coisas muito antigas de artistas”. “O museu é antigo, é coisa velha, tudo que é antigo”. “Legal, grande e interessante”. “Museu representa coisas antigas”. “Museu é dinossauros, potes, roupas, moedas e coisas antigas e quadros”. “Museu é uma casa para visitar”. “É um local onde ficam as histórias antigas e ossos de dinossauros”. “É um lugar onde fica os caco, pote e vasilha quebrados”. “Museu é um lugar muito bonito, muito grande e legal”¹⁴⁰.

Nessa etapa os alunos definiram o que, na opinião deles, não poderia faltar em um museu e, em seguida, os que se sentiram à vontade, verbalizaram e compartilharam sobre o que escreveram para todos os colegas. Sempre que possível, algumas perguntas orais e intervenções eram feitas. Desse modo, surgiram algumas reflexões muito interessantes, dentre as quais, destaca-se: “Museu tem que ter coisas antigas e quadros novos”. A intrigante relação entre o antigo e o novo foi motivo de muita curiosidade (entre o pesquisador-facilitador e a

¹³⁹ O Google é uma empresa multinacional americana de serviços *on-line* e *software*. No sentido que o aluno afirma, mais se assemelha aos serviços de buscas *on-line* dessa empresa. O *site* de buscas recebeu o nome da referida empresa, Google.

¹⁴⁰ A escola possui um documento que permite o uso da imagem e publicidade dos alunos. Entretanto, preferiu-se não expor os nomes das crianças que participaram das atividades da enquête.

professora da turma que acompanhava as atividades). Quando oralmente perguntado sobre o que seriam os quadros novos, a aluna disse que “os quadros antigos são muito sem graça e sem cores e os novos são mais coloridos, diferentes e mais bonitos”.

Outra curiosidade nessa etapa foi quando uma aluna afirmou que num museu não podem faltar coisas quebradas. Quando perguntado sobre o porquê de querer ver as coisas quebradas, a aluna disse que gostava de ver como elas eram coladas parecendo um “quebra – cabeça”. Foi também nessa etapa que um aluno considerou que todo museu deveria ter um ovo de dinossauro. Oralmente ele informa aos colegas que queria ver o tamanho do ovo porque, se o dinossauro é “grandão”, o ovo deve ser gigante “assim, ó” (disse isso subindo na cadeira fazendo movimentos com as mãos, sugerindo que o ovo fosse maior que ele).

Ainda nessa etapa, uma aluna afirmou que num museu não pode faltar roupa de praia e de dormir porque assim “dava pra saber ‘como era’ essas ‘roupa’ antigamente e hoje”. Outra aluna afirmou que em um museu não poderiam faltar brinquedos antigos, principalmente uma “boneca de sabugo” porque ela gostaria de saber como era essa boneca. Sem que fosse necessário questionar, a aluna foi logo explicando que a mãe dela conta que na infância não teve recursos para comprar “bonecas de loja” e brincava com bonecas feitas por ela mesma com o sabugo do milho e, se tivesse uma dessas no museu, ela iria saber como era.

A Etapa II foi importante também, pois nela foi possível saber que 22 crianças ainda não tinham visitado um museu e apenas 5 afirmaram já tê-lo visitado. Isso significa que, ou as crianças não visitaram a Casa Anísio Teixeira e o Museu da Cultura Popular e Arquivo Público de Caetité, ou não os reconhece como instituições museológicas. Entendendo que apresentar estas duas instituições como museus pudesse interferir na pesquisa, não houve nenhuma intervenção nesse sentido. Portanto, tem-se o gráfico abaixo:

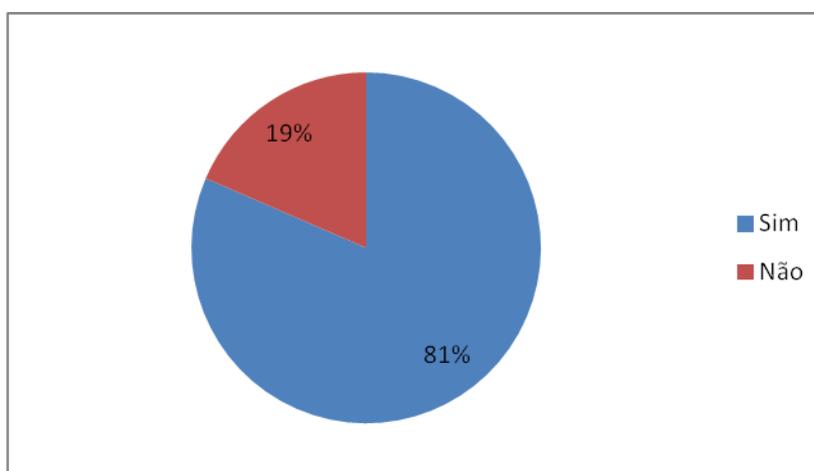


Gráfico 1: Sobre já ter ido a um museu

Dentre os 5 alunos que informaram que já haviam visitado museus, uma era menina. A resposta afirmativa desta aluna parece ter sido influenciada pela resposta do colega ao lado. Ela não soube falar qual seria esse museu, nem onde ele ficava, nem outras informações pertinentes. Quando questionada sobre o que ela achava que deveria haver no museu, resumiu sua resposta escrita em: “axo que ten cosas metegas”. Para ela, isso significava dizer que o museu era um local de coisas “muitos legais”. A professora chamou a atenção para o fato de essa aluna apresentar dificuldades quanto ao processo de alfabetização e possuir algumas limitações quanto ao desenvolvimento da escrita (menor em relação ao restante da turma).

Aparentemente influenciado pelo colega, outra criança também informou que já havia visitado museus, mas não soube dizer onde era o museu, o que havia na exposição, nem uma data ou ano aproximado em que ocorreu a visita. Outra criança disse que conhecia o MASB, que ele já havia conhecido este museu na escola¹⁴¹. Outra criança aguardava ansiosa a sua vez para verbalizar a sua resposta escrita e com muita entonação afirmou: “Eu já vi o MASP, de São Paulo. Foi na Internet e tinha muitas coisas legais”. Influenciado por essa resposta, outra criança apagou o que havia escrito, escreveu outra frase e compartilhou com os colegas que também havia ido em um museu (na resposta escrita consta: “eu vi na ‘internet’ museu alegre e as coisas era ‘oso’ de dinosauro e potes antigos”).

Essas respostas facilitaram bastante uma pequena introdução feita para que a Etapa III fosse iniciada, pois as atividades propostas eram voltadas para a Internet e para os museus. O objetivo era verificar se os alunos conheciam ou já tinham ouvido falar em *sites* de museus, ou objetos de museus acessíveis na Internet. A folha de papel que os alunos receberam para assinalar se sabiam que objetos de museus podem ser acessados pela Internet possuía apenas duas opções: sim ou não. Só que os alunos, com a lembrança da resposta do colega (que noutro momento havia dito que conhecia o MASP pela Internet) escreveram “fiquei sabendo”, ou “agora eu já sei”, ou ainda “meu colega me falou” ao lado de suas respostas.

Numa roda de conversa muito descontraída, os alunos foram surpreendidos com a seguinte questão: E se hoje a gente pudesse acessar vários objetos de museu pela Internet, vocês gostariam que fosse pelo celular, pelo *tablet* ou pelo ‘computador’? Das 27 crianças presentes na atividade, 4 afirmaram que preferiam que esse acesso fosse por meio de um ‘computador’, 14 por meio de um *tablet* e 9 por meio do celular (*smartphone*). Nessa altura, e

¹⁴¹ De acordo com a direção da escola, colaboradores da Zanettini Arqueologia já fizeram atividades nessa escola. Além de apresentar o projeto do MASB para todas as crianças da unidade escolar, os alunos maiores (5º ano) foram para uma visita técnica ao Núcleo Museológico Arqueológico Moita dos Porcos.

dada a informalidade e certa carga lúdica pela qual foram encaminhadas as discussões, a sala de aula foi, aos poucos, sendo preparada para a próxima etapa.

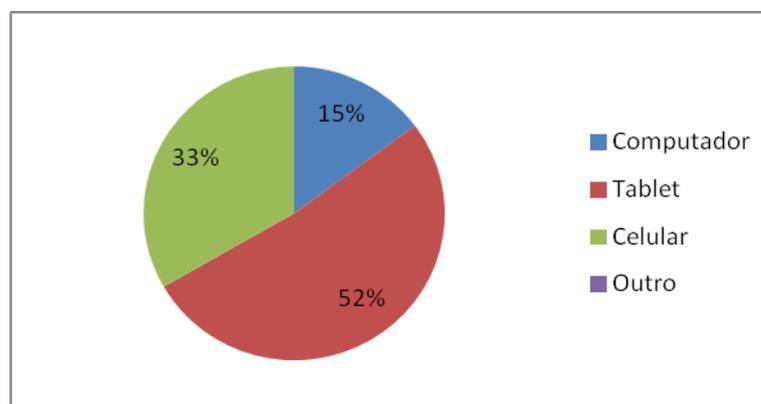


Gráfico 2: Sobre os meios para acessar objetos de museus

O equipamento já havia sido cuidadosamente testado e carecia apenas de alguns comandos para o seu funcionamento. Foram ligados um *notebook*, um projetor multimídia e caixas de som. Curiosos com a preparação para a próxima etapa, todos começaram a conversar e, no cantinho da sala, um aluno, o mesmo que já havia “ido” ao MASP pela Internet, gritou: “Uau! A gente vai ver um museu virtual ‘quem’ o MASP! Vai! Não é, tia?”. **O senso comum alcançou as crianças. Ou as crianças alcançaram o senso comum?** Questionamentos à parte, Negroponte (1995, p.189) bem lembra que “talvez nossa sociedade tenha muito menos crianças incapazes de aprender e muito mais ambientes incapazes de ensinar do que hoje percebemos”.

A resposta para o referido aluno foi: Vamos acessar um *site* de um museu: nele há pessoas, fotos, vídeos, danças, depoimentos, folclores, culturas diferentes, e muitas outras coisas. Tudo isso deveria ser projetado no ambiente da sala de aula, não fosse um problema de ordem técnica: a conexão muito lenta com a Internet. A segunda opção, então, anteriormente planejada, deu início à Etapa IV com atividades que ocorreram no laboratório de informática da escola.

Acomodados no laboratório em grupos de dois ou três alunos, uns queriam abrir novas abas no navegador do computador, mostrando-se bem familiarizados com o manejo dessa máquina. Outros tocavam insistentemente com os dedos no monitor como se ele fosse *touch*

screen e não sabiam o que era, nem como se utilizava um teclado ou *mouse*¹⁴². Outros queriam acessar o *facebook*. Passado o alvoroço de estarem pela primeira vez no laboratório de informática da escola, todos foram seguindo as instruções de um quadro que, passo a passo ia sendo preenchido com informações. A primeira delas: vamos digitar aí, nesse espaço em branco, perto da “lupinha”, as palavras Museu da Pessoa¹⁴³ (já que o MASB não possui um endereço eletrônico). A partir daí, outros comandos foram sendo executados para que o *site* pudesse ser explorado na medida do possível (Figura 29).



Figura 29: Pesquisa qualitativa. Laboratório de informática escolar. Autor: Hilda Bárbara Maia. 2015.

A escolha em acessar a página eletrônica do Museu da Pessoa está fundamentada no fato de esse museu dialogar intimamente com manifestações mais inclusivas e contemporâneas do que se entende por patrimônio e exposições. Esse museu existe na

¹⁴² Esse fato foi tão curioso que exigiu um cuidado maior. Tratava-se de um grupo de quatro alunas que afirmaram que nunca haviam “mexido” em um computador, só no *tablet* de familiares. Isso justificou a falta de manejo com o computador e com o *mouse*, além de tornar compreensível o fato de as alunas tocarem no monitor do computador, aguardando a resposta a um possível comando. O mesmo aconteceu com o teclado do computador: a novidade de teclar fora de uma tela *touch screen* até arrancou risos das crianças.

¹⁴³ “O Museu da Pessoa foi fundado em São Paulo, em 1991, com o objetivo de constituir uma Rede Internacional de Histórias de Vida. Desde o início, ainda antes da popularização da Internet, nos definíamos como um museu virtual. Naquele momento entendíamos que o Museu da Pessoa seria um espaço para registrar, preservar e disseminar histórias de vida de toda e qualquer pessoa da sociedade. As narrativas, organizadas em uma base digital, serviriam para contribuir com a criação de diferentes perspectivas da nossa sociedade. Conhecer – por meio da escuta ou da leitura – um grupo de histórias de vida é uma maneira de expandir nossa visão do mundo, pois elas são uma peça de informação única, que nos mostra como as diferentes pessoas criam suas próprias realidades. A crença no poder das histórias permeou toda a trajetória do Museu da Pessoa”. Informação disponível em: <http://www.museudapessoa.net/pt/entenda/historia> Acesso em 07 de abril de 2015.

Internet, portanto pode ser entendido como uma página eletrônica dedicada a guardar e expor a memória da memória – metamemória; além de expressar, comunicar, preservar e fornecer subsídio para pesquisas que envolvam noções mais ampliadas de patrimônio, ou uma página eletrônica que funcione, por exemplo, como fonte de ações educativas em escolas.

Pode ser ainda um museu eletrônico, um webmuseu, um museu *on-line* ou um cibermuseu ou, simplesmente, uma página eletrônica com exposições digitais, informações institucionais, ações e outras atividades do museu (oficinas, realização de projetos, participação em eventos, etc.). Ainda que a exposição digital exista apenas na página eletrônica desse museu, sua atuação, entretanto, não se limita à grande rede. E, como existe apenas na Internet e dela necessita para existir, é justo que sua tipologia indique o principal modo de expressar desse museu.

E esse museu é virtual! Para muitos estudiosos, o Museu da Pessoa é virtual porque existe apenas na Internet. Defende-se aqui, ao contrário, que o Museu da Pessoa é virtual pela constante transformação a que se propõe, pelos contínuos processos de virtualização pelos quais passa o seu acervo, as suas exposições, suas coleções e outras atividades. É dinâmico, mutável e atualiza-se a todo o tempo, portanto é virtual. Então, não é o fato de precisar da Internet para existir que esse museu pode ser considerado virtual. Antes é a atualização, o movimento, o devir que o torna virtual.

Essas particularidades foram fundamentais na escolha do museu a ser apresentado para os alunos. Além disso, o fato de “registrar, preservar e disseminar histórias de vida de toda e qualquer pessoa da sociedade¹⁴⁴” dialoga com o MASB, instituição que também preza por noções mais ampliadas de patrimônio em sua missão, visão e valores. O resultado dessa experiência foi expresso em frases como: “Eu gostei de ver as histórias das pessoas que contaram suas vidas”; “é muito diferente porque não tinha osso de dinossauro e só tinha pessoa”; “Eu ‘axei’ muito muito muito legal legal legal”.

Lévy (1996, p.47) bem lembra que a informática tem a função de capturar, digitalizar, guardar (memória), tratar e apresentar, sendo o ciberespaço, nessa mesma lógica, a virtualização do computador. Sobre a potencial contribuição do computador para a mudança da realidade da educação, Negroponte (1995) lembra:

Na década de 1960, grande parte dos pioneiros no emprego dos computadores na educação defendia o infeliz binômio exercício/prática, utilizando computadores para, numa base de um para um e em seu próprio ritmo, ensinar com maior eficácia os malditos fatos de sempre às crianças. Hoje, com a coqueluche da multimídia,

¹⁴⁴ Informação disponível em: <http://www.museudapessoa.net/pt/entenda/historia> Acesso em 7 de abril de 2015.

temos fanáticos do binômio exercício/prática que pensam que podem colonizar a energia de um videogame para esguichar ainda mais informação na cabeça das crianças, com uma maior – como dizem – produtividade. Em 11 de abril de 1970, Papert comandou um simpósio no MIT intitulado “Ensinando crianças a pensar”, no qual propunha a utilização dos computadores como mecanismos que as crianças ensinariam e, ensinando, aprenderiam (NEGROPONTE, 1995, p. 189).

A Etapa V foi planejada para apresentar o MASB: apresentar o projeto do museu, os motivos que legitimaram a sua existência, mostrar algumas imagens (foram utilizadas as imagens da exposição Museu na Escola), falar sobre o patrimônio material e imaterial e explicar sobre ecomuseus e museus de territórios. Supondo a existência do MASB na Internet, quando convidados a acessá-lo por meio da grande rede, todos se animaram. Sobre o meio para que o acesso aconteça, tem-se o seguinte gráfico:

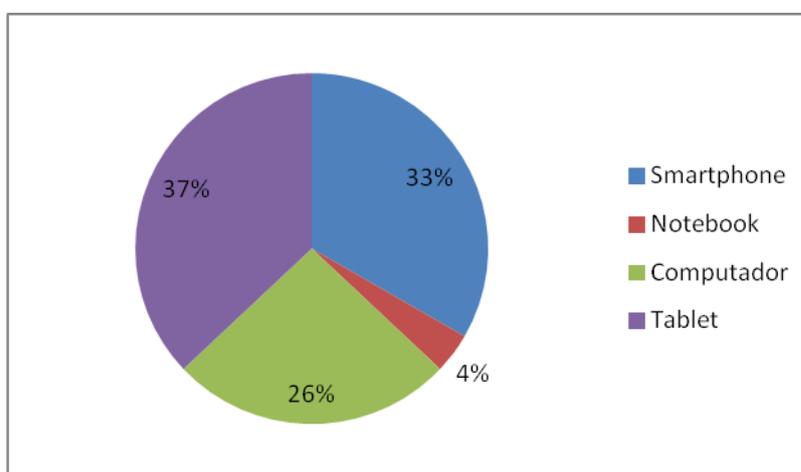


Gráfico 3: Sobre os melhores meios para acessar o MASB pela Internet

Nessa etapa foi possível identificar também o que, na opinião dos alunos, não poderia faltar no MASB quando expresso na Internet. Os jogos foram mencionados por 23 de um total de 27 alunos. Oralmente alguns falaram em “jogos de museu no celular ‘quem’ o ‘jogo dos docinhos’ ”. Por curiosidade, foi questionado aos alunos se não era “legal” também jogar nos *sites*. Em resposta, um aluno respondeu: “tem que baixar, tia, no celular, aí a gente joga e ‘carrega’ rapidinho”. Com um pouco mais de curiosidade e para problematizar ainda mais, foi questionado, para os alunos, se no *site* demora mais que no aplicativo instalado no celular. A resposta foi ainda mais surpreendente: “é que o *site* tem que tá com Internet, e no celular não”.

Esse foi um dos momentos cruciais da realização dessa enquete, pois revelou que o MASB, para esses alunos, poderia ser expresso por meio de um aplicativo e não de um *site*.

Há que se lembrar que o nome do projeto que conduziu essas atividades recebeu o nome de “Um museu para chamar de meu”: a sugestão do pesquisador era expressar o MASB na e pela Internet, mas a proposta das crianças foi criar um aplicativo que sequer precisa estar conectado à Internet. Após ser instalado, alguns aplicativos, como o “jogo dos docinhos” mencionado pelo aluno que, supostamente foi entendido como o *game* “*candy crush*”, podem ser utilizados *off-line*.

Além dos jogos, os alunos mencionaram: música, histórias das pessoas, vídeos da “gruta” da Moita dos Porcos, imagens das “flexas” dos índios “de antigamente”, potes quebrados antigos achados na terra, notícias e “aplicativo pra ‘baxar’ no celular”.

A última etapa foi marcada por muita descontração e “disputa”. Os alunos se dividiram em grupos para montar um dominó não muito convencional (Apêndice I). Como modo de estimulá-los, foi dito que o grupo que terminasse primeiro ganharia um prêmio, mas todos, independentemente da brincadeira, ganharam o tal prêmio: um lápis decorado com um cata-vento feito com papel reciclado e semente de ipê-rosa, colhida aos pés da enorme árvore encontrada no pátio da escola onde foram realizadas as atividades.

A proposta dessa atividade era que os alunos construíssem conexões ao expressarem, por meio de desenhos e palavras, uma sequência proposta por eles mesmos. Dessa maneira, foram elaboradas as “peças” do dominó: ou com uma imagem e um espaço em branco para que o aluno atribuísse um nome àquela imagem, ou uma palavra para que o aluno desenhasse uma imagem que pudesse definir a palavra. Foram, ao todo, 24 peças do “dominó”, cada uma com duas possíveis associações, dentre as quais, destacam-se:

1) **as palavras e imagens pré-definidas:** mapa da Bahia com o nome do MASB, igualdade, boi de Idalino¹⁴⁵, cultura e cidade, respeito e união, computador, igreja, amor, trabalho, fé, teatro, aprender, logomarca do *facebook*, praça, capoeira, carro de boi¹⁴⁶, brincar, Casa Anísio

¹⁴⁵ A partir da década de 1950, Caetité possuía clubes sociais: os “ricos” no Aero Club, e “pobres” no Círculo Operário” – citado no Capítulo I desta pesquisa. Em tempos de carnaval, desfiles alegóricos cortavam a cidade. Na década seguinte surge o “boi” de Idalino Barberino, que movimentava a cidade em um desfile junto a uma batucada e “caretas”, todos do bairro da Feira Velha, onde se situava o (já demolido) prédio Mercado Público Municipal – também mencionado no Capítulo I. Mais tarde, na tentativa de “acompanhar” a Lavagem do Bomfim e outras “lavagens” que ocorriam na capital baiana, jovens se organizaram para “lavar a esquina” da casa onde viveu Monsenhor Osvado (caetiteense ordenado padre em 1945 e devotado aos serviços pastorais em Caetité ao longo dos seus 98 anos de vida). A “Lavagem da esquina do padre” ainda é atualmente comemorada todos os anos no mês de janeiro. A concentração das “caretas” e da população que se fantasia para a festa ocorre no bairro da Feira Velha e dali sai, com um cortejo que corta a cidade de Caetité, tendo, à sua frente, o “velho boi bumbá” do Idalino, hoje conduzido por seu filho “Idalinho”.

¹⁴⁶ “Desde criança, lá no começo dos anos 1970, cresci tendo na paisagem o cantar dos carros de boi que toda semana, nas quartas e sextas-feiras, seguiam rumo ao Mercado levando os produtos da zona rural: a mandioca, a moranga, os rolos de fumo, a tapioca... Qual menino, daqueles tempos, não pedia uma “ponga” e, sentados na

Teixeira, música sertaneja, terno de reis¹⁴⁷, alegria, *tablet*, televisão, pintura rupestre, benzedeira, leitura;

2) **palavras pré-definidas sem imagens** (com espaço para desenhos): museu, sertão;

3) **imagens pré-definidas sem palavras** (com espaço para a escrita): logomarca do *whatsapp*, esportes paraolímpicos, filarmônica, celular analógico, símbolos que podem representar o sinal de conexão sem fio (*wi-fi*).



Figura 30: Pesquisa qualitativa em sala de aula. Autor: Zamana Brisa. 2015.

Como os alunos estavam organizados em quatro grupos, foram muitas as possibilidades de associação das imagens e palavras. As que mais merecem destaque foram: o mapa da Bahia com o nome do MASP vinculado à palavra museu com o desenho de uma casa; a logomarca do *whatsapp* vinculada ao símbolo que pode representar o sinal de conexão sem fio disponível (*wi-fi*); o mapa da Bahia com o nome do MASP vinculado à imagem de

“mesa”, e não se divertia sendo levados por aquele aparato todo de madeira, conduzido por uma parilha de animais dóceis e dolentes, cada um deles mais bonito que o outro? É festa da Padroeira, em Caetité. 18 de julho de 2014, dia de sexta-feira, dia da procissão dos carros [...] vieram de longe: da Candonga, do Cuba, de Barrinha e do Anguá. Cortaram as invasoras estradas de asfalto onde a terra deveria ser a única passagem digna para as rodas de madeira, ferradas, para este grande dia...” Esse depoimento do caetiteense André Koehne narra uma tradição de Caetité: o desfile dos carros de boi nas comemorações da padroeira católica daquela cidade. Participantes de várias comunidades rurais caetiteenses ficam concentrados, com os seus carros de boi, no Centro de Treinamento de Líderes (local que pertence à Diocese de Caetité). Carregados de crianças e adultos e enfeitados com palhas e flores de *bougainvillea* – naquele local popularmente conhecido como “bugueví” ou “buguevilho”, cortam a cidade rumo à Catedral da padroeira da cidade para participar da celebração católica (missa) e receber a bênção (“água benta” aspergida pelos sacerdotes nos animais e nos carros de boi).

¹⁴⁷ O movimento que mais retrata a cultura dos ternos de reis na cidade de Caetité ocorre anualmente num evento conhecido como o “Encontro de Ternos de Reis e Violeiros”. Rumo à trigésima edição em 2016, o evento acontece em praça pública e movimenta tanto a zona rural quanto a urbana.

um *tablet*; a imagem do boi de Idalino vinculada à imagem da praça; a imagem do carro de boi vinculada à palavra sertão (foram desenhados mandacarus no espaço em branco); a imagem da igreja vinculada à palavra fé; a imagem da Casa Anísio Teixeira vinculada à imagem de teatro. Dentre alguns desenhos e palavras elaborados pelos alunos destacam-se:

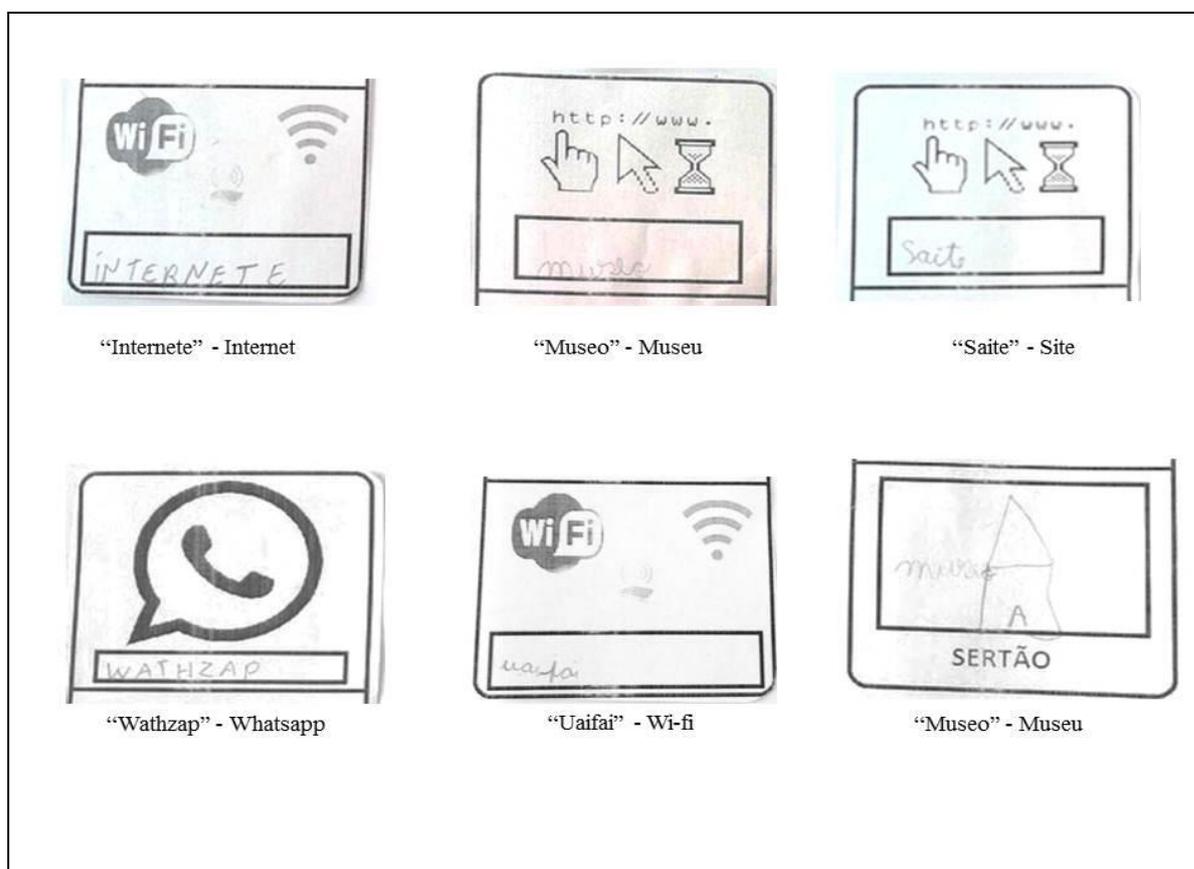


Figura 31: Alguns resultados da atividade do dominó.

Para a melhor compreensão do ambiente escolar em que esses alunos estavam inseridos, foram aplicados questionários (Apêndice J) com os colaboradores da comunidade escolar: um porteiro, uma secretária, duas merendeiras, duas auxiliares de limpeza, o diretor, dois monitores e cinco professores. Por meio do questionário foi possível verificar que todos os colaboradores possuem uma ampla ideia sobre patrimônio e estão a par de variadas festividades, manifestações culturais e religiosas.

Além disso, sem nenhuma exceção, os colaboradores afirmam utilizar a Internet para interesses diversos, dentre os quais: educação, uso de aplicativos, acesso a *sites* de relacionamentos e redes sociais, religião, música, cultura, lazer, esporte, arte, notícias locais e

regionais. O questionário revelou ainda que esse acesso se dá principalmente pelo celular, mas também por meio de *tablets* e *notebooks*. Outro dado importante é que a conexão com a rede se faz via os dados móveis (celular) ou via banda larga (residencial) através de operadoras de telefonia.

Todos os dados coletados tanto do miniprojeto “Um museu para chamar de meu”, quanto dos questionários aplicados com os colaboradores da escola reforçam a ideia de Negroponte (1995, p. 77), que afirma que “as grandes mudanças nos computadores e nas telecomunicações emanam dos aplicativos, das necessidades humanas básicas, muito mais do que das ciências materiais básicas”. Afinal, o mesmo homem cria e consome tecnologias e informações. Assim, não se pode perder de vista que, ainda que os mediadores não humanos influenciem a construção ou quebra de paradigmas no tocante às telecomunicações, seus usuários são humanos, e assim sendo, é o homem quem cria, aceita, adapta, influencia, deseja, rejeita ou modifica quaisquer mudanças.

Importa perceber que, por mais que se pense em tecnologia, seus avanços, retrocessos e discursos, deve-se pensar em quem a constrói e a consome: o homem, figura fundamental em qualquer herança cultural, que, por sua vez, é o próprio patrimônio. Por isso mesmo, pensar no MASB em diálogos entre culturas digitais e museus de território incide em atribuir valor ao patrimônio, ou seja, atribuir valor ao ser humano, ao sujeito criador das tecnologias, com toda a sua memória social, coletiva e afetiva, e não atribuir valor às tecnologias.

Pensar assim foi importante para a realização dessa enquete qualitativa, que foi, no mínimo, surpreendente, mesmo que o resultado tenha sido originado de uma pequena amostra. Não houve tempo hábil para a realização de uma enquete por amostragem com o ensino médio e o ensino superior, como era pretendido, mas todo o material coletado foi o suficiente para reforçar ainda mais que o desejo do pesquisador pode não ser a vontade de uma comunidade, ou de, pelo menos, parte dela. Ficou constatado, assim, que, um aplicativo *on-line* ou *off-line* é, para o público consultado, melhor que um *site*. Nesse aplicativo é sugerido que haja, principalmente, jogos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este trabalho buscou analisar a maneira pela qual a Comunicação, uma das funções intrínsecas dos museus, e mais especificamente as novas TICs, influenciaram o processo de mudanças e ajustes para que as demandas sociais para as quais estão voltadas as teorias e práticas museológicas pudessem ser atendidas. Foram essas demandas as molas mestras que impulsionaram a quebra de muitos paradigmas que envolveram coleções privadas, que passaram a ser de alcance universitário, para, tempos depois, passarem a ser de domínio e acesso público, como explanado.

Não obstante, a Nova Museologia, como movimento e tendência que delineou algumas demandas sociais, surgiu como maneira interventora de ampliar ainda mais esse acesso para além de centros urbanos, voltando-se para territórios específicos, ampliando, assim, os seus *stakeholders* e adotando noções mais ampliadas de patrimônio.

O MASB, objeto de estudo desta pesquisa, pertence a este modelo tipológico territorial que alcança o Alto Sertão da Bahia. Desse modo, os estudos, as análises e as (re) leituras perpassaram por autores que tratam do Alto Sertão da Bahia, o que ressaltou a importância da compreensão dessa instituição, que surge com o mesmo nome do território em que está inserida. Assim, a tríade Museologia, Geografia e História forneceu subsídio para importantes reflexões. Destarte, percebe-se que foi necessário “visitar” aspectos históricos, culturais, geográficos, políticos, econômicos e culturais desse território.

Abordar o MASB numa perspectiva acadêmica foi, antes de “dar voz”, “dar ouvidos” para as diferentes “vozes” que idealizaram e constroem, a cada dia, essa instituição de maneira política, estratégica e, principalmente, coletiva. Por essa razão, a presente pesquisa se encaminhou para a verificação dos possíveis (e não imperativamente necessários) diálogos do MASB com a cultura digital como museu com potencial de se expressar na Internet a partir de um acervo arqueológico e de vocação territorial; que preza por formas democráticas e agregadoras de comunicar um patrimônio, memória e cultura específicos de modo a alcançar diferentes públicos para além do Alto Sertão da Bahia.

Esse “ir além” foi, na pesquisa, associado à nítida forma com que as novas TICs têm “quebrado” barreiras, inclusive as geográficas, gerando profundas mudanças sociais que afetam sobremaneira o comportamento e a convivialidade social. Não há como negligenciar o advento e atual disseminação da Internet e da “sociedade em rede” criada por meio de

aparatos tecnológicos que creditam ao digital uma nova maneira de ser e, para muitos autores, um novo meio de viver. Muitos chamariam de virtual essa nova maneira de ser. Entretanto, verificou-se que, após cuidadosa pesquisa, o virtual guarda poucas semelhanças com o falso, o ilusório, ou o imaginário – o que não significa que não se assemelhem em nenhum aspecto. Deste modo, a pesquisa evidencia que o virtual não se opõe ao real e não significa, necessariamente, a falta de materialidade.

Outrossim, o virtual se opõe ao atual. O virtual é uma semente que predispõe mutações e, nesse sentido, a pesquisa evidencia que muitos estudiosos associam o virtual a algo restritamente inerente à Internet, sendo este, erroneamente, um qualificador de, entre outros termos, o termo “museu virtual”. Por tudo o que já é, o MASB é virtual e isso não depende em nada da Internet, ou outro meio digital, ou suporte tecnológico. **O MASB é virtual, porque já propõe processos de virtualização no grande complexo problemático em que se insere e se projeta.**

O próprio Alto Sertão guarda algumas semelhanças com o virtual, afinal, esse território fractaliza-se, os tempos e os lugares se misturam em limites imaginários formados por e para uma narrativa não muito clássica de identidade que acolheu e acolhe as definições, exclusões, inclusões, modificações, trânsito e cultura da sociedade em torno da qual foi denominado e constituído. Pensar assim é perceber que o Alto Sertão guarda sementes de mudanças contínuas, processos vários de mudanças, de virtualização.

No mapa geográfico convencional, seu limite é um; no mapa cultural, seu limite é outro. E se o território não é sinônimo de espaço, como mostrou a pesquisa, o território não deve ser minimizado a uma organização definitiva, clássica ou convencional do espaço, o que poderia soar, em alguns momentos, como “desterritorialização” no tocante aos limites não precisos (imaginários) do Alto Sertão. E, como já informado, desterritorializar é associado aos processos de virtualização com frequência.

Sem modos de propor a virtualização que já existe na constatação que foge ao senso comum de que o MASB é um museu de território e é também virtual, a pesquisa enveredou por esclarecer o que, finalmente, é virtual. Como o termo, na Museologia, é frequentemente associado à Internet ou aparatos digitais, foi preciso e muito útil analisar conceitos como: museu virtual, museu digital, museu *on-line*, cibermuseu, webmuseu, netmuseu, hipermuseu, dentre outras classificações.

A pesquisa apontou para um tamanho embaraço que envolve o virtual, que autores como Deloche (2001, p.130) chegam ao extremo de afirmar que o termo é utilizado baseado

em indefinição e confusão, separando, assim, o impasse do sentido dado ao virtual pelos meios de comunicação e a clareza pela qual o termo facilmente é definido pelos filósofos, dentre os quais Deleuze e Lévy. Os conceitos e pressupostos teóricos destes três autores foram de suma importância para a concepção de virtual defendida nesta dissertação: os processos de virtualização podem ocorrer em qualquer museu, independentemente de sua tipologia, sem que haja a necessidade ou interferência da Internet.

Noutro movimento, a Museologia, os museus, e mais precisamente o MASB podem se valer da Internet para potencializar a sua comunicação. A Internet pode estar contida no virtual, mas não qualifica, definitivamente, um museu enquanto virtual. Virtual, neste sentido, é o museu potencializado, é um museu potência, museu do devir, das transformações, de processos. Essa afirmação está intimamente associada à ideia de um museu de território que, na verdade, é “processo e não mais um espaço”, “onde tudo se relaciona com tudo, em permanente e contínua mutação” como afirma Teresa Scheiner (2009).

Não por acaso, a interatividade universal e sem precedente intrínseca dos componentes da cultura digital, ou cibercultura, podem auxiliar o MASB a comunicar sua memória e patrimônio, portanto auxiliar essa instituição nos seus processos de virtualização. A enquete realizada a partir do projeto “Um museu para chamar de meu” foi formulada para vislumbrar as vias pelas quais esse diálogo poderia acontecer: uma página eletrônica digital institucional, um aplicativo, uma exposição digital, etc.

A parcela da população consultada nessa enquete não só não prefere um *site* de museu, como sugere que seja criado um aplicativo que possa ser utilizado *off-line*. Tornou-se evidente que não importa a maneira pela qual o usuário irá vincular e gerenciar as informações em aplicativos, *sites* ou redes sociais voltadas para museus: o importante é a experiência que o usuário deseja em termos de significado e não em termos de existência. Desse modo, os diálogos entre museu de território e cultura digital podem prezar também experiências alimentadas pelas ferramentas das novas linguagens tecnológicas das TICs, no sentido de democratizar o acesso ao conhecimento nas suas múltiplas formas de atuação fractal.

Há que se ressaltar aqui que a enquete foi realizada em uma escola pública municipal de Caetitê. Em tempo, deve ser lembrado o caetiteense Anísio Teixeira, educador já citado, devotado à proposição e execução de medidas para democratizar o ensino no Brasil, defendendo a ideia da experiência do aluno como base do aprendizado. Não se pode ignorar, também, que a educação é, assim como o museu, um instrumento de transformação social.

Por um lado, a educação reconstrói experiências, não é estática, nem definitiva. Por outro, o museu é um instrumento educacional. Ter, então, optado por aplicar uma pesquisa num ambiente escolar foi uma escolha acertada e nada aleatória que entende que a educação e o museu são, em certa medida, ferramentas a serviço da transformação social. Assim, pesquisa qualitativa e quantitativa, prezou a ideia de que:

Não importa o tamanho do território a ser preservado nem a quantidade de bens culturais ali existentes. O que importa é a relevância do significado que aqueles bens possuem e portam para a população que os quer protegidos, pois é essa significação simbólica e afetiva que transforma um objeto, móvel ou imóvel, em patrimônio. Da mesma forma ocorre com as manifestações da cultura popular. Porque, se olharmos bem para a realidade do mundo em que vivemos o maior e verdadeiro patrimônio é o ser humano que, no passado ou no presente, é o criador desses objetos ou dessas manifestações. [...] Mas isso só pode ser obtido se aos indivíduos forem oferecidas as condições de apreensão e de compreensão do patrimônio. Ou seja, **educação e cultura devem andar de mãos dadas, em premente união** (grifo nosso) (COSTA, 2014, p.174-175).

Por terem sido apresentadas ao GT do MASB e por este legitimada, configurando-se, inclusive, uma atividade de Educação Patrimonial desse museu, as atividades do projeto em questão reforçaram a ideia defendida por estudiosos e exposta nesta pesquisa: a Museologia está ao serviço da sociedade. Por ter sido ferramenta agregadora durante a execução do projeto, o ciberespaço esteve ao serviço do MASB, outra premissa defendida nesta dissertação. Essa é apenas uma das diversas maneiras pelas quais as novas TICs podem contribuir para a consolidação desse museu.

Portanto, as pesquisas se inclinaram para o fato de que as novas tecnologias usadas através da Internet, e não somente esta, podem oferecer excelentes ferramentas para a Museologia e para os museus; quer seja buscando ou fidelizando públicos, quer seja no planejamento de ações no ciberespaço, ou ainda na imagem da instituição junto ao público-alvo, além de informar, educar, atrair, comunicar, tornar acessível e democrático o patrimônio por meio de percursos interativos, ampliando e difundindo o que já se propõe no plano museológico do MASB. No entanto, as novas TICs possuem ferramentas pouco utilizadas e exploradas por estudiosos de instituições museológicas e pela Museologia de modo geral.

Há que se pensar, ainda, na maneira como a Museologia pode, empírica, espistêmica, teórica e conceitualmente, se valer das TICs para, metodologicamente, estabelecer estratégias de utilização e disseminação da cultura, do poder, do patrimônio, ou, resumindo, do museu. Ainda que isso não esteja vinculado ao virtual como imaterialidade, o fazer virtual como potência pode, perfeitamente, perpassar por uma Museologia aplicada à cultura digital, ou uma cibermuseologia que tenha no ciberespaço, ou “não lugar”, um “ninho” não designável -

mas existente e muitíssimo real para acomodar práticas e teorias em processos de virtualização. Mas, esse é um assunto que cabe a uma outra pesquisa...

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Lielva Azevedo. **Em meu Caetité: a cidade através dos livros de memorialistas**. Disponível em: http://vencontro.anpuhba.org/anaisvencontro/L/Lielva_Azevedo_Aguiar.pdf. Acesso em: 11 de dezembro de 2014.
- _____. **A fina flor: elite e poder em Caetité (1920 – 1940)**. Disponível em: http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Lielva%20Azevedo%20Aguiar.pdf. Acesso em: 14 de dezembro de 2014.
- _____. **Agora um pouco da política sertaneja: a trajetória da família Teixeira no Alto Sertão da Bahia (Caetité, 1885 - 1924)**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia. Programa de Mestrado em História Regional e Local. Santo Antônio de Jesus. 2011. Disponível em: http://mestradohistoria.com.br/imagens_sys/LIELVA_AGUIAR.pdf. Acesso em: 16 de janeiro de 2015.
- ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997. 239 p. Texto confrontado com o da edição de 1711. (Série reconquista do Brasil. Nova série, v. 70).
- A PENNA. Exemplar - Jornal. Acervo Particular da família de Coriolano Araújo. 1975.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 1ªed. Campinas: Papirus, 1994.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **As Expedições no Cenário Museal**. In: Maria Cristina Oliveira Bruno; Maria Ignez Mantovani Franco; José Guilherme Mangnani; Julio Abe Wakarara; Jupira Cahuy. (Org.). 1 ed. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura : Instituto Florestan Fernandes, 2004.
- CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA. Edição nº 1, **ULHT**, 1993; Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/645>. Acesso em: 13 de agosto de 2015.
- CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA. Edição nº 15, Págs.95-104; **ULHT**, 1999; Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/335/244>. Acesso em: 13 de agosto de 2015.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento**. Porto Alegre. Editora Medianiz. 2013.
- CARRARA. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007. P.129.
- CARVALHO, Rosane Rocha de Carvalho. Comunicação e informação de museus na Internet e o visitante virtual. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, Brasil, v.I, n. 1, jul/dez. 2008. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/8/4>. Acesso em: 12 de dezembro de 2014. P. 83-93 Acesso em 15 de novembro de 2015.
- CASTELLS, Manuel. M. **A sociedade em rede**. Volume I; 8 edição revista e ampliada; tradução de Roneide Vanancio Majer com colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, Marcelo Pinho de. **Um cinema chamado Cine Vitória**. Impressão própria. Disponível para consulta no Acervo do Arquivo Público de Caetité. 2007
- CERÁVOLO, Suely Moraes. **Delineamentos para uma teoria da Museologia**. In: Anais do Museu Paulista; história e cultura material. São Paulo: USP, v. 12, jan.-dez., 2004.
- CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. 2 ed. rev. e atual. Chapecó, SC. 2015.

- CURY, Marília Xaviers. **Comunicação Museológica** Uma Perspectiva Teórico - Metodológica de Recepção. 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/163205860055902573219461744573043611838.pdf> Acesso em: 17 de agosto de 2015.
- DELEUZE, Gilles. **O atual e o virtual**. In: Éric Alliez. *Deleuze Filosofia Virtual*. (trad. Heloísa B.S. Rocha) São Paulo: Ed.34. 1996. P.47-57. Disponível em: https://antropologiassociativa.files.wordpress.com/2010/06/deleuze_1996_o-atual-e-o-virtual_bookchapt.pdf. Acesso em: 02 de outubro de 2015.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1997. P. 46.
- DELOCHE, Bernard. **El museo virtual**. Tradução Lourdes Pérez. Ediciones TREA, S. L., 2001.
- _____. **El patrimonio imaterial**. 1987. Disponível em: http://icofom-lam.org/files/14_deloche_patrimonio_inmaterial.pdf. Acesso em 26 de junho de 2014.
- DESVALLÉE, A., MAIRESSE, F. (2014). **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Armand Colin; Comitê Internacional para Museologia do ICOM; Comitê Nacional Português do ICOM. 2013. Disponível em: http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf Acesso em 11 de novembro de 2014.
- ESTRELA, Ely Sousa. **Os sampauleiros: cotidiano e representações**. São Paulo: Humanitas FFCLH/USP: Fapesp/Educ, 2003.
- FERREIRA, Jurandy Pires. IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**.. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, nv. 1957-58.
- GIEDIONT, Sigfried. **El presente eterno: Los comienzos del arte**. 2010. Disponível em: <http://mdc.ulpgc.es/cgibin/showfile.exe?CISOROOT=/aguayro&CISOPTR=1745&filename=1746.pdf> Acesso em 11 de setembro de 2013.
- GUARNIERI, W.R.C. - Museu, Museologia, Museólogos e Formação. IN: **Revista de Museologia**. Ano 1, nº 1. Instituto de Museologia de São Paulo / FESP. São Paulo. 1989.
- GUIMARÃES, Eudes Marciel Barros. **Um painel com cangalhas e bicicletas: os (des)caminhos da modernidade no alto sertão da Bahia (Caetité, 1910 – 1930)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca. 2012. Disponível em: http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93249/guimaraes_emb_me_fran.pdf?sequence=1. Acesso em 17 de janeiro de 2014.
- GUMES, Marieta Lobão. **Caetité e o Clã dos Neves**, 1975.
- HENRIQUES, Rosali. **Museus virtuais e cibermuseus: A Internet e os museus**. 2004. Disponível em: http://www.museudapessoa.net/biblioteca/pdfs/museusvirtuais_rosali.pdf Acesso em: 21 de abril de 2014.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. **Planteamientos teóricos de la museologia**. Ediciones Trea, S.L., Gijón, 2006.
- HORTA, Maria de Lourdes Pereira. 20 anos depois de Santiago: a declaração de Caracas, 1992. In: **Memória do pensamento contemporâneo: documentos e depoimentos**. 1995.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUDSON, Kenneth. **Museums of Influence: The pioneers of the last 200 years**. New York: Holmes and Meier Publishers, 1987. P. 18
- IBGE. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras** (sertões brasileiros I), v. 2. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Coordenação de Geografia, 2009.

- _____. Histórico do Município de Caetité. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=290520&search=bahia|caetite|infograficos:-historico>. Acesso em 04 de novembro de 2014.
- _____. Informações completas sobre o município de Caetité. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290520&search=bahia|caetite|info graficos:-informacoes-completas> Acesso em 22 de outubro de 2014.
- _____. Infográficos do município de Caetité. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=290520&search=||infogr% E|ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio> Acesso em 22 de outubro de 2014.
- _____. Rede escolar de Caetité em 2012. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=290520&idtema=117&search=ba hia|caetite|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012> Acesso em 22 de outubro de 2014.
- ICOM. A história e organização do ICOM. Disponível em: <http://icom.museum/la-organizacion/historia/L/1/> Acesso em: 19 de agosto de 2014.
- INEP. Anísio Teixeira na Direção do Inep: Programa para a Reconstrução da Nação Brasileira (1952-1964) / Marta Maria de Araújo, Iria Brzezinski (Organizadora). – Brasília: **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, 2006. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/424> Acesso em: 6 de julho de 2014.
- KOEHNE, André. **Caderno de Cultura Caetiteense**, vol. 2, Div. de Cultura, Caetité, 2002.
- _____. **O Maravilhoso desfile de carros de boi**. Disponível em: <http://www.caetitenoticias.com.br/portalcn5/noticia/o-maravilhoso-desfile-de-carros-de-boi/474> Acesso em: 19 de agosto de 2015.
- LEI BRASILEIRA Nº 11904, ESTATUTO DE MUSEUS. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm Acesso em: 11 de junho de 2015.
- LEMOS, André. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013.
- _____. **Ciber-Socialidade: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 2006. Disponível em: <http://nef.org.br/artigos/artigo/47>. Acesso em: 17 de outubro de 2015.
- _____. **Cibercidade**. As cidades na cibercultura. Editora E-papers, Rio de Janeiro, 2004, p. 19-26
- LÉVY, Pierre. **Inteligência coletiva**. 2004.
- _____. **Conexões planetárias: o mercado, o ciberespaço, a consciência**. São Paulo: Editora 34. 2001. P.137-151.
- _____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34. 1ª Edição. 1999.
- _____. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34. 1ª Edição. 1996.
- _____. **Sur les Chemins Du virtuel**. Disponível em: <http://hypermedia.univ-paris8.fr/pierre/virtuel/virt0.htm> Acesso em: 20 de outubro de 2015.
- LIMA, Diana Farjalla. O que se pode designar como museu virtual segundo os museus que assim se apresentam... 2013. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/view/3312/2438> Acesso em: 14 de agosto de 2014.
- LIMA, Fábio Rogério Batista. **Imagem e tecnologia: webmuseu de arte**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2012.
- LOUREIRO, M. L. de Niemeyer. **Museus de arte no ciberespaço: uma abordagem conceitual**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004a. <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/93/83>. Acesso em: 11 de novembro de 2015.

- _____. Arte e imagem: musealização e virtualização. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 6, dez. 2004b. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez04/Art_03.htm>. Acesso em 11 de novembro de 2015.
- LOUREIRO, José Mauro Matheus. **O objeto de estudo da Museologia**. In: Granato, M.; Santos, C. P. (org.). *Museus Instituição de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Museu de astronomia e Ciências Afins, 2005.
- MAIRESSE, François. Thesaurus. In: MAIRESSE, François; MARANDA, Lynn; DAVIES, Ann (Dir.). **Defining the museum**. ICOM: International Committee for Museology – ICOFOM. Morlanwelz: Paris: Harmattan, 2007.
- MAGALDI, Monique B. Navegando no museu virtual: Um olhar sobre formas criativas de manifestação do fenômeno Museu. Dissertação de mestrado. UNIRIO / MAST - RJ, Fevereiro de 2010.
- MARANDINO, Martha (org.). **Educação em museus: a mediação em foco**. São Paulo, SP: Geenf / FEUSP, 2008.
- MATTELART, Armand. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola. 1995.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista : Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. P.41
- MÁXIMO, E. O eu encena, o eu em rede: um estudo etnográfico nos blogs. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/3523/2753> Acesso em: 23 de agosto de 2015.
- MENDES, Bartolomeu de Jesus. **A festa do Dois de Julho em Caetité**. Caetité. Gráfica e Papelaria Caetité, 2002.
- _____. **Caetité: a terra da cultura e sua gente**. Caetité. Gráfica e Papelaria Caetité. 1996.
- MENSCH, Peter. Objeto – museo – Museologia: el eterno triangulo. In: **Cuadernos de Museologia**. Lima: Museo de Arte Popular, 1994. P. 5
- MERRIAM-WEBSTER'S ONLINE DICTIONARY. Disponível em: <http://www.merriam-webster.com/dictionary/online>. Acesso em 09 de dezembro de 2015.
- MINON. Disponível em: <http://www.minom-icom.net/about-us> Acesso em: 23 de agosto de 2015.
- MIRANDA, Antônio (Org.); FERNANDES, Ângela Silva Miranda; BERVIN, Evandro; ANTONACIO, Gabriel M.; MARINHO, Iracema; SANTANA, Maria Gorette H.; JÚNIRO, Pedro Carlos R. Tecnologia e Comunicação. **Informação e tecnologia: Conceitos e recortes**. Brasília: UNB, Departamento da Ciência da Informação. 2005. p.23.
- MOUTINHO, Mário Canova. *Museus e Sociedade: reflexões sobre a função social do Museu*. Monte Redondo: **Cadernos de Patrimônio**, ULHT. 1989
- _____. **A memória do pensamento museológico contemporâneo**. Documentos e depoimentos. 1995. Disponível em: <http://www.minom-icom.net/old/signud/DOC%20PDF/199500504.pdf> Acesso em 12 de dezembro de 2014.
- _____. **Definição Evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão**. 2010. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/download/2617/1516>. Acesso em 12 de dezembro de 2014.
- _____. **A Construção do Objecto Museológico**. *Cadernos de Sociomuseologia*, no. 4, Centro de Estudos de Sociomuseologia, ULHT, p. 1-60. 1989.
- MONTEIRO, Silvana. **O Ciberespaço: o termo, a definição e o conceito**. Disponível em: http://dgz.org.br/jun07/Art_03.htm. Acessando em: 22 de setembro de 2015.
- MUCHACHO, Rute Maria da Silva Proença. *Museu Virtual: a importância da usabilidade na mediação entre o público e o objecto museológico*. **IV Congresso da SOPCOM**; Nome da Instituição: SOPCOM; Cidade do evento: Aveiro / Aveiro. 2005.

- MUSEU DA PESSOA. História. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/pt/entenda/historia>. Acesso em 07 de abril de 2014.
- MUSSO, Pierre. A Filosofia da Rede. In: PARENTE, André. **Tramas da Rede**: novas dimensões filosóficas. Porto Alegre: Sulina, 2004, p.17-23.
- NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. Tradução: Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: http://jornalgggn.com.br/sites/default/files/documentos/negroponte_vida_digital.pdf. Acesso em: 22 de novembro de 2015.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). Salvador: EDUFba; Feira de Santana: UEFES, 1998.
- _____. **Sucessão dominial e escravidão na pecuária do Rio das Rãs**. Sitienbus, Feira de Santana, nº 21, Jul/Dez. 1999.
- _____. **Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil**: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFES, 2005.
- NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta. **Caminhos do sertão**: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Salvador: Arcádia, 2007.
- NEVES, Flávio. **Rescaldos de Saudade**. Belo Horizonte: Academia Mineira de Medicina, 1986.
- NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. **A norma dos bons costumes e as resistências femininas nas obras de João Gumes (1897 – 1930)**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2010. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/17/TDE-2010-12-10T15:12:57Z-10437/Publico/Maria%20Lucia%20Porto%20Silva%20Nogueira.pdf Acesso em 13 de janeiro de 2015.
- PEREIRA, Carlos Alberto M.. **O que é contracultura**. 8 ed. [S.l.]: Brasiliense, 1992. p. 13-20.
- PINHO, Joana Balsa de. **Museus e internet**: recursos online nos sitios web dos museus nacionais portugueses. 2009. Disponível em: http://cibersociedad.net/public/k3_arxius_gts/3_142_icfjualp_arx_gts.pdf. Acesso em: 19 de outubro de 2015.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Hombres de Lettres na “Corte do Sertão”**: João Gumes e a escrita social. 2011. Disponível em: http://veredadahistoria.kea.kingghost.net/edicao6/VARIADOS_03.pdf Acesso em 22 de dezembro de 2014.
- _____. **Fios da vida**: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima - BA : (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.
- _____. **O crime na cor**: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888) / São Paulo: Annablume, FAPESP, 2003.
- PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB. Volume II. **Museu do Alto Sertão da Bahia**. 2012. CD Rom.
- PLATAFORMA LATTES. Busca textual. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4234615Y6> Acesso em: 14 de outubro de 2015.
- PLATAFORMA LATTES. Busca textual. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4778476Z2> Acesso em: 14 de outubro de 2015.
- PLATAFORMA LATTES. Busca textual. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4708444T3> Acesso em: 14 de outubro de 2015.

PLATAFORMA LATTES. Busca textual. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4799873D4> Acesso em: 02 de outubro de 2015.

PORTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Cadastro Nacional de Museus. Busca textual. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>. Acesso em 19 de maio de 2014

PORTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/os-museus/museus-ibram/> Acesso em: 17 de agosto de 2015.

PORTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Programação. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/Guia_9PM_11set.pdf#guia_virtual_9primavera_nordeste.indd%3A.125041%3A11793 Acesso em: 12 de dezembro de 2015

POULOT, Dominique. *Museus e Museologia*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte. Editora Autêntica. 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Prefeitura Municipal Municipal de Caetité. Disponível em: <http://www.caetite.ba.gov.br/?pag=cidade>. Acesso em 22 de outubro de 2014.

PRIMO, Judite Santos e MOUTINHO, Mário Canova. O Ecomuseu da Murtoza. **Patrimónios**, ano XXIII 2ª Serie, AEDPNCRA, nº 2, 2002, Aveiro: <http://tercud.ulusofona.pt/index.php/pt/documentos-on-line/category/12-2002?download=34:primo-j-moutinho-m-2002-pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

PRIMO, Judite. **Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação**. Cadernos de Sociomuseologia/ nº 15, Págs.95-104; ULHT, 1999; Lisboa, Portugal. Tradução: Marcelo M. Araújo e Maria Cristina Bruno. <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/335/244> Acesso em: 13 de agosto de 2015.

PROJETO DE LEI. Círculo operário de Caetité. Câmara dos Deputados. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=EE098A5E15C89C0CFF9C0CD4CED926A8.proposicoesWeb1?codteor=1202243&filename=Dossie+-PL+4451/1962 Acesso em: 12 de outubro de 2015.

REIS, Joseni Pereira Meira. **Instâncias Formativas, Modos e Condições de Participação nas Culturas do Escrito: O Caso de João Gumes (Caetité-Ba, 1897-1928)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2010. 194 p.

REVISTA MUSEU MESA REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE. **Revista Museu**. Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/mesa_chile.htm Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: EdUnicamp, 2007.

SANTOS, Helena Lima. **Caetité Pequena e Ilustre**. Ed. Brumado: Tribuna do Sertão, 1997.

_____. **Município de Caetité**. Edição especial do 2º Centenário da Paróquia de Caetité. Composto e impresso na Imprensa Vitória, 1954.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

- _____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Paulo Henrique Duque. **Léguas tiranas: sociedade e economia no alto sertão da Bahia**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em História Social. 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06012015-184410/pt-br.php>. Acesso em 19 de janeiro de 2015.
- _____. **Manifestações modernizadoras no alto sertão baiano – Caetité (1910 - 1920)**. 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT6/GT6-PAULO.pdf>. Acesso em 19 de janeiro de 2015.
- SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; LIMA, Fábio Rogério Batista. **Museu e suas tipologias: o webmuseu em destaque**. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.24, n.2, p. 57-68, maio/ago. 2014.
- SCHEINER, Teresa Cristina. **Apolo e Dioniso no templo das musas**. Museu – Gênese, idéia e representações na cultura ocidental. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro. Brasil. 1998. P.89.
- _____. **Imagens do ‘não-lugar’**: comunicação e os novos Patrimônios. 2004. 293f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- _____. **Desvelando o museu interior. Disciplina** – Museologia 01. Texto N° 05. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Departamento de Estudos e Processos Museológicos. Apostila. 2009.
- _____. **Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas**. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf> Acesso em: 17 de julho de 2014.
- SCHREINER, K. [Sem título]. *MuWoP: museological working papers*, Stockholm, Suécia, n.1. 1980. Disponível em: [http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/MuWoP%20\(1981\)%20Eng.pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/MuWoP%20(1981)%20Eng.pdf) Acesso em: 19 de novembro de 2014.
- SCHWEIBENZ, Werner. **The virtual museum: new perspectives for museums to present objects and information using the Internet as a knowledge base and communications systems**. Actual. 1998. Disponível em http://www.phil.unisb.de/fr/infowiss/projekte/virtualmuseum/virtual_museum_ISI98.htm
- SECULT. **Territórios Culturais do Sertão**. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/territorios-culturais/sertao-productivo/>. Acesso em 26 de maio de 2014.
- SEMANA DE MUSEUS. Programação. 13ª edição. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Guia-13-SNM.pdf> Acesso em: 12 de outubro de 2015.
- SERRES, Michel. **Atlas**. Traducción; Alicia Martorell. Ediciones Cátedra, S. A. Madrid. 1995.
- SILVA, Pedro Celestino da Silva. **Notícias Históricas e Geográficas do Município de Caetité**. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. N° 58, Seção Gráfica da Escola de A. Artífices da Bahia, 1932.
- SOARES, Maria Filipa Reis. **Museus tradicionais e museus virtuais: os objectos modelos 3D numa relação paradigmática**. Lisboa: ISCTE, 2008. Dissertação de mestrado. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/3066>
- SOUZA, Rômulo Anísio de. **Um pouco da nossa história**. Gráfica Castro. Caetité. s/d.
- SUANO, Marlene. **O que é Museu**. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense S. A, 1986.

WERTHEIM, Margaret. **Uma história do espaço**: de Dante à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Tradução: Maria Luiza X. de a. Borges. 2001

WHATSAPP. Home. Disponível em: https://www.whatsapp.com/?l=pt_br Acesso em: 12 de dezembro de 2015.

VAN MENSCH, Peter. O objeto de estudo da Museologia. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994. (Pretextos Museológicos, 1).

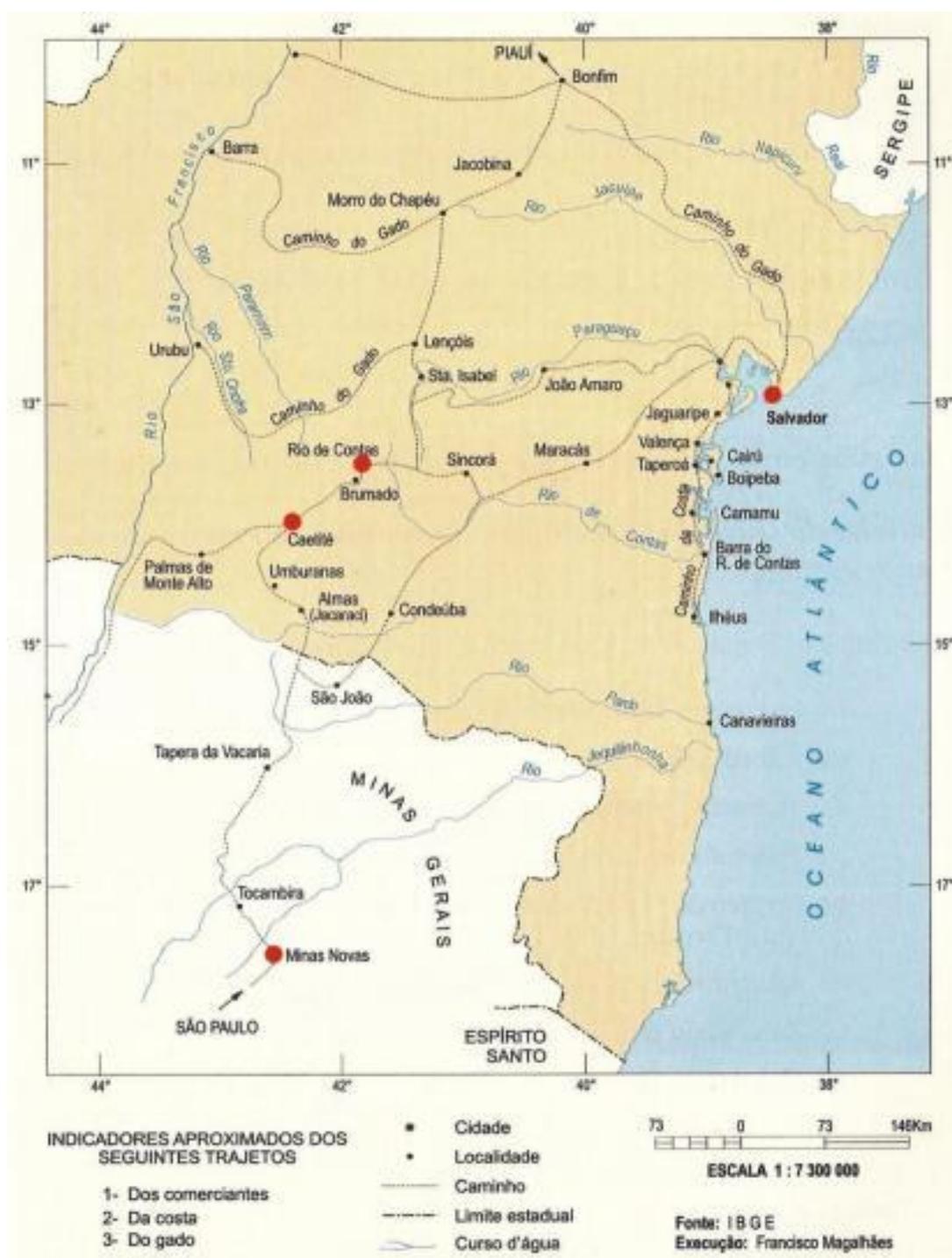
VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VICTORIA, Luiz A. P. Dicionário ilustrado da mitologia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1990. P.18

VYGOTSKY, Lev. S. (1993) **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes. p. 13-21.

ANEXOS

ANEXO A – Mapa do Trajeto de boiadeiros, mineradores e tropeiros



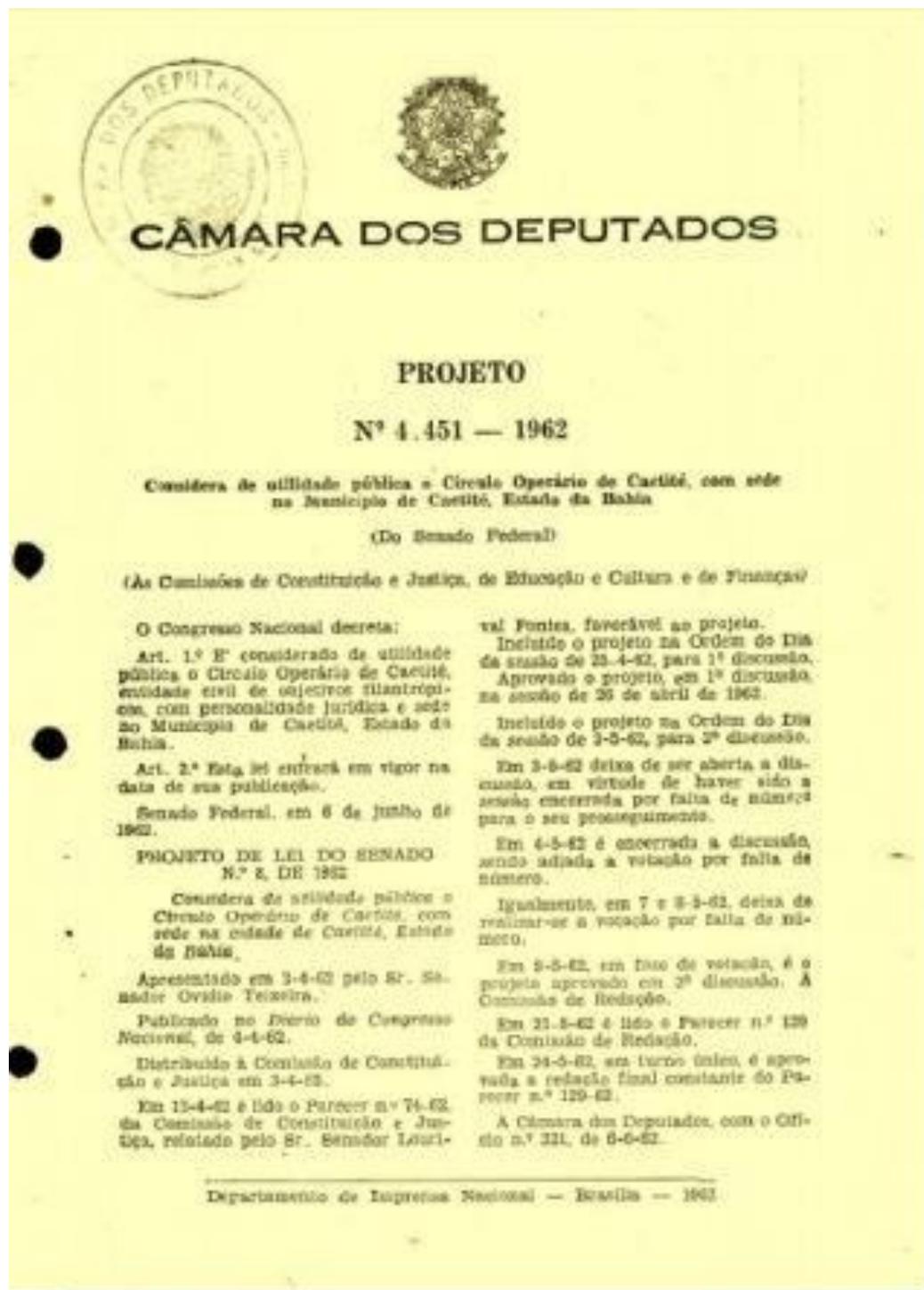
“Trajeto de boiadeiros, mineradores e tropeiros –séc. XVIII e XIX”.
Fonte: MIGUEL & NEVES (2007, p. 209).

ANEXO B – Jornal A Penna



Primeira página do Jornal A Penna, edição de 07/11/1940.
Acervo Particular da família de Coriolano Araújo.

ANEXO C – Projeto N°4.451-1963

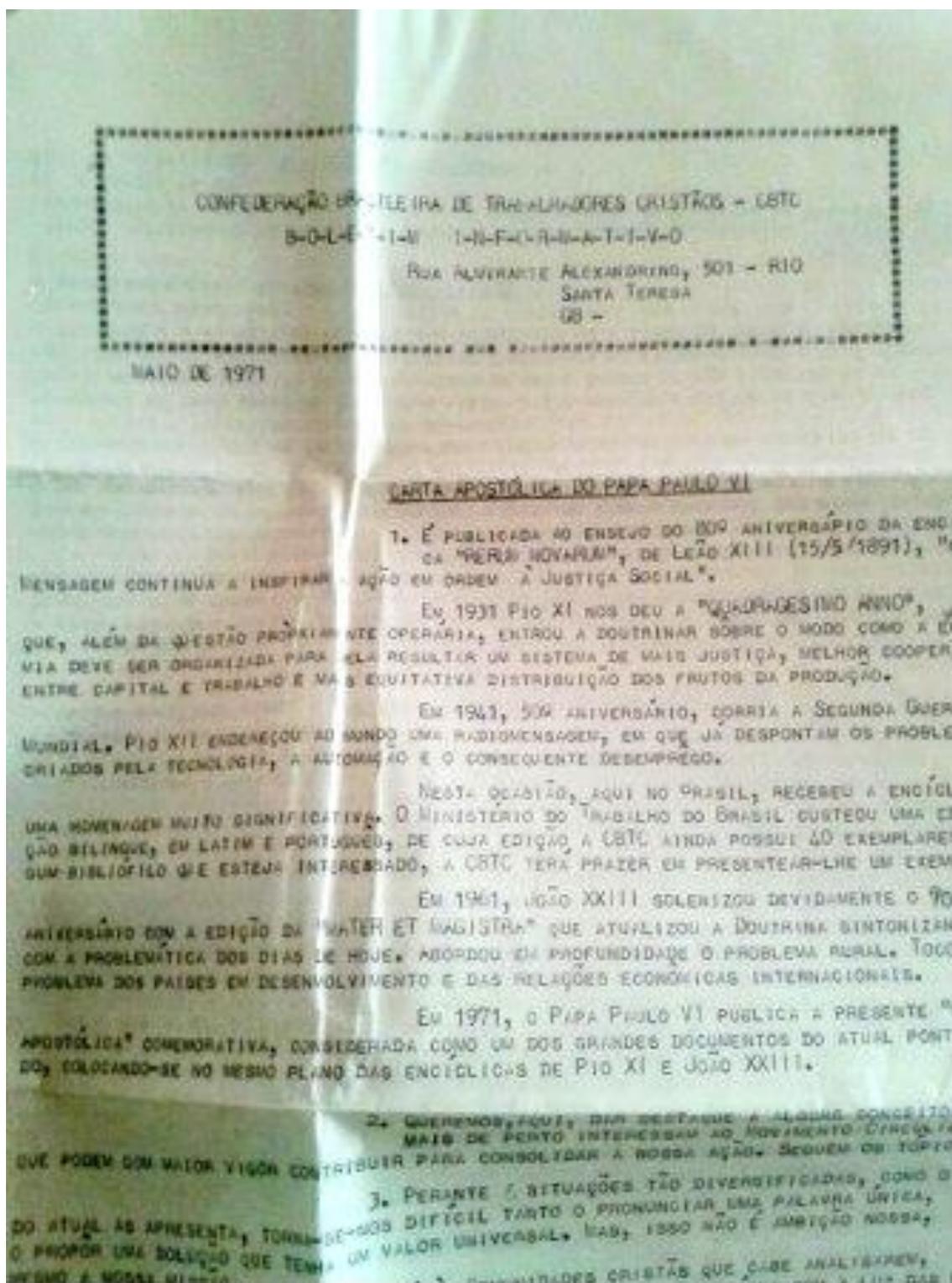


Cópia do Projeto de Lei proposto pelo Senador Ovídio Teixeira que considera de utilidade pública o Círculo Operário com sede em Caetitê. Fonte: Câmara dos Deputados¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=EE098A5E15C89C0CFF9C0CD4CED926A8.proposicoesWeb1?codteor=1202243&filename=Dossie+-PL+4451/1962

ANEXO D – Carta Apostólica do Papa Paulo VI



Carta Apostólica do Papa Paulo VI em maio de 1971. Acervo Particular da família de Coriolano Araújo.

ANEXO E – Registro da Primeira Seção da Escola de Samba Unidos de Caetité

1.ª Seção da Escola de Samba
Unidos de Caetité
Em 27-2-66

Presidente = Coriolano Ferreira
Vice-Presidente = Sebastião de Sousa Silva
1.º Secretário = Geraldo Nogueira
2.º Secretário = José Francisco Santos
1.º Tesoureiro = Valdo Faustiniano Brito
2.º Tesoureiro = Ruy de Sá Pereira Lima
1.º Diretor de Ensino = José Augusto Gonçalves
2.º Diretor de Ensino = Floriano Gomes
1.º Diretor - Escola Samba =
2.º Diretor - Escola Samba =
1.º Zelador = Jaime Evangelista
2.º Zelador =

Registro da Primeira Seção da Escola de Samba Unidos de Caetité, em 1966.
Acervo Particular da família de Coriolano Araújo.

ANEXO F – Folder do I Ciclo de debates do MASB

I CICLO DE DEBATES DO MUSEU DO ALTO SERTÃO DA BAHIA
MASB

Realização
GPCS
Grupo de Pesquisa em Ciências da Pré-História
www.gpcsbahia.org.br

Apoio
RENOVA
Zanettini
ARQUEOLOGIA
UNEB
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CAMPUS VI - CAETITE
PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Bahia
BAHIA 2008. 2009. 2010. 2011

**Palestras
Mesa redonda
03 a 09
JULHO**

ANEXO G – Folder do II Ciclo de debates do MASB

Um pouco sobre o MASB

O Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB) nasceu da luta de atores locais interessados em que as peças arqueológicas coletadas na região permanecessem no território do Alto Sertão. O projeto foi viabilizado a partir da política de investimento social privado da Renova Energia, por intermédio do Programa Catavento, passando a integrar outros patrimônios da região e buscando formas sustentáveis de preservação desses recursos culturais.

II Ciclo de Debates do MASB

MUSEU DO ALTO SERTÃO DA BAHIA

Realização

05 a 07 de maio de 2014
na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
em Caetité | BA

Quer Participar?

Mande um email para:
masb@zanettiniarqueologia.com.br
ou entre em contato com o grupo de trabalho do MASB.

Apresentação

o Alto Sertão da Bahia vem passando neste início de milênio por intensas transformações econômicas, sociais e culturais. Essas mudanças vêm demandando diversos estudos ambientais, históricos e arqueológicos, visando equacionar desenvolvimento e preservação sócio-ambiental.

As pesquisas arqueológicas em curso apontam para um extenso e complexo processo em relação à ocupação humana desse território, evidenciando um Alto Sertão culturalmente dinâmico e diversificado. Da mesma forma, assistimos ao aumento significativo de bens patrimoniais e referências culturais mapeados, assim como a necessidade de ações efetivas que conduzam ao uso sustentável desse patrimônio cultural.

Programação Resumida

Há três anos, um amplo processo participativo foi iniciado, tendo como meta a concepção de um museu voltado à essa importante missão de preservar o patrimônio cultural do Alto Sertão, adotando esse território como campo de pesquisa e de intervenção social. Nascia o Museu do Alto Sertão da Bahia – MASB.

Um museu-processo, que vive e coloca a mudança em perspectiva, vocacionado para o desenvolvimento social das comunidades que aqui vivem.

A realização do II Ciclo de Debates do MASB marca um importante momento desse museu-processo, congregando profissionais, gestores públicos, órgãos de preservação e atores comunitários para a troca de experiências e conhecimentos, objetivando a construção de um Alto Sertão cada vez melhor para se viver.

05 de maio

17h às 19h: Credenciamento

19h às 20h30: Mesa de Abertura
Universidade do Estado da Bahia (UNEB) | Superintendência do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na Bahia | Diretoria de Museus do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (DIMUS/IPAC) | Prefeitura Municipal de Caetité | Prefeitura Municipal de Igaporá | Renova Energia | Programa Catavento | Zanettini Arqueologia.

20h30 às 21h30: Conferência de Abertura
"A gestão do patrimônio cultural do Alto Sertão da Bahia: estratégias e parcerias"
Paulo Zanettini, Dr.
(Diretor da Zanettini Arqueologia)

21h30: Coquetel

06 de maio

14h às 18h: Paineis 1 - Arqueologia no Alto Sertão da Bahia
Participantes: Pesquisadores e empresas de Arqueologia que atuam no Alto Sertão da Bahia
Mediador: Representante do IPHAN – BA

19h: Mesa 1 - O licenciamento ambiental e as estratégias para a preservação do patrimônio arqueológico do Alto Sertão
Conferencistas: Prof. Dr. Carlos Alberto Santos Costa (UFRB) | Profa. Dra. Camilla Moraes Wichers e Bernardo Carvalho
Mediador: Prof. Dr. Walter Moraes (UESC)

07 de maio

8h às 12h: Oficina - História dos museus e do patrimônio: elaborando atlas.

14h às 18h: Paineis 2 - Museus e Museologia no Alto Sertão da Bahia
Participantes: Representantes do Grupo de Trabalho do Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB) | Representantes da Associação de Amigos do Museu do Alto Sertão da Bahia (AMASB) | Representantes dos Núcleos Museológicos do MASB
Mediador: Prof. Dr. Mano Chagas (UNIRIO)

19h: Mesa 2 - História, Museus e Memória: diálogos
Conferencistas: Carolina Russo (Museu do Homem do Nordeste) | Prof. Dr. Mario Chagas (UNIRIO)
Mediadora: Profa. Lielva Aguiar (UNEB)

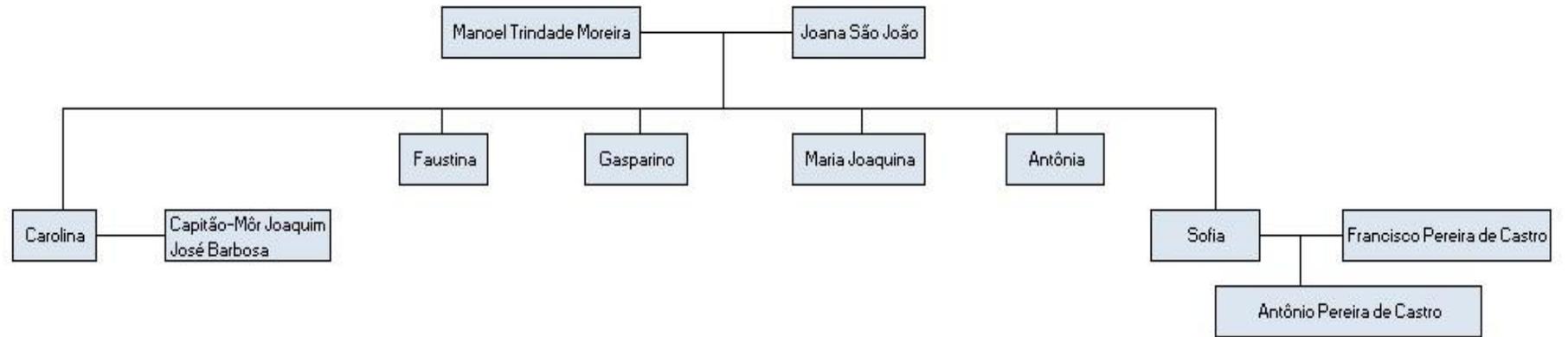
APÊNDICES

APÊNDICE A – Antigos topônimos e datas de emancipação de municípios

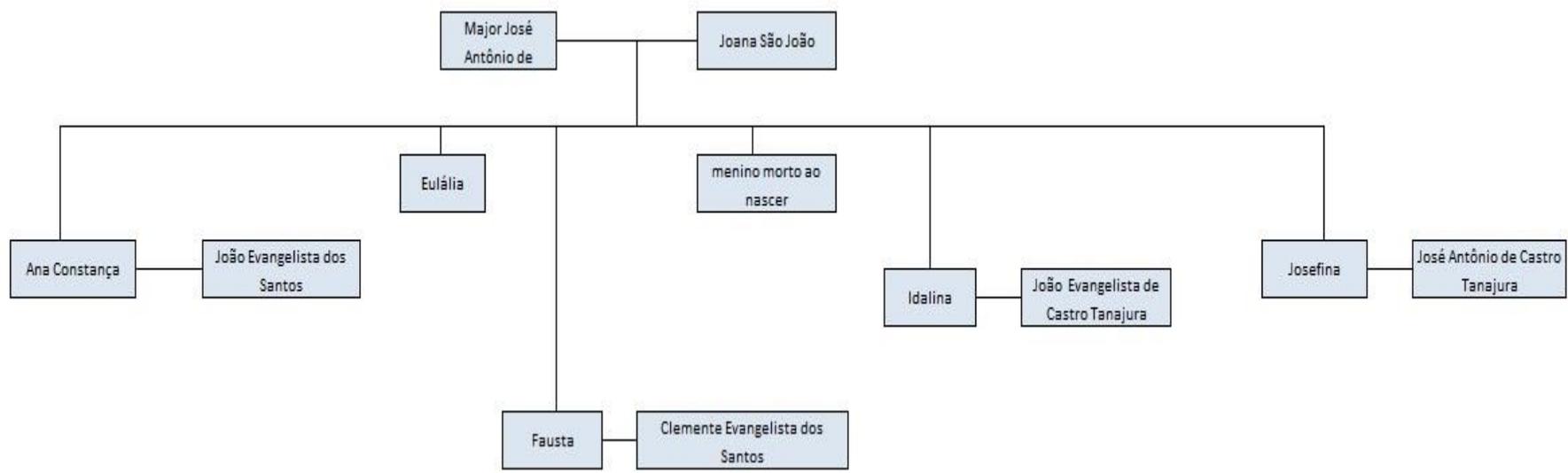
MUNICÍPIO	ANTIGO TOPÔNIMO	EMANCIPAÇÃO
Condeúba	Santo Antônio da Barra	1860
Brumado	Bom Jesus dos Meiras	1877
Jacaraci	Boa Viagem e Almas	1880
Urandi (Umburanas)	Duas Barras (Urandi); Barrocas (Umburanas)	1889, transferido em 1918
Guanambi (Ceraíma)	Gentio	Transferido em 1918
Caculé	Gentio	1919
Igaporã	Bonito	1953, 1958 e 1960
Tremedal	Bonito	1953
Cordeiros	Candeal	1961
Mortugaba	Lagoa da Malvoa, Boa Vista	1961
Presidente Jânio Quadros	Joanina, São João do Alípio	1961
Aracatu	São Pedro	1962
Ibiassucê	Cisco, São Sebastião do Cisco	1962
Licínio de Almeida	Cisco, São Sebastião do Cisco	1962
Malhada de Pedras	Cisco, São Sebastião do Cisco	1962
Pindaí	Gameleira, Ouro Branco	1962
Piripá	Gameleira, Ouro Branco	1962
Rio do Antônio	Gameleira, Ouro Branco	1962
Guajeru	Santa Rosa	1985
Maetinga	Santa Rosa	1985
Caraíbas	Santa Rosa	1989
Lagoa Real	Santa Rosa	1989

Municípios que já pertenceram a Caetité. Adaptado. Fonte: Neves (2005, p.22).

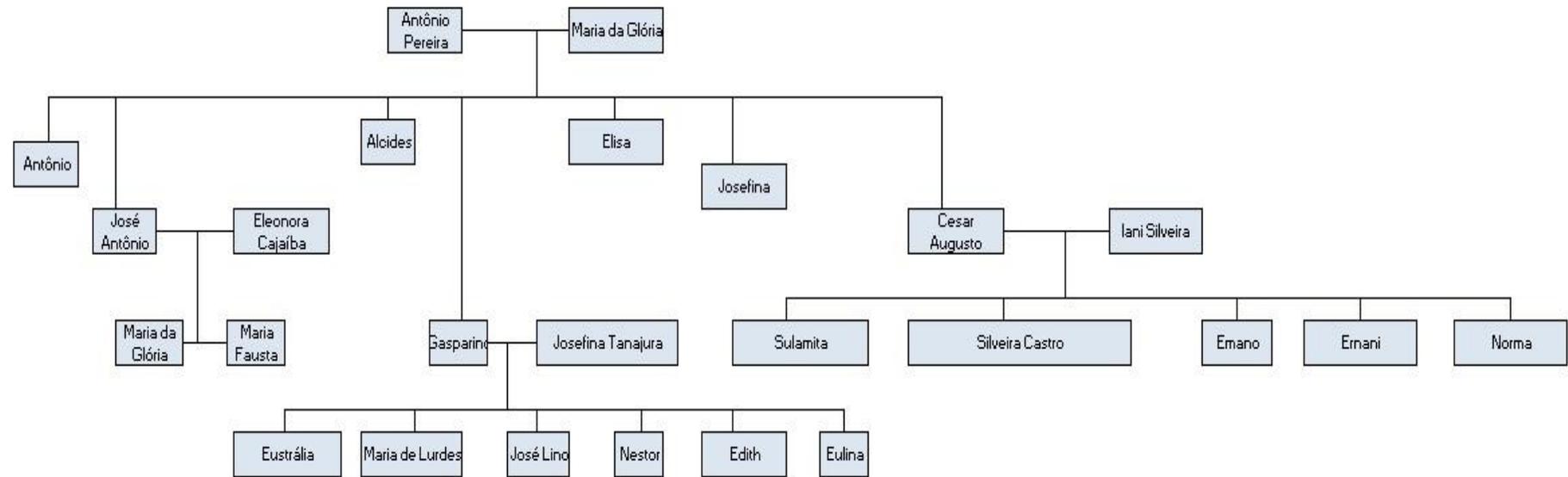
APÊNDICE B – Núcleo familiar do primeiro casamento de Joana São João

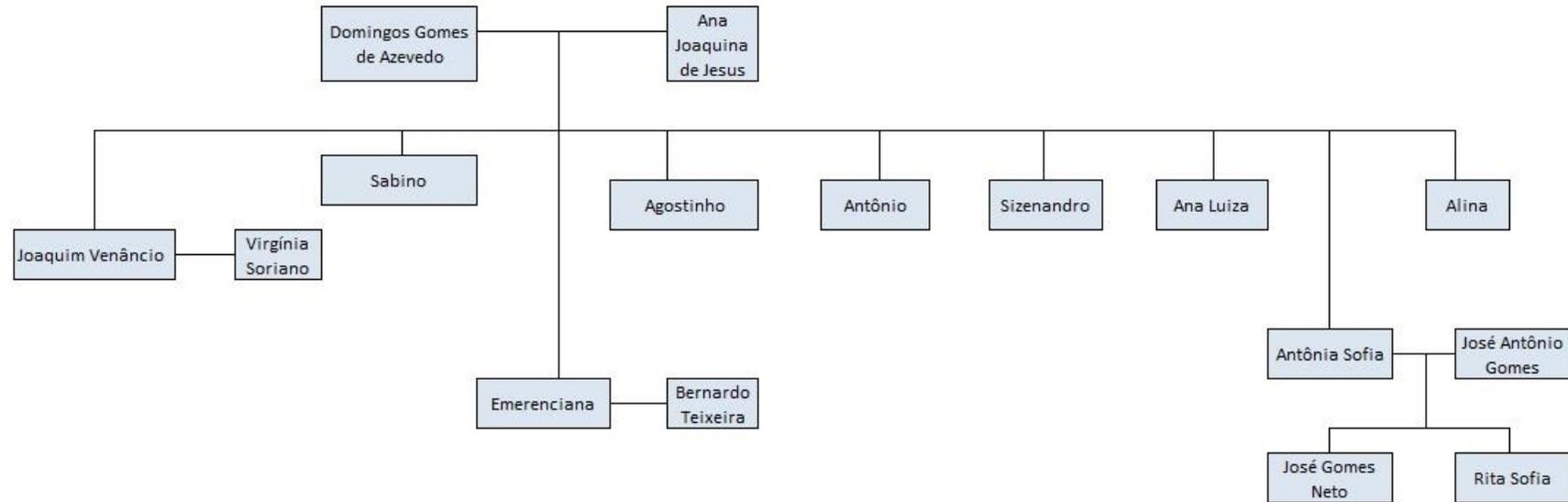


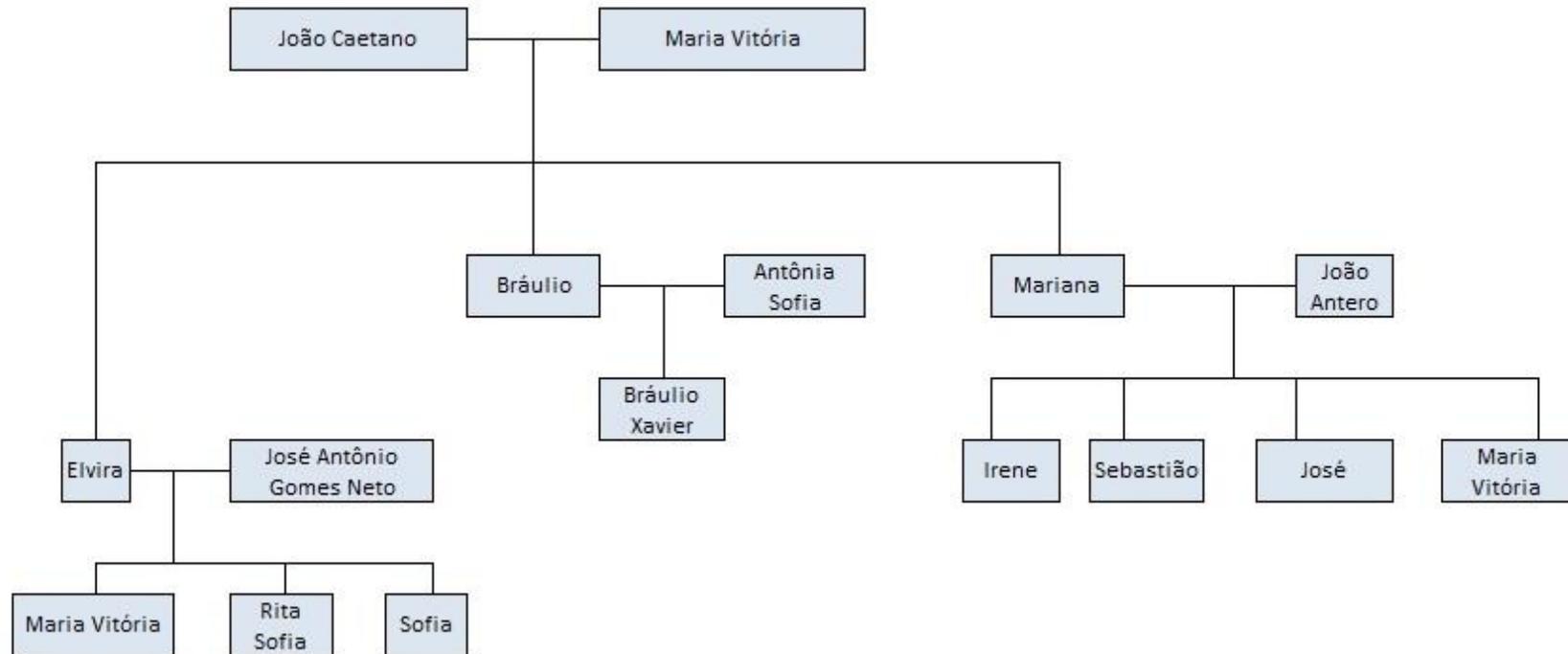
APÊNDICE C – Núcleo familiar do segundo casamento da viúva Joana São João.



APÊNDICE D – Núcleo da união entre Antônio Pereira de Castro com Maria da Glória



APÊNDICE E – Núcleo familiar da união de Domingos Gomes de Azevedo e Ana Joaquina de Jesus

APÊNDICE F – Núcleo familiar da união de João Caetano com Maria Vitória.

APÊNDICE G – Correio eletrônico - contato com o INMET

----- Mensagem Original -----

Assunto: INF: Contato Portal: Zamana Brisa Souza Lima
De: "Zamana Brisa Souza Lima" <zamanabrisa@hotmail.com>
Data: Ter, Setembro 29, 2015 14:58
Para: "Portal INMET" <faleconosco.df@inmet.gov.br>

Olá. Estou à procura de dados históricos sobre a Estação
Meteorológica da cidade de Caetité-Bahia. Tenho apenas a informação de que
um casal de Santa Catarina veio para a cidade em 1908 para cuidar do
observatório.

Ao que parece, esse fora um dos primeiros observatórios meteorológicos do
país, criado por ordem de D. Pedro II. Gostaria muitíssimo de obter mais
informações sobre o local. Agradeço antecipadamente.

----- Mensagem Original -----

INF: Contato Portal: Zamana Brisa Souza Lima
De: **Fale Conosco - INMET** (faleconosco.df@inmet.gov.br)
Enviada: quarta-feira, 14 de outubro de 2015 21:08:57
Para: Zamana Brisa Souza Lima (zamanabrisa@hotmail.com)
1 anexo
caetite.pdf (192,5 KB)

Prezada Senhora Zamana,

Agradecemos o contato e enviamos em anexo algumas informações históricas sobre a estação
elaboradas pelo meteorologista Itajacy Diniz Garrido, chefe do 4º Distrito de Meteorologia do
Inmet, com sede em Salvador, BA.

--

Atenciosamente,
Assessoria de Comunicação Social
INMET - INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA

Informações enviadas via e-mail pelo meteorologista Itajacy Diniz Garrido

O Observatório Meteorológico de Caetité foi mandado construir pelo imperador Dom Pedro II. Um dos primeiros observatórios meteorológicos do país fez parte do projeto científico do Imperador Pedro II, que queria dotar a nação de uma rede capaz de registrar as alterações climáticas, em funcionamento até hoje. Todavia, a instalação do mesmo só aconteceu em

1908, na República. O primitivo possuía duas torres; o telescópio ficava na segunda torre. Sua principal finalidade era observar as alterações climáticas do Alto Sertão, e seu primeiro funcionário foi o alemão Bernardo Ohlsen. Situado num morro, a cerca de 90 metros acima do nível da Praça da Catedral, foi, por muito tempo, um ponto isolado e referencial. Hoje é um bairro populoso, que tem o seu nome. É um prédio com torre e eirado para o serviço e casa de residência para o encarregado. Possuía cata-vento, barômetro, barógrafo, termógrafo, heliógrafo e pluviômetro. Uma família que morou muito tempo nesta casa foi a dos Ohlsen, de origem alemã. Bernardo e Ema Ohlsen chegaram a Caetité em 1908 – ele, encarregado da estação meteorológica então criada pelo Ministério da Agricultura, vindo de Santa Catarina. Ambos descendentes de alemães. Aliás, alemães nesta região era muito comum. Além dos Ohlsen, podemos citar Alfonso Maier Hofmann, Adolfo Henrique Gottschall (depois foi para Rio de Contas) e Kurt Walter Dreher, este último grande benemérito de Caetité, por ter doado ao Hospital Regional tudo o que arrecadou com as vendas de suas propriedades para retornar à Alemanha por problemas de saúde, mesmo já naturalizado brasileiro. Dreher viveu mais de 20 anos no município de Caetité, desde quando a Companhia Alemã operava na região. Início da operação em 01/01/1907 reinstalada em 18/10/1972, onde estamos até a presente atuando.

Itajacy Diniz Garrido Chefe do 4º DISME

APÊNDICE H – PROJETO: “Um museu para chamar de meu”

1- IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

As atividades propostas fundamentam-se nas reflexões e análises do Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB), numa perspectiva predominantemente digital, para atender procedimentos metodológicos propostos para pesquisas de uma dissertação, ainda em andamento, cujo título é “MUSEU DO ALTO SERTÃO DA BAHIA: diálogos entre museu de território e culturas digitais”.

2- JUSTIFICATIVA

É importante informar que os processos metodológicos traçados para a pesquisa da dissertação abordam uma perspectiva dialética que prioriza a reflexão acerca de fenômenos culturais e sociais com vistas a questões que envolvam “museologia x ciberespaço”, assim como “museu presencial x culturas digitais”. Assim, como meios exploratórios de pesquisa qualitativa, pretende-se realizar estudos e pesquisas científicas que, por sua vez, justificam as atividades propostas para serem realizadas no Grupo Escolar Monsenhor Bastos, na cidade de Caetité.

3- METODOLOGIA

Rodas de conversas informais.

Aplicação de dinâmicas de grupo e de atividades lúdicas.

Criação de um dominó.

Aplicação de um questionário.

Acesso a *sites* de museus no laboratório de informática da escola, nomeadamente, o Museu do Homem.

4- OBJETIVOS

4.1- GERAL

Refletir sobre as possíveis maneiras de ampliar o espaço museológico, por meio de ferramentas ligadas às novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), de modo a difundir o MASB como museu potencial a ser inserido no ciberespaço e voltado a alcançar

diferentes públicos nesse processo de consolidação dessa instituição que se projeta voltada para ações preservacionistas de bens culturais do alto sertão da Bahia.

4.2- ESPECÍFICOS

- ✓ Desenvolver metodologia de ações patrimoniais que possibilitem o entendimento conceitual em torno do significado de MUSEU e PATRIMÔNIO e que levem ao reconhecimento dos bens culturais locais, possibilitando sua apropriação, salvaguarda e preservação.
- ✓ Apresentar o MASB, enfatizando as ações comunitárias que sustentam esse museu.
- ✓ Incentivar a valorização das identidades e memórias a partir de atividades e produtos vinculados tanto à educação formal como à informal.
- ✓ Informar e ilustrar que o bem cultural pode ser caracterizado como tudo aquilo que tem sentido comum e marca a comunidade, garantindo sua identidade.
- ✓ Favorecer, por meio de reflexões, o entendimento de aluno e cidadão capaz de atuar como sujeito de um processo histórico em contínua construção.
- ✓ Informar sobre as múltiplas possibilidades de tratar da memória, história e do patrimônio, enfatizando, nomeadamente, os meios eletrônicos e digitais e os locais de cultura já existentes em Caetité.
- ✓ Contextualizar as relações que fundamentam as histórias que possam envolver o nome do aluno com as histórias narradas no Museu da Pessoa.
- ✓ Verificar a opinião dos alunos sobre os meios eletrônicos de maior preferência para comunicar o MASB (destacar a utilização da interface de um *site* e de um aplicativo).
- ✓ Refletir sobre a importância das novas tecnologias da informação e comunicação a serviço da difusão e acesso democratizado de instituições museológicas, especificamente do MASB.
- ✓ Discutir possibilidades de diálogos entre o espaço físico do MASB e uma provável versão como museu expresso também no ciberespaço.
- ✓ Discutir sobre a contribuição referente à comunicação social na museologia ao destacar o fazer museológico.
- ✓ Verificar se a versão do MASB aliado às culturas digitais cumpre as premissas básicas desse museu em seu plano museológico e se proporciona a democratização de acesso vislumbrada pelas novas TICs de modo que seu alcance se estenda para além da localização geográfica.

5- CRONOGRAMA

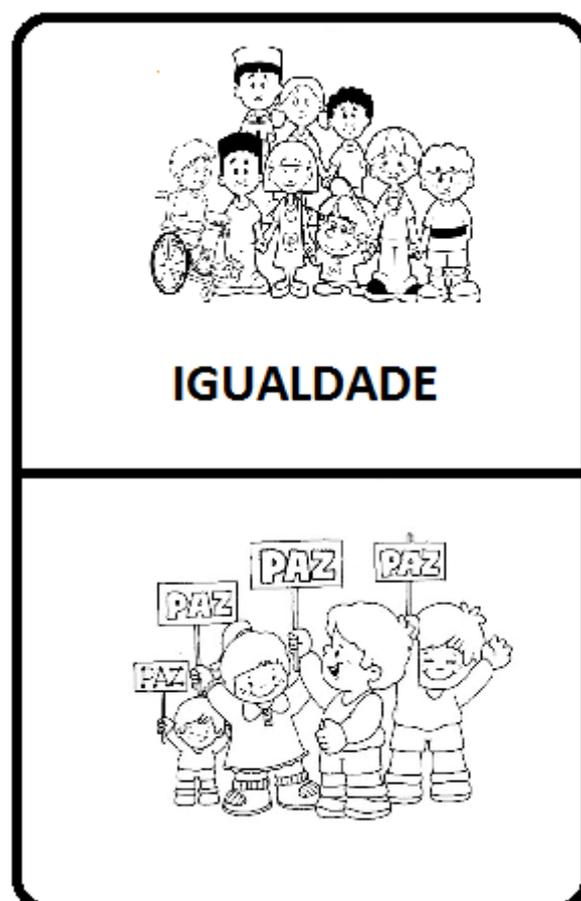
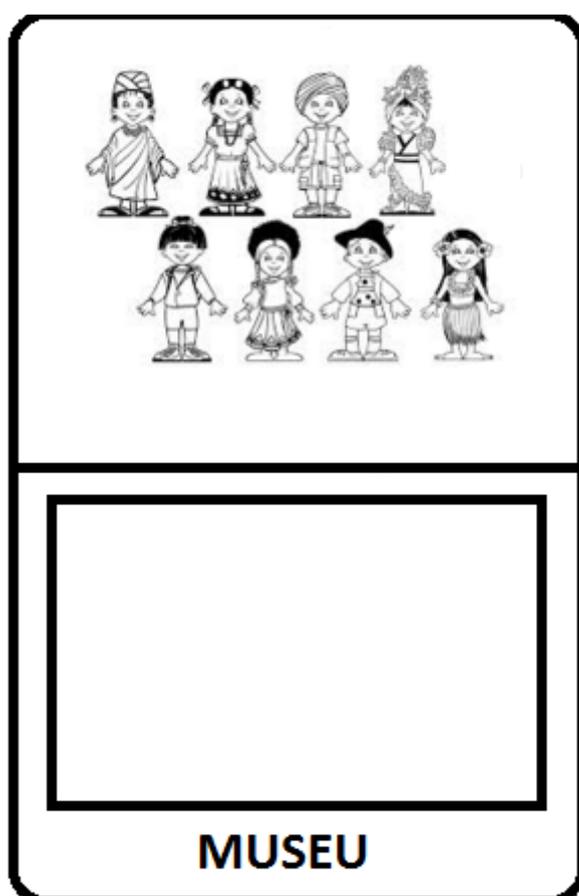
ATIVIDADE	MÊS	ANO
Aplicação de métodos qualitativos: oficinas em uma sala de aula.	Outubro	2015

6- RECURSOS: Quadro. Pilot. Projetor multimídia. Notebook. Tablet. Smartphone. Cartolina. Hidrocor. Lápis de cor. Grafite. Apontador. Cola. Revistas. Jornais. Computadores. Papel. Livro Didático.

7- AVALIAÇÃO: Através da observação e análises sobre o material produzido durante a execução das atividades propostas. Também será observado o questionário que deverá ser respondido pelos professores e colaboradores da escola.

APÊNDICE I – “Dominó” do MASB.

Observe, recorte e organize a sequência que você acha que deve ter este “dominó”.





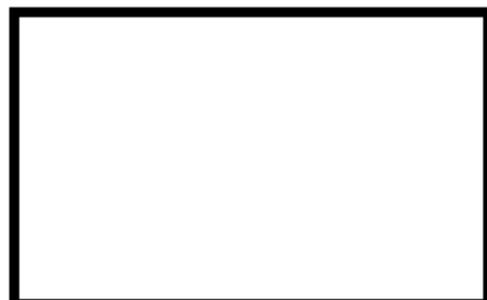
RESPEITO E UNIÃO



COMPUTADOR



IGREJA



SERTÃO



AMOR



[Empty rectangular box]



FÉ

http://www.



[Empty rectangular box]



APRENDER



SUSTENTABILIDADE



[Empty rectangular box]



[Empty rectangular box]



TRABALHO



TEATRO



CAPOEIRA



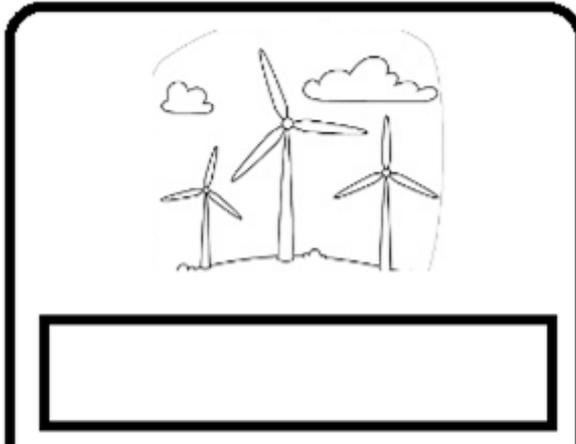
CARRO DE BOI



BRINCAR



PRAÇA





CASA ANÍSIO TEIXEIRA



MÚSICA SERTANEJA



TERNO DE REIS



ALEGRIA



TELEVISÃO



TABLET



PINTURA RUPESTRE



BENZEDEIRA



LEITURA



APÊNDICE J – QUESTIONÁRIO (colaboradores escolares)

Unidade

Escolar: _____

Nome: _____

Idade: _____

Grau _____ de _____ Escolaridade: _____

Profissão: _____

1 – Qual destes temas você considera como patrimônio?

() cinema () televisão () música () livro () arte ()
 manifestações religiosas () danças () festividades () culinária

2 – Você já esteve em algum destes lugares? Quais?

() Teatro () Museu () Biblioteca () Arquivo Público
 () Livraria () Casa de Cultura () Pontos de Cultura ()
 Shows ou espetáculos públicos

3 – Você já ouviu falar em:

() Terno de Reis () Cavalgada () Fanfarras () Queimada de
 Judas
 () Corrida de Argolinha () Bumba meu boi () Festas folclóricas ()
 Novenas

4 – Conhece ou já participou de alguma dessas festividades? Quais?

() Quadrilha Junina () Carnaval () Vaquejada ()
 Desfiles cívicos () Procissões ou marchas religiosas () Comemorações em casas de
 matriz africana

5 – Algum destes itens você guarda em sua casa? Quais?

() Fotos antigas () Selos ou Figurinhas () Revistas em quadrinhos () Vinis

6- Você possui alguma coleção? De quê?

7 – Quais destes aparelhos você possui em casa?

() Aparelho de som () Televisão () Videocassete () DVD *Player*
 () Computador () *Tablet* () *Notebook* () *Blueray*

8 – Você possui aparelho celular? () Sim () Não

9 – Seu aparelho é um smartphone? () Sim () Não

10 – Se a resposta anterior for sim, você baixou algum aplicativo em seu celular? () Sim ()
 Não Qual? Por quê?

10 – Você acessa a Internet através do seu celular, tablet, notebook ou computador? () Sim
 () Não

11 – Se a resposta anterior for sim, com que frequência você acessa a Internet?

() Todos os dias por meio dos dados móveis em meu celular ou tablet
 () Todos os dias e apenas em casa pois contratou esse serviço com cobertura residencial

- Todos os dias por meio de dados móveis e Internet residencial
- Sempre que há uma rede wifi aberta e disponível
- Usa sem nenhuma frequência e ao acaso
- Usa sem nenhuma frequência apenas para verificar a caixa de e-mails
- Usa sem nenhuma frequência e ao acaso apenas para acessar *sites* de relacionamentos e outros.

12 – Ao acessar a Internet seu(s) interesse(s) é(são):

- religião
 - cultura
 - lazer
 - notícias regionais e locais
 - arte
 - educação
 - aplicativos
 - sites* de relacionamento
 - esporte
 - jogos
 - música
 - filme
 - Outros. Quais?
-